

# A questão sem-abrigo uma abordagem holística: análise crítica dos (dis) cursos e das práticas

**Carla Maria Chaves da Silva Bernardo**

Orientador: Professor Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo

Coorientadora: Professora Doutora Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara



*Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutora em Política Social  
2019*

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)

# A questão sem-abrigo – uma abordagem holística: análise crítica dos (dis) cursos e das práticas

***Carla Maria Chaves da Silva Bernardo***

*Orientador: Professor Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo*

*Coorientadora: Professora Doutora Isabel Maria Loureiro de Roboredo  
Seara*

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutora em Política Social

Júri:

Presidente:

- Doutora Ana Maria Alexandre Fernandes, Professora Catedrática e membro do Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutora Carla Cristina Graça Pinto, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutora Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva, Professora Auxiliar da Universidade Lusíada;
- Doutora Rosana de Lemos de Sousa Albuquerque, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;
- Doutora Ana Cláudia Gaspar Esgaio, Professora Auxiliar Convidada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

*Lisboa*  
*2019*

Com o objetivo de preservar o anonimato dos/as interlocutores/as, na apresentação dos dados etnográficos, todas as alusões e referências a nomes próprios são fictícias, mantendo-se apenas as datas e locais de contacto.

A redação deste trabalho faz uso de uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens, de acordo com a Recomendação R (90) 4 do Conselho da Europa, tendo sido adotado, para o efeito, o Guia para uma linguagem não sexista, da UNESCO. Excetuam-se os casos dos textos devidamente referenciados (citações) em que se manteve a grafia original.

Em memória da Fernandinha

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é explorar e caracterizar a relação entre os discursos veiculados pelos média relativamente à questão sem-abrigo e as práticas no âmbito do Sistema Interventor, a vários níveis: a nível macro (políticas sociais), nível meso (entidades governamentais e não governamentais) e a nível micro (relação entre interventores/as sociais e as pessoas em situação de sem-abrigo). Optou-se por uma investigação com características exploratórias, descritivas e, simultaneamente, explicativas. Exploratória porque pretendeu analisar o fenómeno sem-abrigo através de uma nova perspetiva: da inter-relação discursos-práticas e da relação micro-macro. Descritiva porque se pretendeu descrever os discursos e as práticas instituídas. Finalmente, explicativa porque a investigação apresentou ainda a preocupação de tentar explicar como os discursos, cumulativamente, vão contribuindo para a reprodução das práticas e das estruturas instituídas. Para o efeito optou-se por uma abordagem qualitativa que fez uso de uma perspetiva diacrónica para perceber como é que o fenómeno sem-abrigo tem sido retratado ao longo do tempo e que mudanças ocorreram ao nível das políticas e do enquadramento normativo; e de uma perspetiva sincrónica de forma a ir ao encontro das vivências quotidianas das pessoas em situação de sem-abrigo, tentando apreender a dinâmica do fenómeno através das suas experiências, relações, interações e da voz dos próprios sujeitos. Salienta-se o seu embasamento na Análise Crítica do Discurso - ACD (Fairclough) e no modelo de Intervenção Social (Carmo) enquanto modelos teóricos e instrumentos metodológicos. Os resultados sugerem que a relação entre discursos e práticas orienta-se em dois sentidos: consonâncias ao nível do foco na emergência, na sazonalidade e na distinção entre pessoas merecedoras e não merecedoras de apoio e relações de dissonância a quatro níveis. Primeiro, os discursos tendem a reforçar a importância do conhecimento do fenómeno como pré-requisito para uma mais adequada intervenção. Contudo, esta ênfase no conhecimento não parece ir ao encontro de práticas de intervenção social que se têm manifestado insuficientes para erradicar o fenómeno, continuando o mesmo a ter, nos dias de hoje, uma prevalência muito significativa (apesar de todo o conhecimento já produzido). Segundo, os discursos humanitários e de solidariedade não se coadunam com práticas que continuam a assentar, em grande parte, na mitigação de algumas das necessidades mais prementes (abrigo e alimentação). Em terceiro lugar, as práticas encontradas que se focam na seleção de indivíduos em situação de sem-abrigo “merecedores” de apoio contradizem os discursos que defendem a universalidade e a incondicionalidade do apoio de emergência. Em quarto e último lugar, os discursos com foco na inserção pelo trabalho contrastam com a prática que evidencia altas taxas de desemprego (mesmo entre população altamente qualificada) e a existência de pessoas em situação de sem-abrigo que trabalham, mas que devido à precariedade do mesmo que não conseguem sair da situação de sem-abrigo.

**Conceitos-Chave:** Sem-abrigo, Política Social, Análise Crítica do Discurso, Intervenção Social

## ABSTRACT

This work main focus is to explore and analyze the relation between the media discourses in what concerns homelessness and the practices of the intervention system, in this area, at three levels: Macro (social policy), meso (governmental and non-governmental institutions) and micro (social interveners and homelessness persons). This investigation has exploratory, descriptive and, simultaneously, explanatory characteristics. Exploratory because it aimed to analyze the homeless phenomenon through a new perspective: the interrelationship between discourses-practices at the micro, meso and-macro level. Descriptive because it was intended to describe the discourses and practices instituted. Finally, it is an explanatory research because it has concerns in trying to explain how the discourses, cumulatively, can contribute to the reproduction of certain practices and social structures. A qualitative approach was adopted making use of a diachronic perspective to understand how the homeless phenomenon has been portrayed over time and what changes have occurred at the level of policies; and from a synchronous perspective in order to meet the daily experiences of the homeless people, trying to apprehend the dynamics of the phenomenon through their experiences, relationships, interactions and the voice of the subjects themselves. The study emphasizes Fairclough's Critical Discourse Analysis and Carmo's Social Intervention Model as theoretical models and methodological instruments. The results suggest that the relationship between discourses and practices is oriented in two ways: consonances in what concerns emergency focus, seasonality and the distinction between deserving and non deserving people and dissonance relations at four levels: First, the discourses tend to reinforce the importance of knowledge of the phenomenon as a prerequisite for a more adequate intervention. However, this emphasis on knowledge does not seem to meet social intervention practices that show the difficulty to eradicate the phenomenon that still has a very significant prevalence (despite all the knowledge already produced). Second, humanitarian and solidarity discourses are not in line with practices that continue to rely, in large part, on mitigating some of the most pressing needs (shelter and food). Third, practices that focus on the selection of "deserving" homeless contradict the discourses that support the universality and unconditionality of emergency support. Fourth, the discourses focused on insertion by work contrast with the practice that shows high rates of unemployment (even among highly qualified population) and the existence of homeless individuals that work.

**Key-Words:** Homelessness, Social Policy, Critical Discourse Analysis, Social Intervention

## RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de comprendre et caractériser la relation entre les discours des média sur la question sans-abri et les pratiques du système d'intervention social en ce qui concerne trois niveaux: macro (politiques sociales), meso (institutions) et micro (interventeurs sociaux et gens en situation de sans-abri). Será utilizado uma investigação à la fois exploratoire, descriptive et explicative. Exploratoire parce qu'il vise analyser le phénomène des sans-abri à travers d'une nouvelle perspective: l'interrelation entre les discours-pratiques au niveaux micro, meso y macro. Descriptif car il était destiné à décrire les discours et les pratiques institués. Il s'agit aussi d'une recherche explicative car a le souci d'expliquer comment les discours contribuent de manière cumulative à la reproduction des pratiques et des structures instituées. À cette fin, une approche qualitative a été adoptée qui a utilisé une perspective diachronique pour comprendre comment le phénomène des sans-abri a été décrit au fil du temps et quels changements ont eu lieu au niveaux des politiques et du cadre normatif; et d'un point de vue synchrone afin de rencontrer les expériences quotidiennes des personnes sans abri, en essayant d'appréhender la dynamique du phénomène à travers leurs expériences, leurs relations, leurs interactions et la voix des sujets eux-mêmes. La research mets l'accent sur la Analyse Critique du Discourse de Fairclough et le modèle d'Intervention Sociale de Carmo. Les résultats suggèrent que la relation entre les discours et les pratiques est orientée dans deux sens: des harmonies au niveau de focalisation sur l'émergence, saisonnalité et une distinction entre personnes méritantes et non méritantes et des relations de dissonance à quatre niveaux. Premièrement, les discours tendent à renforcer l'importance de la connaissance du phénomène comme condition pour une intervention plus adéquate. Cependant, cet accent mis sur la connaissance ne semble pas répondre à des pratiques d'intervention sociale qui se sont révélées insuffisantes pour éradiquer le phénomène, qui a toujours une prévalence très significatif (malgré toutes les connaissances déjà produites). . Deuxièmement, les discours humanitaires et de solidarités ne sont pas en ligne avec les pratiques qui continuent, en grande partie, à atténuer seulement des besoins les plus pressants (logement et nourriture). Troisièmement, les pratiques axées sur la sélection de personnes sans abri «méritables» contredisent les discours qui soutiennent l'universalité et l'inconditionnalité de l'aide d'urgence. En quatrième place, les discours axés sur l'insertion par le travail contrastent avec la pratique qui montre des taux de chômage élevés (même au sein d'une population hautement qualifiée) et l'existence des personnes sans-abris qui travaille.

**Mots-clés:** Sans-abri, Politique Sociale, Analyse Critique du Discours, Intervention sociale

“A verdade é que não acreditamos muito nos avanços da ciência moderna. Afinal que tipo de ciência é essa, capaz de pôr um homem na Lua, mas incapaz de pôr um pedaço de pão na mesa de cada ser humano?”

(Carlos Ruiz Zafón, “Marina”, 2010)

“É indispensável retirar dos postos de comando todos os gestores que, estúpida e criminosamente, puseram o império à beira da falência. Fizeram um trabalho de sapa e revelaram uma incompetência invulgar, além do que desviaram fundos públicos. Cada pobre exausto e destroçado, cada cego, cada criança nascida na cadeia, cada homem, cada mulher e cada criança torturados pela fome sofrem simplesmente porque a riqueza comum foi desviada por todos esses governantes. Nenhum dos responsáveis dessa classe dirigente pode deixar de ser condenado na barra do tribunal da Humanidade”.

(Jack London<sup>1</sup>, “Vagabundos cruzando a Noite”)

---

<sup>1</sup> Jack London foi o pseudônimo de John Griffith Chaney, que escreveu, entre outras obras, “The people of the abyss” (Vagabundos Cruzando a Noite), misto de reportagem testemunhal e ficção, em que o autor descreve a vida de pessoas em situação de sem-abrigo (hobos) entre 1892-1894.



## Índice

|   |          |
|---|----------|
| <b>Um discurso introdutório.....</b>                                  | <b>1</b> |
| <b>Apresentação.....</b>  | <b>5</b> |
| Escopo do estudo, questões de partida e objetivos .....               | 5        |
| Organização da tese.....  | 7        |
| <b>Capítulo I – A questão sem-abrigo como problema social .....</b>   | <b>8</b> |
| 1.1.A questão sem-abrigo como situação social adversa.....            | 10       |
| 1.1.1.Conceitos.....  | 10       |
| 1.1.2.Tipologias .....  | 17       |
| 1.Classificação com base em traços individuais .....                  | 18       |
| 2.Classificação com base na geografia e/ou local de pernoita .....    | 18       |
| 3.Classificação de acordo com a origem do fenómeno .....              | 19       |
| 4.Tipologia de sem-abrigo com foco na questão habitacional.....       | 20       |
| 5.Tipologia de sem-abrigo baseada no tempo.....                       | 21       |
| 6.Tipologia de sem-abrigo ancorada no risco .....                     | 25       |
| 7.Tipologia de sem-abrigo assente no conceito de exclusão social..... | 26       |
| 8.Abordagens “multivariáveis” .....                                   | 28       |
| 1.1.3.Causas/consequências.....                                       | 30       |
| 1.1.4.Vulnerabilidades individuais .....                              | 39       |
| Perturbações psiquiátricas .....                                      | 39       |
| Défices educacionais e profissionais .....                            | 42       |
| Desafiliação .....  | 43       |
| Identificação cultural .....  | 44       |
| 1.1.5.Vulnerabilidades macroestruturais.....                          | 46       |
| Habitação.....  | 46       |
| Emprego/desemprego.....   | 48       |
| Proteção social.....  | 50       |

|   |            |
|---|------------|
| 1.2.Quantos/as e quem são? .....  | 50         |
| Resumo do capítulo .....  | 55         |
| <b>Capítulo 2 - Panorama geral da legislação e ações políticas no âmbito da questão sem-abrigo .....</b>    | <b>56</b>  |
| 2.1.Da errância como função social à “vagabundagem” coletiva .....  | 56         |
| 2.2.O período “místico e a repressão da errância” .....   | 58         |
| 2.3.Questão sem-abrigo como preocupação social .....  | 59         |
| 2.4.Enquadramento da questão sem-abrigo em Portugal .....   | 60         |
| 2.4.1.Legislação Régia .....  | 61         |
| 2.4.2.Monarquia Constitucional .....  | 71         |
| 2.4.3.1. <sup>a</sup> República .....   | 73         |
| 2.4.4.2. <sup>a</sup> República – Estado Novo .....   | 75         |
| 2.4.5.3. <sup>a</sup> República .....   | 77         |
| Resumo do capítulo .....  | 79         |
| <b>Capítulo 3 – Os discursos e as práticas de intervenção social .....</b>                                  | <b>81</b>  |
| 3.1. A importância dos discursos e das vertentes críticas do discurso .....                                 | 81         |
| 3.1.1.Linguística Sistémico-Funcional de Halliday - Relação entre linguística, sociedade e significad ..... | 85         |
| 3.1.2.Abordagem dialético-relacional de Fairclough .....  | 90         |
| 3.1.3.Discursos e manipulação - ideologia, poder e discursos .....  | 93         |
| 3.1.4.Discursos, média e a questão sem-abrigo .....   | 95         |
| 3.2. As práticas de intervenção social .....  | 101        |
| 3.2.1.Os níveis de intervenção social .....   | 102        |
| 3.2.2.As finalidades da intervenção social .....  | 103        |
| 3.2.3.As funções e dimensões da intervenção social .....  | 104        |
| 3.2.4.Tipos de intervenção social .....   | 106        |
| 3.2.5.Práticas de intervenção social e questão sem-abrigo .....   | 107        |
| Resumo do capítulo .....  | 109        |
| <b>Capítulo 4 - Enquadramento Metodológico .....</b>  | <b>111</b> |

|   |     |
|---|-----|
| 4.1.As questões de partida .....  | 111 |
| 4.2.Objetivos.....  | 111 |
| 4.3.Considerações epistemológicas.....  | 112 |
| 4.4.Natureza, tipo e método de estudo .....                                   | 117 |
| 4.5.Dimensões, níveis de análise e fases do estudo .....                      | 119 |
| 4.6.Modelos e design do estudo.....   | 123 |
| 4.6.1.Modelo de Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001) .....        | 123 |
| 4.6.2.Modelo de Intervenção Social de Carmo (2007) .....                      | 130 |
| 4.7.Processo de amostragem .....  | 131 |
| 4.8.Constituição do <i>corpus</i> .....                                       | 131 |
| 4.8.1.Enquadramento normativo .....   | 132 |
| 4.8.2.Indicadores macroeconómicos e sociais .....                             | 132 |
| 4.8.3.Relatórios/informações/publicações institucionais .....                 | 133 |
| 4.8.4.Notícias veiculadas nos média .....                                     | 135 |
| 4.8.5.Respostas de proximidade às pessoas em situação de sem-abrigo.....      | 135 |
| 4.9.Técnicas de análise de dados.....   | 137 |
| 4.9.1.Análise documental.....   | 137 |
| 4.9.2.Análise de conteúdo .....   | 138 |
| <i>Nível de recorte</i> .....   | 139 |
| <i>Enumeração</i> .....   | 139 |
| <i>Classificação e agregação</i> .....  | 139 |
| <i>Identificação de categorias e subcategorias (sistema de códigos)</i> ..... | 140 |
| <i>Identificação das variáveis</i> .....                                      | 141 |
| ANO E MÊS DO TEXTO .....  | 142 |
| FONTE DO DOCUMENTO .....  | 142 |
| TIPO DE CONTEÚDO .....  | 144 |
| 4.9.3.Análise dos silêncios textuais.....                                     | 145 |
| 4.9.4.Observações de campo .....  | 146 |

|   |            |
|---|------------|
| Resumo do capítulo .....  | 151        |
| <b>Capítulo 5 – Apresentação dos resultados .....</b>   | <b>153</b> |
| 5.1 – O que se diz... ..  | 154        |
| 5.1.1.Estratégias predicativas na construção da representação do fenómeno sem-abrigo .....                        | 154        |
| <i>Quando se fala da questão sem-abrigo? .....</i>  | <i>155</i> |
| <i>De que se fala quando se aborda a questão sem-abrigo?.....</i>   | <i>156</i> |
| RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA.....  | 157        |
| CONDIÇÕES ATMOSFÉRICAS ADVERSAS.....  | 157        |
| TRABALHO DAS INSTITUIÇÕES E CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE.....   | 158        |
| <i>Como se fala da questão sem-abrigo?.....</i>   | <i>159</i> |
| <i>Quem fala da questão sem-abrigo?.....</i>  | <i>162</i> |
| 5.1.2.Estratégias de designação na construção da representação das pessoas em situação de sem-abrigo .....        | 164        |
| <i>Foco nas questões habitacionais e na questão sem-abrigo como condição .....</i>                                | <i>165</i> |
| <i>Evidencia-se a “ausência” e reforça-se a mesma através do uso da dicotomia .....</i>                           | <i>165</i> |
| <i>Outras designações encontradas .....</i>   | <i>168</i> |
| 5.1.3.Estratégias de omissão na construção da representação das pessoas em situação de sem-abrigo .....           | 170        |
| <i>Ausência de conceitos com conotação mais humana e positiva .....</i>   | <i>170</i> |
| <i>Ausência do conceito de vítima quando as pessoas em situação de sem-abrigo morrem ou são assassinadas.....</i> | <i>171</i> |
| <i>As mortes das pessoas em situação de sem-abrigo .....</i>  | <i>173</i> |
| <i>Grupos invisíveis .....</i>  | <i>174</i> |
| 5.1.4.Estratégias associativas na construção da representação das pessoas em situação de sem-abrigo .....         | 174        |
| <i>Pobreza .....</i>  | <i>175</i> |
| <i>Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD).....</i>  | <i>177</i> |
| <i>Desemprego .....</i>   | <i>178</i> |
| <i>Comportamentos socialmente considerados desadequados, ilegais e/ou criminosos .....</i>                        | <i>178</i> |

|   |            |
|---|------------|
| 5.1.5.Como se representa o fenómeno sem-abrigo e as pessoas em situação de sem-abrigo? .....                                    | 179        |
| Resumo .....  | 180        |
| 5.2. O que se faz.....  | 182        |
| 5.2.1.ENIPSA e a ação de laboratório social .....   | 185        |
| 5.2.2.ENIPSA e ação de observatório social .....  | 187        |
| <i>Conhecimento do fenómeno</i> .....   | 187        |
| <i>Formação a pessoal técnico</i> .....   | 189        |
| <i>Produção e difusão de instrumentos e documentos técnicos</i> .....   | 190        |
| <i>Divulgação</i> .....   | 192        |
| <i>Artigos/Publicações</i> .....  | 192        |
| 5.2.3.ENIPSA e Políticas Sociais .....  | 195        |
| <i>Regulamentação das respostas sociais</i> .....   | 195        |
| 5.2.4.ENIPSA e os cuidados de proximidade .....   | 196        |
| <i>Qual o papel dos Centros de alojamento temporário nos cuidados de proximidade a pessoas em situação de sem-abrigo?</i> ..... | 205        |
| A VISÃO DE QUEM LÁ (JÁ NÃO) DORME .....   | 206        |
| 5.2.5.Quais os frutos da experiência de sete anos da ENIPSA? .....  | 208        |
| Resumo .....  | 211        |
| <b>Capítulo 6 - O que se diz e o que se faz.....</b>  | <b>212</b> |
| 6.1.A (im)pertinência do conceito .....   | 212        |
| 6.2.Levantamentos estatísticos: a floresta e as árvores .....   | 215        |
| 6.2.1.A escolha deliberada da invisibilidade .....  | 216        |
| 6.2.2.As vidas ocultas .....  | 216        |
| 6.2.3.Os movimentos que obscurecem .....  | 217        |
| 6.3.Os campos de extermínio (ou como as desigualdades podem exterminar) .....   | 218        |
| 6.3.1.Desigualdades vitais .....  | 218        |
| <i>As (sobre) vivências</i> .....   | 219        |
| <i>A saúde</i> .....  | 220        |

|  |     |
|--|-----|
| <i>O negócio da miséria</i> .....  | 221 |
| A PERPLEXIDADE DA RECUSA DE APOIO ALIMENTAR.....   | 222 |
| A PERPLEXIDADE DA RECUSA DE ACOLHIMENTO .....  | 225 |
| <i>Inclusão...no cemitério</i> .....   | 228 |
| 6.3.2.Desigualdades existenciais .....   | 231 |
| <i>“Os homens-lixo”</i> .....  | 231 |
| <i>Quem merece apoio?</i> .....  | 232 |
| 6.3.3.Desigualdades de recursos .....  | 233 |
| <i>Foco na emergência</i> .....  | 234 |
| A (IN)CONDICIONALIDADE.....  | 234 |
| PERÍODO (I)LIMITADO DE TEMPO.....  | 234 |
| A PROXIMIDADE QUE AFASTA .....   | 235 |
| 1.º PARADOXO: A EMERGÊNCIA NÃO É UMA CATEGORIA EXCECIONAL .....  | 235 |
| 2.º PARADOXO: QUEM MAIS PRECISA DE UMA INTERVENÇÃO DE LONGO PRAZO SERVE DE<br>JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA..... | 235 |
| 3.º PARADOXO: FAZ-SE USO DA EMERGÊNCIA PARA RESOLVER PROBLEMAS ESTRUTURAIS .....   | 235 |
| <i>Mexer um bocadinho para ficar tudo na mesma</i> .....   | 237 |
| 6.4.Pluralidades na “produção” do fenómeno sem-abrigo.....   | 239 |
| 6.4.1.Distanciamento .....   | 239 |
| <i>O desenvolvimento económico não erradica o fenómeno sem-abrigo</i> .....  | 239 |
| <i>O afastamento dos “não-lugares”</i> .....   | 240 |
| 6.4.2.Exclusão .....   | 244 |
| <i>Paradoxo epistemológico da pobreza</i> .....  | 244 |
| <i>A naturalização da questão sem-abrigo (ou como qualquer pessoa pode ficar em situação de sem<br/>abrigo...será?)</i> .....    | 246 |
| SEM-ABRIGO ...UM AZAR?.....  | 246 |
| SEM-ABRIGO: UMA ESCOLHA?.....  | 248 |
| 6.4.3.Hierarquização .....   | 250 |
| <i>Institucionalização da marginalização?</i> .....  | 251 |
| 6.4.4.Exploração .....   | 253 |

|   |            |
|---|------------|
| <i>“O trabalho liberta!” (ou como dissimular o “esgotamento do grande imperador”)</i> .....   | 254        |
| <i>Atividades de subsistência... ou nem por isso?</i> .....   | 255        |
| <b>Autenticidade? reflexões finais</b> .....  | <b>257</b> |
| 1.Qual a relação entre os discursos veiculados pelos média, no que concerne à questão sem-abrigo, e as práticas no âmbito do sistema-interventor? ..... | 258        |
| 1.1.Consonâncias entre discursos e práticas .....   | 258        |
| 1.2.Dissonâncias entre discursos e práticas .....   | 259        |
| 2.Qual a extensão e tipo de voz que é dada (no âmbito dos média), às pessoas em situação de sem-abrigo? .....   | 264        |
| 3.Que recomendações poderiam criar uma forma de luta eficaz relativamente à questão sem-abrigo? (ou como o que é necessário tem de ser viável!) .....   | 265        |
| 3.1.Problema secular, mesmo paradigma? Apreciações no âmbito da Política Social .....   | 266        |
| 3.2.Problema antigo, novos discursos? Apreciações no âmbito dos média .....   | 267        |
| 3.3.Velho problema, outros apoios? Apreciações ao nível das respostas sociais .....   | 268        |
| 3.4.Novas questões, outros caminhos? Apreciações ao nível da investigação .....   | 269        |
| Em jeito de conclusão .....   | 271        |
| <b>Bibliografia</b> .....   |            |
| <b>Anexos</b> .....   |            |
| <b>Anexo 1 - ETHOS - Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional</b> .....  |            |
| <b>Anexo 2 - A questão sem-abrigo em Portugal</b> .....   |            |
| <b>anexo 3 - respostas sociais específicas para pessoas em situação de sem-abrigo e centros de alojamento temporários</b> .....                         |            |
| <b>Anexo 4 - Email enviado às entidades</b> .....   |            |
| <b>Anexo 5 - Carta de apresentação</b> .....  |            |
| <b>Anexo 6 - Diário de bordo da categorização</b> .....   |            |

## ÍNDICE DOS QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 - Conceitos de indigente, mendigo/a, vadio/a, vagabundo/a e marginal   | 13  |
| Quadro 2 - Termos usados para identificar pessoas em situação de sem-abrigo e os traços semânticos associados   | 15  |
| Quadro 3 - Teorias jurídicas, sociológicas, biopsicológicas e psicológicas relativas à questão sem-abrigo   | 20  |
| Quadro 4 - investigações/estudos realizados em Portugal na área sem-abrigo, entre 1959 e 2013   | 32  |
| Quadro 5 - Dimensões de risco no âmbito da questão sem-abrigo   | 38  |
| Quadro 6 - Número de pessoas em situação de sem-abrigo e respetivo ratio por habitante  | 51  |
| Quadro 7 - Levantamentos nacionais no âmbito do fenómeno sem-abrigo   | 52  |
| Quadro 8 - Número de pessoas beneficiárias de processos familiares com problemática de sem-abrigo, por distrito   | 54  |
| Quadro 9 - Legislação portuguesa relativa à questão sem-abrigo  | 61  |
| Quadro 10 - Variáveis de registo e sua relação com as meta funções da linguagem   | 88  |
| Quadro 11 - Recontextualização da LSF na ACD  | 89  |
| Quadro 12 - Processo de "realização" entre o nível linguístico e extralinguístico   | 89  |
| Quadro 13 - Categorias analíticas propostas pelo modelo tridimensional de Fairclough  | 91  |
| Quadro 14 - Construções da pobreza e da questão sem-abrigo  | 98  |
| Quadro 15 - categorias analíticas da análise textual segundo fairclough   | 125 |
| Quadro 16 - categorias analíticas da análise da prática discursiva segundo fairclough   | 126 |
| Quadro 17 - categorias analíticas da análise da prática social segundo fairclough   | 127 |
| Quadro 18 - Desenho do estudo   | 129 |
| Quadro 19 – Documentos enquadradores do contexto macroeconómico e social  | 132 |
| Quadro 20 - Relatórios/informações/publicações institucionais   | 133 |
| Quadro 21 - Variáveis basilares para monitorizar fenómeno sem-abrigo de acordo com MPHASIS  | 134 |
| Quadro 22 - Inventário de Tópicos e subtópicos relacionados com o fenómeno sem-abrigo   | 140 |
| Quadro 23 – Categorias e subcategorias identificadas no estudo  | 141 |
| Quadro 24 - Protocolo de observação no âmbito do trabalho na equipa de rua  | 148 |
| Quadro 25 - Dimensões e sub-dimensões a ter em conta na recolha de opiniões das pessoas em situação de sem-abrigo relativamente aos centros de alojamento temporários | 148 |
| Quadro 26 - Rondas de voluntariado  | 149 |
| Quadro 27 - Termos usados para identificar pessoas em situação de sem-abrigo, frequência, etimologia e traços semânticos associados                                   | 169 |
| Quadro 28 - Publicação de alguns textos/artigos no âmbito da ENIPSA   | 193 |



|  |     |
|--|-----|
| Quadro 29 - Número de concelhos que têm conhecimento da enipsa e do conceito sem-abrigo versus número total de concelhos por distrito                | 194 |
| Quadro 30 - Informação recolhida no âmbito do trabalho de campo  | 200 |
| Quadro 31 - A voz de cinco pessoas em situação de sem-abrigo sobre os centros de alojamento temporários e síntese das principais ideias              | 207 |
| Quadro 32 - Prevalência dos principais problemas de saúde das pessoas em situação de sem-abrigo em percentagem da população dos 18 aos 60 anos ..... | 220 |

## ÍNDICE DAS FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Foco das investigações em Portugal no âmbito do fenómeno sem-abrigo, de 1892 a 2012      | 36  |
| Figura 2 - Métodos, estratégias e background teórico da Análise Crítica do Discurso                 | 84  |
| Figura 3 - Estratificação linguística   | 85  |
| Figura 4 - Perspetiva semiótica social de halliday  | 90  |
| Figura 5 - Modelo compreensivo da intervenção social  | 102 |
| Figura 6 – Finalidades da Intervenção Social  | 103 |
| Figura 7 - Funções e dimensões da intervenção social  | 105 |
| Figura 8 - Valores da intervenção social  | 105 |
| Figura 9 - Tipos de intervenção social  | 106 |
| Figura 10 - Dimensões e níveis de análise do estudo   | 121 |
| Figura 11 - Fases do estudo   | 123 |
| Figura 12 - Vertentes da intervenção social   | 130 |
| Figura 13 - Variáveis do estudo   | 142 |
| Figura 14 - Tipo de conteúdo das notícias (genérico versus história de vida)                        | 161 |
| Figura 15 - Mapa conceptual da declaração universal dos direitos humanos                            | 183 |
| Figura 16 - Vertentes da Intervenção Social   | 185 |
| Figura 17 - NPISA e concelhos onde são dinamizadas atividades no âmbito da questão sem-abrigo ..... | 197 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Nível de escolaridade completo das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal | 43  |
| Gráfico 2 - Distribuição das notícias sobre o tema sem-abrigo no período de 1994 a 2014      | 155 |
| Gráfico 3 - Distribuição das notícias sobre tema sem-abrigo, por mês                         | 156 |
| Gráfico 4 - As vozes nas notícias  | 162 |
| Gráfico 5 - Características associadas à situação de sem-abrigo                              | 175 |

## ÍNDICE DE FOTOS

|   |     |
|---|-----|
| Foto 1 - pinos metálicos em locais com características úteis para a pernoita de pessoas em situação de sem-abrigo | 241 |
| Foto 2 - Camden Bench   | 242 |
| Foto 3 - Banco com obstáculos à pernoita/descanso de pessoas em situação de sem-abrigo                            | 242 |
| Foto 4 - Death at the Gates of Heaven (Javier Bauluz, 2000)   | 271 |

## LISTA DAS SIGLAS E ACRÓNIMOS

**ADTO** – Análise do Discurso Textualmente Orientada

**ACD** – Análise Crítica do Discurso

**CAQDAS** - Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software

**CAT** – Centros de Alojamento Temporários

**CESE** - Comité Económico e Social Europeu

**DSDS** - Direction des Statistiques Démographiques et Sociales [Direção das estatísticas demográficas e sociais]

**DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos

**ENIPSA** – Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015

**EOH** – European Observatory on Homelessness [Observatório europeu sobre as pessoas sem-abrigo]

**FEANTSA** - European Federation of National Organisations Working with the Homeless [Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo]

**INSP** – International Network of Street Papers [Rede Internacional de Jornais de Rua]

**ISS, IP** – Instituto de Segurança Social

**ONG** – Organização/ões Não Governamental/is

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PEC** – Pacto de Estabilidade e Crescimento

**NPISA** – Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo

“[...] tenho a noção de que aquilo de que faço parte é uma coisa que há-de vir, e esse “há-de vir” é para mim suficiente”.

(Maria de Lourdes Pintasilgo, 2004)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Trecho da entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Maria de Lourdes Pintasilgo, publicada postumamente no Suplemento do Diário de Notícias.

## Um discurso introdutório...

“Quando comecei a escrever sobre esses países [designados de terceiro mundo], onde a maioria da população vive em pobreza, apercebi-me de que era a área a que me queria dedicar. Escrevia, no entanto, também por razões éticas: os pobres, habitualmente, são silenciosos. A pobreza não chora, a pobreza não tem voz. A pobreza sofre, mas sofre em silêncio. A pobreza não se revolta”.

(Kapusinski, 2002, p. 32)

A bibliografia e os estudos na área do fenómeno sem-abrigo são já extensos e especializados. Livros, artigos, investigações, monografias de várias áreas desde o direito à saúde mental, da Psicologia à Antropologia Urbana com especial relevância para os estudos sociológicos. Estudos que passam em revista aspetos estruturais, investigações que aprofundam as vulnerabilidades individuais relativamente ao fenómeno.

*Haverá, então, algo de novo a dizer sobre a questão sem-abrigo? Será ainda possível dar algum contributo que não configure pura redundância? Será este fenómeno uma fatalidade, uma inevitabilidade? E no caso de a resposta ser negativa, porque perdura, porque se agrava?*

Com efeito, todos os dias pessoas são desalojadas de suas habitações, as prestações sociais continuam a sofrer cortes e abrangem cada vez menos pessoas, os despedimentos sucedem-se, continuam a existir pessoas que dormem ao relento “*numa cama de chuva com lençóis de vento*” (Santos A., 1963) e que passam fome.

- ✚ A indignação não reside apenas na existência de pessoas em situação de sem-abrigo que não têm acesso a recursos para manutenção das suas necessidades básicas;
- ✚ A indignação não reside somente na constatação da destruição das suas individualidades por parte de agentes que supostamente deveriam facilitar a sua integração/inserção;

- ✚ A indignação não está na existência de discursos de culpabilização dos indivíduos que vivem em situação de miséria;
- ✚ A indignação decorre, principalmente, da nossa própria indiferença e do facto de não nos indignarmos perante tamanha barbárie, como se de algo natural se tratasse e do papel importante, mas claramente insuficiente da ciência e das políticas sociais para resolver este fenómeno.

De facto, não chega dizer-se que as pessoas estão a empobrecer nem se trata de atribuir um valor a esse julgamento, mas impõe-se detalhar e fornecer explicações abrangentes, completas e devidamente enquadradas do que está a acontecer.

Em “Cinco conversas com Álvaro Cunhal” o mesmo dizia: “Os avanços da ciência e da tecnologia em más mãos são também um instrumento de exploração, de opressão, de violência e de guerra” (1999).

Quando constatamos os recursos financeiros colocados ao serviço de guerras e, mais recentemente, ao serviço de “salvar” os bancos, percebemos que se tal energia fosse colocada ao serviço das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, poderia, muito rapidamente, ser resolvida pelo menos alguma parte dos seus problemas materiais.

“Como foi possível que deputados, primeiros-ministros, presidentes da república, ministros da economia, do trabalho, das finanças, da agricultura, tivessem feito tanto mal a um país desde finais da década de 90 [do século XX], continuando a ter uma vida pública com um sorriso na cara como se a sua obra tivesse sido boa, premiados com altos cargos em empresas públicas e privadas numa promiscuidade que faz bradar o pior da política maoísta ou estalinista? Como é possível que homens reunidos em conselho de administração aumentem impiedosamente o preço do pão, da eletricidade, dos transportes, da gasolina – bens absolutamente vitais para a vida de cada português?”

(Real, 2012, p. 21 e 22).

Neste texto, Miguel Real evidencia claramente as suas preocupações com os valores da sociedade onde nos inserimos, bem como preocupações político-éticas que devem ser abordadas quando falamos de investigações comprometidas com o bem-estar da humanidade. Desta forma, enfatiza-se a importância e a necessidade de estudar este fenómeno no enquadramento da sociedade em que se insere.

Gaboriau e Terrole (2003, p. 23) chegam mesmo a referir:

“A democracia ateniense conhecia a escravatura e as democracias modernas têm as pessoas sem-abrigo”.

Colocam-se, então, algumas questões ingénuas:

- ✚ Será que se pode estudar verdadeiramente a questão sem-abrigo sem falar na riqueza e na opulência das sociedades “desenvolvidas” onde se inserem, e na acumulação de riqueza por parte de alguns indivíduos, num acentuar das desigualdades sociais?
- ✚ Será que se pode investigar esta questão sem analisar os discursos dominantes e sem dar voz ao mutismo das próprias pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo?
- ✚ Será possível estudar este fenómeno sem escrutinar os valores da nossa própria sociedade e a forma como está organizada em torno do *status* económico, do trabalho, da produtividade, enfim, da utilidade, e para quem estar em situação de sem-abrigo é uma forma de preguiça e ócio?

Para terminar este prefácio realça-se o intento de usar o valor das ciências como um idioma para promover a mudança social, ou seja, através da investigação, “*tornar verdadeira a noção de uma humanidade comum*” (Vessuri, 2002, p. 142).

Reforça-se, assim, que um dos papéis das ciências sociais é revelar/denunciar as injustiças, o sofrimento e os fatores de dominação “institucionalmente instituídos” que possam favorecer ou perpetuar situações de miséria, marginalização e exclusão extrema, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo.

Desta forma, este estudo tentará sublinhar incongruências, identificar paradoxos entre o que se diz e o que se faz, dar voz ao silêncio das pessoas em situação de sem-abrigo, enfatizando a sua própria perspetiva, fazer um ponto de situação do conhecimento nesta área, mas paralelamente levantar dúvidas, identificar pontos de ignorância e de falta de conhecimento e denunciar o eventual uso do poder dos seres humanos sobre outros seres humanos.

“The curse of poverty has no justification in our age. It is socially as cruel and blind as the practice of cannibalism at the Dawn of civilization, when men ate each other because they had not yet learned to take food from the soil or to consume the abundant animal life around them. The time has come for us to civilize our selves by the total, direct and immédiate abolition of poverty”

(Martin Luther King Jr., *Where Do We Go From Here?* 1967).



## Apresentação

“Não me importo quantos são [os indivíduos sem-abrigo]

– Os poucos que sejam são muitos”.

(Pais, A minha casa é o mundo: Os sem-abrigo, 2006, p. 38)

## Escopo do estudo, questões de partida e objetivos

O trabalho que aqui se apresenta **“A questão sem-abrigo – uma abordagem holística: análise crítica dos (dis) cursos e das práticas”** enquadra-se no doutoramento em ciências sociais, especialização em Política Social e pelo título cinco aspetos se salientam:

Primeiro, o tema da investigação é o fenómeno sem-abrigo, utilizando-se a designação de Julien Damon (2002) **“questão sem-abrigo”**, por ser uma expressão de carácter neutro que realça as interrogações que se colocam perante a existência de pessoas que se encontram neste tipo de situação;

Segundo, parte-se do princípio de que o fenómeno é multidimensional, abordando-o através de uma **análise holística**;

Terceiro, destaca-se uma **análise crítica**, preconizando-se um balanço entre um estudo instrumental e analítico e, simultaneamente, comprometido com uma vertente reflexiva e ética, estando ao serviço da condição humana (sociologia de intervenção);

Quarto, usa-se o termo **“(dis) cursus”**, que vem do latim, particípio passado de *Discurrere*, e que significa “correr ao redor”, para enfatizar o uso da Análise Crítica do Discurso (Choukiaraki & Fairclough, 1999) como pilar teórico-metodológico e ainda para destacar o “curso” (trajetória) de cada pessoa em situação de sem-abrigo, dando voz aos próprios sujeitos.

Quinto, tratam-se as **práticas de intervenção social** como uma parte irreduzível da realidade (para além dos discursos), chamando-se ainda a atenção para o uso do modelo de intervenção social (Carmo, 2007) como instrumento teórico-metodológico de análise.

Neste sentido as questões de partida deste estudo são:

- ✚ Qual a relação entre os discursos veiculados pelos média, no que concerne à questão sem-abrigo, e as práticas no âmbito do sistema-interventor?
- ✚ Qual a extensão e tipo de voz que é dada (no âmbito dos média), às pessoas em situação de sem-abrigo?
- ✚ Que recomendações poderiam criar uma forma de luta eficaz relativamente à questão sem-abrigo?

Para tentar responder a estas questões, o estudo propõe-se:

Explorar e caracterizar a relação entre os discursos veiculados pelos *média*, relativamente à questão sem-abrigo, e as práticas no âmbito do Sistema Interventor<sup>3</sup>, a nível macro (políticas sociais), meso (instituições) e micro (interventores/as sociais e pessoas em situação de sem-abrigo).

Para o efeito, identificam-se os seguintes objetivos específicos:

- ✚ Descrever e caracterizar as políticas sociais, a legislação e programas neste domínio **(Compreensão normativa)**;
- ✚ Identificar e caracterizar os discursos genéricos (típicos) sobre a questão sem-abrigo veiculados pelos média **(Compreensão ambiental)**;
- ✚ Descrever e caracterizar os serviços de proximidade e as práticas das entidades **(Compreensão operativa)**;
- ✚ Caracterizar a extensão e tipo de voz que é dada às pessoas em situação de sem-abrigo no âmbito dos média **(Compreensão interpretativa/fenomenológica)**;
- ✚ Identificar e analisar os mitos relativos à questão sem-abrigo e desconstruí-los com base em evidência científica **(Compreensão crítica)**;
- ✚ Identificar e caracterizar as consonâncias e as dissonâncias entre os discursos veiculados e as práticas observadas **(Compreensão da autenticidade)**.

<sup>3</sup> Entende-se aqui sistema-interventor como uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social que se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social (Carmo, 1999, 2000, 2011).

## Organização da tese

Em termos de organização, este trabalho divide-se em duas partes:

Na **parte I** procede-se ao enquadramento do tema do trabalho abordando-se de forma pormenorizada a questão sem-abrigo (capítulos primeiro e segundo). Aborda-se ainda, nesta parte, o papel dos discursos e das práticas de intervenção social no âmbito desta questão (capítulo terceiro).

Na **parte II** procede-se à descrição metodológica (capítulo quarto) e ao desenvolvimento empírico propriamente dito, enquadrando os resultados reunidos (capítulo quinto) e discutindo os mesmos à luz da teoria (capítulo sexto).

Por último serão apresentadas as principais notas conclusivas da investigação, bem como uma reflexão crítica sobre as mesmas.

## Capítulo I – A questão sem-abrigo como problema social

“Pensar e conhecer o social é sempre intervir nele”.

(Ferreira M., 2013, p. 170)

As ciências sociais podem (e devem) concretizar, não só uma preocupação, mas também, e essencialmente, uma responsabilidade pelo mundo em que vivemos, tentando melhorar os problemas sociais.

A existência de indivíduos que se encontram a viver em situação de sem-abrigo pode ser considerado um dos problemas sociais mais graves no mundo atual, principalmente daqueles países ditos desenvolvidos onde se assiste a um contraste entre a prosperidade vivida por algumas pessoas e a ausência das condições mínimas de sobrevivência e dignidade de outras.

Horsfall (2012) define problema social como:

“Situação considerada, por determinado grupo, como adversa e como estando a afetar negativamente o bem-estar pessoal ou social de determinado grupo-alvo (ou coletividade) ao ponto de serem necessárias ações, levadas a cabo por um grupo de ação/organização ou instituição, com vista a melhorar essa situação”<sup>4</sup>.

De acordo com esta definição, são identificados seis ingredientes para que determinada questão seja considerada um problema social:

- ✚ Uma situação social adversa que possa ser alterada e que tenha uma causa humana/social;
- ✚ Um grupo-alvo (*Target group*), ou seja, pessoas que estão a sofrer com determinada situação, estando ameaçado o seu bem-estar;
- ✚ Quem reconheça a situação como um problema;
- ✚ Grupo de ação constituído por uma ou mais organizações que dão início ao processo de mudança;

---

<sup>4</sup> “A situation judged by an advocate group to be adversely affecting the personal or social well-being of a target group (or collectivity) to the extent that it needs to be readressed by means of an ameliorating action to be taken by an action group/organization or institution” (Horsfall, 2012).

- ✚ Ações para melhorar a situação;
- ✚ Vontade para agir.

Assim, o enquadramento da questão sem-abrigo, como problema social, será levado a cabo em torno dos aspetos *supramencionados*:

- ✚ Questão sem-abrigo como situação social adversa, onde se enfatizará o que se entende por fenómeno sem-abrigo, as várias tipologias associadas e as principais causas e consequências para as pessoas que se encontram nessa situação;
- ✚ O *target group* através de uma resenha estatística relativamente ao número e perfil de pessoas que se encontram nessa situação;
- ✚ As ações e políticas levadas a cabo ao longo do tempo.

Destaca-se que pelo facto da própria investigação se enquadrar na especialização em Política Social, a parte respeitante às ações e políticas será exposta num capítulo próprio.

## 1.1.A questão sem-abrigo como situação social adversa

No sentido de apresentar a questão sem-abrigo como um problema social apresenta-se uma variedade de perspetivas sobre o conceito, elencam-se as tipologias que têm sido usadas como ferramenta teórica para fazer o retrato do fenómeno e as causas e consequências já reconhecidas na literatura e que o concebem como um problema social grave.

### 1.1.1. Conceitos

“If policy cannot even define homelessness, how can it hope to provide for homeless people?”.

(Neale, 1997, p. 47)

“As palavras e os conceitos utilizam-se conscientemente para violentar a capacidade cognitiva das grandes massas da população, para confundir as mentes e para, em última instância, impor significados contraditórios com a realidade”.

(Romano, 2008, 51)

“A forma nominal de designação da realidade atesta já por si um posicionamento político e ideológico”.

(Kebrat-Orecchioni)

De um ponto de vista etimológico, “abrigo” deriva do latim - “*apricus*”, que significa alperce ou, fruto que amadurece ao sol. Ter abrigo, portanto, é ter direito ao sol, sendo que, neste sentido, as pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) seriam aquelas que vivem na sombra e que não têm direito ao sol, que se escondem, ou são escondidos (Moita, 2004, p. 155). Por conseguinte:

“Abrigar é muito mais do que dar uma casa, é prover condições para a construção de um lar que nos permita aceder a um leque variado de benefícios – a um “lugar ao sol”.

(Ferreira, 2009, p. 36)

O termo em língua inglesa é *houseless*, que significa sem casa, ou seja, a falta de residência fixa. Usa-se, ainda, o termo *homeless*, que significa sem lar, o que implica que, para além da falta de residência a pessoa mostra algum grau de isolamento social ou desafiliação (Costa, 2004, p. 17 e 18).

Em face do que ficou dito compreender-se-á as reservas para com as entidades e as políticas sociais, no âmbito da questão sem-abrigo, que privilegiam exclusivamente o direito à habitação como sua área de intervenção (Costa, 2004).

“Para além do alojamento, as pessoas [em situação de] sem-abrigo, necessitam de um conjunto de serviços médicos, psicológicos, sociais, educativos, formação profissional que lhes permitam resolver as verdadeiras causas da sua situação”.

(Costa, 2004, p. 18).

De salientar, ainda, que esta alteração de “*house-less*” para “*home-less*” enfatiza a mudança de perspetiva relativamente ao fenómeno ao longo do tempo, pois as pessoas em situação de sem-abrigo poderiam ter um local de pernoita que as abrigasse, mas não tinham o que se considera uma casa condigna, remetendo para o alojamento em centros, abrigos, albergues ou pensões de fraca qualidade asseguradas por instituições de caridade.

Na língua Inglesa fez-se ainda uso dos seguintes termos: “*tramp*”, “*hobos*”, “*bums*”, “*vagrant*”, “*wino*”, “*bum*”, “*drifter*”, “*bag lady*” e “*skid row*”<sup>5</sup> (Anderson, 1992; Paul Fink & Allan Tasman, 1992 *apud* (Bento, 1999, p. 7).

Já na Língua Francesa, a expressão *sans-abrisme* corresponde à condição de alguém se encontrar em situação de sem-abrigo, uma tradução da expressão inglesa *homelessness*, ainda que, como afirma Damon (2010), seja muito pouco usada em detrimento da expressão *sans domicile fixe* (SDF), a qual constitui atualmente a forma de nomeação jurídica. Usa-se ainda o termo *sansabri*, que data de 1935 e que se reporta à falta de *habitat*, que protegeria os seres humanos das condições atmosféricas (Bento & Barreto, 2002, p. 23), e *sans logis*.

<sup>5</sup> Não se encontrando expressão exata que traduza alguns dos conceitos referidos, indicam-se os termos em português mais próximos (*tramp*, *hobos*, *bums*, *vagrant*, *bum*, *drifter* sinónimo de *vagabundo*; *wino* sinónimo de *bêbado*; *Bag lady* sinónimo de “*senhora do saco*”, aqui remetendo-se também para uma desvalorização simbólica do homem designando-o por “*senhora*”. O termo “*Skid Row*” era usado, nos EUA, para descrever a pista onde os troncos de madeira eram encalhados para as serrações, e à volta das quais viviam os transportadores de madeira. Este termo foi então apropriado para designar um fenómeno que se iniciou (também nos EUA), no início da Guerra Civil, tendo-se consolidado por toda a América na década de 1870, e que consistiu na criação de uma área ecológica distinta para as pessoas em situação de sem-abrigo, onde eram construídos abrigos, albergues, restaurantes baratos, lojas em segunda mão direccionados para satisfazer as necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo. (Barreto, 2000, p. 17).

No entanto na língua Francesa fez-se ainda uso das seguintes expressões: “*ruffians*” (rufias), “*oyseux*”, “*mâraux*”, “*caymands*”, “*dromomanie des dégénérés*”, “*automatisme ambulatoire*”, “*errants*”, “*vagabonds*” e “*clochards*” (Vexliard, 1953; Damon, J., 1998 apud (Bento, 1999, p. 7).

Bronislaw Geremek (1988) destacou que os conceitos usados na literatura medieval para designar as pessoas que se encontravam em situação de sem-abrigo (entre séculos XV e XVII) eram: pobre, mendigo/a, vadio/a, vagabundo/a, marginal, designações que tinham em comum o facto de se referirem a pessoas reconhecidas como uma amálgama social de fatores negativos.

“A condição marginal se caracteriza pela não participação nos privilégios materiais e sociais, na divisão do trabalho e na distribuição dos papéis sociais, nas normas e no ethos sociais dominantes na sociedade global. São de facto as instituições da ordem estabelecida que procedem à exclusão dos grupos e dos indivíduos considerados como inúteis à ordem comum ou indignos. Estas instituições, através de decisões legislativas e do exercício da justiça afirmam os modelos de vida e condenam a recusa de participar deles”.

(Geremek, 2004, p. 190)

“O medo define o outro mundo”.

(Geremek, 1995, p. 91 e 92)

No entanto, apesar desta amálgama de fatores negativos, cabe referir que a multiplicidade de termos apresentados não tinha significados idênticos, sendo que cada termo acentuava determinados aspetos: a pobreza, a mendicidade, a errância e a ociosidade.



|             |   |
|-------------|---|
| Indigente   | Deriva do Latim <i>indigens, entis</i> , que significa “tem falta de”, “necessitado”, pretendendo identificar aqueles indivíduos “ <i>que vivem em indigência, sem condições de suprir suas próprias necessidades</i> ”. Ou seja, pessoa muito pobre, “ <i>que vive na miséria e na pobreza absoluta</i> ” (Barreto, 2000, p. 7).   |
| Mendigo/a   | Vem do latim <i>mendicus</i> , que procede de <i>mendum</i> e significa defeito físico, o que poderá estar relacionado com o facto de os primeiros indivíduos mendigos não poderem trabalhar por apresentarem deficiência física. Diz respeito à “ <i>pessoa que exerce a mendicidade, pedinte, que vive de esmolas</i> ” (Barreto, 2000, p. 7). Alguns autores e algumas autoras também defendem a sua articulação próxima com <i>mendax</i> , que significa falso/a e mentiroso/a. Nesta perspetiva mendigo/a poderia ser alguém “ <i>apto para ganhar a vida pelo trabalho</i> ”, mas que não o faz (Lei de 20 de julho de 1912, artigo 1.º e 2.º), pelo que mendigo/a apresenta uma dupla faceta: aqueles ou aquelas que devido a alguma deficiência não conseguem arranjar meio de subsistência pedindo esmolas para sobreviver; ou pessoas que estando aptas a ganhar a vida pelo trabalho optam por não o fazer. Desta forma, houve uma preocupação em reprimir os indivíduos que mendigavam que eram considerados exploradores da caridade pública por vício ou por ociosidade e não os/as indigentes, que tendo procurado trabalho, não o encontravam ou que não tinham condições para o fazer (Reis, 1940, p. 41 e 42). |
| Vadio/a     | O termo vadio/a vem do Latim <i>Vagativus</i> , que significa “andar sem destino” e de <i>Vagare</i> que significa “ <i>andar sem propósito</i> ”, sendo que esta condição era atribuída aos indivíduos que, embora capazes, não queriam trabalhar, entregando-se à “ <i>malandrice</i> ”. [Vadio/a é] “ <i>aquele que não tem ocupação ou que não quer trabalhar, ocioso</i> ” (Barreto, 2000, p. 7). Destarte, o seu emprego pejorativo advinha da pessoa alegadamente não cooperar em atividades consideradas fulcrais e necessárias à comunidade, como por exemplo o trabalho. “ <i>A vida itinerante dava ao homem livre pobre um sentimento de autonomia, que era visto como inconveniente às relações sociais e de poder existentes. Os vadios violavam a ordem patriarcal, segundo a qual todo homem devia ter seu lugar, sua família, seu senhor</i> ” (Fraga Filho, 1996, p. 79).   |
| Vagabundo/a | A denominação vagabundo/a vem do Latim <i>vagabundus</i> , que significa, também, pessoa que anda sem destino. É composta por <i>vagus</i> , do verbo <i>vagari</i> (errar, andar ao léu) e o sufixo <i>bundus</i> (propenso a, cheio de) e começou a ser utilizada no século XIV. Intenta designar alguém que vaga pelo mundo e, mais recentemente, no século XV, surge como sinónimo de “ <i>vagamundo</i> ”, ou seja, “ <i>aquele que percorre o mundo sem finalidade determinada, um ser errante e errático, sem rumo fixo. É também utilizado como sinónimo de inconstante, instável</i> ” (Barreto, 2000, p. 7)”. Ou seja, a pessoa vagabunda é considerada marginal, na medida em que uma das suas principais características é a errância.  |
| Marginal    | Vem do Latim “ <i>margo</i> ”, que significa <i>margem</i> , tentando descrever aqueles indivíduos que se encontram à margem da sociedade ou confinados a uma condição social inferior. Geralmente usa-se indiscriminadamente o conceito marginal ou marginalizado/a. No entanto apesar de apresentarem significados aproximados, o termo marginal apresenta um sentido pejorativo, transmitindo a ideia que a pessoa marginal é responsável pela sua própria situação (Pimenta, 1992). “ <i>A passagem da responsabilidade da exclusão, dos excluídos para a sociedade, levou os Estados a despenalizar a situação daqueles que vivem à margem da sociedade. Dito de outra forma, os excluídos deixaram de ser marginais, para passarem a ser marginalizados</i> ” (Bento, 2001, p. 2)   |

#### QUADRO 1 - CONCEITOS DE INDIGENTE, MENDIGO/A, VADIO/A, VAGABUNDO/A E MARGINAL

Cabe referir que estes conceitos poderiam (ou não) estar associados, ou seja, poder-se-ia não ter ocupação e ser errático sem recorrer à mendicidade.

Por outro lado, apesar de se assistir a uma associação entre o conceito de vadio/a e de vagabundo/a com o conceito de pobre, na prática à pessoa pobre são atribuídas características de vulnerabilidade que a fazem ser merecedora de apoio, enquanto o indivíduo vadio e/ou vagabundo é considerado um perigo para a sociedade, na medida em que a sua itinerância é contrária à noção de inserção numa determinada comunidade potenciadora de segurança e ordem social.

Ressalva-se que apesar do conceito de vadio/a e vagabundo/a estarem, frequentemente, associadas em termos de significado, o sujeito vadio seria aquele que não trabalharia, seria ocioso, enquanto ao indivíduo vagabundo designaria quem não tinha casa e era errante. Assim, “o vadio seria um vagabundo, mas o contrário poder-se-ia não se verificar” (Bento, 1999, p. 7)<sup>6</sup>.

O seguinte quadro evidencia os múltiplos conceitos que têm sido usados, mais recentemente, não só em termos populares, mas também em termos técnicos.

---

<sup>6</sup> “Há ainda outras designações antigas ou regionais. Por exemplo, na aldeia de Monsanto chamava-se andino ou indino ao vadio, moinante ao brincalhão ou ao vadio, regalão ao ocioso e unto-sem-sal à pessoa sem atividade” (Maria Bescu, 1984 apud (Bento, 1999, p. 7).

| Termo/<br>conceito        | Popular | Técnico | Traços semânticos associados <sup>a)</sup>   |
|---------------------------|---------|---------|--|
| Vagabundo/a               | +       | -       | <p><b>Vagabundo</b><br/>Que ou quem vagabundeia ou tem vida errante (nómada), que ou aquele que não tem ocupação ou que não faz nada;<br/>Ocioso, tunante, vadio, pouco constante, inconstante, versátil, volúvel, depreciativo, que tem pouca qualidade, ordinário.</p> <p><b>Vagabunda</b><br/>Depreciativo, mulher que se comporta de modo devasso ou amoral.<br/>Inseto da família dos formicídeos (<i>Pachycondila striata</i>), de cor preta, de picada dolorosa, encontrado em algumas zonas da América do Sul (formiga de ferrão).</p> |
| Vadio/a                   | +       | -       | <p><b>Vadio</b><br/>Que ou aquele que não tem ocupação ou que não faz nada, ocioso, tunante, vagabundo;<br/>Que ou aquele que não gosta de trabalhar ou de se empenhar, malandro.</p> <p><b>Vadia</b><br/>Mulher que se comporta de modo considerado devasso ou amoral.</p>  |
| Mendigo/a<br>e/ou pedinte | +       | -       | <p><b>Mendigo</b><br/>Aquele que pede esmola para viver, pedinte, indigente.</p> <p><b>Mendiga</b> (não foi encontrado o termo)</p> <p><b>Pedinte</b><br/>Que ou aquele que pede esmola, mendigo ou mendiga.</p>   |
| Pobre                     | +       | +       | <p>Que aparenta ou revela pobreza, humilde, maldotado, pouco favorecido, desperta compaixão, pena, coitado/a, infeliz;<br/>Que tem pouca quantidade e/ou qualidade, produz pouco, quem não tem ou tem pouco do que se considera vital;<br/>Necessitado/a, que ou quem tem poucos bens ou pouco dinheiro (≠ rico), pessoa que pede esmola, mendigo/a, pedinte;</p>  |
| Excluído/a                | -       | +       | Que ou o que foi posto de parte; que ou que se excluiu.  |
| Desempregado/a            | +       | +       | Que ou quem não tem emprego.   |
| Marginal                  | +       | -       | <p>Que ou quem está à margem ou quem vive à margem da sociedade;<br/>Assunto, questão, aspeto, etc., de importância secundária.</p>  |
| Marginalizado/a           | -       | +       | Que ou quem foi excluído de algum grupo, da sociedade, ou quem se marginalizou.  |
| Criminoso/a               | +       | +       | Culpado de um crime, pessoa que cometeu um crime, contrário às leis morais ou sociais.   |
| Vítima                    | -       | +       | <p>Pessoa que morre ou que sofre pela tirania ou injustiça de alguém, pessoa que é sacrificada aos interesses de outrem;<br/>Pessoa que foi assassinada, ferida ou atingida (casual, criminosamente ou em legítima defesa ou por um acidente, catástrofe, crime, etc.);<br/>Tudo o que sofre dano ou prejuízo.</p>   |

|                              |   |   |   |
|------------------------------|---|---|---|
| Desafiliado/a<br>e isolado/a | - | + | <b>Desafiliado/a</b><br>Deixar de estar filiado, romper uma união, um vínculo (dicionário informal. Não existia o termo no <i>Priberam</i> ).<br><b>Isolado/a</b><br>Que se isolou, sem outro ao lado, só, sozinho/a, cuja comunicação foi interrompida.  |
| Bêbado/a                     | + | - | Que ou quem ingeriu bebida alcoólica em excesso, embriagado/a, ébrio/a, alcoólico/a, alcoólatra;<br>Que ou quem tem por hábito ingerir grande quantidade de bebidas;<br>Pessoa desprezível (patife).  |
| Alcoólico/a                  | - | + | Que ou quem consome bebidas alcoólicas de forma abusiva e sistemática, alcoólatra.  |
| Drogado/a                    | + | - | Que ou o que faz uso de drogas, toxicodependente, toxicómano/a.   |
| Toxicodependente             | - | + | Pessoa que tem dependência, física ou psicológica, de drogas ou substâncias tóxicas.  |
| Doido/a<br>e/ ou maluco/a    | + | - | <b>Doido/a</b><br>Que ou quem perdeu a razão ou tem distúrbios mentais (louca/o, maluca/o), que ou quem é temerária/o ou insensata/o.<br><b>Maluco</b><br>Que ou quem não tem o juízo todo, adoidado/a, doido/a, louco/a, maníaco/a; cismático/a, estouvado/a ou extravagante.<br><b>Maluca</b><br>Mulher sem juízo, estouvada ou leviana, doida. |
| Psicótico/a                  | - | + | Que ou quem sofre de psicose.   |
| Doente                       | + | + | Que tem doença, pessoa doente, fraco/a; achacadiço/a; enfermo/a.  |
| Utente                       | - | + | Que ou aquele que usa ou que tem o direito de usar, utilizador/a.   |
| Sem-abrigo                   | + | + | Que ou quem vive na rua e não tem domicílio fixo, sem teto.   |

## QUADRO 2 - TERMOS USADOS PARA IDENTIFICAR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E OS TRAÇOS SEMÂNTICOS ASSOCIADOS

(Adaptado de Bento, 2004, p. 69)

a) in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (consultado em setembro de 2016).

Aqui ressaltam-se três aspetos:

- ✚ Os termos pobre, desempregado/a, criminoso/a, doente e sem-abrigo têm sido usados, tanto ao nível da linguagem popular, como da linguagem técnica para identificar as pessoas em situação de sem-abrigo;
- ✚ A terminologia usada ainda tende a apresentar traços semânticos com carga negativa;
- ✚ A carga negativa e depreciativa é maior nos termos que designam as mulheres (sobretudo no que respeita ao conceito de vagabunda e vadia).

Destaca-se que também não foi encontrada, até ao momento, uma definição do que é sem-abrigo que tenha sido usada por diferentes investigadores e investigadoras, por pessoas com cargos de decisão política e por técnicas/os que trabalham nesta área, durante os anos em que o fenómeno tem sido alvo de estudo e de preocupação social.

*“There is no single, generally accepted definition of homelessness”.*

*(Hombs, 2001, p. 6)*

Dada a grande diversidade de conceitos que têm sido usados, tanto a nível técnico, como a nível científico, tentou-se operacionalizar o conceito sem-abrigo através do uso de diversas categorias que enfatizam diferentes aspetos do fenómeno.

### 1.1.2. Tipologias

Ao longo do tempo tem-se enfatizado diversas terminologias/conceitos, que tendem a focar diferentes ângulos do fenómeno e que resumidamente podem ser categorizadas da seguinte forma<sup>7</sup>:

1. Baseadas em traços individuais;
2. Fundamentadas na geografia e/ou local de pernoita;
3. Assentes na origem do fenómeno;
4. Com foco na questão habitacional;

<sup>7</sup> *Note-se que este trabalho de síntese e categorização não esgota todas as tipologias que já foram identificadas no âmbito da literatura e para cada uma destas abordagens são dados apenas alguns exemplos, sendo que outros autores e autoras poderiam elencar outras perspetivas.*

5. Alicerçadas no tempo;
6. Ancoradas no risco;
7. Assentes no conceito de exclusão social;
8. Abordagens “multivariáveis”.

### 1. Classificação com base em traços individuais

No século XIX apresentava-se uma classificação das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) com base nos seus traços de personalidade (Foville (1875), Charcot, Benedikt (1890), Pitres (1896) e Wilmans (1902). Pagnier (Reis, 1940, p. 435).

A título de exemplo, em 1845, Brierre de Boismont identificava que as pessoas delinquentes condenadas por vagabundagem se dividiam em *alienados delirantes, alucinados, maníacos, melancólicos, místicos, perseguidos, degenerados, traumatizados e os intoxicados* (Reis, 1940, p. 434).

Outro exemplo, foi a distinção feita por Pitres (1896 *apud* Reis, 1940) de dois grupos de vagabundos/as: O grupo dos que foram “atingidos pela alienação mental, nos quais a vadiagem não é senão uma das manifestações dum mal preexistente e permanente e o daqueles em que ela é essencialmente caracterizada por acessos intermitentes de impulso irresistível para a marcha, designada por Charcot de “vagabondage impulsive” ou “automatisme ambulatoire” (Reis, 1940, p. 434).

Leach, por sua vez, propôs duas categorias de sem-abrigo: a categoria “extrínsecos”, que ficavam nessa situação devido a fatores externos ao próprio, como a pobreza ou a perda de emprego/habitação; e a categoria “intrínsecos” cuja condição de sem-abrigo devia-se a doenças mentais e/ou físicas [McNaught & Bugra, 1996 *apud* (Bento, 2000, p. 9)].

### 2. Classificação com base na geografia e/ou local de pernoita

No artigo *Les milieux morbides*, Herbet (1903) distingue duas espécies de pessoas vadias, dependendo da zona onde se encontram, pelo que identifica os “vadios dos campos” e os “vadios urbanos”, sendo que, para este autor, estes dois grupos não se confundem e são até antagonistas.

Mais recentemente, alguns/mas autores/as sugerem que as pessoas em situação de sem-abrigo se dividem em dois grupos dependendo do local de pernoita: o grupo que recorre ao apoio dos abrigos e albergues ("shelter homeless") e o grupo das pessoas que pernoitam em locais precários e não apropriados, mormente, estações de comboios, viaturas, vãos de escadas, prédios abandonados, etc. ("street homeless").

Outros/as autores/as (Ensign & Bell, 2004), para além das categorias "*shelter homeless*" e "*street homeless*", que se incluem na designação mais abrangente de "literal homelessness", identificam ainda os "hidden homeless", tentando, desta forma, incluir aqueles sujeitos que se encontram a viver em casa de familiares ou que são acolhidos dentro da sua esfera/rede de amigos e cuja situação de sem-abrigo não é tão visível.

### 3. Classificação de acordo com a origem do fenómeno

Autoras e autores do início do século XX (Reis, 1940, p. p. 423) identificavam três tipos de sujeitos vagabundos: Os de origem económica e social, que se dividiam nos "*legítimos*" (operários/as sem trabalho, exilados/as, indivíduos com profissões ambulantes) e os *delinquentes* (condenados/os, reincidentes das prisões e dos asilos); Os de origem mórbida, que abrangiam os indivíduos com *insuficiências físicas temporárias* (crianças, adultos, doentes) e as pessoas com *insuficiências físicas definitivas* (idosos/as e deficientes físicos) e ainda os que tinham insuficiências psíquicas. Finalmente, os de origem étnica, que abrangiam não só as *cruzadas*, mas também as *migrações* e as *invasões* por atividade de guerra, a população cigana e outros sujeitos que vagueavam motivados pela raça em que se inseriam.

Vexliard (1957), por seu lado, identificou quatro tipos de teorias relativamente às causas do fenómeno sem-abrigo, dependendo do enquadramento em diferentes áreas de poder: jurídicas, sociológicas, psicobiológicas e psicológicas, que alterna entre a atribuição de causas relativas ao fenómeno sem-abrigo com foco nas características individuais ou ênfase na situação estrutural de pobreza. Nesta perspetiva os indivíduos em situação de sem-abrigo podem ser identificados como "errantes inofensivos", "mendigos fortes", (campo jurídico),

sem-abrigo devido a fatores conjunturais (campo sociológico), por predisposição genética/hereditária (campo psicobiológico) ou por patologia (campo psicológico).

| Teorias do campo jurídico  | Teorias de âmbito sociológico   | Explicações psicobiológicas   | Abordagens psicológicas  |
|--|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• As grandes tendências neste âmbito tiveram lugar em França desde a altura de Carlos Magno e procuravam distinguir os sujeitos errantes inofensivos dos “mendiants forts”, os quais eram, respetivamente, apoiados por instituições de caridade, religiosas ou laicas ou castigados e forçados a trabalhar.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• De forma geral, reforçam a pressão coletiva sobre o indivíduo como causadora da situação de sem-abrigo, dando ênfase, por um lado, às questões económicas ligadas ao desemprego, ou por outro lado, perspetivando a pobreza e o fenómeno sem-abrigo como um mal necessário (tese é defendida por Armand Pagnier, em 1910, na obra “<i>Le vagabond. Un déchet social</i>”)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teorias com grande aceitação na Alemanha e Itália no século XIX/inícios do século XX que assentavam no determinismo biológico e na hereditariedade. Escola antropológica (existência de características morfológicas que nasciam com o indivíduo), Teoria Instintiva (defendiam “instinto migratório” que explicava a existência de pessoas errantes) e a teoria Eugenista (As correntes mais fundamentalistas de Galton, preconizavam a esterilização dos pobres, favorecendo a reprodução das pessoas mais aptas para evitar uma “catástrofe biológica”. As correntes mais moderadas de Rostand e Julian Huxley propunham um aperfeiçoamento social que facilitasse o desenvolvimento do potencial dos indivíduos, minorando o seu património genético.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos utilizados em criminologia que pretendiam auxiliar os/as juristas na apreciação dos crimes e na aplicação de penas. Esses estudos pretendiam determinar o grau de responsabilidade das/os delinquentes e se estes sujeitos estariam na posse das suas faculdades mentais, ou, pelo contrário, seriam pessoas com algum tipo de patologia que não poderiam ser responsabilizadas pelos seus comportamentos.</li> </ul> |

### QUADRO 3 - TEORIAS JURÍDICAS, SOCIOLÓGICAS, BIOPSIOLÓGICAS E PSICOLÓGICAS RELATIVAS À QUESTÃO SEM-ABRIGO

(Fonte: Vexliard, 1957)

#### 4. Tipologia de sem-abrigo com foco na questão habitacional

Conforme a *United States Alcohol, Drugs Abuse and Mental Health Administration* (1983), sem-abrigo é qualquer pessoa que não dispõe de alojamento, nem de recursos ou laços comunitários adequados [Munoz & Vasquez, 1998 *apud* (Ferreira, 2009, p. 15)].



Um outro exemplo é a definição inglesa transmitida em *The Housing Act*<sup>8</sup> (1977, 1996 e 2002) que define pessoa em situação de sem-abrigo como aquela que não possui o direito legal ou se encontra impedido de ocupar uma casa de forma segura e com razoável conforto.

Por sua vez, o Conselho da Europa define pessoa em situação de sem-abrigo como as pessoas ou famílias que estão socialmente excluídas de ocupar permanentemente um domicílio adequado e pessoal.

Cooper (Cooper, 1998) identifica quatro situações habitacionais distintas que correspondem a graus distintos de sem-abrigo: “*absolute homelessness*” que corresponde a dormir na rua e outros locais não previstos para habitação; “*first degree relative homelessness*” que engloba vários tipos de acomodação temporária e de curto prazo, como os *hostels*; “*second degree relative homelessness*” para pessoas que vivem de forma mais ou menos permanente em quartos arrendados, e, “*third degree relative homelessness*” para habitação considerada insegura e/ou inadequada.

## 5. Tipologia de sem-abrigo baseada no tempo

Vários autores e autoras classificam o fenómeno sem-abrigo tendo como base de referência o tempo que as pessoas se encontram nessa situação (Kuhn & Culhane, 1998; Hertzberg, 1992; Leanne Rivlin e Anderson & Snow).

A teoria da dessocialização de Alexandre Vexliard (1957) defende que as pessoas em situação de sem-abrigo passam por quatro fases, as quais se relacionam com o tempo de permanência na situação:

---

<sup>8</sup> “An Act to make further provision as to the functions of local authorities with respect to persons who are homeless or threatened with homelessness; to provide for the giving of assistance to voluntary organisations concerned with homelessness by the Secretary of State and local authorities; to repeal section 25 of the National Assistance Act 1948; and for connected purposes” (Fonte: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1977/48/introduction/enacted>, consultado a 01 de outubro de 2015).

A primeira fase é a de agressão (*agression*), na qual o indivíduo tenta voltar à situação anterior; de seguida a fase da regressão (*régressive*), em que se assiste a uma perda de autoestima e a uma espiral de exclusão; a terceira fase, apelidada de fixação (*fixation*) na medida em que se procura a adaptação ao novo ambiente assistindo-se a uma fratura com o estilo de vida anterior; finalmente, segundo este autor, o último estágio consiste no abandono (*abandon*) em que se presencia uma deterioração progressivamente mais “autista” e uma resignação com a situação em que se encontra, não procurando ajuda e colocando-se, muitas vezes, em perigo, não procurando serviços médicos. A expressão, posteriormente criada por Xavier Emmanuelli “*a grande exclusão*” corresponderá a esta última fase do processo descrita por Vexliard.

Na mesma linha, Leanne Rivlin (1986) tipifica as pessoas em situação de sem-abrigo em termos da duração do episódio de rua e seu consequente grau de vulnerabilidade. Distinguem-se quatro formas e graus de sem-abrigo: o crónico (associado ao alcoolismo e à toxicod dependência), o periódico (que pode ter casa mas que a deixa quando a pressão se torna intensa, por exemplo nos casos de violência doméstica), o temporário (situação motivada, por exemplo, por um desastre natural, desemprego súbito, doença grave, ou uma mudança de comunidade – mantendo-se as capacidades para manter habitação); e, por último, o total (o trauma da total devastação dos suportes sociais e físicos ameaça seriamente a capacidade de recuperação). Desta forma, a autora reforça a perspetiva de que a duração do episódio em que a pessoa se encontra em situação de sem-abrigo condiciona as capacidades de procura de saída da situação.

Por sua vez, Hertzberg (1992), tendo em conta a duração em que a pessoa está em situação de sem-abrigo e as atitudes face a essa mesma situação, defende que quanto maior o tempo nesta situação, maior será, também, a dificuldade de reinserção, já que há uma acumulação, quer de fatores de vulnerabilidade, quer dos efeitos sofridos. De um episódio esporádico para o longo prazo, as atitudes tendem a passar da luta, para a aceitação, pelo que a motivação para se envolverem em projetos educativos e/ou profissionais e a necessidade que sentem relativamente a uma eventual habitação tornam-se menos vinculados.

Desta forma, compreender-se-á que as pessoas que passam mais tempo em situação de sem-abrigo tendem a afirmar, com mais frequência, que a situação vivida é fruto de uma decisão própria.

No mesmo sentido, Shane (1996 *apud* (Murphy & Tobin, 2011) divide o fenómeno sem-abrigo em cinco grupos: curto, médio, e longo prazo, esporádico e crónico. Enquanto outros/as autores/as (Johnson, 1988; NAEH, 2003; Ropers, 1988, Kuhn & Culhane, 1998) defendem apenas três categorias com base na duração que permanecem nos centros de acolhimento: “*chronically homeless*”, “*transitionally homeless*” e “*episodically homeless*”. Assim, na medida em que as pessoas apresentam características sociodemográficas e competências sociais distintas, as respostas deveriam ser desenvolvidas de acordo com as características de cada grupo identificado. Ou seja, nos casos mais crónicos, habitação apoiada e acompanhamento de longo-prazo; relativamente aos considerados “*transitionally homeless*” foco em medidas preventivas; e, para os casos esporádicos, habitação transicional e tratamento residencial.

Pereirinha (2008) identifica os indivíduos sem-abrigo crónicos, que se encontram há vários anos na rua, já despojados de regras e sonhos e onde impera a doença mental e/ou física; e os novos sem-abrigo que se encontram há pouco tempo na rua, quase sempre devido a múltiplas perdas. Neste caso, a questão do tempo que se está em situação de sem-abrigo influenciaria o tipo de intervenção e o sucesso dessa mesma intervenção na retoma de uma situação de vida, sendo mais fácil a construção e um projeto de vida mais eficaz para pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo há menos tempo do que para aquelas que já se encontram nesse tipo de situação há vários anos.

Contudo, em qualquer dos casos e independentemente do número de categorias identificadas, grande parte das autoras e dos autores que caracterizam a situação de sem-abrigo com base no tempo e na duração do episódio, colocam a linha de demarcação das pessoas em situação de sem-abrigo em situação crónica quando se encontram há mais de um ano em situação de sem-abrigo [Pires & Silber, 1991; Rollinson & Pardeck, 2006 *apud* (Murphy & Tobin, 2011)].

Ainda relacionada com o tempo, mas ancorada na relação que a pessoa em situação de sem-abrigo estabelece com o espaço público, Damon e Firdion (1996) identificam três momentos neste processo relacional: a fragilização, o hábito, a sedentarização.

A fragilização corresponde ao comportamento das pessoas que se encontram há pouco tempo no espaço público, o hábito aos comportamentos de sobrevivência individuais ou coletivos daqueles que já se encontram nessa situação há algum tempo e, finalmente, a sedentarização que constitui a fase de adaptação à vivência na rua e que corresponderá à tradicional figura do “sem-abrigo” (Damon & Firdion, 1996, p. 383).

Uma das críticas frequentemente apontadas a este tipo de classificação baseada na duração é a de erroneamente se supor que o episódio terminou, pelo que será mais correto

depreender que as características se reportam a fases, não necessariamente encadeadas, ao invés de pessoas. Isto é, se o tempo de permanência na situação de sem-abrigo parece estar correlacionado com a multiplicação progressiva de “*handicaps*”, e a crescente dificuldade no processo de reinserção dos indivíduos, já que a experiência de rua exige a (re) criação de novas estratégias de sobrevivência, a fronteira entre estes momentos é bastante fluida existindo uma grande heterogeneidade de situações sociais, tornando-se importante entender as trajetórias ascendentes e descendentes das pessoas que se encontram nesta situação.

## 6. Tipologia de sem-abrigo ancorada no risco

Daly (1996) enfatiza a necessidade do conceito ou tipologia incluir não só os sujeitos que se encontram efetiva ou temporariamente sem alojamento, mas também aqueles que possam estar em risco de ficar nessa situação, usando, então, a noção de risco para distinguir diferentes tipos de situações de sem-abrigo: (1) peessoas em risco ou ligeiramente vulneráveis a *homelessness* (no prazo de um mês) que necessitam de assistência a curto prazo; (2) peessoas cuja única necessidade é habitação (peessoas com trabalhos temporários ou que episodicamente ficam sem condições de pagar renda de casa e que sem apoio financeiro terão graves problemas); (3) peessoas que poderão tornar-se independentes mas que necessitam de ajuda ao nível das suas competências sociais e pessoais; (4) peessoas com múltiplas dificuldades mas que, com apoio, podem habitar, em grupo, centros, necessitando de tempo para se autonomizarem; e, (5) peessoas com necessidades institucionais de apoio permanente.

Pimenta (1992) analisa o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo através de quatro dimensões, ancoradas em determinado tipo de risco:

- ✚ Foca a ausência de habitação convencional permanente;
- ✚ Evidencia a abordagem mais familiar, focando a ausência de laços familiares ou laços familiares precários, que conduzem, progressivamente, a uma desintegração social;
- ✚ Reflete a articulação da pessoa em situação de sem-abrigo com o ambiente escolar e profissional, enfatizando que, por norma, a pessoa em situação de sem-abrigo não frequentou a escola por longos períodos e não tem trabalho, ou quando tem, o mesmo é precário;
- ✚ Aborda as atitudes do próprio sujeito face à situação, enfatizando, de início o medo do desconhecido e a incerteza, sentimentos que, pouco a pouco, começam a dar lugar a comportamentos de resignação, frustração e conformismo, dando alguma relevância à perspetiva temporal quando se analisa este fenómeno.

## 7. Tipologia de sem-abrigo assente no conceito de exclusão social

Em grande parte dos discursos até à década de 80 do século XX, os conceitos de pobreza e exclusão social eram utilizados indiferenciadamente, existindo, contudo, duas perspetivas de análise distintas: a tradição anglo-saxónica e a tradição francesa.

Graham Room (Costa, 1998, p. 12) terá dado um contributo muito relevante para se perceber melhor a diferenciação entre estes conceitos, afirmando:

“O que distingue a tradição britânica da escola francesa, no estudo da situação dos indivíduos e grupos desfavorecidos, é que a primeira se ocupa sobretudo dos aspetos distributivos (pobreza), ao passo que a francesa se interessa mais pelos aspetos relacionais (exclusão social) ”.

Assim, enquanto o conceito de pobreza remete para uma situação de falta de recursos, da qual resultam más condições de vida, seja por não terem os padrões médios de vida (pobreza relativa), seja por não possuírem as condições mínimas de sobrevivência (pobreza absoluta), o termo exclusão remete para a inacessibilidade ou rutura com vários sistemas sociais básicos, nomeadamente o económico, social, institucional, territorial e também o das referências simbólicas (Costa, 1998).

“Na Bíblia Caim é o primeiro excluído. Na Grécia Antiga e democrática, as pessoas indesejáveis são votadas ao ostracismo. Em Roma são proscritos. Na civilização Hindu há os párias. Na Idade Média os ghettos. Na Renascença “os loucos”.

(Bento, 2001, p. 1)

A ênfase na caracterização do fenómeno sem-abrigo ligado ao conceito de exclusão social pretende, assim, superar as definições de sem-abrigo mais restritas (Thomas, 1997, Bento & Barreto, 2002 *apud* Nogueira, S. & Ferreira, J., 2007) que caracterizam o fenómeno com recurso à ideia de *“falta de habitat mínimo, que protegeria o homem do frio, do vento ou da chuva que, da mesma maneira que a alimentação e/ou vestuário, assegura uma necessidade essencial à sobrevivência humana”*.

Pretende-se, desta forma, incidir num contínuo de situações habitacionais, desde as situações de rua à habitação adequada, tentando-se, desta forma, evitar a estigmatização das pessoas em situação de sem-abrigo, não se colocando a tónica em conceitos dicotómicos que distinguem as pessoas em situação de sem-abrigo da restante população.

“Atualmente, exclusão é o paradigma a partir do qual a nossa sociedade toma consciência de si mesma e das suas disfunções”.

(Paugam, 1996)

Muñoz & Vasquez (1998 *apud* Nogueira, S. & Ferreira, J.; 2007) consideram que a definição deve conter as seguintes situações:

- ✚ Viver na rua;
- ✚ Ocupação ilegal de casas abandonadas, barracas ou outros abrigos não específicos;
- ✚ Alojamento em refúgios ou centros de acolhimento, sejam estes privados ou públicos;
- ✚ Estadia em pensões, camaratas ou outros refúgios;
- ✚ Estadia junto da rede de amigos e/ou familiares, com quem a pessoa se sente forçada a coabitar,
- ✚ Residência em instituições, estabelecimentos de cuidados infantis, prisões, hospitais, hospitais psiquiátricos e sempre que ao sair dessas instituições o indivíduo não tenha domicílio,
- ✚ Posse de uma casa, mas que não se considera adequada ou socialmente aceitável.

Neste mesmo sentido é a definição de sem-abrigo da Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA), criada em 1988, que propôs a adoção de uma tipologia denominada de ETHOS - *European Typology of Homelessness* que baseia o conceito de sem-abrigo na exclusão social, identificando quatro vertentes: Sem Teto, Sem Casa, Habitação Insegura, Habitação Inadequada (Anexo 1). No entanto, esta definição funcional não é usada homogeneamente em todos os países da União Europeia (UE)<sup>9</sup>.

### 8. Abordagens “multivariáveis”

Salvaguarda-se que a definição de sem-abrigo não se esgota nas tipologias mencionadas, encontrando-se algumas autoras e autores que conceptualizam o fenómeno através da conjugação de várias categorias.

Snow & Anderson (1993, p. 7), identificam três fatores que caracterizam a situação de sem-abrigo: a dimensão residencial, a dimensão do suporte familiar e ainda a dimensão da moral e da dignidade.

Por sua vez, Jahiel (1987, p. 100) distingue entre a situação de sem-abrigo benigna e maligna através da conjugação de várias variáveis, mais concretamente os efeitos, o período de tempo na situação, recorrência do episódio e probabilidade de recuperar habitação. Neste sentido, a situação de sem-abrigo benigna seria quando as causas do episódio não são muito difíceis de superar, dura pouco tempo, sem episódios de recorrência e a habitação/alojamento são facilmente recuperáveis. Por outro lado, a situação de sem-abrigo maligna é associada a causas dificilmente superáveis ou mesmo até permanentes, apresenta uma duração considerável ou é mesmo recorrente e exige esforços consideráveis (e muitas vezes com insucesso) para se voltar a ter acesso a habitação.

---

<sup>9</sup> No capítulo da apresentação dos resultados, abordar-se-á concretamente o conceito de sem-abrigo no contexto nacional.



Em outro estudo (Chamberlain & Johnson, 2013, pp. 64-66) são identificadas cinco trajetórias diferenciadas que podem resultar numa situação de sem-abrigo:

- *Housing crisis* – pessoas que experienciam fortes restrições a nível financeiro e que geralmente não possuem recursos para pagar todas as suas despesas. Esta situação financeira muito precária pode ter várias origens, nomeadamente rendimentos muito baixos ao nível do agregado familiar, desemprego repentino e prolongado, morte ou rutura com familiar que suportava financeiramente grande parte das despesas, etc. As pessoas para manterem a habitação geralmente usam uma variedade de estratégias que podem passar por pedir dinheiro emprestado, usar crédito, deixar as contas por pagar, as quais, estratégias estas que, em última instância, podem resultar numa situação de sem-abrigo;
- *Family breakdown* – comporta dois padrões típicos: a violência doméstica, com as mulheres e as crianças a terem de deixar as suas casas ou a rutura da relação com um dos cônjuges a deixar a habitação;
- *Substance abuse* – pessoas que têm problemas crónicos de comportamentos aditivos e dependências (de álcool e/ou outras drogas);
- *Mental health issues* – a investigação tem demonstrado que o suporte familiar é um dos fatores mais importantes para as pessoas com problemas de saúde mental se manterem em casa. No entanto, por várias razões, quando esse apoio já não é prestado, muitas vezes, acaba-se numa situação de sem-abrigo;
- *Youth to adult* – Diz respeito, essencialmente, a crianças/jovens institucionalizados à saída dessas instituições e ainda a jovens com experiência de situações traumáticas (abuso físico e/ou sexual), família e/ou progenitores com problema de abuso de substâncias e violência familiar.





Nesta abordagem “multivariáveis” convém ainda explorar, ainda que de forma muito sucinta, algumas realidades em diferentes países.

É praticamente consensual que em muitos países a definição de sem-abrigo relaciona-se com a falta de habitat, mas essa condição é ela própria diferenciada consoante a região. Por exemplo, na Índia e no Bangladesh encontramos um grande número de pessoas, incluindo famílias, a dormir nas ruas e muitas fazem-no para poderem enviar as suas poupanças para as suas regiões de origem, mas por exemplo no Gana o fenómeno sem-abrigo deve-se, sobretudo, aos conflitos étnicos no norte do País. No Nepal, ainda nos dias de hoje as tradições culturais ditam que as mulheres, quando menstruadas, são colocadas fora de casa, ficando a pernoitar na rua onde muitas vezes morrem por violação, sufocam com fumo de lareiras improvisadas em abrigos para vacas, morrem com o frio ou calor extremos, ou morrem por infeções resultantes de serem mordidas por animais (*Centre for Human Settlements*, 2000).

Desta forma, tanto o conceito de sem-abrigo, como o próprio fenómeno em si são bastante complexos, heterogéneos exigindo uma análise multidimensional.

### 1.1.3.Causas, consequências

Pelo que foi exposto anteriormente a forma como se encara e define o fenómeno sem-abrigo tem apresentado uma dupla faceta: Foco nas particularidades individuais ou ênfase nas características estruturais. Estes fatores são influenciados não só pelo próprio contexto histórico e sociopolítico, mas também pelos discursos dos média e pelas próprias conceções morais veiculadas em cada época, tendo consequências diferenciadas ao nível das políticas que são ativadas. De forma sucinta, e até um pouco simplista, pode afirmar-se que quando se enfatizam as características do indivíduo, tendem a ser acionadas medidas repressivas e punitivas ou o apoio nas áreas em que o indivíduo apresenta maior dificuldade, e que segundo Barreto (2000, p. 15) são:

-  Perturbações psiquiátricas;
-  Défices educacionais e profissionais;
-  Desafiliação;
-  Identificação cultural.

Nos casos em que o destaque é atribuído aos fatores estruturais dá-se especial relevo aos apoios sociais, o acesso ao mercado do trabalho e da habitação, entre outros.

A nível nacional, ambas as abordagens do fenómeno (individual *versus* societal) são bem patentes nas investigações (48) neste domínio que foram alvo de análise (ver quadro *infra*).

| Área disciplinar                          | Autor/Título   | Síntese  | Foco      | Ano  | Instituição Ensino | Tipo                    |
|---|--|--|-----------|------|--------------------|-------------------------|
|   | Fatela, O sangue e a rua: Elementos para uma Antropologia da violência em Portugal de 1926 a 1946                  |  |           | 1989 |                    |                         |
|   | Bento & Marmeleiro, Doentes mentais sem casa (homeless) em Lisboa  |  |           | 1989 |                    |                         |
|   | Bento & Marmeleiro, Doentes mentais que dormem na rua  |  |           | 1989 |                    |                         |
|   | Bento & Marmeleiro, Doentes mentais num albergue de Lisboa   |  |           | 1989 |                    |                         |
|   | Pimenta, M. Os sem-abrigo da cidade de Lisboa  |  |           | 1992 |                    |                         |
|   | Borges, Estudo de caracterização da população sem-abrigo   |  |           | 1995 |                    |                         |
|   | Figueira, Santos, Frias & Martins, Os sem-abrigo em Lisboa   |  |           | 1995 |                    |                         |
| Políticas e de Gestão de Recursos Humanos | Quintas, C. Pessoas Sem-Abrigo: Características pessoas versus inserção social                                     | Estudar a construção identitária das pessoas acolhidas numa instituição de reinserção social   | Indivíduo | 1995 | ISCTE              | Dissertação de Mestrado |
|   | Bento, Barreto & Pires, Os sem-abrigo nas ruas de Lisboa   |  |           | 1996 |                    |                         |
|   | Alves, S. Os sem-abrigo: (Sobre) Vivências de rua  |  |           | 1996 |                    |                         |
|   | Marques & Fugas Da rua dificilmente se sai sozinho   |  |           | 1996 |                    |                         |
| Sociologia                                | Silva, M.T. As Organizações da Sociedade Civil face aos Sem-Abrigo   | Analisar a dimensão da intervenção das organizações civis na cidade de Lisboa  | Fenómeno  | 1996 | ISCTE              | Dissertação de Mestrado |
| Sociologia                                | Pereira, A. Arrumadores de Automóveis em Lisboa  | Caracterização sociodemográfica dos arrumadores de automóveis e da atividade   | Indivíduo | 1996 | FCSH/UNL           | Estudo para a CML       |
| Antropologia Social                       | Bastos, S. O Estado Novo e os Seus Vadios: Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão | Desocultar a construção social do mendigo-vadio do Estado Novo e as práticas de encarceramento de mais de 20.000 pessoas no Albergue da Mitra de 1933-1974 | Fenómeno  | 1997 | Universidade Nova  | Tese de Doutoramento    |

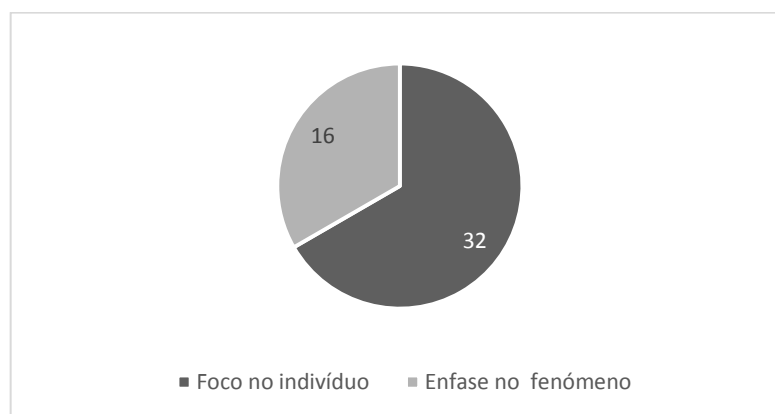
|                            |   |  |           |                   |   |                                       |
|----------------------------|---|--|-----------|-------------------|---|---------------------------------------|
| Sociologia                 | Pereira, A. Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa   | Identificação de lugares de pernoita e sua tipificação. Proposta de quantificação do fenómeno  | Fenómeno  | 1997, 1998 e 2000 | FCSH/UNL  | Estudo para a CML                     |
| Saúde Mental e comunitária | Sousa, F. E se perguntássemos aos Sem-Abrigo? Satisfação e necessidades percecionadas face aos serviços, num abrigo de Lisboa | Descrever e analisar as necessidades, preferências e níveis de satisfação com os serviços sociais  | Indivíduo | 1999              | ISPA  | Monografia de fim de curso            |
| Saúde Pública              | Sousa, A. Rede Social, Suporte Social e Situação de Sem-Abrigo em Toxicodependentes   | Comparar a utilização das redes sociais e de suporte entre dois grupos de toxicodependentes sem-abrigo   | Fenómeno  | 1999              | Universidade Nova de Lisboa                           | Dissertação de Mestrado               |
| Psicologia Legal           | Barreto, E. Vinculação e Relações de Objeto dos Sem-Abrigo  | Estudar como os sem-abrigo representam a família e as figuras parentais, avaliando a qualidade dos seus modelos de vinculação                    | Indivíduo | 2000              | ISPA  | Dissertação de Mestrado               |
| Arquitetura                | Vaz, B. Tipologias de Abrigo: Uma proposta de solução para os sem-abrigo  | Definir uma estratégia de intervenção ao nível da criação de tipologia específica destinada aos sem-abrigo                                       | Fenómeno  | 2001              | Universidade Técnica de Lisboa                        | Dissertação de Mestrado               |
| Ecologia Humana            | Gomes, L. Feminização dos sem-abrigo  | Tipificar perfis de mulheres sem-abrigo na cidade de Lisboa  | Indivíduo | 2002              | Universidade Nova                                     | Dissertação de Mestrado               |
| Psicologia Legal           | Barreto, E. Vinculação e Relações de Objeto dos Sem-Abrigo: Estudo exploratório   | Procurou estudar como os sem-abrigo estruturam a sua vinculação e modelos de representação do outro  | Indivíduo | 2002              | Faculdade Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa | Dissertação de Mestrado               |
| Sociologia                 | Soares, I. Da Desorganização Social à Não Integração – Imigrantes de Leste Sem-Abrigo na Cidade de Lisboa                     | Averiguar fatores de exclusão no processo de integração de imigrantes  | Fenómeno  | 2004              | ISCTE   | Pós-graduação de Direito de Imigração |
| Saúde                      | Abreu, P & Antunes, V. Cuidados de Saúde aos Sem-Abrigo: Que realidade?   | Avaliar as necessidades de saúde dos sem-abrigo na equipa de rua da AMI e dos residentes do Abrigo Noturno da Graça                              | Indivíduo | 2005              | Esc. Sup. Enfermagem S. Vicente de Paulo              | Monografia de Estágio                 |
| Relações Interculturais    | Fernandes, M.M. Fechados no Silêncio: Os sem-abrigo   | Aceder aos significados das vivências dos sem-abrigo, as suas lógicas de vida, os seus interesses e como entendem a relação nós-eles e eles-nós. | Indivíduo | 2006              | Universidade Aberta do Porto                          | Dissertação de Mestrado               |
| Estudos Urbanos            | Mateus, D. Territórios Quotidianos de Sobrevivência de Pessoas Sem-Abrigo em Lisboa: Uma geografia de exclusão                | Identificar os usos da cidade pelas pessoas sem-abrigo de Lisboa, incidindo sobre os locais de pernoita e os locais de vivência diurna.          | Fenómeno  | 2007              | Universidade de Lisboa                                | Dissertação de Mestrado               |
| Estudos sobre as mulheres  | Martins, A. As Sem-Abrigo de Lisboa   | Alargar o conhecimento sobre a problemática das mulheres sem-abrigo em Lisboa e investigar as causas sociais que conduzem a esta situação        | Indivíduo | 2007              | Universidade Aberta de Lisboa                         | Dissertação de Mestrado               |

|                                   |   |   |           |      |  |                         |
|-----------------------------------|---|---|-----------|------|--|-------------------------|
| Psicologia Comunitária            | Miguel, M. Prevalência de Sem-Abrigo ao Longo da Vida e Atitudes Face aos Sem-Abrigo em Portugal                        | Aceder à opinião pública portuguesa sobre as pessoas sem-abrigo, estimar a prevalência de população que já esteve em situação de sem-abrigo e comparar com o modelo de atitudes aplicado nos EUA. | Fenómeno  | 2007 | ISPA   | Dissertação de Mestrado |
| Ciências da Educação              | Nogueira, S. A Realidade Psicossocial dos Sem-Abrigo: Breve Contributo para a sua caracterização                        | Refletir sobre os modelos, as políticas e as práticas de inclusão, identificar fatores de risco para a exclusão e refletir sobre a importância do trabalho em rede.                               | Fenómeno  | 2007 | Faculdade Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra     | Tese de Doutoramento    |
| Ciências da Educação              | Pereira da Silva, S. Sem-Abrigo: Métodos de Produção de Narrativas Biográficas  | Análise de narrativas biográficas de três pessoas sem-abrigo.   | Indivíduo | 2007 | Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa   | Tese de Doutoramento    |
| Psicologia                        | Brites, J. & Bela, R. Estados Emocionais e Fatores Preditores: Relação com a situação de sem-abrigo                     | Avaliar a sintomatologia de estados emocionais e fatores sociodemográficos como preditores na população sem-abrigo  | Indivíduo | ?    | Faculdade de Psicologia da Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologias | ?                       |
| Psicologia                        | Gaspar, B., Lopes, P. & Brites, J. Avaliação da Psicopatologia em sem-abrigo  | Avaliar índices de psicopatologia em pessoas sem-abrigo   | Indivíduo | ?    | Faculdade de Psicologia da Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologias | ?                       |
| Serviço Social                    | Ramalho, V. Sopas e Cobertores: Da desafiliação das Pessoas Sem-Abrigo à Inovação das Práticas em Serviço Social        | Estudar a intervenção do serviço social com a população sem-abrigo na cidade de Lisboa  | Fenómeno  | 2008 | Universidade Lusíada de Lisboa   | Dissertação de Mestrado |
| Antropologia Urbana               | Rivotti, A. Do Outro Lado da Rua: Etnografia sobre pessoas sem-abrigo na rua da cidade de Lisboa                        | Conhecer como as pessoas sem-abrigo vivem no espaço da rua e como negociam os espaços e a natureza dos laços sociais que constroem  | Indivíduo | 2008 | ISCTE  | Dissertação de Mestrado |
| Sociologia                        | Menezes, F. Dinâmicas de Risco na Modernidade e Desigualdades Sociais: O caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres | Contribuir para a análise da aplicação do conceito de risco ao estudo do fenómeno social de sem-abrigo  | Fenómeno  | 2008 | ISCTE  | Tese de Doutoramento    |
| Psicologia e Ciências da Educação | Ferreira, L. Depois da Rua: Dimensões sociais gerais da vinculação adulta na população sem-abrigo                       | Estudar as dimensões sociais gerais ligadas à vinculação adulta e aos padrões de vinculação ansiosa e evitante em pessoas sem-abrigo  | Indivíduo | 2009 | Universidade de Coimbra  | Dissertação de Mestrado |

|                               |   |  |           |      |  |                            |
|-------------------------------|---|--|-----------|------|--|----------------------------|
| Psicologia Clínica e da Saúde | Pereira, C. A Resiliência e a Vulnerabilidade ao Stress numa população Sem-Abrigo                       | Estudou-se a variabilidade do grau de resiliência e de vulnerabilidade ao stress em função de variáveis sócio demográficas e Psico Clínicas                                      | Indivíduo | 2009 | Universidade Fernando Pessoa           | Dissertação de Mestrado    |
| Serviço Social                | Ferreira, J. Sem-Abrigo: Custos do processo de (re) socialização  | Analisar e compreender os custos com o processo de (re) socialização de pessoas sem-abrigo   | Fenómeno  | 2009 | Universidade Fernando Pessoa           | Monografia de fim de curso |
| Serviço Social                | Tavares, A. Acompanhamento Social a Pessoas que viveram em Situação de Sem-Abrigo com Doença Mental     | Estudo de caso de um sem-abrigo portador de psicose esquizofrénica paranoide para analisar a importância do acompanhamento social na sua vida                                    | Indivíduo | 2010 | Universidade Fernando Pessoa           | Monografia de fim de curso |
| Psicologia da Saúde           | Quintas, S. A Perceção de Técnicos e Indivíduos Sem-Abrigo: Histórias ocultas de uma realidade no Porto | Avaliar o nível de satisfação com os serviços  | Indivíduo | 2010 | Universidade do Porto                  | Dissertação de Mestrado    |
| Sociologia                    | Teixeira, S. Sem-Abrigo - O Acompanhamento Institucional e a sua Repercussão no Quotidiano              | Estudar a realidade e as vivências de ser e estar dos Sem-Abrigo, bem como o apoio que lhes é prestado pela instituição Legião da Boa Vontade (LBV), situada na cidade do Porto. | Indivíduo | 2011 | Universidade do Porto                  |                            |
| Sociologia                    | Aldeia, J. A Barraca do Rui: Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo                                | Compreender o papel dos laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo através da biografia de Rui Botelho   | Indivíduo | 2011 | Universidade de Coimbra                | Dissertação de Mestrado    |
| Psicologia                    | Bastos, M.V. Percursos Escolares de Pessoas Sem-Abrigo  | Estudar as representações das pessoas que se encontram sem-abrigo quanto à sua escolarização e o papel que o trajeto escolar terá tido nas suas vidas                            | Indivíduo | 2011 | Universidade do Minho                  | Tese Doutoramento          |
| Educação                      | Silva, S. Viver Com ou Sem-Abrigo: Etnografia de lugares vagos  | Analisar os processos de socialização e de aprendizagem de pessoas adultas a viver em situação de sem-abrigo   | Indivíduo | 2011 | Universidade de Lisboa                 | Tese de Doutoramento       |
| Educação                      | Carrinho, P. A Saúde mental dos Sem-Abrigo: Comunidades de inserção                                     | Caracterizar os sem-abrigo, a sua saúde mental e as suas redes e relações sociais  | Indivíduo | 2012 | Universidade de Aveiro                 | Tese de Doutoramento       |
| Política Social               | Semedo, N. Perspetiva do Sem-Abrigo para o Futuro   |  |           | 2012 | Universidade Técnica de Lisboa - ISCSP | Dissertação de Mestrado    |

#### QUADRO 4- INVESTIGAÇÕES/ESTUDOS REALIZADOS EM PORTUGAL NA ÁREA DOS SEM-ABRIGO, ENTRE 1959 E 2013

Dos dados apresentados, verifica-se que 66,7% das investigações apresentam uma tendência para se tratarem e analisarem a questão sem-abrigo numa perspetiva mais individual ou do ponto de vista dos próprios indivíduos em situação de sem-abrigo. Nas outras situações, ou seja, em cerca de 33,3% dos estudos, centram-se numa dimensão mais macro do fenómeno.



**FIGURA 1 - FOCO DAS INVESTIGAÇÕES EM PORTUGAL NO ÂMBITO DO FENÓMENO SEM-ABRIGO, DE 1892 A 2012**

Contudo, se, por um lado, a questão sem-abrigo pode ser compreendida como uma parte da experiência humana, sendo explicada através das decisões pessoais de cada pessoa, por outro lado a identificação exclusiva de determinantes externas ao próprio indivíduo também pode ser problemático, na medida em que não existirá uma relação causal, simples e direta entre essas ações e o que acontece ao indivíduo.

Assinala-se, destarte, que o fenómeno é marcado por uma enorme complexidade e multidimensionalidade, pelo que uma caracterização desta questão não pode deixar de incidir sobre uma multiplicidade de dimensões.

O quadro seguinte pretende reunir os principais fatores de vulnerabilidade/risco, identificados por diferentes autores/as (Pimenta, 1992; Munoz & Vasquez, 1995; Bento, 2004, Edgar & al, 2005), sendo que esses fatores têm sido encontrados de forma transversal em vários países da Europa.



Salvaguarda-se que a opção de abordar as causas e consequências em conjunto (e não em separado) deve-se ao facto de se acreditar que um mesmo fator pode ser enquadrado como causa ou como efeito dependendo do contexto e da forma como se apresenta na trajetória de vida de determinado indivíduo.

Após a leitura do quadro descreve-se um pouco mais em detalhe algumas destas vulnerabilidades individuais/sociais, tendo em conta a importância que têm tido em alguns estudos/investigções.

- ✚ **Ao nível das vulnerabilidades individuais** abordar-se-á as perturbações psiquiátricas, os défices educacionais e profissionais, a desafiliação e ainda a identidade cultural;
- ✚ **Ao nível dos fatores macro**, tratar-se-á das questões habitacionais, de emprego e de proteção social.

## QUADRO 5 - DIMENSÕES DE RISCO NO ÂMBITO DA QUESTÃO SEM-ABRIGO

Fonte: Adaptado de Primavera, 1992; Munoz & Vasquez, 1995; Benito, 2004; Edgar et al., 2005.

**ISCSP**  
INSTITUTO SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**U LISBOA** | UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

| Dimensões de risco/causais da questão sem-abrigo |  |
|--|--|
| Fatores individuais/familiares                   | Abuso sexual/abuso físico  |
|  | Absentismo e abandono escolar precoce e expulsão da escola   |
|  | Fragilidade das redes de apoio familiar (incapacidade, conflitos, expulsão de casa, etc.)  |
|  | Trabalho infantil  |
|  | Institucionalização  |
|  | Vulnerabilidade afetiva (divórcio entre o pai e a mãe, perda de laços...), ambiente de violência doméstica ou pai e/ou mãe que vivem longe de casa |
|  | Pai e/ou mãe com baixos rendimentos e benefícios sociais   |
|  | Pai e/ou mãe em situação de sem-abrigo ou com consumo/abuso de substâncias   |
|  | Baixa nível educacional do pai e/ou mãe  |
|  | Baixo grau de instrução, analfabetismo, escolaridade mínima, ensino técnico profissional   |
|  | Comportamentos aditivos e/ou dependências  |
|  | Problemas de saúde mental  |
|  | Problemas de saúde físicos   |
|  | Dissolução de relações conjugais (divórcio, falecimentos)  |
|  | Conflitos familiares/relacionais/violência doméstica   |
|  | Precárias redes sociais  |
| Condicionantes estruturais e ou macro            | Pobreza  |
|  | Códigos de conduta e regulamento desadequados à problemática   |
|  | Inexistência de acompanhamento técnico nos Centros de Alojamento Temporários   |
|  | Inexistência da figura de gestor/a de caso   |
|  | Inexistência de monitorização/avaliação da intervenção por parte das entidades financiadoras   |
|  | Intervenção que enfatiza e reforça a dependência dos serviços  |
|  | Insuficiência/desadequação dos serviços  |
|  | Fraco envolvimento ao nível preventivo e foco nas intervenções em emergência e assistencialistas   |
|  | Fraca/inexistente coordenação/articulação entre os serviços  |
|  | Habitação insegura, inadequada, ameaça de despejo e perda de habitação   |
|  | Habitação ligada ao trabalho/itinerante  |
|  | Pernoita em hotéis e pensões   |
|  | Institucionalização  |
|  | Desemprego, subemprego, emprego precário e trabalho não qualificado, em extinção, noturno  |
|  | Trabalho sem contrato e a termo certo  |
|  | Baixos salários, redução de salários   |
|  | Dependência do apoio social  |
|  | Períodos de ausência total de rendimentos  |
|  | Inacessibilidade a medidas de apoio preventivas e diminuição da elegibilidade a essas medidas  |
|  | Imposições burocráticas, necessidade de papéis a comprovar situação de carência  |
|  | Macro discursos e outros   |
|  | Estigmatização; discursos dos média; estatuto de refugiado/a; chegada recente ao país; imigrante   |

#### 1.1.4. Vulnerabilidades individuais

##### Perturbações psiquiátricas

“[A perturbação mental caracteriza-se por] alterações do modo de pensar e do humor (emoções) ou por comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento”.

(OMS, 2001, p. 18)

“A existência de níveis altos de doença mental e abuso ou dependência de álcool e drogas tem sido um dado recorrente em estudos psiquiátricos sobre a população sem-abrigo”.

[Arce & al., 1984; Bassuc *et al.*, 1998; Gelberg *et al.*, 1988; Susser *et al.*, 1989; Bento *et al.*, 1996, 1999  
(Barreto E. , 2000, p. 15)]

Há já alguns anos que a saúde, no geral, deixou de ser a simples ausência de doença, para ser considerada “*um completo bem-estar físico, social e mental*” (OMS, 2001), sendo que a saúde mental, em particular, não é encarada como uma incapacidade por parte do próprio indivíduo, mas antes como uma alteração no modo de pensar, de agir ou de sentir resultante do surgimento da perturbação ao nível mental.

A entrada da questão sem-abrigo na área da psiquiatria ocorreu há mais de cem anos e fez-se pela porta da “*errância patológica*”, de “*indivíduos mentalmente diminuídos afetados pela dromomania dos degenerados*” ou pelo “*automatismo ambulatório*” (Damon J. , 1998).

Wilmanns (1906), psiquiatra alemão, também desenvolveu o conceito de “*instinto de migração*”, o que, juntamente com a *teoria das personalidades psicopáticas* de Kurt Schneider justificava, em termos psicológicos, a situação de sem-abrigo [Rossler & Salize, 1996 *apud* (Bento, 2000, p. 3)].

Henry Ey (1978) criou a noção de “*fuga psicopática*” para explicar a condição de sem-abrigo como uma doença mental crónica (Bento, 2000, p. 3).

Assim, assiste-se que a literatura psiquiátrica inicial foi marcada por um predomínio das teorias endógenas da situação de sem-abrigo (Bento, 2000, p. 9).

“Com o peso das teorias biológicas considera-se que a doença mental, principalmente nas suas formas mais graves, precede, geralmente, a condição de sem-abrigo”.

(Bento, 2001, p. 9)

No entanto, essa tendência para explicar a situação de sem-abrigo através de características biológicas ainda se mantém atualmente, com alguns autores e algumas autoras a defenderem que os problemas de saúde mental, principalmente nas suas formas mais graves, precedem a situação de sem-abrigo.

Vários estudos demonstram que o risco de ficar em situação de sem-abrigo, para pessoas diagnosticadas com problemas de esquizofrenia e doenças afins, é dez vezes maior do que para a população em geral [Olsson & al., 1999 *apud* (Bento, 2001, p. 9)].

Alguns trabalhos relacionam o estar em situação de sem-abrigo com situações de trauma, perturbação de *stress* pós-traumático e depressão (Bento, 2001, p. 9). Contudo, de forma geral, enfatiza-se que não existem patologias específicas das pessoas em situação de sem-abrigo [Timms & Balázs, 1998 *apud* (Bento, 2001, p. 10)]. De facto, do ponto de vista psiquiátrico, nem sempre a doença mental precede a situação de sem-abrigo [Vanderstaay, 1992 *apud* (Bento, 2001, p. 9)].

“Winkleby & White, num estudo de 1399 casos, mostraram que aqueles que não tinham patologia no início da situação de sem-abrigo iam desenvolvendo abuso de substância (álcool e drogas) à medida que o tempo passava.

[McNaught & Bhugra, 1996 *apud* (Bento, 2001, p. 10)]

Mais recentemente, e apesar de alguns estudos mostrarem uma correlação entre pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo e incidência de doença mental e/ou problemas relacionados com comportamentos aditivos e dependências (CAD), ainda não é possível perceber se esses problemas contribuem como causa da situação de sem-abrigo ou se, por outro lado, é uma consequência das dificuldades sentidas por quem se encontra a viver na rua sem conseguir assegurar as condições mínimas de sobrevivência e dignidade humana.

“Não se tem uma saúde débil por acaso; basta recordar a incidência diferenciada dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais ou a forma como a esperança de vida e a mortalidade infantil variam em função da origem social”.

(Pimenta, 1992, p. 48)

“A abordagem das questões de saúde não pode fazer-se isoladamente, pois é inquestionável que o estado de saúde de um indivíduo se mantém ou se degrada em função de diversos fatores, designadamente os relacionados com o meio ambiente, as condições de habitação e de trabalho, o grau de escolarização, os hábitos alimentares e os estilos de vida”.

(Pimenta, 1992, p. 48)

Embora as questões de saúde estejam enquadradas nas características pessoais, não podem analisar-se de forma desligada da sua envolvente social (Pimenta, 1992, p. 49).

De facto, o próprio conceito de saúde alterou-se, passando de um estado de ausência de doença para *“um completo bem-estar físico, social e mental”* (OMS), pelo que o desenvolvimento do ser humano será mais fácil se este tiver acesso a condições dignas de vida e a um acesso aos serviços de saúde.

No caso de pessoas em situação de sem-abrigo estudos mostram que, por vezes, os problemas de saúde funcionam como elemento desencadeador da situação de sem-abrigo, *“mas não é possível sustentar que ele é a sua causa última”* (Pimenta, 1992, p. 49). De facto, *“se pode cair-se na miséria porque se perdeu a saúde, também se perde a saúde porque se caiu na miséria”* (Pimenta, 1992, p. 49).

Embora os estudos evidenciem que o conjunto de vários e diversificados fatores, elencados anteriormente, possam estar correlacionados, não é ainda clara a fronteira entre as causas e os efeitos, sendo que se acresce a esta dificuldade, o facto de haver grande variabilidade entre diferentes indivíduos. Contudo, algo é indiscutível: a existência de perturbação do foro mental também pode condicionar de forma significativa o processo de apoio e acompanhamento, bem como a própria integração/inserção (Barreto E. , 2000, p. 16).

### Défices educacionais e profissionais






Aristóteles defendia que os indivíduos atingiam a felicidade através do ócio. No entanto, durante largos séculos a atividade laboral tem sido encarada como um princípio basilar da organização e da ordem social.

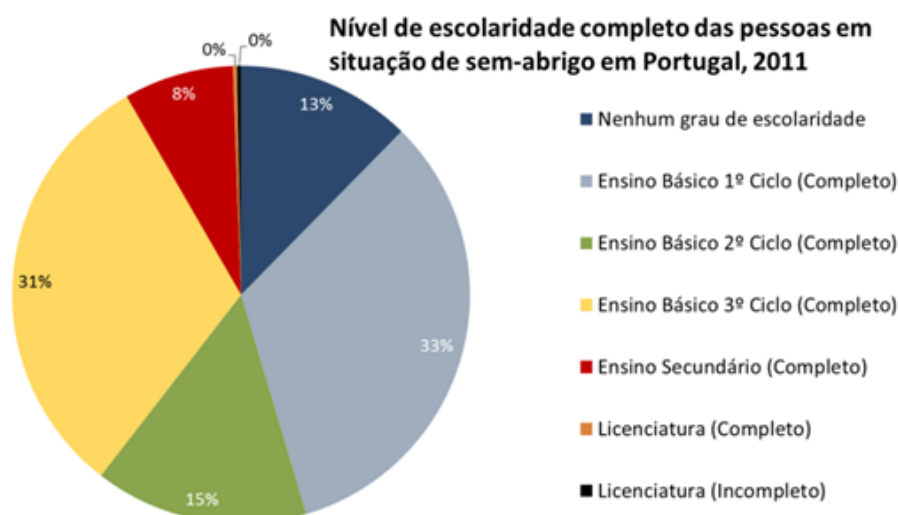
Historicamente, e no que respeita à questão sem-abrigo, a dúvida consistia em separar aqueles sujeitos que não trabalhavam porque não queriam dos que estavam dispostos a trabalhar, mas não conseguiam, sendo que só estes últimos eram “dignos” de receber apoio.

Num estudo de Bahr levado a cabo entre 1958 e 1966 (Barreto E. , 2000, p. 21) “pôde observar-se que entre 1/3 e metade dos sem-abrigo tinham hábitos de trabalho. No entanto, os empregos tendiam a ser de baixo estatuto, mal pagos e de trabalho indiferenciado”.

No entanto, e independentemente de os défices profissionais também poderem ser enquadrados como causa ou como consequência da situação de sem-abrigo, a verdade é que o foco colocado ao nível da produtividade e do trabalho, cada vez mais competitivo, não facilita a inserção profissional de indivíduos com baixo nível de escolaridade e indiferenciação profissional (Barreto E. , 2000, p. 16).

Segundo dados do Censos 2011 do INE (Anexo 2) existiam, em Portugal, 696 indivíduos sem-abrigo , sendo que esta população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina, com idade média de 43,5 anos, solteira, de nacionalidade Portuguesa, por estar concentrada nos concelhos de Lisboa, Porto e Faro e em termos de escolaridade serem pessoas em média com o Ensino Básico do 1º ciclo completo. Relativamente ao nível de escolaridade e segundo a mesma fonte:

-  Apenas 13 % não possuem qualquer grau de escolaridade;
-  Quase metade tem o 1.º ciclo ou menos (46%);
-  Mais de 3/5 (61%) têm 6 anos de escolaridade ou menos);
-  92% têm o 3.º ciclo ou menos (até há pouco a escolaridade obrigatória);
-  Quase a totalidade (99%) não alcançou o ensino superior.



**GRÁFICO 1 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO EM PORTUGAL, 2011**

(Fonte: Censos 2011, INE/ISS, I.P.)

No que concerne ao fenómeno sem-abrigo verifica-se que os planos de intervenção social focam o ocupar o tempo das pessoas que não estão a trabalhar através de *ateliers* ocupacionais, formações ou outro tipo de atividades (Bento, 2001).

### Desafiliação

“Bahr definiu desafiliação como a libertação das constrições dos laços afiliativos estáveis, enumerando cinco tipos de laços: família, escola, trabalho, religião, política e recreação”.

[Main, 1998 *apud* (Bento, 2000, p. 3)]

Alguns autores [Bahr, 1973, La Gory & al., 1991 *apud* (Barreto E. , 2000, p. 16)] têm defendido que o “tornar-se sem-abrigo” resulta de um processo progressivo de perda de laços afiliativos com várias estruturas, nomeadamente a família, a escola, o trabalho, a religião, a política e o lazer. Este conceito remete, assim, para a ligação do indivíduo com o grupo, ou seja, reporta-se, simultaneamente, ao nível individual e social.

“Trata-se de um conceito que capta o generalizado isolamento dos sem-abrigo”.

(Barreto E. , 2000, p. 16)

Em Portugal num estudo levado a cabo, em 2000, com uma amostra de 511 pessoas em situação de sem-abrigo, 83% referiram não ter tido contactos com a família nos últimos quinze dias, o que levou o autor a considerar que *“os sem-abrigo constituem-se como sobreviventes desligados fora da órbita familiar”* [Barreto, 1998 *apud* (Bento, 2000, p. 3)].

A maioria vive só, nunca constituiu família e já perdeu o contacto com a família de origem. (...) Frequentemente este distanciamento da família começou precocemente pela morte de um ou ambos os pais, pelo crescimento fora da família e/ou instituições de acolhimento, fugas precoces de casa, etc. [Susser *et al.*, 1987; Bento *et al.*, 1996; (Barreto E. , 2000, p. 16)].

Contudo, embora parte significativa dos autores defenda que as pessoas em situação de sem-abrigo podem ser integradas no rótulo de “desafiliadas”, Bahr, (Barreto E. , 2000, p. 20) também considera que constitui um exagero afirmar-se que as pessoas em situação de sem-abrigo não têm qualquer contacto com a família, identificando que um quarto das pessoas em situação de sem-abrigo que participaram no seu estudo tinha tido contacto, no último mês, com elementos da sua família.

### Identificação cultural

Outros/as autores/as focam-se na questão sem-abrigo, não como uma ausência de participação no espaço social, mas como uma condição que apresenta as suas próprias normas e regras, ou seja, como um fator de aculturação (Barreto E. , 2000, p. 16 e 17).

A perspetiva de que o fenómeno sem-abrigo pode ser explicado como um fator de aculturação foi particularmente desenvolvida pelo Sociólogo Samuel Wallace, que em 1965 publicou um livro “Skid row<sup>10</sup> as way of life”, defendendo que estar em situação de sem-abrigo é um modo de vida que se refere ao comportamento individual e ainda ao padrão que emerge da organização social de centenas de indivíduos que se encontram nessa situação e que “se juntavam para formar uma comunidade de desviantes e uma comunidade desviante, com a sua subcultura” (Barreto, 2000, p. 18).

---

<sup>10</sup> Vide nota de rodapé número 5, no capítulo I.



Wallace chama ainda a atenção que este modo de vida surgiu antes da criação de áreas distintas para as pessoas que se encontravam em situação de sem-abrigo, identificando que já na Idade Média existiam complexos institucionais com alojamentos baratos e trabalhadores itinerantes que tinham a mesma função (Barreto, 2000, p. 18).

Neste sentido, o estar em situação de sem-abrigo não é encarado como uma situação necessariamente adversa e negativa, mas como um processo de participação num determinado modo de vida.

*“De um ponto de vista da sociedade o sem-abrigo torna-se um dessocializado. Do ponto de vista do indivíduo, há uma crescente socialização na subcultura sem-abrigo”.*

*(Barreto, 2000, p. 19)*

É de destacar que foi neste sentido que Óscar Lewis<sup>11</sup> terá identificado uma subcultura de pobreza, a qual procurou caracterizar numa lista de perto de sessenta elementos distintos, agrupados em quatro tipos de indicadores (Carmo, 1999: 125): relação da comunidade com o meio envolvente, dinâmica intracomunitária, características da família e características individuais.

Noutra direção e em termos políticos identificam-se Ronald Reagan, John Major, Tony Abbott, entre outros que defenderam a ideia de que as pessoas em situação de sem-abrigo se encontram nessa situação por opção própria, sendo que, neste caso o Estado deve ser absolvido de quaisquer responsabilidades.

Acresce ainda que em algumas investigações [Karabanov, Hughies, Ticknor, Kidd, & Patterson (2010, p. 51)] este aspeto relacionado com a “cultura de sem-abrigo” manifesta-se no facto de ser comum as pessoas em situação de sem-abrigo formarem comunidades de pares – que funcionam como família - no âmbito das quais existe uma estrutura e um código de valores.

---

<sup>11</sup> Antropólogo norte-americano que, após o seu doutoramento em 1940, se dedicou ao estudo de comunidades pobres do sul dos Estados Unidos e México, tendo utilizado estratégias de observação participante e de análise de histórias de vida (Carmo, 1999: 125).

No mesmo sentido, Bender *et al.* (2007) consideram que a rede de pares é um pilar essencial à sobrevivência, fornecendo não só proteção física, mas também apoio emocional.

Assim, Bourgois (2003, p. 8 e 9) identifica uma “teia complexa de crenças, símbolos, modos de interação, valores, e ideologias que emergem em oposição à exclusão da sociedade dominante [defendendo que] a cultura de rua oferece um fórum alternativo para a dignidade pessoal autónoma”.

### 1.1.5. Vulnerabilidades macroestruturais

#### Habitação

“Todas as pesquisas insistem em que o recrudescimento do fenómeno sem-abrigo, nos países da CEE é inseparável da crise da habitação que se faz sentir (...) Escasseiam os alojamentos e os preços tornam-se cada vez mais especulativos”.

(Pimenta, 1992, p. 37)

De acordo com o que já foi referido anteriormente, a própria terminologia sem-abrigo coloca no centro do debate a questão da habitação e do alojamento.

De facto, a casa, para além de estar ligada à noção de abrigo, segurança e de satisfação das necessidades de descanso, relaciona-se ainda com questões ligadas ao afeto, à família e à sociabilidade. É um símbolo de pertença a uma comunidade, ao estatuto social e ao valor económico [Lopez *et al.*, 1995 *apud* (Bento, 2001)].

Shinn (1992 *apud* (Barreto, 2000, p. 37) chega mesmo a afirmar que, se outro tipo de condições são importantes para a compreensão e intervenção neste fenómeno, como por exemplo a doença mental/física, comportamentos aditivos e dependências ou mesmo fatores de personalidade, mas, na verdade, o alojamento é essencial, visto ser uma necessidade central a todas as pessoas que se encontram neste tipo de situação.

Uma intervenção assente em albergues de acolhimento transitório, refeitórios, cantinas sociais ou programas específicos para tratamento de determinadas patologias, podem, eventualmente, aliviar a situação em que as pessoas em situação de sem-abrigo se encontram, indo ao encontro de algumas das suas necessidades mais básicas. No entanto, se não se abordar a questão da habitação, está-se a descurar um dos aspetos centrais do fenómeno.

“É indiscutível que a casa constitui um importante fator de estabilidade e de equilíbrio para o indivíduo. Mas na nossa sociedade, o domicílio é muito mais do que isso podendo considerar-se a própria condição de cidadania”.

(Perrot, 1992 *apud* Pimenta, 1992, p. 39)

Já em 1989 a FEANTSA referia: “não podemos simultaneamente construir uma casa europeia e deixar as pessoas em situação de sem-abrigo sem uma casa decente”.

Em Portugal, o direito à habitação está consignado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, contudo parece inegável que “não existe em Portugal uma política de habitação social que vise objetivamente resolver o problema dos indivíduos e das famílias excluídas do acesso ao mercado do alojamento” (Pimenta, 1992, p. 38).

Este aspeto é particularmente relevante já que alguns estudos mostram que, por vezes, a perda de alojamento é um processo que pode desencadear a situação de sem-abrigo (Pimenta, 1992, p. 40), enfatizando-se, contudo, que este processo não é casuístico ou fortuito, estando relacionado com uma multiplicidade de causas sociais profundas (Pimenta, 1992, p. 40).

“A falta de alojamento é um elo de uma complexa cadeia de problemas, mas tem uma importância central em toda a problemática visto que é um mecanismo desencadeador e reprodutor do processo de marginalização”.

(Pimenta, 1992, p. 41)

No âmbito da questão habitacional, Baptista e Costa (2001) elaboraram um relatório sobre as políticas habitacionais levadas a cabo pelo poder central desde 1974, enfatizando que todos os governos definiram medidas específicas nesta área com o intuito de combater o problema da falta e da inadequabilidade da habitação. Contudo, sucessivos governos, na prática, não terão conseguido colmatar adequadamente esta questão, que continua a constituir um grave problema social em Portugal.

Avramov (1998), considera que as necessidades que as pessoas em situação de sem-abrigo possuem não são só em termos habitacionais e de ordem material, carecendo também de cuidados sociais específicos. Esta abordagem reforça a natureza multidimensional da situação sem-abrigo e a sua relação com a pobreza, salientando que nem todos os pobres são sem-abrigo, mas que as pessoas literalmente sem-abrigo são pobres.

Por outro lado, Parizot (1998) tendo em conta as trajetórias individuais das pessoas em situação de sem-abrigo, salienta que a falta de habitação pode não desencadear, necessariamente, uma situação de sem-abrigo, sendo que outros fatores podem estar na origem ou serem, de algum modo, facilitadores do processo, nomeadamente, situações de desemprego, dificuldades económicas, ruturas familiares.

### Emprego/desemprego

O trabalho tem sido o organizador social a partir do qual as cidadãs e os cidadãos afirmam (ou não) a sua pertença a uma determinada comunidade, garantindo, ainda, a sua subsistência, sendo que o ócio, pelo contrário, tem sido encarado como uma fonte de vícios e um comportamento antissocial prejudicial a toda a comunidade.

Os próprios termos usados anteriormente, como vadio/a, mendigo/a e vagabundo/a, enfatizavam a ausência de trabalho assalariado [Bresson, 1997 *apud* (Barreto, 2000, p. 35)]. First & Toomey [1989 *apud* (Barreto, 2000, p. 36)] chegam mesmo a referir que a existência de pessoas em situação de sem-abrigo que se encontrem ainda em idade ativa levanta, por si só, um conflito de valores numa sociedade que está organizada à volta do trabalho,

sendo que, muitas vezes, o apoio a pessoas que se encontram nestas circunstâncias é frequentemente entendida como um encorajamento à não participação no mercado do trabalho, aumentando a dependência dos serviços. Como se pode verificar através do quadro 5<sup>12</sup>, relativo às dimensões de risco no âmbito da questão sem-abrigo, “existem certas condições individuais que são fatores de vulnerabilidade ao empobrecimento, designadamente o baixo grau de instrução” (Pimenta, 1992, p. 41), que resulta, muitas vezes, na dificuldade de integração no mercado do trabalho. Daqui podem resultar várias situações, nomeadamente emprego precário, subemprego e desemprego. A situação de desemprego pode ainda resultar numa “inserção marginal no mercado do trabalho, cujas consequências são a permanente insegurança, o baixo nível de rendimentos e a ausência de regalias e de cobertura social” (Pimenta, 1992, p. 41).

“Esta rutura com um dos espaços de referência social fundamentais, principalmente quando é prolongada, como é o caso da maior parte destas pessoas [em situação de sem-abrigo], acarreta a perda de hábitos de trabalho, a desmoralização e a resignação que tornam ainda mais problemática a reintegração no mundo do trabalho”.

(Pimenta, 1992, p. 44)

“O trabalho continua a desempenhar hoje um papel fulcral de integração dos indivíduos na sociedade em que vivem. Para além da função básica de assegurar a sobrevivência, aquele assume-se como fator fundamental de ligação do indivíduo à proteção social. A um outro nível, de carácter mais subjetivo, o trabalho surge como um domínio da vida do indivíduo fundamental para a reprodução de uma identidade social positiva. É ele que, em grande parte, define se os indivíduos se sentem ou não dignos de serem socialmente apreciados”.

(Giddens, 1997 *apud* Pereira, 1999, p. 12)

---

<sup>12</sup> Vide página 35.

## Proteção social

Proteção Social pode ser definida como “um conjunto de ações que visam promover a capacidade de grupos vulneráveis de participarem e contribuírem para o benefício económico, social e político” visando diminuir a vulnerabilidade e a pobreza crónica (OCDE, 2009, p. 12). Neste sentido, a proteção social deveria ser encarada como um investimento (e não um custo) já que dela resultaria crescimento económico e social.

“No clima económico atual a proteção social pode conferir aos governos e doadores uma ferramenta poderosa para que estes reforcem as suas respostas aos desafios globais emergentes, incluindo as recentes crises alimentares, petrolíferas e económicas. Tais crises provocam um impacto mais severo sobre aqueles que tem menos capacidades para os enfrentar. A proteção social não só ajuda os grupos pobres e vulneráveis, mas também facilita a realização de ajustamentos para suavizar ou limitar os seus impactos nos meios de subsistência”.

(OCDE, 2009, p. 18)

Castel (2008, p. 101) identifica um dilema importante no âmbito da proteção social: se por um lado se defende uma conceção universal de proteção social que deve garantir a todas as pessoas as condições de acesso à cidadania social, na prática, ela visa determinadas populações que se encontram em situação de maior vulnerabilidade a determinados riscos sociais, nomeadamente, doença, invalidez, velhice, desemprego, etc.

### 1.2.Quantos/as e quem são?

A nível europeu, segundo dados da Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA, 2000), em 2000, cerca de dezoito milhões de pessoas estariam impedidas de aceder a uma habitação condigna, nos 15 países da União Europeia. Três milhões estariam efetivamente sem teto e 15 milhões viveriam em casas superlotadas e sem condições de habitabilidade.

Em 2011, a Organização das Nações Unidas estimava existirem, em todo o mundo, cerca de 100 milhões de pessoas nas ruas, 600 milhões de pessoas a viverem em abrigos e mais de mil milhões em moradias sem condições dignas (ONU, 2011).

Em 2014, o Observatório Europeu sobre as pessoas sem-abrigo referia que o número de pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo estaria a aumentar, na maior parte dos países europeus, com uma incidência crescente entre os/as de jovens.

“Homelessness, a persistent social challenge in Europe, is increasing in a large majority of Member States”.

(EOH, 2014, p. 5)

| País            | Número de pessoas em situação de sem-abrigo | Ratio 1000 habitantes |
|-----------------|---|-----------------------|
| República Checa | 11496                                       | 1.10                  |
| França          | 16339                                       | 0.25                  |
| Irlanda         | 3808  | 0.82                  |
| Itália          | 34653                                       | 0.58                  |
| Polónia         | 8699  | 0.23                  |
| Portugal        | 696   | 0.07                  |
| Reino Unido     | 240   | Sem Informação        |

#### QUADRO 6 - NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E RESPECTIVO RATIO POR HABITANTE

Fonte: European Observatory on Homelessness, 2014 (p.40)

Mais recentemente é de destacar que segundo dados da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR, 2018), de janeiro de 2014 a agosto de 2018 já tinham chegado à Europa mais de 1 milhão e 800 mil pessoas e mais de 17.000 morreram (ou encontravam-se desaparecidas) ao tentarem chegar à Europa. Grande parte destas pessoas colocadas em “campos de refugiados” sem as mínimas condições básicas de sobrevivência e dignidade. Assim, a existência de indivíduos que se encontram a viver em situação de sem-abrigo, pode ser considerado um dos problemas sociais mais graves no mundo atual, assistindo-se a um contraste entre a prosperidade vivida por algumas pessoas e a ausência das condições mínimas de sobrevivência e dignidade de outras. Concretamente, em Portugal foram levados a cabo alguns levantamentos, de índole nacional, que convém aqui serem explanados, ainda que de forma sucinta.

| Ano/autoria       | Número e tipologia de sem-abrigo em Portugal   | Perfil sociodemográfico  |
|-------------------|--|--|
| 2005<br>(ISS, IP) | 1.ª Fase do estudo: 1111 pessoas em barracas, 1334 em abrigos de emergência, 2.173 pessoas com casa, mas que esporadicamente dormem na rua/abrigos, 1.855 na rua, 1270 com alojamento dependente de apoio social e 736 com alojamento, mas que esporadicamente dormem na rua/abrigos devido a conflitos familiares <sup>13</sup> . | Indivíduos do sexo masculino, solteiro, entre os 30 e os 59 anos e 75% de nacionalidade portuguesa, salientando-se uma territorialização das problemáticas: em Lisboa predominavam os indivíduos com mais de 50 anos e problemas de alcoolismo, no Porto, porém, a maioria teria menos de 39 anos com problemática de toxicodependência associada.   |
| 2005<br>(ISS, IP) | 2.ª Fase do estudo:<br>467 Situações (249 em Lisboa, 109 no Porto, 26 Setúbal e 23 Faro)   | Indivíduos do sexo masculino, solteiros, com baixa escolaridade, entre os 25 e os 34 anos e de nacionalidade portuguesa. Mais de 50% era o primeiro episódio de sem-abrigo e 33% eram uma situação recorrente. A duração do episódio corrente era de mais de um ano. Como causas foram identificados problemas familiares e saúde bem como o desemprego. Alguns chegaram a referir que têm habitação, mas não são desejados lá. 32% viveram previamente com familiares, 31% em apartamentos arrendados e 17% no seu próprio apartamento. Mais de 1/3 já tinham estado hospitalizados, 18% eram ex-detidos, 17% já tinha estado em acomodação temporária e em comunidades terapêuticas devido a abuso de substâncias. Apenas 13% nunca terá estado institucionalizado. Os percursos educacionais e de emprego mostram que a maioria já trabalhou e que 11% ainda se encontra a trabalhar, mas em empregos subqualificados, sem contrato ou com contrato a termo certo. 30% eram desempregados de longa duração, 1/3 tinham sido despedidos por problemas relacionados com comportamentos aditivos, 3% já tinham solicitado a reforma e 25% tinham abandonado o seu trabalho. Em termos de meios de sobrevivência 176 indivíduos (contra 139) nunca tinham contactado uma instituição e 55% não recebem qualquer tipo de apoio. É muito baixo o número de pessoas em situação de sem-abrigo que se encontram a receber o RSI (apenas 24 pessoas, sendo que 12% foram cancelados e 8% ainda esperam por uma resposta, e destes 50% esperam há mais de seis meses. Para 25 pessoas (6%) o meio de sobrevivência é o trabalho e apenas 22% estão inscritos no IEF, IP |
| 2009<br>(ISS, IP) | 2.133 situações<br>(Inquérito de caracterização da população sem-abrigo aplicado nas zonas onde o fenómeno tinha maior expressão, nomeadamente Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal   | 63% das situações foram sinalizadas na cidade de Lisboa e na cidade do Porto. Perfil era constituído por indivíduos predominantemente de nacionalidade portuguesa (82%), maioritariamente masculina (84%), entre 30 e 49 anos (cerca de 60%) e isolados socialmente (83%). No que respeita ao grau de habilitações mais frequente era o 1.º (31%) e o 2.º ciclo (23%) do Ensino Básico. As razões indicadas para a situação de sem-abrigo foram as ruturas familiares (33,1%), o desemprego/perda de emprego (22,3%). Como principal necessidade de apoio, foram identificadas as questões de toxicodependência (28%), alcoolismo (19%) e de saúde mental (11%), bem como a necessidade de ocupação (referida para cerca de 17% dos casos).  |

<sup>13</sup> Dados recolhidos do “National Report on Youth Homelessness and Youth at risk of homelessness” (Casanova & Menezes, 2009, p. 20) tanto os relativos à fase um como à fase dois.

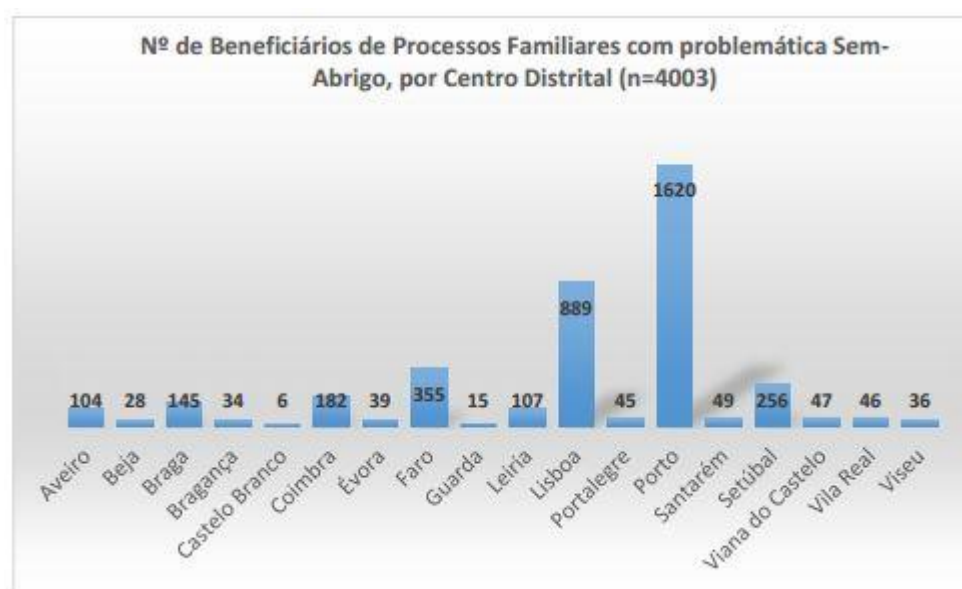


|                             |   |   |
|-----------------------------|---|---|
| 2011<br>(INE) <sup>14</sup> | 696 pessoas em situação de sem-abrigo (Dados detalhados em anexo).  | População maioritariamente masculina, com idade média de 43,5 anos, solteira, de nacionalidade Portuguesa, predominantemente com Ensino Básico do 1º ciclo completo e está concentrada nos concelhos de Lisboa, Porto e Faro.   |
| 2014<br>(ISS, IP)           | 904 pessoas em situação de sem-abrigo nos concelhos de Almada, Amadora, Aveiro, Cascais, Faro, Figueira da Foz, Montijo, Oeiras, São João da Madeira, Setúbal e Vila Nova de Gaia | O escalão etário onde foram encontradas mais pessoas em situação de sem-abrigo é entre os 40 e os 49 anos (26,6%). Em termos de sexo, verifica-se que predominantemente as pessoas são do sexo masculino (78,2%), solteiras (70,5%) e a grande maioria apresenta baixa escolaridade, nomeadamente, ao nível do 1º ciclo do Ensino Básico, 2º ciclo do Ensino Básico e 3º ciclo do Ensino Básico, ou mesmo nenhuma escolaridade, sendo que no total essa franja da população corresponde a 90,0%. Verifica-se ainda que a maior parte das pessoas em situação de sem-abrigo são naturais de Portugal (80,7%) e de nacionalidade Portuguesa (73,3%). Maioritariamente encontram-se sem-teto, a pernoitar de local precário (29,4%), sendo que 19,6% está há menos de seis meses nessa situação. |

## QUADRO 7 - LEVANTAMENTOS NACIONAIS NO ÂMBITO DO FENÓMENO SEM-ABRIGO

<sup>14</sup> No âmbito do regulamento europeu sobre os recenseamentos da população e decorrente das necessidades nacionais de informação estatística, incluiu-se, pela primeira vez nos Censos 2011, a caracterização da população sem-abrigo.

Segundo dados do ISS, em 2016 encontravam-se registados/as na Segurança Social 4.003 beneficiários/as de processos ativos de situações sem-abrigo<sup>15</sup>, com a seguinte distribuição por distrito:



**QUADRO 8 - NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS DE PROCESSOS FAMILIARES COM PROBLEMÁTICA DE SEM-ABRIGO, POR DISTRITO, 2016**

(Fonte: ISS, IP, 2017: p. 15)

Segundo o estudo “*Imigrantes em Portugal*” (Líbano, 2013) existe uma franja de pessoas em situação de sem-abrigo cuja situação em que se encontram estará diretamente relacionado com a sua condição de imigrante e que, maioritariamente, corresponderá a um tipo específico de imigração apelidada de **Imigração Compulsiva**.

“A emigração deu-se de forma compulsiva, ou seja, foram as vicissitudes da vida, mormente relacionadas com problemas de saúde dos próprios ou dos seus descendentes, que os forçaram a abandonar o país de origem e emigrar para Portugal. As condições de privação económica em que se veem no país de acolhimento, aliada à ausência de uma rede familiar e/ou social de suporte, faz com que estes venham a depender de instituições sociais. Podemos ainda encontrar outras duas situações de imigração compulsiva, uma provocada pela “fuga do país de origem”, e outra por envolvimento numa rede de “tráfico humano”.

(Líbano, 2013, p. 122)

O ponto central neste tipo de imigração é a “insuficiência de recursos económicos, por parte dos sujeitos imigrantes, para garantir as condições mínimas de subsistência em Portugal (alojamento, alimentação, etc.) e a inexistência de redes de suporte familiar e de sociabilidade no país de acolhimento, o que conduz a uma situação de fragilidade acrescida, associada a processos de desafiliação e de isolamento social” (Líbano, 2013, p. 123).

## Resumo do capítulo

- ✚ A questão sem-abrigo constitui um grave problema social;
- ✚ Historicamente os conceitos usados para identificar as pessoas em situação de sem-abrigo remetiam para traços individuais negativos e as causas eram vistas como associadas à decisão pessoal;
- ✚ Hoje tende-se a enquadrar a questão sem-abrigo no conceito de exclusão social (como um contínuo) e em causas multivariáveis (individuais e estruturais);
- ✚ Hoje é colocada a ênfase na relação dialética entre causas e consequências: um mesmo fator pode ser enquadrado como causa ou como efeito dependendo do contexto e da forma como se apresenta na trajetória de vida de determinado indivíduo.

## Capítulo 2 - Panorama geral da legislação e ações políticas no âmbito da questão sem-abrigo

“Se a vida fosse tão tangível, tão concreta, tão feita de factos que divergem uns dos outros; se as coisas que as pessoas dizem que são boas fossem de facto boas; se as coisas que são bastante boas fossem inteiramente boas e não tivéssemos a necessidade perpétua de qualificar e discriminar; se a política não fosse uma questão de poder – então ficaríamos felizes em nos dedicar à política”.

(Lionel Trilling, 1952, Prefácio à obra de George Orwell “Como morrem os pobres”)

A política social surgiu como forma de responder às necessidades da população (conquista) e simultaneamente como garante dos direitos coletivos (instrumento), sendo premente perceber como é que, no caso da questão sem-abrigo, a política social tem (ou não) efetivado esses direitos.

Por isso, para além de *a questão sem-abrigo ter “aspetos políticos que devem ser considerados”*, pois podem conduzir, em determinado momento, a políticas sociais diferenciadas, ou seja, o eixo de primordial de atuação pode ser a habitação (*housing-led*) ou o apoio social, entre outros tipos de intervenção (Hopper, 1997; Zeneidi-Henry, 2002: 16-50; Gaboriau, 2004; Damon, 2008: 2-7, 129-148; Rullac, 2012 *apud* Aldeia, J.; 2012, p. 140), é ainda imprescindível ter uma perspetiva diacrónica para perceber as principais tendências, alterações e ruturas que eventualmente tenham contribuído para alterações mais estruturais.

### 2.1. Da errância como função social à “vagabundagem” coletiva

“Desde que o passado deixou de projetar a sua luz sobre o futuro, a mente humana vagueia nas trevas”.

(Tocqueville, 1945, p. 331)

A questão sem-abrigo remonta à mitologia grega, sendo um dos marcos, o mito que descreve a expedição dos Argonautas (tripulantes da nau Argo) que se deslocaram até à Cólquida (atual Geórgia) em busca do Velocino de Ouro, simbolizando o espírito de aventura

que lançava os povos no mar desconhecido. Temos ainda a lenda de Ahasvérus, “*o judeu errante condenado a marchar eternamente por ter recusado a Jesus o bocado de pão que se concede aos mendigos, exprimindo radicalmente a força implacável que arrasta certos vadios a caminhar*” (Reis, 1940, p. 66).

De acordo com as lendas e mitos e do próprio período pré-histórico, no qual populações inteiras se lançavam, frequentemente, à procura de novas terras e dos próprios movimentos migratórios, transversais à própria história da humanidade, pode dizer-se que a errância constituía uma função social, “*quer quando os indivíduos se entregavam à caça para satisfazer as necessidades essenciais da vida, quer quando mais tarde eles se tornaram pastores, deslocando-se incessantemente*” (Reis, 1940, p. 69).

No entanto com a aparição da escravatura começaram a tomar-se medidas severas contra as pessoas escravas que fugiam, na medida em que, segundo o entendimento da época, estas tinham como objetivo fugir ao trabalho.

“As legislações primitivas consideram a emigração como um delito, o estrangeiro um inimigo e o [sujeito] vagabundo um suposto criminoso, colocado fora da lei”.

(Reis, 1940, p. 69)

Com a constituição da grande propriedade Romana os trabalhadores e as trabalhadoras livres dos campos deslocaram-se para as cidades, provocando aquilo que se designou por uma “nova forma de vagabundagem coletiva”, agravada pela invasão dos Bárbaros, impondo-se aos proprietários a obrigação e alimentar os seus pobres e de não os deixar vaguear (Reis, 1940, p. 69)<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Nesta altura, no império romano, Marcus Ulpius Traianus (98 a 117) adotou um sistema de assistência destinado a tirar as crianças pobres da miséria e a impedi-las de cair na escravatura. Por sua vez, na época de Valentinianus (364 a 375), Theodosius (378 a 395) e Justinianus (527 a 565) os indivíduos vagabundos considerados válidos eram condenados ao trabalho nas minas.

“É sobretudo com a emancipação dos escravos que a mendicidade tomou um grande desenvolvimento, a ponto de o Segundo Concílio [Regional] de Tours, em 570 [567]<sup>17</sup> ter prescrito a cada freguesia a obrigação de cuidar dos seus pobres, princípio de assistência este que, mais tarde, foi reproduzido por Carlos Magno e serviu de base à legislação inglesa”.

(Reis, 1940, p. 69 e 70)<sup>18</sup>

## 2.2.0 período “místico e a repressão da errância”

A partir do século X até ao século XIV entra-se no período histórico denominado de “período poético e místico da vagabundagem”, sendo a época dos indivíduos peregrinos, trovadores, jograis e cavaleiros errantes, que a literatura descreveu de forma idealista e cujo expoente literário pode ser encontrado na obra de Cervantes, *D. Quixote de la Mancha* e o expoente prático nas cruzadas (Reis, 1940, p. 71 e 72).

No entanto, com o aumento do número de pessoas que mendigavam, no século XV, algumas passaram a ser rotuladas de “boémios”, o que levou “João II [de França 1350-1364]<sup>19</sup> a intervir proibindo a ociosidade, expulsando os mendigos de Paris e promulgando contra os delinquentes penas severas, nomeadamente a marca com ferro quente” (Reis, 1940, p. 74 e 75).

No século XVI, em Inglaterra, “Eduardo III (1547) estatui que os ociosos e mendigos válidos sejam oferecidos como escravos a quem os denuncie e no reinado de Henrique VIII foram enforcados 12.000 ociosos e vadios. Em 1557 é instituída a casa de trabalho londrina, Bridewell, modelo das instituições de combate à vagabundagem. Com a Lei da vadiagem de 1597 muitos milhares foram compulsivamente expatriados para a América e Austrália. Em França, no tempo de Francisco I (1523), os vagabundos ou vadios ficavam sujeitos à degola a ferro quente e a terem a língua cortada” [Soeiro, 1959; Relvas, 1997 *apud* (Barreto, 2000, p. 45)].

<sup>17</sup> O que se encontra dentro de [] é da nossa autoria.

<sup>18</sup> Já no Concílio de Niceia (325) a Igreja proclamava o dever da beneficência, podendo-se, mesmo, afirmar que durante toda a Idade-Média esta foi, na Europa, o principal órgão de assistência pública (Reis, 1940, p. 70).

<sup>19</sup> O que se encontra dentro de [] é da nossa autoria.

No século XVIII, a pessoa vagabunda volta a constituir um atrativo para os escritores e as escritoras da época, a tal ponto que Rousseau terá afirmado nas suas “*Confessions*”, constituir a vagabundagem uma das formas mais agradáveis de existência.

Já no século XIX salienta-se as “*Mémoires*” de *Chodruc-Duclos*, recolhidas e publicadas por J. Arago e Édouard Gouin, em 1843 (volumes I e II), são também interessantes por apresentarem elementos para uma fisiologia da pessoa mendiga.

### 2.3. Questão sem-abrigo como preocupação social

De forma geral, a nível europeu, até à Revolução Francesa (1789) o fenómeno sem-abrigo era assumido como algo natural, como um problema individual ou mesmo como resultado da ordem divina que redundava na criação de figuras estereotipadas como os sujeitos vagabundos, mendigos, indigentes, pedintes, entre outras. O direito a uma habitação condigna, ao trabalho, ao acesso à saúde e a um tratamento igual perante a lei, só passou a ser universalmente proclamado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>20</sup> (1948), com a Carta Social Europeia<sup>21</sup> (1961) e com o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais<sup>22</sup> (1966). Nesta perspetiva, só com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é que o fenómeno sem-abrigo passa a ser encarado como um problema social. Chegando ao século XX não se pode falar da questão sem-abrigo sem fazer referência aos trabalhos pioneiros de Jack London (2002) e de George Orwell (2003), que a nível literário revelaram uma grande capacidade de descrição e análise destas realidades.

<sup>20</sup> Artigo 25.º, alínea 1 onde se inclui o direito universal à habitação.

<sup>21</sup> Artigo 31.º que obriga os Estados a promover o acesso à habitação segundo um critério adequado que evite e reduza o número de pessoas em situação de sem-abrigo.

<sup>22</sup> Artigo 2.º, 3.º e 11.º que obriga os Estados Signatários a adotar medidas no sentido da plena realização de todos os direitos, nomeadamente o direito de vida condigna, voltando a ser referida a habitação como um destes direitos.

Os mesmos narraram, na primeira pessoa, e após experiência de viverem na rua, as ideias preconcebidas sobre a pobreza e evidenciaram que as pessoas em situação de sem-abrigo são percecionadas, pelas/os cidadãs/ãos comuns, como sendo sujas, porcas, preguiçosas, ou seja, menos dignas. Porém, o interesse académico pela questão sem-abrigo apenas surgiu no século XX com Georg Simmel (1908), Nels Anderson<sup>23</sup> (1923) e Alexandre Vexliard (1957).

A primeira publicação de **Nels Anderson** foi “*The Hobo: The sociology of the homeless man* (1923)”, onde o autor foi pioneiro na utilização do método de observação participante, no trabalho e investigação com pessoas em situação de sem-abrigo que estavam a lidar com graves problemas económicos e sociais na zona de Chicago. Mais tarde, **Alexandre Vexliard** (1957), contribuiu, nesta área, com uma análise psicossociológica da questão sem-abrigo focando uma perspetiva mais interacionista e no método de estudo de casos que permitiriam conhecer e compreender as condutas humanas concretas.

## 2.4. Enquadramento da questão sem-abrigo em Portugal

Em Portugal as datas mais significativas neste domínio são explanadas no quadro que se segue.

---

<sup>23</sup> Escola de Chicago.



| Período          | Datas       | Quadro normativo   |
|------------------|-------------|--|
| Legislação Régia | 1211        | D. Afonso II: Homens bons/homens maus  |
|                  | 1349        | Afonso IV: Autorização para mendigar ou mudar de emprego   |
|                  | 1375        | D. Fernando I: Lei das Sesmarias   |
|                  | 1401        | D. João I  |
|                  | 1427        | D. Duarte  |
|                  | 1446        | Ordenações Afonsinas: Prisão e açoites   |
|                  | 1481        | D. João II   |
|                  | 1500        | Diploma de 8 de julho  |
|                  | 1521        | Ordenações Manuelinas: Açoites e degredo   |
|                  | 1538        | D. João III - Alvará de 1538   |
|                  | 1544        | Alvará n.º 1544 de 04 de novembro  |
|                  | 1563        | Alvará de 14 de agosto de 1563   |
|                  | 1603        | Ordenações Filipinas: prisão e degredo   |
|                  | 1604        | Diploma de 1604 que reafirmava a proibição da mendicidade sem licença  |
|                  | 1641 - 1755 | A mendicidade e vagabundagem como delitos  |
|                  | 1760        | Alvará de 25 de junho  |
|                  | 1835        | Decreto de 14 de abril e Regulamento de 16 de junho - Criação do Asilo de Mendicidade de Lisboa  |
|                  | 1836        | 1.º Código Administrativo e Decreto de 15 de outubro (extinção e repressão da Mendicidade no Porto)  |
|                  | 1842        | 2.º Código Administrativo  |
|                  | 1852        | Código Penal   |
|                  | 1886        | Código penal: O "vadio" adquire estatuto jurídico  |
|                  | 1892        | Comparação do vadio ao incorrigível e plurireincidente   |
|                  | 1899        | Lei de 23 de março de 1899   |
|                  | 1901        | Decreto 24 de Dezembro (beneficência pública)  |
|                  | 1905        | Decreto 27 de Dezembro   |
|                  | 1910        | Implantação da República e degredados em Angola  |
| 1.ª República    | 1911        | Lei 25 de Maio   |
|                  | 1912        | Lei 20 de Julho de 1912 - Perigosidade do mendigo  |
|                  | 1913        | Alterações ao regime prisional   |
|                  | 1917        | 1.ª sopa dos pobres  |
|                  | 1927        | Decreto n.º 14549 de 10 novembro   |
|                  | 1930        | Decreto n.º 18906  |
|                  | 1931        | Decreto-Lei n.º 19687 de 4 de maio - Repressão da mendicidade nas ruas   |
|                  | 1936        | Decreto-Lei n.º 26643 de 28 de maio  |
|                  | 1936        | Código Administrativo Português aprovado por Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro   |
|                  | 1940        | Albergues de polícia distritais (Decreto-Lei n.º 30389)  |
|                  | 1947        | Proibição de vadios e mendigos (Decreto-Lei n.º 36448)   |
|                  | 1960        | Decreto Lei n.º 43280 de 29 de outubro de 1960 cria o Serviço de Repressão à Mendicidade   |
| 3.ª República    | 1974        | Revolução dos Cravos   |
|                  | 1976        | Constituição Portuguesa preconiza o direito à habitação (artigo 65.º, n.º 1)<br>Despenalização da mendicidade (Decreto Lei n.º 365/76, 15 de maio) |
|                  | 1998        | Lei da saúde mental n.º 36/98, de 24 de julho  |
|                  | 2009        | Lançamento Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015  |
|                  | 2011        | Programa Nacional de Reformas Portugal 2020  |

#### QUADRO 9 - LEGISLAÇÃO PORTUGUESA RELATIVA À QUESTÃO SEM-ABRIGO

Fonte: Adaptado: Moreno, 1985; Soeiro, 1960; Pimenta, 1992; Bento, 2004, p. 71

### 2.4.1. Legislação Régia

Em 1117, D. Teresa criava a primeira instituição de auxílio a pessoas pobres de que há registo em Portugal.

Para o efeito, terá doado terras a um rico proprietário do Vouga, o fidalgo Gonçalo Eriz, exigindo, em contrapartida, que o fidalgo se compromettesse a manter aberta uma albergaria para acudir não só a viajantes que necessitassem, mas também a pessoas pobres e doentes (Brandão, 2014, p. 19).

No campo da assistência aos necessitados, o segundo rei de Portugal, D. Sancho I, também se preocupa com a manutenção e a extensão da rede de albergarias de apoio a indivíduos pobres, tendo, inclusive, no seu testamento deixado legados, em dinheiro, a diversas instituições do género existentes no país (Brandão, 2014, p. 42).

Contudo, o quadro normativo português encontrado, especificamente à questão “sem-abrigo”, remonta a 1211, ao reinado de D. Afonso II (1211 a 1223). Encontrava-se no primeiro ano do seu reinado quando foi ordenada a primeira legislação relativa à vadiagem: “*surge o primeiro diploma contra os vadios, então designados por maus homens*” (Bento, 1999, p. 10). D. Afonso II proibiu que no reino residissem homens que não tivessem bens ou trabalho ou não tivessem nenhum senhor que por eles se responsabilizasse. Estabeleceu que, caso existissem pessoas capacitadas a trabalhar, mas que não o fizessem, lhes fosse estipulada uma quantia pela jornada e que as acirrassem ao trabalho. Às que se recusassem, ordenou-lhes o degredo<sup>24</sup> da vila ou lugar e, caso retornassem, que fossem castigadas com 20 açoites e novamente expulsas. Pela primeira vez pretendia-se expulsar do reino os sujeitos que não trabalhavam e vincular as pessoas ao trabalho, à terra e a “um senhor”. Assim, os indivíduos que não conseguiam associar-se a um ofício passavam a ser considerados vagabundos e inúteis (Gonçalves, 2010, p. 133).

“Que per todo nosso rreyno nom more homem que nom ouuer possissom ou alguun mester per que possa uiuer sem sospeyta ou senhor que por el possa rresponder a nos se alguum mal fezer”<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Portugal foi o primeiro país europeu a recorrer à pena de degredo de maneira sistemática no seu código legal.

<sup>25</sup> *Portugaliae Monumenta Histórica, Leges et Consuetudines*. Lisboa, 1856, p. 179 apud (Gonçalves, 2010, p. 132).

No entanto, ainda no século XIII é de referir a importância das Ordens Mendicantes<sup>26</sup> Dominicanas e Franciscanas que promoviam a pobreza como um valor espiritual, e o reinado de D. Dinis (1279 a 1325), que nas políticas adotadas e mesmo nos seus testamentos deu grande preponderância ao apoio das pessoas mais necessitadas, chegando mesmo ao ponto de não se nomear as pessoas esmoladas para que não fossem identificadas.

“O primeiro documento conhecido de intervenção régia na administração de “albergarias, hospitais, confrarias, capelas e órfãos” foi da iniciativa de D. Dinis, ao criar, em 1308, a figura do provedor para estabelecimentos assistenciais.

(Brandão, 2014, p. 73)

Por sua vez, o século XIV foi marcado por crises sucessivas que semearam a fome, a doença, a guerra e a revolta, o que, por sua vez, trouxe grandes mudanças económicas e políticas.

A nível económico, a peste, as secas e as inundações trouxeram uma diminuição significativa na mão-de-obra disponível, que atingiu sobretudo, e em primeiro lugar, a agricultura e as pessoas que dela viviam, sendo que para fugir à fome e à miséria muitos indivíduos abandonaram os campos aumentando, nas cidades, o desemprego, a mendicidade e a insegurança.

Em termos políticos, volta a reedição da Lei do Trabalho de 1211: “*Cabe ao bom príncipe purgar o reino de homens maus*”, determinando que todos os indivíduos tenham um trabalho e/ou “um senhor” que possa responder pelos seus atos (Brandão, 2014, p. 81).

Neste enquadramento surgem as **leis do trabalho de Afonso IV** (1325 a 1357):

- 1.ª Lei: determina que os indivíduos leigos e religiosos não recolhessem os sujeitos degradados nem malfeitores. Caso o fizessem, e resistissem a entregá-los à justiça, esta deveria suprimir-lhes tais pessoas (Brandão, 2014, p. 81);
- 2.ª Lei: “*como não acolham nem encubram malfeitor nem degradado*”: Dispunha que ninguém encobrisse ou acolhesse sujeito degradado, nem pessoas que roubassem, e

<sup>26</sup> Ordens religiosas que renunciavam à posse de quaisquer bens, comprometendo-se a viverem na pobreza e cuja sobrevivência dependia das esmolas e dádivas.

que não recebesse nada proveniente de roubo. Quem agisse contrariamente devia ser punido conforme merecia (Brandão, 2014, p. 81);

3.ª Lei: “como devem constranger os que não vivem com senhores que sirvam e lhes paguem por certo preço e se não o fizerem a pena que lhes deem”.

Assim, nesta época, e após a Peste Negra, assistiu-se a um período em que se “obrigava o trabalhador a permanecer no mesmo local e com o mesmo emprego, precisando de uma autorização especial para mudar de emprego ou para mendigar” [(Geremek, 1986 *apud* (Bento, 1999, p. 10))].

As fomes, as pestes, as doenças fizeram desenvolver, no povo, um certo misticismo interpretando estas dificuldades como um castigo de Deus e/ou responsabilizando o povo Judeu por estas catástrofes (Brandão, 2014, p. 82).

Paralelamente assistiu-se a um “aumento dos movimentos religiosos e a uma preocupação com a caridade criando-se, pelo país, hospitais, albergarias, mercearias, gafarias, e outros abrigos semelhantes” (Brandão, 2014, p. 83).

Com D. Fernando, em **1375** é promulgada a **Lei das Sesmarias** cujo objetivo era promover o desenvolvimento do país através da recuperação da agricultura, que tinha falta de mão-de-obra, devido à Peste Negra.

E aqueles que “servir nom quiserem, sejam açoutados com pregom, e deitados fora de nossos regnos”<sup>27</sup>.

“Se os vissem ser de tais corpos, saúde e idade, que bem poderiam servir em qualquer mister» bem como os vadios «seriam presos pelas justiças dos lugares, e constrangidos a servir na lavoura, ou em outro mister”<sup>28</sup>.

A Lei das Sesmarias condena a mendicância com medidas repressivas, como a prisão para sujeitos que mendiguem e/ou que sejam ociosos, impelindo-os para o trabalho forçado.

<sup>27</sup> Cortes de Lisboa, 8 de agosto 1371. *Portugaliae Monumenta Misericordium*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, vol. 2, 2003, doc 62, p. 125 *apud* (Abreu, 2007, p. 97).

<sup>28</sup> Torres, R. (1990). Mendicância, in SERRAO, Joel (dir. de) - *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 254, e também Torres, R. (1990). A Vadiagem, in SERRAO, Joel (Dir. de) - *op. cit.*, vol. VI, p. 239-240.

Eram dados alvarás às pessoas fracas, velhas e doentes para estas poderem mendigar<sup>29</sup> (Abreu, 2007, p. 97).

“Em boa verdade, a Lei de 1375 representa uma sistematização das medidas de combate à mendicidade e repressão dos pedintes apostando no trabalho compulsório como medida corretora dos desvios sociais que empurravam para a ociosidade e a vagabundagem. Configurando, igualmente, um dos pilares do discurso moderno no tocante às práticas de caridade e assistência: aquele que distinguia o pobre merecedor, que a sociedade aceitava e apoiava, e os outros, aqueles que “andam pedindo desavergonçadamente”, excluídos até de algumas manifestações privadas de caridade, e para quem as cortes pediam a expulsão do reino”.

(Abreu, 2007, p. 99)

De salientar ainda que a importância da Lei das Sesmarias não foi apenas para aquela época em que foi promulgada, já que, em Portugal, todas as leis redigidas relativas à mendicidade e à vadiagem a tiveram como referência (Abreu, 2007, p. 99). Aliás, no início do século seguinte, foi feita uma incorporação à Lei das Sesmarias que tornou possível os indivíduos mendigos não autorizados caírem numa situação de quase escravatura, devendo servir quem os solicitasse sem direito a qualquer tipo de remuneração<sup>30</sup> (Abreu, 2007, p. 99).

“No decorrer do século XIV as autoridades tentaram fiscalizar o direito a pedir esmola, confinando-o aos indivíduos inaptos fisicamente para o trabalho, e, para tal, operaram critérios de distinção entre verdadeiros e falsos mendigos. Por outro lado, a sobrevivência de algumas instituições dependia em grande parte da angariação de fundos através de pedidores de esmola profissionalizados que percorriam áreas por vezes consideráveis, juntando dinheiro e géneros para confrarias. Nesse sentido, a autorização oficial para pedir esmola passava a depender de um documento autenticado que evitasse os embustes e falsificações, sobretudo quando o indivíduo declarava pedir esmola em benefício de uma instituição ou determinada categoria de pobres”.

(Brandão, 2014, p. 87)

A 8 de Dezembro de **1401**, D. João I determinou, ao Corregedor de Lisboa, que impedisse as pessoas válidas de mendigar, e as instituições de caridade deveriam passar a distinguir entre os indivíduos “pobres de verdade” (doentes e cegos) e os que mendigavam tendo, contudo,

<sup>29</sup> Ordenações Afonsinas, Livro IV, Das Sesmarias, título LXXXI, 1375, p. 281-304.

<sup>30</sup> “Uma medida que começou por não se aplicar aos estrangeiros, mas que a partir de 1427 se tornou de aplicação geral” (Abreu, 2007, p. 100).

condições para trabalhar (Gonçalves, 2010, p. 133). Aos sujeitos considerados pobres de verdade D. João I distribuía “três rações de quatro pães com os acrescentamentos”<sup>31</sup> (Gonçalves, 2010, p. 141).

No mesmo sentido, em **1427**, D. Duarte advertia que a vida dos indivíduos não deveria ser ociosa e a esmola não deveria ser dada senão àqueles sujeitos que não podiam ganhar nem merecer serviço<sup>32</sup> (Gonçalves, 2010, p. 133), instituindo “esmolas d’El Rei per alguas festas do ano”<sup>33</sup> (Gonçalves, 2010, p. 141).

Em **1446**, durante o reinado de D. Afonso V, são promulgadas as primeiras coletâneas de leis da era moderna, intituladas Ordenações Afonsinas, sendo que no Livro IV existe uma referência aos indivíduos vadios que teriam a pena do degredo, da prisão e dos açoites.

Livro IV das Ordenações Afonsinas - Título XXXVIII – “Dos que andaõ vaadios, e nom querem filhar mester, nem viver com outrem” “Na terra há hi muitos homeés, que em ella vivem, e não ham mester alguu, nem vivem com Senhores, e he de perfumir que vivem de mal fazer: pedem-vos por mercee, que mandês enquerer sobre-lo, e os que acharem que assy vivem, que os degradem, e lancem fora de vossos regnos (...) e se depois forem achados, que os prendam, e jaçam na cadea atee que filhem alguu mester, ou vivam com alguém, e nom querendo depois continuar em ello, que os açoutem publicamente”<sup>34</sup>.

Só a partir de **1481**, no reinado de D. João II é que se aliou a assistência a um projeto político (Projeto Assistencialista de Avis) que, contudo, também tentou evitar o apoio aos “falsos necessitados”<sup>35</sup>, solicitando, para o efeito, que a instituição efetuasse inspeção para ver se os sujeitos que mendigavam eram velhos, aleijados ou doentes (Gonçalves, 2010, p. 140).

Com a introdução da imprensa em Portugal em 1487, D. Manuel I achou necessário que as ordenações fossem impressas para resolver os problemas da sua divulgação.

<sup>31</sup> Livro dos Conselhos de El Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa) p. 218 e 219.

<sup>32</sup> Livro 2.º dos Reis D. Duarte e D. Afonso V, doc nº 8, fl 8.

<sup>33</sup> Livro dos Conselhos de El Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa) p. 218 e 219.

<sup>34</sup> Fonte: Internet <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/4ind.htm> (10 de julho de 2015).

<sup>35</sup> Documento XVIII da Misericórdia datado de 1500 (Gonçalves, 2010, p. 140).

No mesmo sentido D. Manuel I, a partir de **1495** instituiu a investigação de todos os sujeitos pedintes públicos de esmola (Gonçalves, 2010, p. 140) e em **1500** ele cria o Diploma de 8 de julho que passa a incluir nas competências das recém-criadas Misericórdias, o controlo da mendicidade e a tarefa de separação das pessoas pobres entre “verdadeiras” e “falsas” (Abreu, 2007, p. 100).

“Nos lugares em que ouuer a comfria da Misericórdia, os oficiaes dela engeminem os pobres aleijados, velhos e doentes que devem pedir para se manterem das esmolas publicas e os que taes nom forem deitar fora”<sup>36</sup>.

Nas primeiras décadas do século de 1500, 1521, foram iniciadas e publicadas as Ordenações Manuelinas que compilam a legislação portuguesa, relativamente ao período de 1512 a 1605, salientando-se o Livro Quinto, onde consta a Lei relativa aos sujeitos vadios, com penas de açoites e degredo.

Livro V das Ordenações Manuelinas - Título LXXII – “Dos vaadios”: “Mandamos, que qualquer homem que nom viuer com senhor, ou com amo, nem teuer officio, nem outro mester em que trabalhe, e guanhe sua vida, ou nom andar neguoceando alguu neguocio seu, ou alheio, paslados vinte dias do dia que chegar a qualquer cidade, villa, ou luguar, nom tomando dentro nos ditos dias amo, ou senhor, com que viua, ou mester em que trabalhe, e guanhe sua vida; ou se o tomar, e despois o leixar, e nom continuar, seja preso, e açoutado publicamente; e se for pessoa em que nom caiba açoutes, seja degradado par as partes d`além por huu anno”.

No que concerne ao reinado de D. João III, merece especial destaque o Alvará de **1538**, que prepara já o futuro “Regimento dos Mendigos” e que penalizava qualquer “*pessoa saã e sem aleijão que tendo disposição para trabalhar, ou que tivesse bens e fazenda para razoadamente se poder manter, pedisse esmola publicamente*”<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> Diploma de 8 de julho de 1500 apud (Abreu, 2007, p. 100).

<sup>37</sup> (Abreu, 2007, p. 103).

“Se o mendigo fosse escravo e mendigasse com o consentimento do seu senhor, este perdia o direito de propriedade, que passaria para o denunciante. Se atuasse sem o seu consentimento, seria açoitado publicamente com vara e pregão pela localidade onde andasse mendigando. Se fosse homem livre simulando doença, deveria servir o denunciante durante cinco anos, tendo apenas o direito a alimentação e vestuário. O seu proprietário – porque era de uma quase escravatura que se tratava – poderia transacioná-lo como bem entendesse”.

(Abreu, 2007, p. 103)

Neste período destaca-se ainda o **Alvará de 1544 de 04 de novembro**, documento designado como a “Lei dos Vadios” e que identificava os parâmetros de concessão de licenças para mendigar e as punições para pessoas que mendigassem sem licença. No que respeita às licenças, os indivíduos que tinham algo de seu (fazenda) ou conhecimento de algum ofício eram excluídas das licenças, mesmo que fossem doentes, aleijados, cegos. Os sujeitos que eram fisicamente diminuídos tinham, para além das medidas repressivas, a pedagogia, sendo-lhes indicado uma lista de possíveis ofícios tendo em conta a sua condição<sup>38</sup> e a moralização social estendia-se às crianças que acompanhavam os sujeitos pedintes (Abreu, 2007, p. 103 e 104). No que concerne às penas e medidas repressivas, o Alvará de 1544 hierarquizava as mesmas:

“A primeira vez que os transgressores fossem apanhados deveriam ser presos, açoitados publicamente e expulsos da localidade onde fosse cometido o delito. À segunda vez seriam degredados perpetuamente para fora do reino. À terceira o degredo tinha o Brasil como destino, por um período de 10 anos. A perda de bens, se existissem, a prisão e os açoites, eram inerentes a cada uma destas punições”.

(Abreu, 2007, p. 103)

Ou seja, a própria situação de pobreza que predominava no reino, nesta altura, possibilitou que, no final do século XVI, a colonização do Brasil fosse vista como uma possível alternativa para esta situação<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> “Os doentes dos pés deviam ser encaminhados para os ofícios de alfaiate ou sapateiro. Os portadores de deficiência nas mãos deveriam procurar modo de vida junto de pessoas ou instituições religiosas (...)” (Abreu, 2007, p. 103).

<sup>39</sup> Salienta-se que em 1551 foi levado a cabo o primeiro levantamento estatístico na cidade de Lisboa, sendo que Cristóvão Rodrigues de Oliveira, guarda-roupa do Arcebispo de Lisboa, contabilizou 667 pessoas mendigas/pedintes, elevando-se este número para 1000, na estatística de 1552 de João Brandão de Buarcos (Bento, 1999, p. 11).



Através do **Alvará de 14 de agosto de 1563**, D. Sebastião proibia que entrassem no reino pessoas que *“nos trajos, lingoa e modo, pareção ser Arménios, Gregos, Arabios, Persas ou outras nações que são subjectas ao Turco”* (Abreu, 2007, p. 106). Estas pessoas eram presas até se saber ao que vinham, que negócios pensavam tratar e quanto tempo pensavam ficar. Se essas pessoas fossem consideradas espias, vadias ou acusadas de algum crime deviam ser presas ou degredadas para as galés. Da mesma forma estavam impedidas de mendigar (Abreu, 2007, p. 107)<sup>40</sup>.

No princípio do século XVII, em **1603** foram criadas as Ordenações Filipinas, por ordem de D. Filipe I de Portugal que resultaram da reforma das Ordenações Manuelinas e que mantiveram a sua vigência até ao Código Civil de 1867. Nestas Ordenações, no Livro Quinto, Título LXVIII, intitulado *“Dos vadios”* volta-se a usar a pena do degredo e da prisão para quem não trabalhasse e não “tivesse senhor” que por ele se responsabilizasse.

Apesar de as Ordenações determinarem os procedimentos a seguir contra quem mendigava (sem as respetivas licenças), o **Diploma de 1604** veio reafirmar esta proibição, sendo que só às pessoas cegas, “aleijadas” e velhas era concedida essa licença, visto estarem impossibilitadas de trabalhar.

“Uma breve análise comparativa com a legislação anterior deteta três novidades de alguma importância na Lei de 1604: A coroa voltava a chamar a si a competência de fiscalização da mendicidade e atribuição de licenças, tal como estava previsto na Lei das Sesmarias; o tempo de vigência das certidões era reduzido de um ano para seis meses; e, finalmente, previa-se a penalização dos oficiais de justiça não eficientes”.

(Abreu, 2007, p. 110)

Ou seja, a partir do século XVII o controlo dos indivíduos vagabundos, vadios e mendigos não contemplava apenas as medidas de carácter repressivo já elencadas em séculos anteriores, mas estendeu-se também a políticas de fiscalização e vigilância de pessoas e lugares que pudessem ser considerados suspeitos (Esteves, 2013, p. 116).

<sup>40</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Op. Cit.*, tomo II, (carta da Câmara de 18 de abril de 1598).

Durante todo o século XVII e XVIII a mendicidade e vagabundagem são encaradas também como delitos.

“Pelos Decretos promulgados a 16 de março de 1641, 23 de setembro de 1701 e sobretudo de 04 de novembro de 1755, cabia aos corregedores e juizes criminais informarem-se da profissão de cada um dos moradores dos bairros da sua jurisdição, encarando como delitos que deveriam ser julgados antes de quaisquer outros a mendicidade e a vagabundagem”.

[Santos, R. & Nogueira, 1987 *apud* (Bento, 1999, p. 11)]

“Com [Diogo Inácio de] Pina Manique o número de prisões aumenta muito, bem como as arbitrariedades. Os mendigos tornam-se bodes expiatórios de um sistema dito de justiça podendo ser enforcados e decapitados na rua, com exibição pública das cabeças e pedaços dos cadáveres.

[Ruders, 1798 *apud* (Bento, 1999, p. 11)]

O **Decreto de 4 de novembro de 1755** considerava sujeito vadio aquele que “*não busca meio de subsistência, e vive na sociedade à custa de terceiro, e que são reprobados em direito*”. O trabalho como modalidade penal estava contemplado neste Decreto, condenando à labuta nas obras públicas da cidade de Lisboa todos os sujeitos vadios e mendigos, impondo-lhes “a pena de trabalharem com bragas nas obras da mesma Cidade” [Silva, 1828, p.400 *apud* (Esteves, 2013, p. 117)]. Convém ainda referir que por altura do terramoto de 1755 Suzanne Chantal (Bento, 1999, p. 11) descrevia Lisboa da seguinte forma:

“Porque na cidade ainda mal acordada já vagueavam dez mil mariolões sem eira nem beira que dormiam ao deus dará: Marinheiros em maré de azar, soldados desertores, alquiladores e ciganos, bufarinheiros e nómadas, saltimbancos, estropiados, crianças abandonadas, mendigos, forçados, badalhocas, alcoviteiras e tratantes, todos eles se levantavam cedo, nunca paravam, desocupados, espiando às portas das tavernas e das capelas”.

[Chantal *apud* (Bento, 2001)].

“Para esta autora [Suzanne Chantal], após o terramoto, os castigos para estas pessoas foram terríveis.

Foram presos e obrigados a fazer os trabalhos mais difíceis. E quem fosse apanhado a roubar era imediatamente enforcado, havendo para o efeito patrulhas que percorriam Lisboa, constituídas por um juiz, um confessor e um carrasco”.

(Bento, 1999, p. 11)

**Alvará de 25 de junho de 1760**, no artigo 18.º faz referência à perturbação da tranquilidade e sossego públicos, sendo criada a Intendência Geral da Polícia, e no qual se previa a concessão de esmola apenas a quem tivesse licença, e a repressão dos falsos indivíduos pobres, bem como um conjunto de normas que tinham como objetivo reforçar a fiscalização da mendicidade (Esteves, 2013, p. 116).

“No século XVIII, para além da Misericórdia não havia asilos ou instituições para os pobres. Estes frequentavam os conventos e as casas dos ricos onde recebiam sopa e esmola”.

(Bento, 1999, p. 11)

#### 2.4.2. Monarquia Constitucional

Com o início do século XIX, intensificou-se novamente a perseguição à “falsa pobreza” sendo que, simultaneamente, se procurava garantir algum auxílio àqueles sujeitos que eram reconhecidos como verdadeiramente necessitados, reforçando-se, para este efeito, os instrumentos que poderiam permitir identificar os/as falsos/as indigentes.

Através do **Decreto de 14 de abril de 1835**, assinado por D. Maria II, referendado pelo seu Ministro do Reino Luís Mouzinho de Albuquerque, já num governo liberal, foi criado o Asilo de Mendicidade de Lisboa cuja finalidade era dar abrigo aos indivíduos mendigos de ambos os sexos, e qualquer idade, naturais ou residentes em Lisboa.

Desta forma, em **1836**, com o primeiro Código Administrativo, atribuíam-se à junta das paróquias e aos sujeitos com cargo de regedores, competência para identificar os indivíduos que tinham direito a ser apoiados pela beneficência pública, cabendo ainda a essas instâncias a aplicação de medidas legais contra a mendicidade.

O Código Administrativo de **1842** veio reforçar o papel de governador civil, de administrador do concelho e de regedor na manutenção da ordem e tranquilidade públicas, sendo que o regedor tinha ainda a competência para promover a extinção da mendicidade, arrolar os sujeitos que tinham direito a ser sustentados pela beneficência pública e requerer assistência para os que dela careciam (Código Administrativo de 1842, 1849, p. 140).

Por sua vez, o Código Penal de **1852** introduz a “pena indeterminada” que circunscrevia que após a detenção de seis meses, a pessoa vadia seria entregue à administração que lhe devia arranjar trabalho. Contudo, se a pessoa não manifestasse atitudes de regeneração, poderia ficar entregue à administração toda a sua vida (Barreto, 2000, p. 46).

No Código Penal Português de 1886 o sujeito vadio adquire estatuto jurídico:

[o sujeito vadio] “é aquele que, sendo maior de 16 anos, não tem meios de subsistência, nem exercite habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mister em que ganhe a sua vida, não provando necessidade de força maior que o justifique de se achar nestas circunstâncias” (artigo 256º do Código Penal Português, 1886).

Ou seja, no que respeita à vadiagem existia o requisito da maioridade de 16 anos, da falta de meios de subsistência e do não exercício habitual de profissão.

Já no Código Penal de **1892** é introduzida a questão da reincidência e a pena de deportação como medida disciplinar de envio para as colónias de pessoas vadias e multireincidentes [Fatela, 2000 *apud* (Barreto, 2000, p. 46)].

A situação que Portugal conhecia nas vésperas da Revolução de 5 de outubro de 1910 era descrita desta forma:

“Não há, em Portugal, uma lei geral de assistência pública e de beneficência que ponha em convergência e em colaboração os diversos ramos d’estes serviços, de sua natureza complexos”.

[Enfermeiro-mor do Hospital Real de São José e Anexos, José Curry da Câmara Cabral *apud* [(Pereira, 2011, p. 1)]

Em dezembro de 1893 é inaugurado o primeiro estabelecimento da Sociedade Protetora das Cozinhas Económicas de Lisboa (SPCEL)<sup>41</sup>, sendo que em 1906, existiam já seis Cozinhas Económicas em Lisboa.

---

<sup>41</sup> A fundação e legalização da sociedade dá-se um ano mais tarde.

“A iniciativa da fundação das cozinhas económicas, pela Duquesa de Palmela, Maria Luísa Holstein e da sua prima Maria Isabel Saint-Lèger, pretendia apoiar as camadas da população mais carenciadas, particularmente o operariado, facultando-lhes refeições a preços bastante reduzidos”.

(Pinto, 1999, p. 92)

### 2.4.3.1.<sup>a</sup> República

A situação das instituições em Portugal nas vésperas da Revolução de 5 de outubro de 1910 era descrita desta forma:

“Cada um dos estabelecimentos tem o seu estatuto e o seu regulamento privativo e vive em estado de independência a respeito dos outros, faltando assim a recíproca colaboração e convergência para o fim comum”.

[Enfermeiro-mor do Hospital Real de São José e Anexos, José Curry da Câmara Cabral *apud* (Pereira, 2011, p. 1)]

De acordo com o Censos de 1911, era relativamente significativo o número de pessoas indigentes, sem meios de subsistência – Cerca de 122 404 portugueses num estado de despojamento material bastante acentuado e sobrevivendo à custa de instituições<sup>42</sup>, situação que ainda se agravou durante o período da I Guerra Mundial (1914-1918).

No entanto, terá sido neste período que se operaram várias mudanças, no campo assistencial, considerando que ao “*Estado português coube então um papel a vários títulos inovador*” (Maria de Fátima Caldeira, 2004 *apud* (Cordeiro, 2012)).

“Nesta altura foi criada a Lei de 25 de maio de 1911, que reforma o quadro normativo a nível assistencial e que criou a Direcção-Geral de Assistência; o Fundo Nacional de Assistência; o Conselho Nacional de Assistência Pública; o Depósito Central de Fornecimentos; a Provedoria Central de Assistência e a Comissão Central de Assistência de Lisboa. Estes organismos tinham como funções, coordenar, fiscalizar e garantir recursos às instituições de assistência centrais, locais, privadas ou públicas”.

(Cordeiro, 2012, p. 8 e 9)

<sup>42</sup> Asilos, Albergues Noturnos, Balneários Públicos, Cozinhas Económicas e as Sopas de Caridade das Misericórdias, etc.

A “Lei da Assistência”, criada através do Decreto de 25 de maio de 1911, definia que a assistência pública se destinava às pessoas que não detinham meios de subsistência e que comprovadamente eram consideradas pobres, mas assumia ainda que a mendicidade era resultado da ausência de previdência, da inexistência de solidariedade (contrapondo à caridade), o que atestava a inércia do Estado Português nesta matéria. Também se afirmava que a mendicidade não poderia ser combatida através de medidas repressivas e punitivas e enquanto não se veiculasse, socialmente, o carácter contraproducente da prática da esmola, traduzindo alguma preocupação regeneradora por parte do governo republicano relativamente aos sujeitos mendigos e vadios.

Contudo, cerca de um ano após a publicação da “Lei da Assistência”, a Lei de 20 de julho de 1912 considera a vadiagem e a mendicidade como verdadeiros crimes e não como atos pré-delituosos.

“A escassez de recursos condicionou de modo permanente a ação do Estado no campo assistencial. A par da falta de recursos assistiu-se a uma desorganização e descoordenação dos organismos, que limitaram o já referido esforço de criação, assim como o esforço de dotação económica.

(Cordeiro, 2012, p. 9)

A 7 de Abril de 1917 foi criada a primeira sopa dos pobres, em Lisboa. Por sua vez, o Decreto n.º 18906 de 08 de outubro de 1930, aprova o regulamento dos serviços de vigilância e disciplina dos asilos e recolhimentos dependentes da Direção Geral de Assistência.

“A oferta de albergues e asilos era manifestamente insuficiente face às necessidades reais da população indigente. Por esse motivo os albergues foram perdendo o seu caráter de abrigos transitórios, transformando-os em autênticos asilos”.

(Pinto, 1999, p. 41)

Relativamente aos asilos e albergues, alguns estudos (Pinto, 1999, p. 61 a 71) revelam que tinham regulamentos/disposições relativas ao desenrolar do quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo, a vários níveis, nomeadamente, ao nível dos horários e regras, vestuário, alimentação, saúde e higiene, lazer e distrações, castigos e punições.

"A campanha fazia-se ouvir a espaços regulares, marcando o ritmo de funcionamento destas 'Casas'".

(Pinto, 1999, p. 61)

"O recurso ao uniforme era uma norma de todos os asilos e albergues que estudámos".

(Pinto, 1999, p. 62)

"A conduta dos utentes dos asilos e albergues era normalizada através da obediência a determinadas regras, de certa forma comuns aos vários estabelecimentos de assistência".

(Pinto, 1999, p. 62)

No entanto, de forma geral, "o quotidiano nos asilos e albergues refletia os objetivos regeneradores que norteavam a política assistencial da época retratada [...]. Fazia-se um esforço no sentido de satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, mas não havia, salvo raras exceções, grande preocupação com o seu conforto mais íntimo. Os deveres dos utentes eram mais numerosos e pesavam mais do que os seus direitos" (Pinto, 1999, p. 71).

"Os que ficavam submetendo-se às regras do asilo tinham de sufocar a sua revolta pelas injustiças sofridas e pelo facto de se sentirem abandonados, sem família nem amigos. É este o caso do octogenário do asilo de mendicidade que entrevistámos. A sua revolta, quando ainda era jovem, custou-lhe alguns dias de castigo nos calabouços do mosteiro. Como forma de resistência, ficara três dias sem ir ao refeitório até que, segundo as suas próprias palavras "tive de me convencer que não podia ser o que queria..."".

(Pinto, 1999, p. 74)

#### 2.4.4.2.<sup>a</sup> República – Estado Novo

O Decreto-Lei n.º 19687, de 4 de maio de 1931, já reprimia a mendicidade nas ruas e lugares públicos (Artigos 6.º e 7.º) e os diplomas legais posteriores, publicado durante o Estado Novo, vem reforçar esta visão repressiva/punitiva.

"Com a emergência do Estado Novo, as políticas de repressão da mendicidade e vadiagem vão intensificar-se e assumir contornos novos, nomeadamente pelo papel preponderante atribuído à Polícia de Segurança Pública como principal mediadora entre os vadios e a sociedade civil, acumulando funções de assistência e de reeducação social".

(Barreto, 2000, p. 48)

Salienta-se o **Código Administrativo Português de 1936**, aprovado por Decreto-Lei n.º 27424, de 31 de dezembro que refere:

- ✚ Pertencer às Câmaras, no uso das suas atribuições de cultura e assistência, deliberar sobre a extinção da mendicidade (Artigo 48.º, n.º 12);
- ✚ Competir à presidência das mesmas vigiar os sujeitos mendigos, vadios, vagabundos, músicos ambulantes e menores em perigo moral, propondo superiormente as medidas que julgar necessárias e convenientes (Artigo 80.º, n.º 6);
- ✚ A Governação Civil tomar providências policiais sobre pessoas mendigas, vadias e vagabundas (Artigo 351.º, n.º 11).

O **Decreto-lei n.º 30389, de 20 de abril de 1940**, determinava “que em todas as cidades sedes de distrito fossem criados, na dependência dos comandos distritais da Polícia de Segurança Pública, albergues destinados a prevenir e a reprimir a mendicidade em todo o país” [Bastos, 1997: 52 (Fernandes, 2006, p. 8)]<sup>43</sup>.

“Paradoxalmente, o Estado Novo promovia uma visão caritativa, apelando aos sentimentos e práticas cristãs da dádiva à esmola, como reparação dos males e pecados cometidos. Como exemplo, em 1935 é lançada pela União Nacional a “Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno”. Deste modo, a visão punitiva e a visão caritativa vão coexistindo”.

(Fernandes, 2006, p. 8)

**Decreto-Lei n.º 36448, de 1 de agosto de 1947, proíbe a mendicidade e a vadiagem**. “Intenta construir um sistema de medidas de assistência aplicáveis à mendicidade” (Artigo 3.º) sendo que “as medidas de natureza penal eram reservadas para os mendigos qualificados equiparados, para esse efeito, aos vadios” (artigo 3.º). É referido nessa legislação específica:

“O problema da mendicidade tem incidido a atenção de todos os Estados civilizados multiplicando-se por toda a parte as intervenções legislativas no sentido da repressão”

<sup>43</sup> Em consequência foi criado em 1935 o Albergue da Mitra, que albergava/aprisionava muitos daqueles sujeitos que eram retirados da rua, à força, pela Polícia de Segurança Pública (Fernandes, 2006, p. 8).



A 29 de outubro de 1960, o Decreto-lei n.º 43280 atribui ao Ministério do Interior, por intermédio das autoridades administrativas e policiais, competência para estabelecer e fazer executar as medidas de carácter policial destinadas a reprimir a mendicidade, criando o Serviço de Repressão da Mendicidade.

#### 2.4.5.3.<sup>a</sup> República

Só a partir da Revolução de 25 de abril de 1974 é que se passa a encarar a questão sem-abrigo como uma situação social adversa que podia ser alterada e que tinha uma causa humana e social, ou seja, “pela primeira vez, em vários séculos [mais de sete séculos], a sociedade admitiu ter responsabilidades” (Pimenta, 1992, p. 18), e passou a ser encarada como um problema social.

“Em fevereiro de 1975, o Programa de Política Económica e Social enuncia os objetivos a alcançar no campo da repartição de rendimentos e propõe-se a eliminação de formas extremas de pobreza, através da garantia de um mínimo social”.

(Rodrigues, 2002, p. 268)

Mais concretamente, através do **Decreto-Lei n.º 365/76, de 15 de maio**, a mendicidade foi despenalizada, tendo sido eliminada da legislação a perspetiva punitiva até aí existente e extinguindo-se também o Serviço de Repressão à Mendicidade, bem como o Albergue da Mitra.

“O problema da mendicidade é consequência do nível de desenvolvimento socioeconómico e cultural de uma comunidade e que na sua origem estão essencialmente causas de impossibilidade de angariar meios de sustento (por motivos de idade, deficiências físicas ou sensoriais, de doença física ou mental e de desemprego) e outras de natureza psicológica (instabilidade e desvios do comportamento).

(pp. 1092 Dec-Lei 365/76)<sup>44</sup>.

Ou seja:

---

<sup>44</sup> Transfere os albergues distritais de mendicidade para o Ministério dos Assuntos Sociais.



“com a publicação do Decreto-Lei n.º 365/76, a mendicidade passou a ser vista, na sua essência, sob uma perspetiva estrutural, assumindo-se como principais causas do problema o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país”.

(Fernandes, 2006, p. 9)

Salienta-se que a **Constituição da República Portuguesa de 1976** preconizava o direito à habitação (artigo 65.º, n.º 1) e, nesta altura, para além de pôr fim às medidas punitivas direcionadas para a população mendiga, procurou-se que fosse criada *“uma rede de serviços de acolhimento e triagem com vista ao encaminhamento dos utentes para as soluções adequadas”* (Pimenta, 1992: 18), potenciando o aparecimento de respostas que tivessem em conta o aspeto preventivo.

Após a despenalização da mendicidade, em 1976, a intervenção levada a cabo no âmbito da questão sem-abrigo, em Portugal, era a que era dirigida a populações com algum grau de fragilidade, não havendo uma intervenção específica nesta área.

Todavia, alguns desenvolvimentos a nível europeu vieram dar um contributo importante no sentido de serem desenvolvidos quadros normativos que permitissem lidar com esta questão de forma abrangente (como um fenómeno global e não local) e concertada (exigindo a articulação entre várias áreas dentro do Estado e também entre o Estado e o terceiro Setor). Entre essas iniciativas salientam-se<sup>45</sup>:

-  **Março 2008** – aprovação da Declaração escrita do Parlamento Europeu<sup>46</sup>, na qual os Estados se comprometiam a solucionar a situação das pessoas sem-teto até 2015;
-  **Novembro de 2008** - decorrente da 17.ª reunião dos Ministros da União Europeia da área da Habitação, com o tema *“o acesso ao alojamento de pessoas em situação de vulnerabilidade”*, foi feita uma recomendação de compromisso para que as políticas

<sup>45</sup> Outros marcos são: **2000** – Conselho Europeu de Lisboa em que os Estados Membros da União europeia aceitaram o desafio de lutar contra a pobreza e a exclusão social como um dos aspetos basilares da Política Social Europeia; **2000** – Conselho Europeu de Nice em que os chefes de Estado e os governos decidiram tomar medidas para erradicar a pobreza, definindo objetivos nesse sentido; **2001** – Criados os Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI) com o intuito de promover políticas destinadas a prevenir a exclusão social; **2006** – Estratégia de Lisboa em que os PNAI passaram a estar inseridos em Planos mais abrangentes de proteção e Inclusão Social.

<sup>46</sup> [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?reference=P6\\_TA\(2008\)0163&language=EN](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?reference=P6_TA(2008)0163&language=EN)

ligadas à questão sem-abrigo fossem tidas em conta no quadro do Ano Europeu 2010 de Luta contra a Pobreza e Exclusão;

✚ **Dezembro 2010** – Declaração do Parlamento Europeu<sup>47</sup> sobre uma estratégia Europeia de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo;

✚ **Setembro 2011** – Resolução do Parlamento Europeu<sup>48</sup> que apelava ao desenvolvimento de uma estratégia ambiciosa e integrada da UE, sustentada por estratégias nacionais e regionais com o objetivo de longo prazo de resolver a questão sem-abrigo;

✚ **2013** – Resolução do Parlamento Europeu<sup>49</sup> relativa a uma Estratégia Europeia de combate ao fenómeno sem-abrigo

✚ **Fevereiro de 2013** – Documento Social Investment Package<sup>50</sup> (Pacote de Investimento Social) relatório elaborado pela Comissão Europeia que pretende constituir-se uma abordagem estratégica com o objetivo de melhorar as capacidades dos cidadãos e o apoio à sua participação na sociedade e no mercado de trabalho. Deste documento surgem recomendações gerais dirigidas aos diferentes Estados-Membros no âmbito do fenómeno sem-abrigo: *Confronting Homelessness in the European Union*.

No seguimento destas orientações europeias foi criada, em Portugal, a **Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015 (ENIPSA)**<sup>51</sup>. Em termos de desenvolvimento mais recente, convém mencionar a aprovação, em junho de 2017, em sede de Conselho de Ministros, da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023.

## Resumo do capítulo

✚ A questão sem-abrigo está ligada aos movimentos migratórios, transversais à própria história da humanidade;

<sup>47</sup> <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P7-TA-2010-0499&language=EN>

<sup>48</sup> <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2011-0383+0+DOC+XML+V0//PT>

<sup>49</sup> <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=MOTION&reference=P7-RC-2014-0008&language=EN>

<sup>50</sup> [file:///C:/Users/isslne01/Downloads/SWD\\_Confronting-homelessness\\_en.pdf](file:///C:/Users/isslne01/Downloads/SWD_Confronting-homelessness_en.pdf)

<sup>51</sup> [http://www4.seq-social.pt/documents/10152/13334/enipsa\\_2009\\_2015](http://www4.seq-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015)

- ✚ De forma geral, ao longo da história, as legislações consideraram a pessoa sem-abrigo como criminosa e/ou ociosa, tendo-se optado, ao longo de vários séculos, pela implementação de medidas repressivas para lidar com este fenómeno;
- ✚ Da análise diacrónica surpreende a repetição, ao longo de séculos, dos discursos (políticas) e das práticas (repressivas) adotadas;
- ✚ Em Portugal a despenalização da mendicidade só ocorreu em 1976;
- ✚ A nível europeu, desde 2008, têm sido dados alguns passos importantes em termos de políticas sociais para lidar com esta questão de forma abrangente, ou seja, como um fenómeno global e não local;
- ✚ No seguimento destas orientações europeias foi criada, em Portugal, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015 (ENIPSA), a primeira estratégia nacional nesta área e a primeira também nos chamados países do sul da Europa.

## Capítulo 3 – Os discursos e as práticas de intervenção social

Da análise diacrónica anterior, surpreende a repetição, ao longo de séculos, dos discursos (políticas) e das práticas (repressivas) adotadas, no âmbito da questão sem-abrigo, que se mantiveram, praticamente inalteráveis durante séculos.

Surge, assim, a necessidade, neste capítulo, de explicitar o papel dos discursos e das práticas de intervenção social no âmbito deste fenómeno e na própria vida das pessoas que se encontram nessa situação.

Para o efeito, expor-se-á, primeiro, a importância dos discursos e mais concretamente das vertentes críticas do discurso, para de seguida nos centrarmos na abordagem dialéctico-relacional desenvolvida por Fairclough e no papel que os média têm no enquadramento da questão sem-abrigo e na reação social a esse fenómeno.

Posteriormente abordar-se-á, no geral, a importância das práticas de intervenção social e no concreto, o seu papel específico no âmbito da questão sem-abrigo.

### 3.1. A importância dos discursos e das vertentes críticas do discurso

“Que eu fale e alguém escute, esse facto não implica a existência de nada – exceto a existência da linguagem”.

(Agamben, 2013, p. 27)

Resende (2012) defende que os problemas sociais são parcialmente discursivos porque a representação discursiva influencia os modos como encaramos, reagimos e nos posicionamos face a esses mesmos problemas.

Ou seja, o discurso é encarado como uma prática social, isto é, como um modo, não só de representar a sociedade, mas de agir sobre o próprio mundo, realçando-se a utilidade do estudo dos discursos na compreensão dos fenómenos/problemas sociais.

“O que as pessoas percecionam como real, é real nas suas consequências”.

[Pettigrew, 1981 *apud* (Hewstone & Giles, 1997, p. 270)]

De facto, os discursos têm tido um papel crescente nas investigações em ciências sociais contemporâneas (Nogueira, 2001, p. 3), sendo que neste capítulo abordar-se-á a importância do uso dos discursos para a investigação em ciências sociais em geral e para o estudo da questão sem-abrigo em particular.

Talvez por isso a preocupação com a linguagem não é recente. Já na história do pensamento grego se dava atenção à linguagem, apesar de inicialmente, o interesse por este tema estar praticamente ligado à filosofia.

Só a partir do século XIX a linguagem passou a ser objeto de interesse por parte das ciências sociais e humanas, altura em que tendeu a orientar-se em torno de dois paradigmas:

- ✚ O **Paradigma formalista** privilegia a estrutura interna da língua, defendendo que a linguagem é um objeto autónomo, sendo o discurso considerado como “*a unidade acima da sentença*” (Resende & Ramalho, 2006, p. 13);
- ✚ O **Paradigma funcionalista** pretende relacionar o linguístico e o social, defendendo que a linguagem é encarada como um instrumento de comunicação e interação social e o discurso é a “*linguagem em uso*” (Resende & Ramalho, 2006, p. 13).

Contudo, independentemente do paradigma usado e do conceito de discurso empregue, os discursos têm tido um papel crescente nas investigações em ciências sociais contemporâneas, o que poderá estar relacionado, entre outros fatores, com o interesse crescente por perspetivas teóricas críticas (Nogueira, 2001, p. 3).

No seu artigo “*Critical and descriptive goals in discourse analysis*” publicado no *Journal of Pragmatics*, Norman Fairclough (1985, 2001, p. 32) distingue entre duas abordagens distintas relativas à análise do discurso: as abordagens não críticas e as críticas<sup>52</sup>,

---

52 Wodak (2005) identifica três traços que permitem distinguir entre as duas abordagens: a) O tipo de evidências que apontam: com as abordagens mais críticas a pretenderem explorar o que não é visível, as manifestações ideológicas e a denunciarem aspetos ofuscados por interesses particulares. b) O grau de envolvimento com o objeto alvo de análise: Ao contrário das ciências positivistas, as críticas não têm o propósito de manipular um mundo externo a si próprio. Bem pelo contrário, as perspetivas mais críticas

Este termo “*crítico*” está associado à Escola de filosofia de Frankfurt que, por volta dos anos 20, do século passado, defendia a crescente importância da articulação entre o estudo da linguagem e da vida social<sup>53</sup>, postulando que o estudo dos problemas sociais não devia ser um exercício puramente académico, devendo analisar-se também, de forma crítica, as relações de poder e dominação presentes no discurso.

Assim, na década de 90, do século passado, várias personalidades, como Teun Van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo Van Leeuwen e Ruth Wodak, deram início a uma discussão sobre uma abordagem dialética entre a linguagem e o funcionamento estrutural da sociedade, tentando superar a tradicional oposição entre forma e função.

“Os teóricos críticos usam a teoria para desmistificar o mundo social, para explicar as fontes de constrangimentos humanos e para apontar possibilidades de libertação” (Azevedo, 1995; Osmond, 1987 *apud* Nogueira, 2001, 10).

Ainda no artigo *Critical and descriptive goals in discourse analysis*, (Fairclough, 1985, 2001, p. 32), surgiu a designação Análise Crítica do Discurso (ACD) e os seus princípios:

- ✚ Extrapola a dominação da linguística por paradigmas formalistas;
- ✚ Integra trabalhos da linguística de nível mais micro (fonética, fonologia, morfologia, etc.) com aspetos do domínio discursivo-textual (pragmática, análise do discurso, etc.);
- ✚ Integra vários ramos da linguística (Pêcheux, Halliday, Harris, etc.) com os estudos do pensamento social e político (Gramsci, Althusser, Foucault, Habermas, Giddens, etc.);

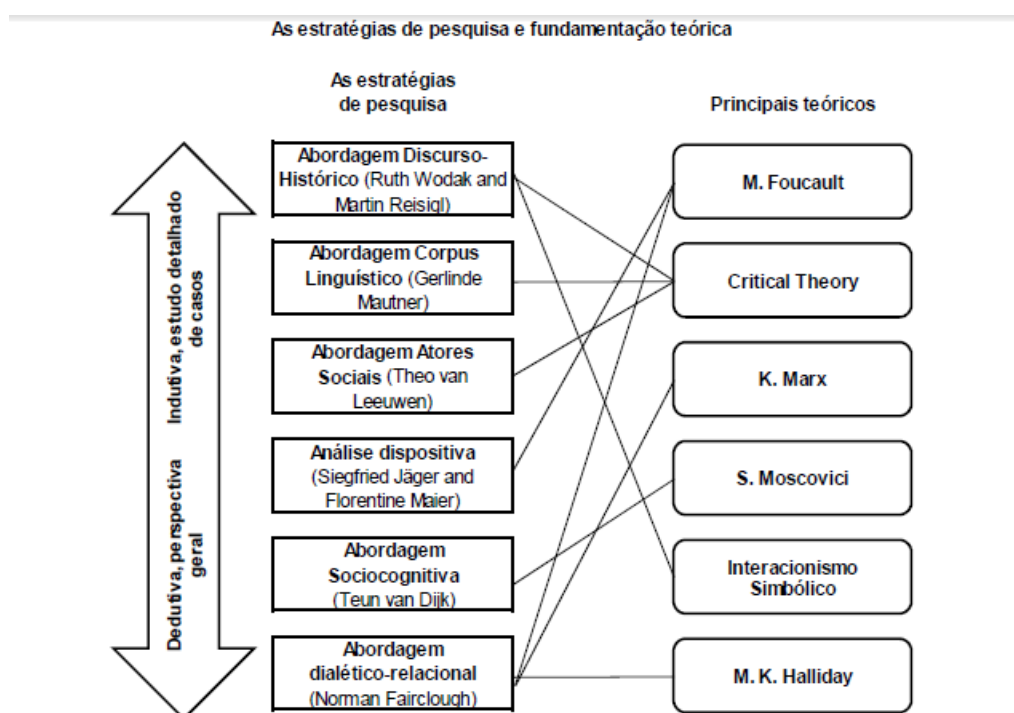
---

defendem que fazem parte desse mesmo mundo. c) O modo como se relacionam com as pessoas envolvidas no estudo: perspetivas críticas pretendem promover reflexividade sobre os problemas sociais que estudam para se “perceber o que subjaz ao notório” (Melo I., 2013). De entre as abordagens não críticas, salientam-se: *Discurso em sala de aula* de Sinclair e Coulthard, 1975; *Análise da conversação*, que estuda a interação verbal no vácuo social; *Discurso terapêutico* de Labov e Fanshel, 1977; *Análise do discurso* de Potter e Wetherell, 1987; *Pragmática*, que se centra nas ações, negligenciando a questão do poder no âmbito das relações; *Sociolinguística* que se detém na relação entre a linguística e cultura negligenciando como a linguística pode transformar a própria cultura. Relativamente às abordagens críticas, salientam-se: *linguística crítica* de Fowler et al, 1979; *Abordagem Francesa da análise do discurso* desenvolvida por Pêcheux (1982) com base na teoria da ideologia de Althusser.

<sup>53</sup> A origem desta associação entre a linguística e uma visão crítica dos problemas sociais é, geralmente, identificada com a publicação do livro “*Prejudice in discourse*”, em 1984 que é o primeiro livro sobre racismo escrito pelo linguista Teun Van Dijk. No entanto, também são uma referência importante os livros “*Language and power*” de Norman Fairclough e “*Language, power and ideology*” de Ruth Wodak, ambos lançados no ano de 1989.

- Mostra como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia para além da descrição das práticas discursivas;
- Enquadra o discurso como uma prática social, sendo este, simultaneamente, um modo de representação, de ação e preconizando-se uma relação dialética entre o discurso, a prática e a própria estrutura social, indo ao encontro do princípio básico da Sociolinguística.

Contudo a ACD não constitui um corpo teórico homogéneo, mas é antes uma abordagem transdisciplinar e multidisciplinar (Resende, 2011, p. 23), apresentando-se, de seguida, uma figura com os métodos, estratégias e *background* teórico da mesma.



**FIGURA 2 - MÉTODOS, ESTRATÉGIAS E BACKGROUND TEÓRICO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Fonte: Wodak & Meyer, 2001, 2009

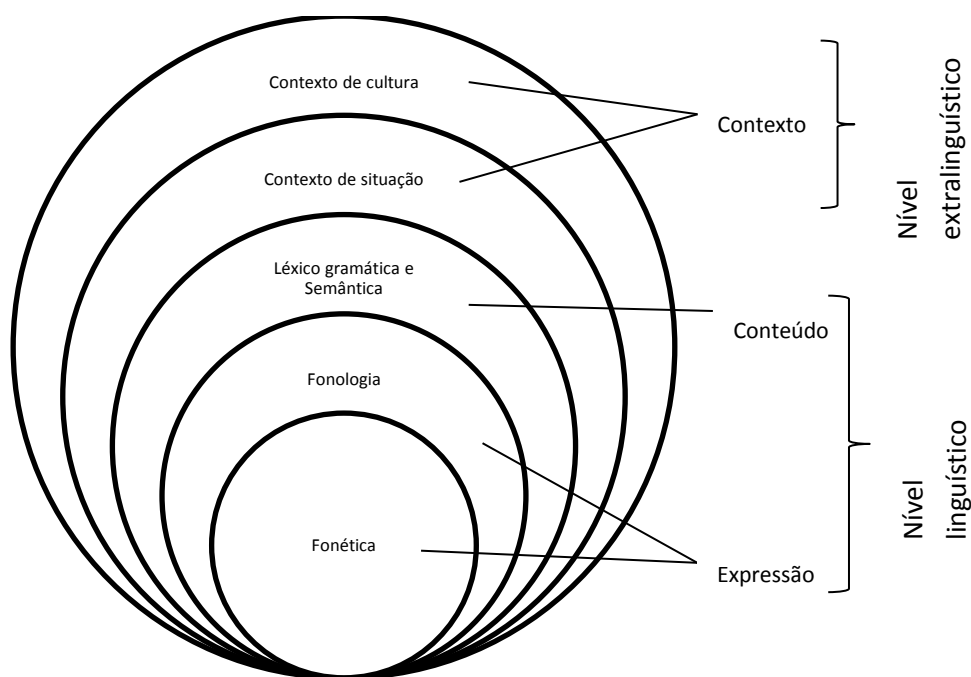
Nesta investigação procurou-se abordar a relação entre as **bases funcionais da linguagem sugeridas por Halliday (1994)**, dentro da **Linguística Sistémico-Funcional (LSF)** e os estudos voltados para a área da Análise de Discurso Crítica (ADC), com ênfase para a **abordagem dialético-relacional desenvolvida por Fairclough (2003)**.



### 3.1.1. Linguística Sistémico-Funcional (LSF) de Halliday - Relação entre linguística, sociedade e significado

A base teórica da LSF é explicitada no livro *“Language as Social Semiotic: the social interpretation of language and meaning”*, de Michael Halliday, em 1978.

Este entende a linguagem como um sistema semiótico<sup>54</sup> de escolhas (daí o termo sistémico) defendendo ainda que a língua possui funções externas ao sistema linguístico (daí a designação funcional). Isto é, a LSF apresenta um enfoque teórico em que os significados são considerados escolhas e a linguagem verbal é interpretada como redes de opções interligadas. O autor defende, assim, que a relação entre os fatores situacionais e o texto é de determinação e não de constituição, ou seja, que tais fatores são antes determinantes em relação ao texto e não seus componentes. Em termos práticos, a LSF, divide-se em dois níveis: linguístico e extralinguístico.



**FIGURA 3 - ESTRATIFICAÇÃO LINGUÍSTICA**

Fonte: adaptado Halliday & Matthiessen, 2004, p. 25

<sup>54</sup> No sentido restrito a semiótica é o estudo do sistema de signos e de forma mais abrangente é o estudo do significado. A linguística será um tipo de semiótica, restringindo-se ao estudo dos signos linguísticos.

Ao **nível linguístico**, a Fonética e a Fonologia correspondem à categoria expressão, enquanto a Léxico gramática e a Semântica (ou Semântica-Discursiva) constituem os estratos do conteúdo<sup>55</sup>.

Por outro lado, ao **nível extralinguístico** o contexto<sup>56</sup>, apresenta uma perspetiva bidimensional, ou seja, para além do *setting* material onde decorre a interação (contexto enquanto dimensão real) são identificados:

✚ **Context of situation** - O contexto enquanto dimensão virtual ou aparato teórico, sem existência em si mesmo (Hassan, 1995, p. 191). Diz respeito a elementos abstraídos da realidade imediata, filtrados pela mente ativa dos/as interlocutores/as, tornando cada contexto de situação único (Hasan, 1996, p. 38).

“What is, the actual sentences and words that constitute our direct experience of language, derives its significance from what could be”.

(Halliday, 1978, p. 28)

Firth operacionalizou este conceito, defendendo que o contexto de situação diz respeito: *a)* aos/às participantes na situação; *b)* à ação desses/as participantes (verbais e não verbais), *c)* aos efeitos da ação verbal e ainda *d)* outras características relevantes da situação. Halliday, por sua vez, cita, ainda, o antropólogo Hymes que identificou os seguintes aspetos (semelhantes aos de Malinowski): *a)* a forma e o conteúdo da mensagem, *b)* os/as participantes, *c)* a intenção e os efeitos, *d)* o meio, *e)* o género, *f)* o código, *g)* as normas de interação e *h)* os cenários. Posteriormente, Eggins (1994) acrescenta ainda o conceito de “textura”, entendida aqui como aqueles elementos linguísticos que mantêm a coesão do texto.

<sup>55</sup> Para efeitos deste trabalho não cabe aqui detalhar estes conceitos, no entanto, de forma sucinta pode dizer-se que a Fonética trata da substância da expressão, enquanto a Fonologia trata da forma da expressão. Por outro lado, a Léxico gramática estuda palavras dentro do contexto de uma frase enquanto a semântica estuda o significado.




<sup>56</sup> Convém aqui referir que as bases dos termos “contexto de situação” e “contexto de cultura” têm origem na tríade Malinowski-Firth-Halliday e ainda nos estudos de Benjamin Lee Whorf e Edward Sapir. O Antropólogo Bronislaw Malinowski, nos anos 20 do século passado, levou a cabo um estudo, num arquipélago no Pacífico sul, com a população “Trobirand Islands” que falava “Kiriwinian” e com base nesta experiência o antropólogo criou o termo contexto de situação para expressar o ambiente de produção do texto. Contudo, no contexto de pesquisa percebeu que esta informação sobre o ambiente imediato não seria suficiente para compreender os contextos nos quais as ações/acometimentos se expressavam, enfatizando a importância do contexto histórico e cultural, surgindo, assim, a designação contexto de cultura. Posteriormente, nos anos 50 do século passado, o conceito foi ainda trabalhado por Firth no seu artigo “Personality and language in society”.

**Context of culture** (Género) - O contexto enquanto dimensão de códigos, práticas e padrões partilhados por uma comunidade, fornecendo o *background* necessário à interação social. Designa um conjunto de sistemas semióticos (conjunto de significados) interrelacionados e traduz a soma dos elementos que são passíveis de dar sentido a uma cultura particular, nomeadamente, crenças, práticas sociais, valores, relações sociais e ainda outros aspetos culturais passíveis de influenciar a forma como construímos significado (Hasan, 1989). Contexto de cultura é, assim, a padronização do discurso em termos de atos retóricos ou atos de fala.

De forma sucinta, os textos (expressão e conteúdo) materializam-se sob os padrões do contexto de situação (registo) e do contexto de cultura (género). À relação entre texto e o contexto de situação (micro contexto), Halliday apelida Registo. À relação entre texto e contexto de cultura (macro contexto), Halliday designa Género. De seguida passa-se a expor o conceito de registo e género.

### **Registo**

No livro já referenciado, Halliday desenvolve o conceito de “**registo**”, que define como “*normas sistemáticas que governam as particularidades do texto*” (Halliday, 1978, p. 62), ou seja, a noção de registo diz respeito ao facto da linguagem variar de acordo com o tipo de situação. É a concretização da comunicação em um ambiente particular, isto é, o ambiente em que se faz uma seleção particular de entre as possibilidades existentes. Com base em Hymes e em Firth, Halliday identifica três categorias que determinam o texto ou as várias situações linguísticas:

-  **Campo** - A atividade em curso e os objetivos específicos do uso da linguagem no contexto dessa atividade;
-  **Relações** - As inter-relações entre participantes, ou seja, o *status* e os vários papéis nas diferentes relações;
-  **Modo** - O papel desempenhado pela linguagem na interação.

Ao apresentar o conceito de registo e suas categorias (campo, relações e modo), o autor associa-os às escolhas de significados potenciais, à natureza das escolhas linguísticas e às suas diversas possibilidades, destacando a necessidade de se considerar todos os níveis do sistema linguístico.

Desta forma, através do conceito de campo, relações e modo, Halliday tenta identificar os meios pelos quais o indivíduo que observa é capaz de inferir, a partir da situação discursiva, determinadas normas semânticas que controlam as especificidades do texto, sublinhando-se ainda os efeitos que a mudança de situação pode ter no uso da linguagem. Ao afirmar que essas três categorias são elementos determinantes do texto, pode inferir-se que, por meio delas, se possa predizer o registo.

Outra particularidade de Halliday no que se refere ao registo é o facto de ele associar estas categorias a meta funções da linguagem, ou seja, à escolha de potenciais significados.

| Descrição   | Variáveis de registo | Meta funções |
|---|----------------------|--------------|
| A ação social, o assunto que se fala, a natureza da ação                          | Campo                | Ideacional   |
| A estrutura de papéis, as pessoas e suas relações na situação de comunicação      | Relações             | Interpessoal |
| A organização simbólica, o canal (fala ou escrita) e o modo retórico de linguagem | Modo                 | Textual      |

**QUADRO 10 - VARIÁVEIS DE REGISTO E SUA RELAÇÃO COM AS META FUNÇÕES DA LINGUAGEM**

Fonte: adaptado de Gouveia, 2009, p. 28

- ✚ A meta função ideacional corresponde à maneira como nos representamos a nós mesmos/as e às outras pessoas
- ✚ A meta função interpessoal diz respeito à relação propriamente dita entre as pessoas, incluindo também as atitudes relativamente aos outros sujeitos.
- ✚ A meta função textual concerne à forma como se organiza a fala e a escrita, tendo em conta os seus objetivos e o meio histórico, social e cultural onde se inserem.

Convém ainda aqui contextualizar que Fairclough adaptou estes conceitos de Halliday, recontextualizando-os, apresentando-se essa recontextualização de forma sucinta através do seguinte quadro (Ramalho e Resende, 2006, p. 61).

| LSF<br>Halliday, 1985 | ACD<br>Fairclough, 1992                 | ACD<br>Fairclough, 2003      |
|-----------------------|---|------------------------------|
| Função ideacional     | Função ideacional                       | Significado representacional |
| Função interpessoal   | Função identitária<br>Função relacional | Significado identificacional |
| Função textual        | Função textual                          | Significado acional          |

#### QUADRO 11 - RECONTEXTUALIZAÇÃO DA LSF NA ACD

Fonte: Ramalho e Resende, 2006, p. 61

Em termos sucintos pode, então, dizer-se que segundo esta perspetiva estudam-se as formas linguísticas de acordo com as suas funções ao nível das práticas sociais, sendo que a ligação entre os níveis linguístico e extralinguístico, é designada por “realização” (Halliday, 2004, p. 26).

|                                    |                 |
|------------------------------------|-----------------|
| [do contexto] para o significado   | Semântica       |
| [do significado] para o “wording”  | Léxicogramática |
| [do “wording”] para o “composing”  | Fonologia       |
| [do “composing”] para o “sounding” | Fonética        |

#### QUADRO 12 - PROCESSO DE “REALIZAÇÃO” ENTRE O NÍVEL LINGUÍSTICO E EXTRALINGUÍSTICO

Fonte: adaptado de Halliday & Matthiessen, 2004, p. 26

### Género

Enquanto o conceito de registro é a dimensão do contexto de situação, o conceito de gênero relaciona-se ao contexto da cultura. Por outras palavras, os textos são o reflexo de não só da situação em que surgem/ocorrem, mas da própria cultura em que se inserem. Halliday (1991, 2002) usa ainda os termos ‘domínio cultural’ e ‘instituição’ para referir-se ao contexto de cultura. Resumindo, o contexto de cultura define o potencial, as possibilidades mas as escolhas reais entre essas diferentes possibilidades ocorrem em um dado contexto de situação.



**FIGURA 4 – PERSPETIVA SEMIÓTICA SOCIAL DE HALLIDAY**

Analisando a perspetiva semiótica social de Halliday (Figura 3) percebe-se que esta abordagem tem a mais valia de proporcionar vários enfoques que vão para além de uma análise sociolinguística, fornecendo dados para que os significados sejam repensados, não somente sob outros enquadramentos teóricos, mas também tendo em conta as finalidades e a ação, podendo servir de ponto de partida para a própria modificação da realidade.

Desta forma, a relevância do pensamento de Halliday reside também no facto de ter fornecido as bases linguísticas da abordagem crítico-discursiva, a qual se passa a explanar de seguida.

### 3.1.2. Abordagem dialético-relacional de Fairclough

Relativamente ao Modelo de Análise Crítica do Discurso, este apresenta quatro condições (Fairclough, 2001, p. 27) que favorecem uma abordagem multidimensional que o estudo da questão sem-abrigo exige:

- ✚ É um método de análise crítico (Fairclough, 2001, p. 28 e 31), mostrando conexões e causas ocultas e propondo intervenções, fornecendo recursos para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem;
- ✚ É um método de análise histórica (Fairclough, 2001, p. 27), defendendo-se que a análise do discurso deve focalizar a estruturação e os processos na construção de textos e na constituição, a longo prazo, de ordens de discurso;
- ✚ É um método de análise multifuncional (Fairclough, 2001, p. 27), designado de Sistema de Transitividade desenvolvido na Linguística Sistémico-Funcional (STLSF) de Halliday (2004) que considera que os textos, simultaneamente: representam a realidade; ordenam as relações sociais; estabelecem identidades;
- ✚ É um método de análise tridimensional (Fairclough, 2001, p. 22), designado de Análise do Discurso Textualmente Orientado – ADTO, passando-se a expor as categorias analíticas que segundo Fairclough (1992), compõem cada um destes níveis (quadros *infra*)<sup>57</sup>: Texto (análise linguística); Prática discursiva (análise da produção e interpretação textual); Prática social (análise das circunstâncias organizacionais do evento comunicativo).

| Texto  | Prática Discursiva                                  | Prática Social  |
|--|---|---|
| <b>Vocabulário</b> (wording, word meaning, metáfora) | Produção do Texto                                   | Matriz social dos discursos (hegemonia –  |
| Gramática (transitividade, tema e modalidade)        | (Interdiscursividade e Intertextualidade manifesta) | orientações económicas, políticas, culturais e ideológicas);  |
| <b>Coesão</b> (conexão e argumentação)               | Distribuição do texto (cadeias intertextuais)       | Ordens de discurso (relações entre a instância social e as práticas discursivas                     |
| <b>Estrutura textual</b>                             | Consumo do texto (coerência)                        | com o efeito de reproduzir ou transformar em outras ordens de discurso)                             |
| (Controlo interacional, polidez, ethos)              | Condições das práticas discursivas                  | Aspetos ideológicos e políticos (sistemas de conhecimento, crenças, relações e identidades sociais) |

**QUADRO 13 - CATEGORIAS ANALÍTICAS PROPOSTAS PELO MODELO TRIDIMENSIONAL DE FAIRCLOUGH**

Fonte: Fairclough (1992, 2001)

<sup>57</sup> Destaca-se que este quadro foram elaborados através da leitura intensiva do livro “Discourse and Social Change” de Fairclough (1992, 2001), pois as categorias são definidas pelo autor ao longo de todo o livro, tendo havido um trabalho de sistematização dos dados.

Neste sentido, a Abordagem Dialético-Relacional da análise do discurso, tal como foi desenvolvida por Fairclough, pretende operacionalizar (tal como o próprio nome indica) uma visão dialética do discurso e das práticas sociais.

Neste sentido o autor define **discurso**:

“Elementos semióticos das práticas sociais, incluindo a linguagem (falada, escrita e em combinação com outros semióticos), comunicação não-verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos, etc.) e imagens visuais (fotografias, filmes, etc.).




(Choukiaraki & Fairclough, 1999, p. 38)

Ou seja, o discurso deixa de ser encarado como uma unidade para frásica, para significar os modos linguísticos (mas não exclusivamente linguísticos) de organizar o significado (Gouveia, 2001).

Nesta perspetiva, discurso pode ser encarado como um **substantivo abstrato**, ou seja, linguagem como um momento irreduzível da vida social; ou como **substantivo concreto**, isto é, como um modo específico de representar o mundo, deixando de ser sinónimo de texto (linguagem falada ou escrita) e passando a ser encarado como uma **prática social**.

Ou seja, a análise do discurso envolverá compreender a relação entre o discurso relativo a um evento discursivo específico e as situações/instituições/estruturas sociais mais abrangentes em que o evento está inserido.

Nesta perspetiva, o discurso pode ser representado como uma **ordem de discurso**, ou seja, através das suas três formas de representação das práticas sociais:

-  **Género** – Forma de agir e interagir por meio da linguagem oral ou escrita;
-  **Discurso** – Forma de representar o mundo material;
-  **Estilo** – Modo particular de ser.

Ou seja, o mundo é representado ideologicamente pelo discurso. Para Fairclough, as relações de dominação em determinada sociedade são estabelecidas e mantidas social e culturalmente.



Contudo, para o autor estas relações de dominação (ideologia) não são simples formas de opressão de uma classe dominante sobre outra. As ideologias são plurais e visam regular a sociedade por meio dos aparelhos ideológicos do Estado.

Procura-se ainda detetar o poder e a ideologia nas manifestações linguísticas identificando aspetos de dominação, diferença e/ou resistência, realçando as relações complexas entre as estruturas discursivas e os problemas sociais.

“O significado é produzido não por vontade do sujeito unitário, não por determinação do sistema linguístico ou por relações socioeconómicas, mas por intermédio de sistemas de poder/conhecimento que são impostos pelas instituições sociais (...). Tais sistemas de poder/conhecimento, ou discursos, delineiam, na prática, o que pode ser dito e pensado acerca do que definem como os seus domínios”.

[Pennycook, 1994: 128 (Gouveia, 2001, p. 337)]

### 3.1.3. Discursos e manipulação - ideologia, poder e discursos

Segundo Teun van Dijk (2006, p. 359), a manipulação é um conceito central na ACD e pressupõe três níveis de atuação:

- ✚ O nível discursivo que geralmente envolve formas e formatos de discurso ideológico;
- ✚ O nível cognitivo que pressupõe a influência nos processos de compreensão, de formação de modelos de enviesamento mental e nos modelos de representação social;
- ✚ O nível social.

“Discourses have a history” Van Leeuwen.

(2005, p. 98)

A ideologia é um tópico recorrente quando se aborda a ACD e pode ser operacionalizada como as “formas e processos sociais nos quais, e por meio dos quais, formas simbólicas circulam na realidade social [Wodak, 2001, p. 10 *apud* (Gouveia C. , 2013, p. 1064)].

Thompson agregou a noção de ideologia em dois grupos distintos: as abordagens neutras da ideologia que não atribuem sentido negativo ao conceito, e as perspetivas críticas da ideologia, que lhe atribuem conotação negativa, considerando-a um fenómeno enganador.

“A sociedade, no seu todo, tem ideologias de muitos tipos que podem favorecer uma classe económico-social em prejuízo de outras, um sexo em detrimento de outro, um grupo racial sobre outros, um grupo etário ou profissional em prejuízo de outros, etc.”.

(Gouveia C. , 2013, p. 1064)

De acordo com a perspetiva crítica de Thompson (2007), a ideologia tem como função naturalizar determinados interesses, os quais se sustentam nas relações de poder e atuam de diferentes modos.

De facto, nas análises críticas do discurso, o conceito de ideologia é fundamentalmente negativo, isto é, relaciona-se aos modos como os sentidos servem para produzir ou manter relações desiguais de poder e controle, criando ou sustentando assimetrias e dominação na vida social, podendo afirmar-se que os discursos estão ao serviço da ideologia para legitimar/naturalizar as relações de dominação presentes na sociedade (Choukiaraki & Fairclough, 1999), constituindo formas de atuação hegemónica<sup>58</sup> e de distribuição desigual do poder.

Deste modo, existe uma relação estreita entre hegemonia, poder e ideologia: o poder consiste na instauração de uma hegemonia, que, por sua vez, só é possível pela difusão de uma visão ou representação de mundo particular, isto é, uma ideologia, como sendo universal. Nessa direção, a concepção de ideologia só pode ser rompida a partir do esforço intelectual-científico da reflexão.

Na mediação entre as práticas sociais, a nível macro, e os textos, a nível micro, as práticas discursivas podem, então, constituir tanto um lugar de produção de ideologias, quanto um espaço de desconstrução das mesmas, sendo para Fairclough mais importante do que nos focarmos na estabilidade dos processos discursivos, é pensar esses processos na sua relação com a questão da mudança social.

---

<sup>58</sup> O conceito de hegemonia, para Fairclough provem de Gramsci, o qual defende que o poder se estabelece pelo consentimento (e não pela força), pelo que não se trata da subordinação de um grupo a outro, mas uma questão de reestruturação, por meio de uma visão comum que seja aceite e tornada natural.

“A ideologia realiza-se e reconstrói-se em si mesma”.

(Gouveia C. , 2013, p. 1064)

“Na sociedade o poder não é estático, monolítico”.

(Gouveia C. , 2013, p. 1065)

Neste sentido, Fairclough identifica duas relações entre hegemonia e discurso:

- ✚ A prática e a luta hegemónica assumem, em grande parte, a forma de prática discursiva na interação oral e/ou escrita, naturalizando as crenças, as posições ideológicas e as relações de poder, ou seja, o estudo da ideologia pode não ser o estudo do discurso já que aquela pode manifestar-se através de outros meios;
- ✚ O próprio discurso é uma esfera da hegemonia, moldando as práticas discursivas e as ordens de discurso da sociedade, isto é, o estudo do discurso será sempre o estudo da ideologia (Gouveia C. , 2013, p. 1064).

Por outro lado, é ainda de referir que de acordo com Wodak, R. & Meyer, M. (2009), o discurso não é determinado individualmente na medida em que resulta de processos históricos, dos quais o individuo pode não ter conhecimento consciente, o que implica mudanças nas dinâmicas de poder, uma vez que à desvalorização de algo vem associada alguma perda de poder (Gouveia C. , 2013, p. 1065).

### 3.1.4. Discursos, média e a questão sem-abrigo

“De entre as atividades humanas, os meios de comunicação são os mais manipulados, na medida em que são instrumentos para influenciar a opinião pública e podem ser usados de várias formas consoante quem os gere”.

Kapuscinski (2002, 42)

Segundo Kapuscinski (2002, 28 e 29), no início do século XX a informação tinha duas faces: A procura de verdade, do que acontecia para informar a opinião pública e ainda como instrumento de luta política, sendo, neste caso, os média instrumentos de diferentes partidos e forças políticas em luta pelos seus interesses.

No entanto, segundo o mesmo autor (2002, 29), a partir da segunda metade do século XX, o que conta, na informação, é o espetáculo, havendo uma separação entre informação e cultura: *“quem tem dinheiro pode adquiri-la, difundi-la e ganhar mais dinheiro.”*<sup>59</sup> (Kapuscinski, 2002, 29).

“Pela primeira vez na história da humanidade, na segunda metade do século XX, começamos a viver não uma, mas duas histórias. Durante os 5000 ou 7000 anos de história escrita vivemos uma única história, que criámos e na qual participámos. Mas desde o desenvolvimento dos meios de comunicação, na segunda metade do século XX, estamos a viver duas histórias diferentes: a verdadeira e aquela criada pelos meios de comunicação. O paradoxo, o drama, o perigo, residem no facto de que conhecemos cada vez mais a história criada pelos meios de comunicação e não a verdadeira”.

(Kapuscinski, 2002, 75 e 76)

“O homem médio, que trabalha, regressa a casa cansado e quer simplesmente estar um pouco com a família, só recebe o que chega até ele naqueles cinco minutos de telejornal. Os assuntos principais que dão vida às notícias no dia decidem o que pensamos do mundo e o modo como o pensamos”.

(Kapuscinski, 2002, 43)

Assim, e na medida em que a forma como se enquadra determinado fenómeno é decisiva na reação social a esse mesmo fenómeno, seja por parte de cidadãos e cidadãos, de interventoras/es sociais ou das próprias estratégias normativas adotadas para o resolver/atenuar, verifica-se que os média têm um papel fulcral na “construção” desses discursos.

“Não há discurso (análise científica, manifesto político, etc.) nem ação (manifestação, greve, etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saberem disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de prender a sua atenção, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos”.

(Bourdieu, 1997, p. 67)

<sup>59</sup> “E é este o motivo por que, de repente, à frente das grandes cadeias televisivas, encontramos pessoas que nada têm a ver com o jornalismo, que são apenas homens de negócios, ligados a grandes bancos ou companhias de seguros, ou a qualquer outra instituição com muito dinheiro” (Kapuscinski, 2002, 29).

De facto, há já algum tempo, é relativamente consensual, entre vários/as autores/as, que os **média** veiculam:

- ✚ Ideias, pontos de vista e perceções da comunidade onde nos inserimos;
- ✚ Informações que não traduzem dados objetivos e fatuais. Fundamental ainda para uma análise discursiva dos média é a referência à expressão “comunicação de massa” definida por Thompson (1998, p. 32) como a “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”. Os/As jornalistas também interpretam, explicam e tentam influenciar a forma como se encaram determinados eventos/fenómenos. Fairclough, que investigou de forma crítica os média em vários estudos, descreveu-os como instituições poderosas que influenciam o conhecimento, as crenças, os valores, as relações e a construção das identidades sociais através do poder de representar determinados assuntos/fenómenos de determinada maneira que, em larga medida, está relacionado com “a forma como a linguagem é usada” (Fairclough, 1995, p. 2);
- ✚ “Frames” que contribuem para a própria produção da realidade social, em geral, e para a compreensão específica de determinados problemas sociais [Tuchman, 1978 *apud* (Schneider, Chamberlain, & Hodgetts, 2010, p. 148)]. Tal como é defendido por Entman [1993, p. 52 *apud* (Schneider, Chamberlain, & Hodgetts, 2010, p. 149)] “*to frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation and/or treatment recommendation*”. Isto é, o desenvolvimento dos meios de comunicação modificou o próprio processo de formação de identidades sociais, alterando a compreensão histórica de indivíduos acerca deles mesmos e das suas comunidades, na medida em que passamos a depender mais da “mediação das formas simbólicas” (Thompson, 1998, p. 38) para nos situarmos no contexto sociocultural e para “remodelar o próprio projeto do *self*” (Thompson, 1998, p. 202).

Desta forma, e através dos aspetos identificados, **verifica-se a importância do papel dos média na própria configuração de determinados assuntos como problemas sociais**, pois apesar das pessoas não acreditarem em tudo o que veiculado, essas informações desempenham um papel importante na medida em que são passíveis de moldar as opiniões pessoais relativamente a determinadas questões sociais, como é o caso do fenómeno sem-abrigo.

“[Media] define problems, diagnose causes, make moral judgments and suggest remedies. They do this by highlighting some kinds of information over others, drawing attention to some aspects of reality while obscuring others, making some ways of thinking about a topic more salient to audiences than other possible ways. Media representations thus have the potential to contribute to public understandings of homelessness, influence how homeless people are regarded and treated (Ruddick, 1996), and play a role in debates about public policy about homelessness”.

[Greenberg, May & Elliot, 2006]” (Schneider, Chamberlain, & Hodgetts, 2010, p. 149)]

No que respeita à expressão da questão sem-abrigo, esta parece indissociável dos estereótipos/mitos/rumores/discursos que vão sendo criados/veiculados e que fazem parecer, por um lado, o fenómeno estar ligado a uma opção de vida pessoal, e por outro lado estar ligado a problemas de saúde mental, alcoolismo e toxicodependência e consequentemente ligados a crimes. De facto, em termos do seu enquadramento histórico, têm sido identificados três tipos de discursos relativos à questão sem-abrigo e, que, tendencialmente, têm dado origem a políticas/medidas diferenciadas (Gowan, 2010).

| Construções<br>Pobreza/Sem-Abrigo | Moral            | Doença     | Sistémica                |
|-----------------------------------|------------------|------------|--------------------------|
| Discursos                         | Sin-Talk         | Sick-Talk  | System-talk              |
| Causas                            | Pecado           | Doença     | Estrutura social         |
| Estratégias                       | Punição/Exclusão | Tratamento | Mudança/regulação social |
| Focus causal                      | Indivíduo        | Indivíduo  | Estrutura                |
| Agência                           | Forte            | Fraca      | Fraca                    |

**QUADRO 14 - CONSTRUÇÕES DA POBREZA E DA QUESTÃO SEM-ABRIGO**

Fonte: Gowan, 2010, p. 29

- ✚ **Discurso *Sin-talk*** que explica o fenómeno sem-abrigo pela amoralidade e preguiça das pessoas que se encontram nessa situação, visto estas recusarem o código normativo da sociedade, optando por viver do apoio do Estado e/ou de outras entidades ou/e recorrendo mesmo a atividades ilegais;
- ✚ **Discurso *Sick-talk*** que encara o fenómeno do ponto de vista individual, mas devido a patologias específicas do foro mental bem como problemas relacionados com os comportamentos aditivos e dependências;
- ✚ **Discurso *System -talk*** que atribui como causas do fenómeno as dinâmicas sistémicas da pobreza, sendo os indivíduos encarados como vítimas da sociedade.

Neste sentido, quando se responsabiliza o próprio indivíduo pela sua situação (seja em termos de amoralidade ou de patologia), destacam-se como respostas prioritárias as políticas ao nível do diagnóstico e tratamento das perturbações do foro psiquiátrico e das dependências. Por outro lado, quando se enfatizam os aspetos sistémicos defende-se a promoção de políticas sociais viradas para o aumento dos salários, dos apoios sociais, sublinhando a necessidade de fomentar o acesso ao emprego e à habitação.

Num estudo de Arapoglou (2004, p. 121) que explorava de que forma as práticas discursivas e sociais de interventores/as sociais chave influenciavam o enquadramento do fenómeno sem-abrigo e a população alvo de apoio, verificou-se que o discurso filantrópico dos políticos onde o estudo foi levado a cabo (Atenas) foi considerado apenas um meio de promover as suas reformas. Ou seja, as pessoas em situação de sem-abrigo constituíam um veículo de *marketing* político, suportado através dos discursos veiculados pelos *média*.

Noutro estudo orientado por Viviane de Melo Resende cujo objetivo era “investigar, por meio de análises discursivas, as práticas envolvidas na produção e na distribuição de cinco publicações em língua portuguesa voltadas para a situação de rua” (Resende, 2011, p. 21), através da análise da Revista CAIS, publicada em Lisboa, verificou-se:

“A representação do vendedor (utente) tende para uma condição de passividade, não havendo também uma representação do grupo como capaz de atuar, de assumir uma posição ativa na transformação da sua situação ou mesmo de participar nas tomadas de decisão relativas a ações nessa direção”.

(Resende, 2011, p. 36)

A investigadora enfatiza ainda:

“Em termos de discursos mobilizados pela Associação CAIS para a orientação da sua prática, podemos dizer que o discurso do assistencialismo é forte, e que o discurso do protagonismo, embora enunciado na definição da revista como um instrumento de capacitação para a participação de pessoas em situação de sem-abrigo, não resiste à tendência da assistência”.

(Resende, 2011, p. 36)

Nestes estudos reforça-se que os discursos veiculados, tanto a nível macro (média/político), como a nível meso (entidades), condicionam de forma significativa a forma como se encara o fenómeno sem-abrigo, as pessoas que vivem nessa situação e as práticas ligadas à intervenção social no terreno, pelo que neste capítulo se enfatizará a importância das práticas de intervenção social. Sublinha-se ainda que os *média*, sobretudo os de impressão escrita, são um dos casos ilustrativos onde o paradigma da ACD, de que o discurso não é apenas socialmente constituído, mas também constitutivo, é mais evidente (Fairclough, 1995, p. 55). Poder-se-ia mesmo afirmar:

“A comunicação social faria, assim, autênticas propostas de realidade: Podemos considerar o relato informativo como criador de realidade, na medida em que a sua estrutura remete para um corpo de crenças, pressupostos e opiniões dos corpos emissores. Mais do que contar o que se passa, propõe uma interpretação do que se passa, visto que a seleção dos factos que constituem um acontecimento é inseparável da interpretação desse conhecimento. E, em última instância, indica a existência de um determinado modelo de representação do mundo e do funcionamento social”.

[(Nebreda, Sendra, Albert, 1987 *apud* Fernandes, 1997: 30 e 31)].

De facto, a opção de investigar jornais difundidos para grandes massas populacionais esteve, inicialmente, ligado à forma como esses jornais disseminavam e difundiam os discursos



dominantes (Mautner, 2008: 32), que por sua vez *“promove o efeito constitutivo do discurso”*, ou seja, o seu poder.

### 3.2. As práticas de intervenção social

Contrariamente aos esforços sociológicos em evitar abordagens do fenómeno social de sem-abrigo radicalizadas, ou em fatores estruturais, ou individuais, o domínio do apoio social não deixa de evidenciar a persistência de discursos contraditórios, patentes ao nível das perceções morais e atribuição de responsabilidades, e consequente direito, ou não, a receber apoio (Menezes, 2008, p. 80).

Arendt (2001, p. 225) defende que os discursos e as ações *“são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens”* reforçando que é através não só da palavra, mas também das ações que nos inserimos no mundo, sendo vários os estudos que reforçam esta íntima relação entre discurso e ação/prática.

Desta forma, após a análise da importância dos discursos para a compreensão do fenómeno sem-abrigo, passa-se agora aos aspetos relativos às práticas de intervenção social neste âmbito.

Considera-se intervenção social:

*“O processo social em que um sistema-interventor (pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social) se assume como recurso de um sistema-cliente (outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social), interagindo com ele, através de um sistema de comunicações diversificadas, com o objetivo de o ajudar a suprimir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida”.*

(Carmo, 2008:61 *apud* 2011:41)



**FIGURA 5 - MODELO COMPREENSIVO DA INTERVENÇÃO SOCIAL**

Fonte: Carmo, 2011, p. 42

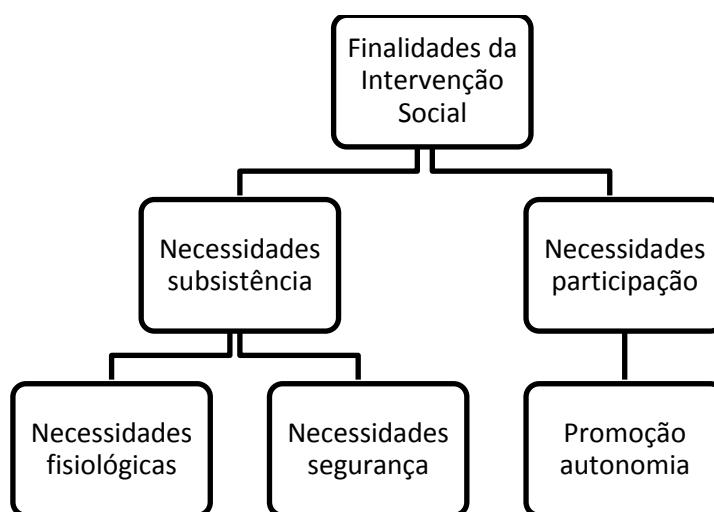
### 3.2.1. Os níveis de intervenção social

De acordo com a figura *supra* identificada, a intervenção social é um processo complexo onde se constata a existência de vários **níveis de intervenção** (Carmo, 2010: 6):

- ✚ Um sistema interventor, composto por uma ou mais pessoas (grupos, organizações, comunidades ou mesmo em unidades sociais maiores);
- ✚ Um sistema cliente, constituído também por uma simples pessoa que carece de ajuda, ou por uma unidade social mais complexa;
- ✚ Determinado contexto, em que decorre o processo de intervenção;
- ✚ Determinado tipo de interação gerado, que pode consistir na prestação personalizada de cuidados e serviços de proximidade ou pretender atingir, de forma mais abrangente, determinados segmentos da população ou a sua totalidade, através de políticas sociais.

### 3.2.2. As finalidades da intervenção social

Por outro lado, em termos das **finalidades da intervenção social** e de acordo com Falcão (1979 *apud* Carmo, 2010: 111), “parece hoje haver algum consenso em considerar que a intervenção social visa uma dupla finalidade: responder a necessidades de subsistência e de participação”.



**FIGURA 6 – FINALIDADES DA INTERVENÇÃO SOCIAL**

Fonte: Falcão, 1979 *apud* Carmo, 2010: 111

Por necessidades de subsistência, entende-se as necessidades fisiológicas de alimentação, saúde e abrigo, e as necessidades de segurança, tais como o trabalho remunerado ou rendimentos que o substituam; vestuário, educação, equilíbrio emocional (Carmo, 2010: 112).

“Esta conceção mais conservadora de intervenção social tem vindo desde há muito a ser posta em causa, uma vez que cria uma relação de dependência nos sistemas clientes, não só não tendo qualquer eficácia na sustentabilidade da resolução dos problemas sociais, mas também sendo reconhecido o efeito pernicioso de eternizar situações de exploração socioeconómica”.

(Carmo, 2010: 112)

A outra vertente, relativa às necessidades de participação, tem a ver com a promoção da cidadania, designadamente no que respeita à criação de condições para que cada pessoa

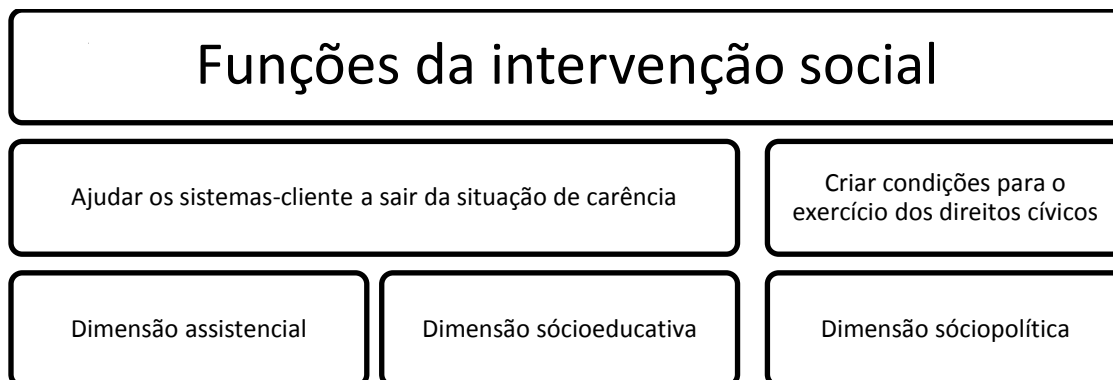
possa participar no processo de desenvolvimento e de democratização da sociedade. (Carmo, 2010: 113).

No mesmo sentido, Soulet (2008) fala-nos de um trabalho social generativo e de um trabalho social paliativo, em que no primeiro se procura promover e potenciar um desenvolvimento das capacidades de autonomização dos indivíduos, enquanto, o segundo procura reduzir os riscos e funda-se na vulnerabilidade dos indivíduos.

### 3.2.3. As funções e dimensões da intervenção social

No que respeita às **funções e dimensões da intervenção social** e no quadro das finalidades acima expostas, pode dizer-se que a intervenção social visa *“ajudar os sistemas-clientes a sair da situação de carência em que se encontram e a criar condições sociais para o exercício dos seus direitos cívicos”* (Carmo, 2010: 113), sendo que para a prossecução dessas funções a intervenção social pode operacionalizar-se em três dimensões (Carmo, 2010: 113):

- ✚ **Assistencial** - Fornecer os recursos mínimos de subsistência (ex.: alimentação, serviços sanitários, vestuário e abrigo);
- ✚ **Socioeducativa** – Ajudar o sistema-cliente a ressocializar, aprendendo a identificar e a utilizar os seus recursos e os do ambiente, de modo a desenvolver-se como pessoa;
- ✚ **Sociopolítica** - Apoiar o sistema-cliente a tomar consciência dos seus direitos cívicos e a lutar por eles (direito de opinião, de associação e de escolha dos representantes), económicos, sociais e culturais (trabalho remunerado, habitação condigna, saúde, segurança social e educação) e de solidariedade (direito à paz e ao desenvolvimento).



**FIGURA 7 - FUNÇÕES E DIMENSÕES DA INTERVENÇÃO SOCIAL**

Fonte: Carmo, 2010: 113

Por outro lado, as práticas de intervenção social devem ter por base alguns valores essenciais (Carmo, 2010: 115 e 116):



**FIGURA 8 - VALORES DA INTERVENÇÃO SOCIAL**

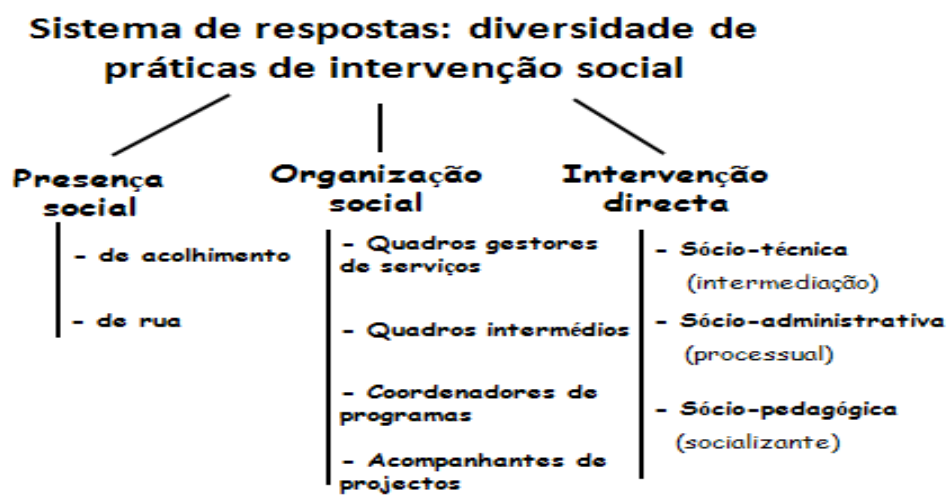
Fonte: adaptado de Carmo, 2010: 115

- ✚ Visão personalista, que defende que cada ser humano é insubstituível, pelo que “deve ser senhor do seu próprio destino e as estratégias de intervenção devem permitir ao sistema cliente libertar-se das dependências que oprimem a sua existência e procurar um contínuo aperfeiçoamento como pessoa e como cidadão” (Carmo, 2010: 115);

- ✚ Solidariedade, que confere à intervenção social um carácter mais gregário. “A solidariedade ganhou, na década de noventa do século XX, uma dimensão pública, registando-se a consciência crescente da sua indispensabilidade como instrumento de sobrevivência e de desenvolvimento da humanidade” (Carmo, 2010: 116);
- ✚ Qualidade de vida, que segundo Ander-Egg (1995: 184 *apud* Carmo, 2010: 117 e 118), sustenta que “as mudanças que esta sociedade necessita só são possíveis se houver mudanças de valores e atitudes, e sobretudo no modo de viver no que diz respeito aos relacionamentos pessoa-pessoa, pessoa-natureza e pessoa-sociedade”.

### 3.2.4. Tipos de intervenção social

Carmo (2007: 13) identifica ainda vários tipos de intervenção social:



10

**FIGURA 9 - TIPOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

Fonte: Carmo & Pinto, 2011: 7

- ✚ Trabalhos de presença social, com duas subcategorias – trabalhos de acolhimento e encaminhamento (mas não acompanhamento) de pessoas com situações problema, ou seja, serviços de emergência social e trabalhos de rua (animação e educação de rua);

- ✚ Trabalhos de organização social, com quatro subcategorias – quadros gestores dos serviços (Direção de serviços, coordenação de grupos de missão); quadros intermédios que combinam a lógica de direção e a lógica de intervenção (Direção técnica de estabelecimentos que prestam serviços sociais); coordenadores de programas; e acompanhantes de projetos (coordenação de programas e projetos financiados por fundos estruturais);
- ✚ Trabalhos de intervenção direta, com três subcategorias correspondentes a outros tantos modelos de atuação – os modelos de intermediação (prestação de serviços de ação social clássicos); modelos de acompanhamento processual (ação social adstrita a organismos que oferecem prestações de regimes de segurança social) e modelos de acompanhamento socializante (Educação social).

### 3.2.5. Práticas de intervenção social e questão sem-abrigo

Goffman (Goffman, 1988) defendia que qualquer interação social, inclusive ao nível das práticas de intervenção social, é condicionada pelo estigma, ou seja, quando surgem evidências de que determinado indivíduo possui alguma característica que o torna diferente dos outros, ou da maioria.

Desta forma, pode afirmar-se que o sistema interventor também trabalha com base em categorias pré-definidas, que são, em larga parte, fundadas na imagem dos indivíduos ou de determinados grupos sociais.

No que respeita concretamente à questão sem-abrigo, Rosenthal analisou o papel das imagens de "merecedor" e "não merecedor" nos movimentos de defesa dos sem-abrigo e, paralelamente ao estudo de Gowan (2010), que identificou três tipos de discurso (*sin-talk*, *system-talk* e *sick-talk*), Rosenthal (2000) identificou três categorias subjacentes às práticas das/os profissionais:

- ✚ **Slackers**, que são considerados incompetentes devido às suas falhas (preguiça, irresponsabilidade, e problemas de dependência) e que, portanto, são considerados não merecedores de apoio por parte do sistema interventor;



- ✚ **Lackers** que têm falta de competência, mas não devido a uma falha pessoal, e daí serem merecedores de apoio (crianças, doença mental ou física, e alguns casos de dependências). Salienta-se que os próprios são considerados, pelo sistema interventor, como incapazes de autonomização, pelo que serem merecedores de apoio implica a existência prévia de um estigma;
- ✚ **Unwilling victims** que são considerados capazes, mas devido a circunstâncias particulares, que ultrapassam o controlo individual, vivenciam situações em que necessitam de apoio, sendo considerados indivíduos merecedores.

Ainda neste sentido e de acordo com a FEANTSA, o apoio por parte do sistema interventor, no âmbito da questão sem-abrigo, “tem tendência a reproduzir a discriminação social ao selecionar os clientes “mais fáceis” para as melhores estruturas, e pela standardização de serviços marginalizantes para os casos não adaptáveis, ou com múltiplos problemas” (Menezes, 2008, p. 82).

Ou seja, o próprio sistema interventor estabelece categorias, critérios e requisitos de apoio que podem estar a manter/reforçar o quadro de marginalização e segregação de determinados grupos sociais, como é o caso de pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo.

Num outro estudo Declerck (2001) defende que a noção de reinserção corresponde à ideia do sujeito retornar ao seio de uma normalidade social e económica e que esta “ideologia” estrutura o sentido da ação das práticas institucionais. Deste modo, enfatizam-se as respostas particulares efémeras (*ateliers*), em que os sujeitos são colocados algumas horas por dia num funcionamento “pseudo normal”.

“Trata-se de um humanismo aparente sob a vontade totalitária e inconsciente de reduzir as diferenças dos homens a uma inquietante produção massificada de cidadãos”.

(Menezes, 2008, p. 83)

Por outro lado, Declerck (2001) afirma que, em termos de respostas consideradas de longo termo, o foco centra-se num contrato de frequência de determinado alojamento ou de



outras atividades de educação/formação, que apenas será mantido se a pessoa cumprir o programado, ou seja o alojamento é encarado como um privilégio e não como um direito.

“A ironia da importação do termo jurídico “contrato” para o campo médico-social está no pressuposto de haver uma base de negociação, quando se verifica que as alternativas, para além da rua, fome e frio, são inexistentes” (Menezes, 2008, p. 84).

Neste sentido, este estudo pretende dar um contributo para a compreensão da questão sem-abrigo através da análise da relação entre discursos e práticas, enfatizando-se, neste processo, a voz das próprias pessoas em situação de sem-abrigo.

## Resumo do capítulo

- Os discursos permitem-nos não só representar a sociedade, mas também agir sobre o próprio mundo, pelo que os discursos sobre o fenómeno sem-abrigo influenciam o modo de encarmos, reagimos e nos posicionamos relativamente ao fenómeno;
- A abordagem Dialético-Relacional da análise do discurso (ACD) facilita a identificação da naturalização das relações presentes na sociedade, as quais, muitas vezes, constituem formas de atuação hegemónica e de distribuição desigual do poder;
- Os discursos veiculados pelos média ganham especial realce na medida em que influenciam o conhecimento, as crenças, os valores, as relações e a construção das identidades sociais através do poder de representar o fenómeno sem-abrigo de determinada maneira e a partir de determinadas vozes;
- Para além dos discursos, foca-se a importância da intervenção no âmbito do fenómeno sem-abrigo, tanto ao nível do interpessoal (micro), como ao nível organizacional (meso) como ainda ao nível das políticas sociais (macro);
- O Modelo Compreensivo de Intervenção permite não só a análise destes três níveis de atuação, como ainda a intervenção junto do sistema interventor, sistema cliente, contexto e interação gerada tendo por base tanto as necessidades de subsistência como de participação através das dimensões assistencialista, socio educativa e sociopolítica;

- O sistema interventor também trabalha com base em categorias pré-definidas, que são, em larga parte, fundadas na imagem dos indivíduos ou de determinados grupos sociais (estereótipos, estigma, etc.) e que no caso de indivíduos em situação de sem-abrigo se tem focado na imagem de pessoa "merecedora" e "não merecedora".

## Capítulo 4 - Enquadramento Metodológico

Pretende-se, neste capítulo proceder à identificação das opções metodológicas de base, ao tipo de abordagens sustentadas, identificação e caracterização do contexto e estratégia de recolha e análise dos dados, bem como esboçar os modelos de análise. Conquanto iniciar-se-á com a identificação das questões de partida do estudo e objetivos do mesmo.

### 4.1.As questões de partida

- ✚ Qual a relação entre os discursos veiculados pelos média, no que concerne à questão sem-abrigo, e as práticas no âmbito do sistema-interventor?
- ✚ Qual a extensão e tipo de voz que é dada (no âmbito dos média), às pessoas em situação de sem-abrigo?
- ✚ Que recomendações poderiam criar uma forma de luta eficaz relativamente à questão sem-abrigo?

### 4.2.Objetivos

**Objetivo geral:** explorar e caracterizar a relação entre os discursos veiculados pelos *média*, relativamente à questão sem-abrigo, e as práticas no âmbito do Sistema Interventor<sup>60</sup>, a nível macro (políticas sociais), meso (instituições) e micro (interventores sociais e pessoas em situação de sem-abrigo).

Para o efeito, identificam-se os seguintes **objetivos específicos**:

- ✚ Descrever e caracterizar as políticas sociais, a legislação e programas neste domínio **(Compreensão normativa)**;
- ✚ Identificar e caracterizar os discursos genéricos (típicos) sobre a questão sem-abrigo veiculados pelos média **(Compreensão ambiental)**;

---

<sup>60</sup> Entende-se aqui como sistema-interventor uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social que se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social (Carmo, 1999, 2000, 2011).

- ✚ Descrever e caracterizar os serviços de proximidade e as práticas das entidades **(Compreensão operativa)**;
- ✚ Caracterizar a extensão e tipo de voz que é dada às pessoas em situação de sem-abrigo no âmbito dos média **(Compreensão interpretativa/fenomenológica)**;
- ✚ Identificar e analisar os mitos relativos à questão sem-abrigo e desconstruí-los com base em evidência científica **(Compreensão crítica)**;
- ✚ Identificar e caracterizar as consonâncias e as dissonâncias entre os discursos veiculados e as práticas observadas **(Compreensão da autenticidade)**.

### 4.3.Considerações epistemológicas

Nas Ciências Sociais coexistem duas tendências centrais: uma lógica defende que o conhecimento científico deve estudar para compreender e explicar; e outra abordagem perspetiva uma investigação transformadora, ou seja, a ciência como alavanca do desenvolvimento e emancipação humana e social.

“Algumas correntes das ciências sociais visaram sobretudo a regulação – os estrutural-funcionalistas. Os outros, os marxistas, os críticos, centraram-se mais na emancipação”.

(Santos, 2007, p. 19)

No entanto, nenhuma destas posturas tem evitado o uso da ciência como instrumento de subjugação e opressão.

“A arte, as investigações intelectuais, o desenvolvimento das ciências da natureza, múltiplos sectores de atividade universitária floresceram numa estreita proximidade espacial e temporal aos campos de extermínio”.

(Steiner, 1992, p. 40)

No que respeita concretamente ao tema deste estudo – questão sem-abrigo - verifica-se que, por um lado, observa-se, documenta-se e estuda-se este fenómeno, sem muitas vezes contribuir significativamente para a mudança da situação de vida das pessoas, numa posição de suposta objetividade que torna estéril a ciência.

Por outro lado, assiste-se, muitas vezes, ao fenómeno de “*governamentalização da investigação*”, pois apesar dos progressos da Ciência, esta forma de conhecimento dominante, juntamente com os sistemas políticos, têm, aparentemente, mostrado alguma impotência em controlar os efeitos negativos do sistema económico e as consequentes desigualdades a nível social, principalmente no que toca a situações em que não estão garantidas as condições mínimas de sobrevivência, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo.

“Quer as abordagens conceptuais, quer as estratégias de investigação empírica em ciências sociais tornaram-se instrumentos na validação argumentativa das novas ordens sociopolíticas”.

(Wagner, 2001 *apud* Ferreira, 2013, p. 173)

Desta forma, urge repensar as categorias epistemológicas (e metodológicas) no âmbito das investigações científicas.

“Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas”.

(Santos, 2007, p. 20)

Este repensar implica uma reflexão sobre a questão da objetividade/neutralidade no âmbito das ciências sociais, que se torna indispensável ao tomar a decisão de iniciar um projeto de investigação científica em Política social, como é o caso presente.

De facto, desde a revolução introduzida pelo princípio da incerteza de Heisenberg, que demonstrou que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, a comunidade científica tem adotado uma atitude mais humilde face à objetividade: “*esta passou a ser considerada, não como um ponto que se alcança, mas como uma direção a tomar*” (Santos, 1991 *apud* Carmo, 2010, p. 106).

Neste sentido, assiste-se, hoje, nas Ciências Sociais a uma certa ambiguidade quando se aborda este tema, defendendo-se, por um lado a objetividade da investigação e do/a investigador/a, mas por outro lado, assumindo-se essa impossibilidade por estar esbatida a

dicotomia sujeito/objeto, afirmando-se a sua interinfluência e interligação e sabendo que o/a investigador/a não pode libertar-se dos valores que o/a influenciam enquanto pessoa em geral e, portanto, também na sua prática enquanto indivíduo que investiga.

Esta questão torna-se particularmente sensível neste estudo concreto já que a investigadora assume um duplo estatuto: por um lado, como profissional a exercer funções no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 e, por outro lado, como investigadora no âmbito da questão sem-abrigo, tendo como objeto de estudo o seu próprio alvo de intervenção.

Isto significa que, neste caso concreto, a própria escolha do tema teve subjacente a problematização da prática profissional e a necessidade de refletir sobre a mesma.

À prática profissional e ao conhecimento na ação (saber fazer), juntou-se uma reflexão sobre a ação (pensar sobre o que se faz) e uma preocupação crítica e meta reflexiva (reflexão sobre a ação e sobre a reflexão) que culminou neste projeto de doutoramento.

Assim, a decisão de enveredar por uma investigação de índole científica implicou uma rutura epistemológica, substituindo a investigadora imparcial e neutra por uma investigadora implicada no seu próprio processo de conhecimento e produtora desse mesmo conhecimento - a utilização da abordagem científica como estando ao serviço da intervenção e como alavanca da emancipação e da mudança social.

“Foi esta a perspetiva de Josué de Castro, quando inaugurou os estudos sobre a fome como problema social, da escola francesa de análise institucional e de muitos outros autores partidários de uma sociologia de intervenção, que têm posto as suas qualificações e o seu saber ao serviço das sociedades onde vivem, procurando dar uma contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos seus concidadãos”.

(Carmo, 2007)

Desta maneira, de acordo com o defendido por Josué de Castro (1975 *apud* Carmo, 2010:106) assume-se, nesta pesquisa, a “virulência” da influência da investigadora sobre o seu objeto de estudo, e utiliza-se esse aspeto específico com o intento declarado de produzir

melhorias (Carmo, 2010: 106) e desmascarar intencionalidades/lógicas subjacentes às políticas vigentes, às atuais práticas, à presente situação vivenciada por milhares (se não milhões) de pessoas.

Contudo, se esta investigação está longe de defender e assumir um conhecimento objetivo sobre o tema aqui em estudo, isso não implica que se afirme que o conhecimento se resume à subjetividade.

“O resgate da subjetividade como instrumento de trabalho não deve ser justificativa para a indefinição dos limites entre ciência e ideologia”.

(Ruth Cardoso, 2004, p. 103)

As propostas de resolução desta dicotomia/ambiguidade, neste estudo específico, passam pela afirmação:

- ✚ Dos vários tipos de conhecimento e áreas do saber que vão alimentar o entendimento sobre o tema;
- ✚ De uma abordagem holística que abranja várias dimensões (discursos e práticas) e vários níveis da realidade (macro, meso e micro);
- ✚ Da aplicação de várias disciplinas/modelos de análise (Análise Crítica do Discurso e Modelo Compreensivo de Intervenção social);
- ✚ Do uso de várias fontes e técnicas de recolha e análise dos dados;
- ✚ Da valorização dos diferentes atores e das suas representações/conhecimentos/experiências;
- ✚ Da adoção de uma perspetiva longitudinal e comparativa.

Ou seja, abre-se a possibilidade de a ciência ser, não apenas, uma monocultura, mas parte de uma *ecologia mais ampla de saberes* de acordo com o preconizado por Boaventura Sousa Santos (Santos B. S., 2007, p. 32).

Isto é, pretende-se uma investigação rigorosa, abrangente, holística que coloque em perspetiva o fenómeno alvo de estudo num contexto amplo, mas simultaneamente que

foque o indivíduo, colocando em causa eventuais interesses instalados que estejam a contribuir para perpetuar o fenómeno.

“Um conhecimento que queremos que seja rigoroso e que nos defenda de dogmatismos; [mas] ao mesmo tempo, vivemos em sociedades muito injustas, em relação às quais não podemos ser neutros”.

(Santos, 2007, p. 23)

Antes de dar início à exposição das questões metodológicas concretas, listam-se ainda algumas considerações epistemológicas que estão na base do estudo e que o influenciam:

- ✚ A convicção na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece a dignidade de todos os seres humanos e os seus direitos iguais;
- ✚ O credo da ciência como estando ao serviço da melhoria da qualidade de vida das populações, sobretudo as mais desfavorecidas, devendo o/a investigador/a ter uma postura reivindicatória de mudança social;
- ✚ O princípio de que há um mundo real que existe independentemente de nós, do nosso conhecimento, perceção ou conceção sobre ele [Realismo Crítico] (Ramalho, 2015, p. 1);
- ✚ A crença de que a Política em geral (e a Política Social em particular) deve ser um instrumento, por excelência, para promover os valores atrás referenciados;
- ✚ A tese de que “o conhecimento social é inevitavelmente parcial e a análise dos discursos é inevitavelmente seletiva” (Resende, 2006, p. 141), ou seja, “a análise do discurso não é apenas um procedimento epistemológico sobre a língua, mas que é um instrumento político contra a injustiça social” (Melo, 2009, p. 13);
- ✚ A tese de que a Análise Crítica do Discurso é um utensílio, de âmbito linguístico e um instrumento de crítica social que tenta evidenciar os papéis do discurso na reprodução das desigualdades sociais;



- ✚ A convicção que as pessoas em situação de sem-abrigo não representam uma cultura particular, constituindo um elemento atual do nosso universo cultural (Rullac, 2005), mesmo se se distinguem pelo seu modo de vida, pelo que é imprescindível caracterizar a nossa cultura contemporânea para melhor entender o fenómeno;
- ✚ A defesa de que um estudo nesta área tem de ter uma forte componente etnográfica, ou seja, a investigação no terreno é uma condição essencial para compreender, estudar e perceber os comportamentos, atitudes e valores das pessoas em situação de sem-abrigo e também dos restantes cidadãos e das restantes cidadãs e profissionais com quem contactam.

#### 4.4. Natureza, tipo e método de estudo

Do ponto de vista da sua **natureza**, esta pode ser considerada uma pesquisa aplicada, já que pretende gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos no âmbito da questão sem-abrigo, defendendo-se, de forma geral, a importância que os estudos/investigações possam dar algum contributo para a efetiva melhoria das condições de vida das populações, identificando as desigualdades sociais e tentando contribuir para um mundo mais justo. Ou seja, pretende-se uma investigação que coloque o ser humano no centro das suas preocupações, defendendo-se que parece indispensável uma preocupação real e efetiva com a dignidade dos atores que são aqui alvo de estudo.

De um ponto de vista dos **objetivos**, esta investigação tem características exploratórias, principalmente porque pretende estudar a questão sem-abrigo através de uma abordagem holística (macro, meso e micro) e da análise do fenómeno através da inter-relação discursos-práticas. Pode ainda dizer-se que o estudo apresenta também uma forte componente descritiva, principalmente no que toca às práticas instituídas. Considerando a adoção da Análise Crítica do Discurso (ACD), a investigação tem ainda a preocupação com os efeitos do discurso e das práticas na própria questão aqui alvo de estudo, pelo que se tentará também que a investigação possa contribuir para explicar como o discurso cumulativamente vai

contribuindo para a reprodução das práticas das estruturas macro, meso e micro e vice-versa.

Do ponto de vista da forma de **abordagem ao problema**, convém salientar que as tendências de compreensão/investigação do fenómeno sem-abrigo têm sido marcadas por três aspetos: a quantificação, a quase ausência das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo como fontes de conhecimento sobre o fenómeno e a psicologização/psiquiatrização (Aldeia, 2011), sendo que este estudo pretende abordar o fenómeno de outros ângulos. Para o efeito far-se-á uso de uma perspetiva qualitativa, salientando-se como principais métodos a serem usados:

- ✚ Método histórico - refere-se ao meio de identificar se determinado fenómeno sofreu alterações ao longo do tempo (Thomas, 2003, p. 17) e qual o sentido dessas mudanças. Desta forma, pretendeu-se reunir informações sobre o tema do estudo, organizando essas informações em ordem cronológica. Neste estudo o enfoque diacrónico dará especial relevo:
  - Como é que o fenómeno sem-abrigo tem sido retratado ao longo do tempo;
  - Alterações ao conceito de sem-abrigo;
  - Mudanças ao nível das políticas públicas.
- ✚ Método etnográfico – Pretende “tirar uma fotografia” do modo de vida de determinado grupo de pessoas (Thomas, 2003, p. 35). Neste caso o método etnográfico tem o intuito de ir ao encontro das vivências quotidianas das pessoas em situação de sem-abrigo, tentando apreender a dinâmica do fenómeno através das suas experiências e da voz dos próprios sujeitos. Pensamos que este método permitirá ainda analisar os processos envolvidos no apoio às pessoas em situação de sem-abrigo e as suas relações (entre si e com o pessoal que presta os serviços de apoio).

## 4.5. Dimensões, níveis de análise e fases do estudo

“Aquilo que um objeto é, é aquilo que os métodos de abordagem permitem ou determinam”.

(Pais, M., 1986, p. 7)

A investigação tradicionalmente tem-se centrado em aspetos específicos do todo, isto é, no aprofundamento de particularidades/especificidades de determinado objeto de estudo. No entanto, essa perspetiva mais positivista tem sido identificada como ineficaz na análise articulada e integrada de fenómenos sociais complexos e abrangentes, como é o caso da questão sem-abrigo. Assim, optou-se por um estudo que se suportasse numa visão holística, de forma a tentar perceber não o fenómeno em si, mas a forma como este está enquadrado na sociedade.

“One of the most contentious issues in sociology is over the question  
of how to integrate micro and macro levels of analysis”.

Turner (2005, 405)

Por outro lado, parte-se do pressuposto de que não é possível conhecer e compreender a questão sem-abrigo de uma forma holística sem estar em contacto com as pessoas em situação de sem-abrigo, ou seja, adotando uma perspetiva etnográfica. No entanto, também não nos parece possível compreender o fenómeno de uma forma abrangente sem o inserir na sociedade onde o próprio se enquadra. Por um lado, a ótica das pessoas e, por outro, as relações de poder. Schleiermacher defendia que em Filologia a parte podia somente ser compreendida através da totalidade, e toda a explicação de um aspeto particular pressupunha a compreensão do conjunto (Agamben, 2013, p. 124).

Neste estudo concreto assume-se o que não se pretende: não se pretende conhecer determinada faceta da questão sem-abrigo. O objeto de estudo é o fenómeno sem-abrigo, mas não na sua especificidade. Para isso já contribuíram inúmeros estudos, de várias áreas do saber, que já focaram inúmeras facetas do fenómeno. O que se procura aqui, mais do que estudar o fenómeno sem-abrigo *per si*, é a sua relação com a sociedade em que se insere, o seu posicionamento no tempo e espaço.

Nesse sentido optou-se não por nos debruçarmos sobre aspetos específicos do fenómeno, mas antes por uma abordagem holística de aspetos específicos. Pretende-se um conhecimento “multidimensional” do objeto de estudo, que é também ele multidimensional.

Em *La misère du monde*, Pierre Bourdieu defende que para dar a conhecer locais difíceis é necessário substituir imagens simplistas e unilaterais, muitas delas veiculadas pela imprensa, por representações complexas e múltiplas, fundadas na expressão das mesmas realidades e discursos diferentes, por vezes inconciliáveis:

“Abandonner le point de vue unique, central, dominant, bref quasi divin auquel se situe volontiers l’observateur, et aussi son lecteur au profit de la pluralité des perspectives correspondant à la pluralité des points de vue coexistants et parfois directement concurrents”.

(Bourdieu, 1993: 7 *apud* Silva, S., 2011)

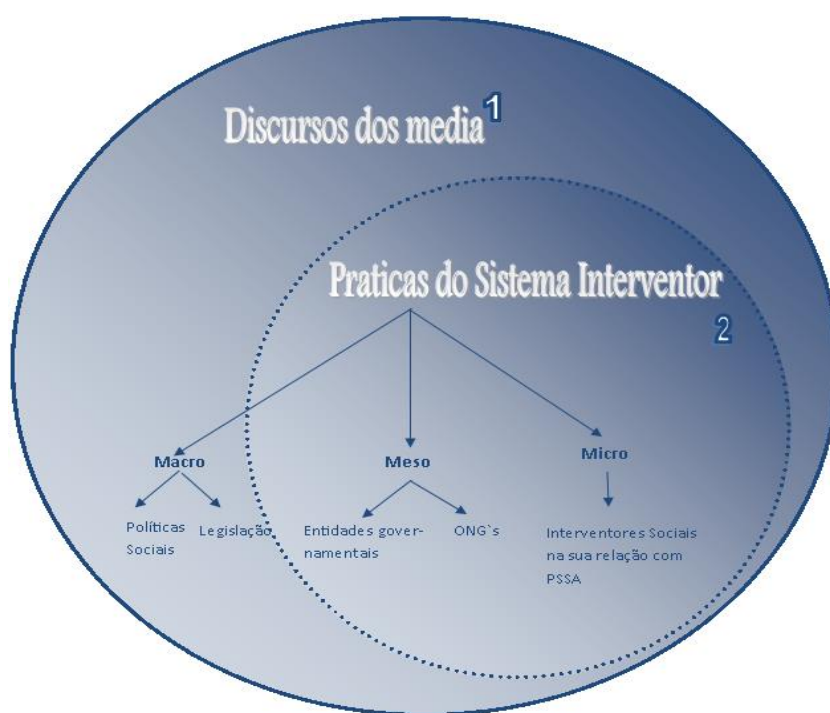
Assim, nesta investigação concreta parece-nos fulcral uma integração dos níveis macro, meso e micro para uma profunda compreensão da questão sem-abrigo, partindo-se do princípio que os vários níveis são complementares e que tal como não se pode descurar uma análise social macro dos fenómenos políticos e económicos, nem o impacto que esse contexto tem nas instituições e na vida concreta das pessoas, também não se deve negligenciar a influência *bottom-up* dos indivíduos e dos próprios movimentos sociais.

“O essencial é que a separação crescente do ator e do sistema seja substituída pela sua interdependência, graças à ideia de sistema de ação”.

(Tournaine, 1984, p. 31)

Desta forma, este estudo não se volta exclusivamente para “ações individuais” ou para a “estrutura social”, mas, sim, para o fluxo de práticas sociais, que representam o ponto de conexão entre estrutura e agência, pretendendo-se compreender a questão sem-abrigo sob o prisma dos discursos e das práticas, tentando, simultaneamente, superar o tradicional foco nos atores (teorias interacionistas) ou nos sistemas (teorias sistémicas), tentando, assim, ir ao encontro da complexidade e multidimensionalidade do fenómeno sem-abrigo.

Tal operacionalizou-se através de um estudo que se pretendia holístico, já que não se visava isolar/trabalhar/estudar o fenómeno sem-abrigo como uma determinada cultura ou subcultura específica, mas antes que ajude a compreender o fenómeno sem-abrigo a partir da sociedade em que este se insere.



**FIGURA 10 - DIMENSÕES E NÍVEIS DE ANÁLISE DO ESTUDO**

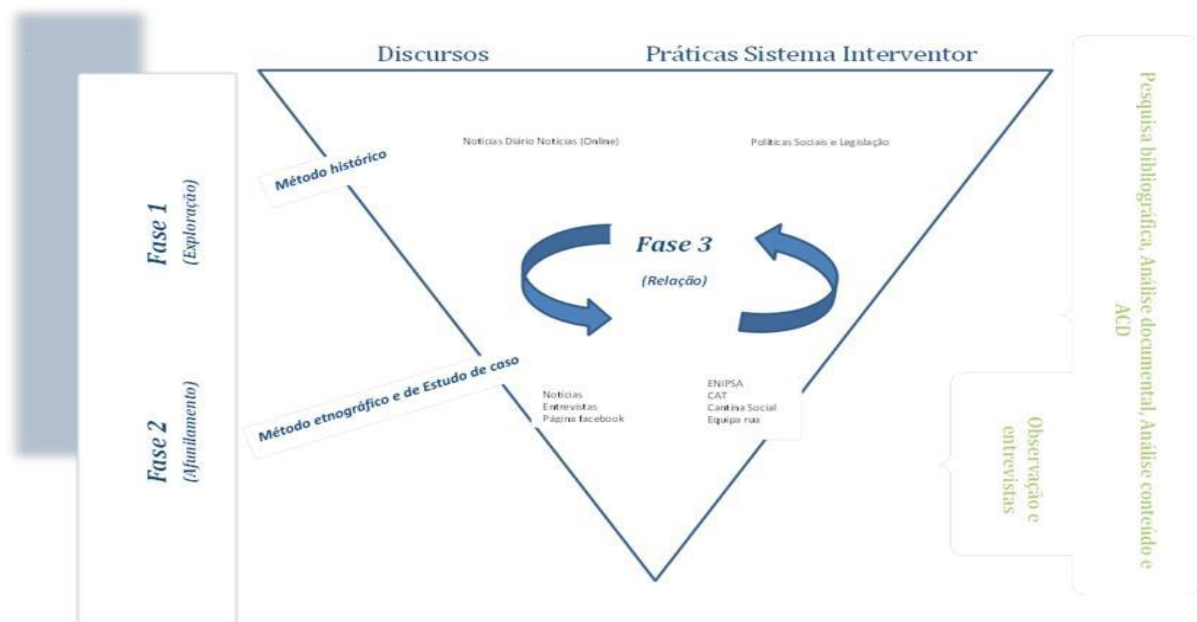
Para o efeito identificam-se, na figura acima exposta, as dimensões do estudo (os discursos e as práticas de intervenção social) - já operacionalizados anteriormente - e os respetivos níveis de análise (macro, meso e micro), que se passam a definir de seguida.

- ✚ **Nível macro** - o enquadramento socioeconómico, político e cultural, dando-se particular atenção às políticas sociais, legislação e aos discursos veiculados pelos *média* sobre o tema aqui alvo de estudo – questão sem-abrigo;
- ✚ **Nível meso** - a organização e a ação no contexto organizacional, seja ao nível de entidades governamentais ou não-governamentais;

- ✚ **Nível micro** - considera-se não apenas os sujeitos individualmente, sejam eles interventores sociais ou pessoas em situação de sem-abrigo, mas também o trabalho relacional de ajuda e o impacto desse apoio na vida dos sujeitos que são alvo da intervenção.

Devido à abrangência do estudo optou-se por dividi-lo em três fases distintas, sendo que as duas primeiras fases são mais descritivas e a terceira versará uma leitura interpretativa, enquadrando os dados numa reflexão integrada na rede de práticas mais abrangente:

- ✚ **Fase 1 (Exploração)** – Cada dimensão (discurso e práticas) e cada nível de análise (macro, meso e micro) serão abordados de forma exploratória, enfatizando-se uma perspetiva diacrónica, ou seja, um panorama histórico-descritivo;
- ✚ **Fase 2 (Afunilamento e Descrição)** – Descrição mais pormenorizada de algumas situações que melhor elucidem: *a)* a relação entre as dimensões estudadas (discursos e práticas) ou/e *b)* a relação entre os vários níveis (macro, meso e micro) de um ponto de vista sincrónico;
- ✚ **Fase 3 (Relação)** – Na última etapa todos os dados serão analisados nas suas diferentes relações, enfatizando-se convergências, incongruências, regularidades, levantando dúvidas, identificando pontos de ignorância e de falta de conhecimento que possam ajudar na compreensão, caracterização, explicação do fenómeno.



**FIGURA 11 - FASES DO ESTUDO**

## 4.6. Modelos e design do estudo

Consequentemente este trabalho fará uso de dois modelos de análise, um mais orientado para a análise dos discursos (ACD de Fairclough) e outro mais orientado para a análise das práticas de intervenção social (Modelo de Intervenção Social de Carmo). Pretende-se interrelacionar estas duas perspetivas de análise de forma a ir ao encontro da necessidade de compreensão mais holística e profunda que esta investigação pretende.

### 4.6.1. Modelo de Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001)

O Modelo de Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2001) permite abrir uma nova linha de interpretação dos discursos, equacionando os conceitos de poder, de hegemonia, de inclusão e exclusão sociais, desigualdade e discriminação.

A escolha deste modelo teórico de análise enquadra-se, por isso, de forma adequada e pertinente, pois centra-se no fundamento primordial que entende o discurso como uma prática social<sup>61</sup>. Existem alguns critérios (apresentados por Van Dijk em 1994) que permitem identificar as situações em que um objeto de estudo pode ser abordado/estudado através da ACD:

- ✚ Sempre que se trata de uma situação reiterada e inaceitável de um ponto de vista social (e não um caso isolado);
- ✚ Quando se procura criticar as instituições e/ou grupos (e não pessoas individuais);
- ✚ Se pretendemos focar em atos, condutas, expressões de pensamento que evidenciem a dominação, a discriminação e o abuso de poder

Por isso, dado que o fenómeno sem-abrigo cumpre estes critérios, optou-se por este modelo de análise, nomeadamente a versão do seu principal mentor Fairclough e o seu modelo tridimensional:

- ✚ **Análise textual** (análise do vocabulário, coesão e estrutura textual) – Permite analisar o vocabulário e a forma de designar as pessoas em situação de sem-abrigo;
- ✚ **Análise discursiva** (produção e distribuição do texto) – Baseia-se na tradição interpretativa dos cidadãos e das cidadãs, dos principais atores, das instituições, dos média, enfim, da sociedade;
- ✚ **Análise social** (enquadramento social, aspetos ideológicos e políticos) – Permite identificar os sistemas de conhecimento, crenças, relações que enquadram o fenómeno sem-abrigo. Isto é, de que forma as práticas de poder influenciam o fenómeno sem-abrigo.

Desta forma, apresentamos de seguida, três quadros que explanam este Modelo tridimensional de Fairclough, identificando, para cada um destes níveis as categorias, subcategorias e objetivos da análise, bem como as questões que se colocam em cada uma dessas decomposições.

---

<sup>61</sup> Como atestam Fairclough (*language and power*, 1998); Ruth Wodak (*Language, power and ideology*, 1984) e Van Dijk (em múltiplas obras e, sobretudo, na revista *Discourse and society*).



### Análise textual

| Categorias        | Subcategorias          | Objetivos   | Questões a colocar  |
|-------------------|------------------------|---|---|
| Vocabulário       | Wording                | O objetivo é contrastar a forma como os significados são “designados” ( <i>worded</i> ), como esses significados são designados noutros textos e identificar a perspetiva interpretativa que está subjacente à escolha dessa designação   | O texto contém novos léxicos? Que significado cultural ou ideológico pode ter? Que relações intertextuais podem estar na base das designações encontradas no texto? O texto contém evidências de <i>overwording</i> ou <i>rewording</i> em certos domínios? |
|                   | Word meaning           | Focar as palavras-chave de acordo com o significado geral (cultural) ou local;<br>Focar as palavras cujos significados são variáveis e mutáveis;<br>Focar o significado potencial de uma palavra  |   |
|                   | Metáfora               | Caracterizar as metáforas usadas no texto;<br>Contrastar com metáforas similares usadas noutros textos;<br>Determinar fatores (culturais, ideológicos) que podem estar a determinar a escolha da metáfora;<br>Efeito das metáforas no pensamento e na prática   |   |
| Gramática         | Transitividade         | O objetivo é analisar que tipos de processos particulares e de participantes são favorecidos no texto;<br>Identificar a agência ou expressão de causalidade e a atribuição de responsabilidade<br>A metáfora gramatical tem características significativas?<br>As orações passivas ou nominalizações são frequentes?<br>Que funções servem? | A quem se dá voz? São ativas ou passivas? É significativa a nominalização dos processos?<br>Que tipos de processos (ação, evento, relacional, mental) são mais usados? Quais os fatores que podem estar a contribuir para tal?                              |
|                   | Tema                   | O objetivo é analisar a existência (ou não) de uma estrutura temática   | Qual a estrutura temática do texto?<br>Que assunções lhe estão subjacentes? (Estrutura do conhecimento ou da prática?) Os temas identificados são frequentes?<br>Quais as motivações para tal?  |
|                   | Modalidade             | O objetivo é determinar padrões no texto tendo em conta o grau de afinidade   |   |
| Coesão            | Conexão e Argumentação | O objetivo é mostrar como as orações e as frases se conectam com o todo do texto. Esta informação é relevante para a descrição do “modo retórico” do texto, a sua argumentação e narrativa  | Que funções relacionais existem entre as orações e as frases?<br>Existem relações funcionais ou marcadores explícitos de coesão?<br>Que tipo de marcadores (referência, ellipsis, conjunções, lexicais) são mais usados?                                    |
| Estrutura Textual | Controlo interacional  | O objetivo é descrever as propriedades organizacionais de larga escala, das quais dependem as interações.   | Quem controla a interação e a que nível?<br>Até que ponto o controlo é negociado com os participantes?<br>Até que ponto é assimetricamente exercido por um dos participantes?   |
|                   | Polidez                | O objetivo é determinar que estratégias de polidez são mais usadas, se existem diferenças entre os participantes e o que essas características sugerem sobre as relações sociais dos participantes  | Que estratégias de polidez são usadas (negativas, positivas, <i>off record</i> ), por quem e com que objetivos?   |

**QUADRO 15- CATEGORIAS ANALÍTICAS DA ANÁLISE TEXTUAL SEGUNDO FAIRCLOUGH**

| Categorias                        | Subcategorias               | Objetivos  | Questões a colocar   |
|-----------------------------------|-----------------------------|--|--|
| Produção<br>texto                 | Interdiscursividade         | Especificar os tipos de discurso delineados  | Há uma maneira óbvia de caracterizar a amostra em termos de género de discurso? em caso afirmativo, o que isso implica na forma como a amostra é produzida, distribuída e consumida? Delineia mais do que um género? É convencional/inovadora?   |
|                                   | Intertextualidade manifesta | Especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto que está sendo analisado   | A representação discursiva é direta ou indireta? O que está a representar (aspetos do contexto, estilo ou apenas significado ideacional? O discurso está claramente demarcado? Está traduzido na voz do representado? Como estão as pressuposições sugeridas no texto? São sinceras ou manipulativas? São polémicas? Há instâncias de meta discurso ou ironia? |
| Distribuição do texto             | Cadeias intertextuais       | Especificar a distribuição de um tipo de amostra discursiva pela descrição das cadeias intertextuais das quais participa, isto é, na série de textos nas quais ou das quais é transformada | Que tipo de transformação essa amostra sofreu? As transformações são estáveis/inconstantes ou contestadas? Há sinais de que o produtor do texto antecipa mais do que um tipo de audiência?   |
| Consumo<br>texto                  | Coerência                   | Considerar as implicações interpretativas  | Quão heterogêneo e ambivalente é o texto? Que tipo de leitor/a? Leituras resistentes?  |
| Condições práticas<br>discursivas | Geral                       | Especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto associadas com o tipo de discurso que a amostra representa  | O texto é produzido/consumido individual ou coletivamente? Há estágios distintos de produção? As pessoas do animador/autor e principal são as mesmas ou diferentes? Que tipos de efeitos, não-discursivos, possui esta amostra?  |

**QUADRO 16- CATEGORIAS ANALÍTICAS DA ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA SEGUNDO FAIRCLOUGH**

| Categorias                       | Subcategorias  | Objetivos  | Questões a colocar   |
|----------------------------------|--|--|--|
| Matriz social dos discursos      | Hegemonia  | Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemónicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva  | Como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações? É convencional e normativa, criativa, inovadora, opositiva, etc.? Que efeitos ela traz, em termos de reprodução ou transformação?  |
|                                  | Relações entre instância social e práticas discursivas | Especificar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela delinea e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais contribui | Quais as tendências de larga escala?   |
| Aspectos ideológicos e políticos | Sistemas de conhecimento                               | Focar os sistemas de conhecimento, as crenças, as relações e as identidades sociais para enquadrar/justificar as análises propostas  | A amostra explica as características detalhadas? Ou deixa as características inexplicadas? Ou parece estranhar as características? A análise baseia-se no que os participantes fazem numa interação? Ou o texto está estruturado de maneira contraditória? |
|                                  | Crenças  |  |  |
|                                  | Relações   |  |  |
|                                  | Identidades sociais                                    |  |  |

#### QUADRO 17– CATEGORIAS ANALÍTICAS DA ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL SEGUNDO FAIRCLOUGH

“A linguagem carece de poder próprio, obtém o seu poder pelo uso que as pessoas fazem dele”.

(Wodak, 2003, p. 30)

Frisar que a linguagem, enquanto processo social, operacionaliza os discursos como formas de intervenção no mundo. Passa-se assim da ideia do discurso como prática de representação do mundo e das realidades para outra mais abrangente, mais reflexiva que é a do discurso como prática de significação no mundo, ou seja, como construindo as identidades sociais, as relações sociais entre as pessoas e os sistemas de conhecimento e de crença.

Por isso, esta metodologia da ACD oferece novas formas de entender o fenómeno sem-abrigo, na medida em que procura desvelar ideologias e valores vigentes nos discursos que circulam para os poder criticar e contestar. A ACD ajuda a desconstruir significados implícitos ou ocultos dos textos, dos discursos, anotando os elementos que privilegiam certos grupos em detrimento de outros, fornecendo recursos para problemas sociais controversos que requerem mudanças.

Fazendo uso do **Modelo de Análise Crítica do Discurso** (Fairclough, 2001), privilegiou-se cinco passos:

1. Seleção e Identificação de um problema social<sup>62</sup>;
2. Identificar obstáculos à resolução do problema;
3. Considerar se a ordem social, em algum sentido, é um problema ou não;
4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;
5. Refletir criticamente sobre a análise.

Desta forma, fez-se uso destas etapas para servir de base à elaboração do desenho de pesquisa e que a seguir se expõe.

---

<sup>62</sup> Posteriormente (2009) Fairclough procedeu à substituição da terminologia “problema” por “desvio”, pretendendo o autor, desta forma, enfatizar a questão da injustiça ou da desigualdade na distribuição de recursos. No entanto, neste estudo, tal como referido anteriormente, far-se-á uso da terminologia “questão” ou “fenómeno”, já que a palavra desvio ou problema poderia remeter, no contexto do estudo do fenómeno sem-abrigo, para a ideia de um afastamento do padrão de conduta considerado aceitável ou para um comportamento inapropriado por parte das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, podendo reforçar inadvertidamente uma imagem negativa das pessoas que se encontram nessa situação. Em 2009, Fairclough propôs ainda que este processo se desenvolvesse apenas em quatro etapas, suprimindo o último passo que dizia respeito à reflexão crítica sobre a análise, já que esta reflexão, segundo o autor, deve estar presente durante todos os passos da pesquisa.

| O que é pretendido (segundo Fairclough)        |  | Foco neste estudo   |
|--|--|---|
| Seleção de um problema social                  | Selecionar um tópico de pesquisa que aponte um problema social e transformar o tópico em objeto de estudo (articulação com a teoria) por meio de teorização transdisciplinar   | Enquadramento da questão sem-abrigo como problema social fundamentado não só na expressão do fenómeno, mas também nos dados históricos de discriminação e preconceito para com as pessoas em situação de sem-abrigo . A análise do que já foi produzido sobre a questão sem-abrigo em termos de estudos e das tipologias/classificações e teorias no âmbito deste fenómeno, bem como as consequências para a vida das pessoas que se encontram nesse tipo de situação   |
| Identificar obstáculos à resolução do problema | Abordar o diagnóstico do problema, questionando quais são os obstáculos a serem superados, como as práticas sociais se inter-relacionam, o modo de relação da semiose com outros elementos de práticas sociais e com características de discurso em si através de:<br>2.1. Observação da rede de práticas em que o problema está inserido;<br>2.2. Observação da prática particular em que o problema está inserido;<br>2.3. Análise da ordem de discurso da rede de práticas em que o problema está inserido;<br>2.4. Análise linguística da prática particular através da descrição de dados linguísticos contextuais e interpretação dos efeitos do sentido dos dados linguísticos na rede de práticas em que o problema está inserido. | 2.1 Diagnósticos ao nível da conjectura (contexto sócio histórico e cultural), identificando a forma como as pessoas em situação de sem-abrigo têm sido tratadas ao longo da história, nas civilizações ocidentais, a forma como as pessoas têm lidado com essa situação, bem como o quadro normativo na área<br>2.2 Examina-se o trajeto e apoio das instituições que trabalham nesta área, bem como o papel específico dos intervenores sociais neste domínio e os discursos das pessoas em situação de sem-abrigo<br>2.3 Usa-se o jornalismo <i>online</i> , páginas internet das instituições e página de <i>facebook</i> como práticas específicas nos quais podemos analisar as ordens de discurso, caracterizando os traços estruturais das notícias e dos discursos e o seu papel na representação que se tem das pessoas em situação de sem-abrigo<br>2.4 Identificação e classificação de categorias analíticas bem como os temas incluídos e excluídos dos discursos e as ocorrências desses mecanismos e interpretação desses dados |
| Identificar alternativas de superar o problema | Associar as questões de ideologia e poder que possam estar a contribuir para a manutenção de relações particulares de dominação. O objetivo é compreender se o problema social é inerente à ordem social ou se é originado por uma ordem social específica   | O fenómeno sem-abrigo no âmbito do capitalismo e do neoliberalismo e diálogo entre os resultados obtidos no estudo e as teorias<br>Reflexão sobre o papel dos média e do sistema interventor neste contexto, analisando em mais detalhe o papel do Estado e das políticas sociais no âmbito do fenómeno sem-abrigo  |
| Refletir criticamente sobre a pesquisa         | Identificação das possibilidades de mudanças ainda não concebidas ou concebidas apenas parcialmente. Aponta-se as contradições, lacunas, deficiências dentro dos aspetos considerados dominantes na ordem social, diferenças e resistências focando na relação dialética entre a semiose e outros elementos  | Questionar a eficácia da investigação e se ela contribuiu (ou não) para a emancipação social<br>Reflexão sobre a validade social da pesquisa<br>Alcance da investigação e da reflexividade que pode oferecer<br>O papel do investigador e da investigação no fortalecimento/capacitação da luta contra o fenómeno sem-abrigo  |

Fonte: Adaptado de Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 60

#### QUADRO 18 - DESENHO DO ESTUDO

#### 4.6.2. Modelo de Intervenção Social de Carmo (2007)

No que concerne ao **Modelo de Intervenção Social (Carmo, 2007)** e, tal como se pode constatar na Figura 13, este modelo permite classificar as práticas de intervenção social em quatro grupos diferenciados:

- ✚ Ações que envolvam a prestação de serviços de proximidade;
- ✚ Ações que integrem a prestação de serviços orientados para a defesa dos direitos Humanos e para o Desenvolvimento;
- ✚ A experimentação de práticas e políticas inovadoras, através de ações de laboratório social;
- ✚ Ações de observatório social, destinadas a identificar, caracterizar e diagnosticar problemas sociais e a criar uma massa crítica de conhecimentos que permita preveni-los e resolvê-los.

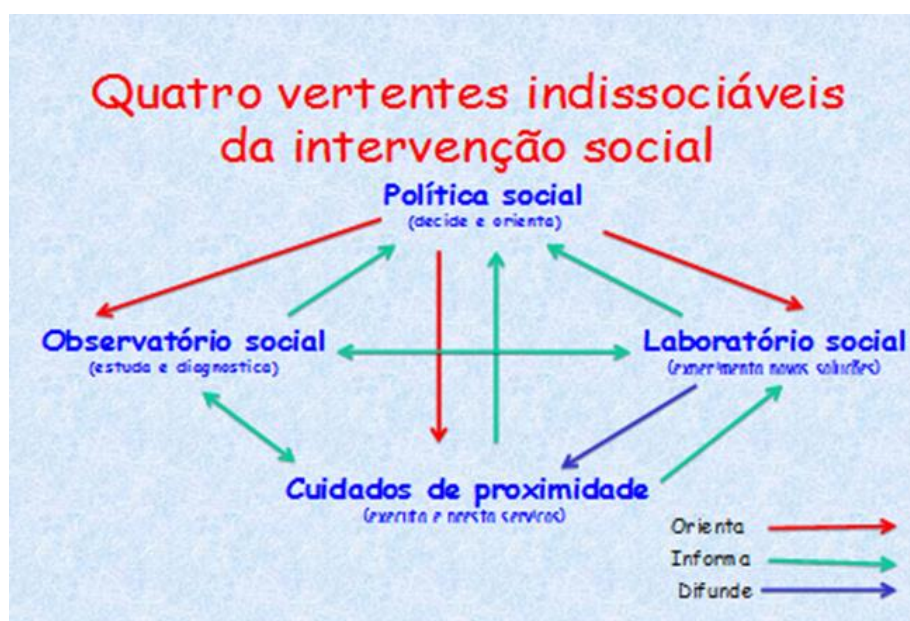


FIGURA 12 - VERTENTES DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Fonte: Carmo, 2011, p. 43

A escolha deste modelo de análise permite, assim, tentar compreender as práticas levadas a cabo no âmbito do sistema interventor, seja em termos de políticas sociais no âmbito do fenómeno sem-abrigo, seja em termos dos cuidados/serviços de proximidade prestados.

Para além dos aspetos mencionados anteriormente, a escolha deste modelo de intervenção permite ainda:

- ✚ O enquadramento da Política Social, área que enquadra este trabalho de investigação, como uma vertente da intervenção social;
- ✚ Abracar os três níveis de análise pretendidos (macro, meso e micro), distinguindo o plano interpessoal, grupal ou organizacional e o plano sociopolítico, reforçando a articulação, a inter-relação e a interdependência entre os vários sistemas, evidenciando ainda os vários domínios da Intervenção social (Carmo, 2011), nomeadamente o sistema interventor, o sistema cliente, o contexto em que decorre o processo de intervenção e ainda o tipo de interação gerado;
- ✚ Enquadrar os objetivos em termos de resposta a necessidades de subsistência<sup>63</sup> ou a necessidades de participação (Carmo, 2010, p. 111 e 112).

#### 4.7. Processo de amostragem

O processo de amostragem foi desenvolvido através de **amostra intencional não probabilística**. Isto é, os elementos que compõem a amostra tanto ao nível da seleção das políticas sociais/quadro normativo, das entidades e sujeitos convidados a participar na pesquisa, como também das notícias que serão alvo de estudo, dependeram dos critérios de seleção da investigadora, tendo em conta que o objetivo é a maximização da compreensão do fenómeno através da recolha de “*insights*” e não a generalização (Onwuegbuzie & Leech, 2007a).

#### 4.8. Constituição do *corpus*

O *corpus* incide nas seguintes vertentes, passando-se, de seguida, a especificar cada uma delas:

---

<sup>63</sup> Por necessidades de subsistência entende-se aqui “as necessidades fisiológicas de alimentação, saúde e abrigo e as necessidades de segurança, tais como o trabalho remunerado ou rendimentos que o substituam; vestuário, educação, equilíbrio emocional (Carmo, 2010, p. 112). Esta conceção mais conservadora de intervenção social “tem vindo desde há muito a ser posta em causa, uma vez que cria uma relação de dependência nos sistemas clientes, não só não tendo qualquer eficácia na sustentabilidade da resolução dos problemas sociais, mas também sendo-lhe reconhecido o efeito pernicioso de eternizar situações de exploração socioeconómica” (Carmo, 2010, p. 112).



- + Enquadramento normativo relativamente ao fenómeno sem-abrigo;
- + Indicadores macroeconómicos e sociais;
- + Relatórios/informações/publicações institucionais;
- + Notícias veiculadas nos média;
- + Respostas de proximidade às pessoas em situação de sem-abrigo;
- + Pessoas em situação de sem-abrigo.

#### 4.8.1. Enquadramento normativo

A nível macro, numa primeira fase procedeu-se a um levantamento, que se pretendeu o mais abrangente possível dos vários quadros normativos existentes em Portugal relacionados com a questão sem-abrigo sendo que o *corpus* inclui referências a Legislação Regia desde 1211 até 2015<sup>64</sup>. No entanto, dada a sua relevância no panorama das políticas sociais em Portugal foi levada a cabo uma análise mais exaustiva da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015).

#### 4.8.2. Indicadores macroeconómicos e sociais

Foram selecionados alguns documentos chave que se julgaram pertinentes para compreender o contexto em que se enquadra o fenómeno sem-abrigo.

|   |
|---|
| Orçamento da EU de 2014 a 2020                          |
| Orçamento de Estado                                     |
| Indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE)  |
| Dados estatísticos do Instituto de Segurança Social, IP |
| Relatórios do Tribunal de Contas                        |
| Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)            |
| Dados do Instituto de Medicina Legal                    |

#### QUADRO 19 – DOCUMENTOS ENQUADRADORES DO CONTEXTO MACROECONÓMICO E SOCIAL

<sup>64</sup> Vide quadro 8, do capítulo II.



#### 4.8.3. Relatórios/informações/publicações institucionais

Sítios de internet que sirvam de testemunho dos discursos/práticas veiculadas por determinada instituição/entidade

|  |
|--|
| Regulamentos/relatórios institucionais |
| Arquivo de dados                       |
| MPHASIS                                |
| Relatórios dos NPISA                   |
| Carta Social                           |

#### QUADRO 20 – RELATÓRIOS/INFORMAÇÕES/PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

Relativamente ao MPHASIS - “Mutual Progress on Homelessness through Advancing and Strengthening Information Systems” - é de referir que este grupo de trabalho foi constituído em 2007, a nível europeu, e pretendia efetuar a identificação de um conjunto de dados basilares que permitissem, de forma uniforme, sobre o número e perfil das pessoas em situação de sem-abrigo, sendo que, na sequência desse estudo foi elaborado, pela União Europeia, o relatório com o mesmo nome, que pretendia contribuir para o processo de monitorização do fenómeno sem-abrigo, desenvolvendo e reforçando os sistemas de informação.

O quadro seguinte expõe as variáveis identificadas como basilares por este grupo de trabalho.

|  |   |
|--|---|
| <b>Idade</b>   | <b>Data de nascimento</b>   |
| <b>Sexo</b>  | Mulher / Homem  |
| <b>Nacionalidade / historial migratório</b>  |   |
| <b>Nacionalidade</b>   | País de cidadania   |
| <b>País de nascimento</b>  | País de nascimento  |
| <b>Características do agregado / família</b>   |   |
| <b>Estrutura do agregado / situações de vida</b>   | Pessoa sozinha, sem filha(s)/o(s)<br>Casal sem filha(s)/o(s)<br>Pessoa sozinha, a viver com filha(s)/o(s)<br>Casal, vivendo com filha(s)/o(s)<br>Outro tipo de agregado   |
| <b>Características de alojamento</b>   |   |
| <b>Acomodação anterior, (noite antes da integração no serviço de apoio e acomodação atual (à data da contabilização)</b> | Sem tecto (a viver em espaço público / na rua)<br>Alojado em abrigo de emergência (abrigos noturnos)<br>Centro de acolhimento para sem-abrigo (pensões, alojamento temporário, alojamento temporário apoiado)<br>Casas-abrigo para vítimas de violência doméstica<br>Instituições (estabelecimentos de saúde, estabelecimentos prisionais)<br>Residências não convencionais devido a falta de alojamento (casas móveis, ocupação ilegal de prédios, estrutura temporária)<br>A viver com família ou amigos (por não ter outra solução de alojamento)<br>Sem-abrigo e a viver noutros tipos de acomodação<br>Não conforme com os padrões de sem-abrigo |
| <b>Duração da (atual) situação de sem-abrigo</b>   | Menos de 2 meses; 2 a 6 meses; 6 meses a 1 ano; 1 a 3 anos; 3 a 5 anos; 5 anos e mais   |
| <b>Causas subjacentes à situação de sem-abrigo</b>   |   |
| <b>Causa(s) para o último período de sem-abrigo, tal como explicado pelas pessoas em situação de sem-abrigo</b>          | Ação de despejo interposta pelo senhorio / execução hipotecária<br>Final de contrato / habitação inadequada / sem habitação<br>Separação / conflito familiar / morte<br>Perda de emprego / desemprego<br>Violência<br>Motivos pessoais (necessidades de apoio / dependência / saúde)<br>Dificuldades financeiras (dívidas)  |
| <b>(várias respostas possíveis)</b>  | Desinstitucionalização / saída das forças armadas<br>Imigração<br>Motivos de força maior (incêndio, inundação, etc.)<br>Outros motivos  |

## **QUADRO 21- VARIÁVEIS BASILARES PARA MONITORIZAR FENÓMENO SEM-ABRIGO DE ACORDO COM MPHASIS**

#### 4.8.4. Notícias veiculadas nos média

A recolha de informação sobre a forma como o fenómeno é retratado nos *média*, implicou a seleção das notícias do arquivo *online* do *Diário de Notícias* que continham o termo “sem-abrigo”, de forma a poder recolher informação sobre a representação do fenómeno, salientando o tipo de informação difundida e o impacto que a mesma poderá ter na representação do fenómeno em determinados segmentos da sociedade.

A opção pelo *Diário de Notícias* foi privilegiada na medida em que para além de ser um dos jornais de referência em Portugal (Fundado em 1864), é generalista, com tiragem diária e apresenta versão *online*, facilitando o processo de recolha de dados. Por outro lado, não houve a preocupação de selecionar diferentes jornais pois os estudos têm demonstrado que as notícias relacionadas com o fenómeno sem-abrigo correlacionam-se mais com sazonalidade e com as condições atmosféricas adversas (ex.: notícias serem mais frequentes no inverno do que no verão) do que com posições ou eventos políticos (Maurel, 2004, p. 8). Relativamente à seleção do universo de notícias, os itens seccionados para análise incluíram todos os textos em que o termo “sem-abrigo” era usado independentemente de se constituírem notícias, reportagens, entrevistas, artigos opinativos, editoriais, crónicas ou simples notas<sup>65</sup>. Foram selecionadas todas as notícias entre 1994 (altura em que as notícias *online* foram introduzidas) até final de 2014, ou seja, um período de 20 anos<sup>66</sup>.

#### 4.8.5. Respostas de proximidade às pessoas em situação de sem-abrigo

A seleção das entidades para levar a cabo o trabalho de campo implicou uma série de opções metodológicas:

<sup>65</sup> De notar que as referências que o site providenciava sobre cada notícia eram: título, extrato do parágrafo onde o termo aparecia, notícia em si e a data da mesma. A autoria nem sempre era especificada. Constava ainda a rubrica/sessão onde a notícia se inseria, mas as mesmas alteraram-se ao longo do tempo, não sendo possível estabelecer uma comparação longitudinal.

<sup>66</sup> Foram excluídas desta análise notícias sobre animais de estimação de pessoas em situação de sem-abrigo, pessoas que se encontravam em situação de sem-abrigo devido a catástrofes naturais, artigos que não se focavam no fenómeno em si e em que o termo “sem-abrigo” era apenas usado para enfatizar outros assuntos (ex.: “Não abrange sem-abrigo”), textos repetidos e notícias enquadradas na rubrica Artes.

- ✚ Identificação das respostas específicas que prestam apoio na área do fenómeno sem-abrigo, a nível nacional (anexo 3) e que, segundo a o ISS, IP (2006: B 5.1 e 5.2) eram as Equipas de Rua<sup>67</sup> e os Ateliers Ocupacionais<sup>68</sup>;
- ✚ Seleção da resposta social “Equipas de Rua” por abranger um maior número de pessoas em situação de sem-abrigo <sup>69</sup>;
- ✚ “Equipas de Rua” situarem-se em concelhos onde estão a funcionar Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo (NPISA), visto corresponderem aos territórios onde previamente foi identificada uma dimensão mais significativa do fenómeno (Almada, Amadora, Aveiro, Cascais, Lisboa, Porto, Oeiras, Figueira da Foz, Coimbra, Braga, Faro, Seixal e Setúbal);
- ✚ Opção por Lisboa na medida em que era o concelho de residência e de trabalho da investigadora, facilitando o trabalho de campo e possibilitando que o mesmo fosse mais prolongado no tempo;
- ✚ Serem consideradas entidades de referência, em Portugal, na atuação e apoio a pessoas em situação de sem-abrigo há vários anos e aceitarem a presença da investigadora como voluntária.

<sup>67</sup> Equipas de Rua: “Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com as pessoas em situação de sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida” (ISS, 2006, p. B 5.1).

<sup>68</sup> Ateliers Ocupacionais: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio de população adulta, sem-abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação” (ISS, 2006, p. B 5.2).

<sup>69</sup> Neste ponto convém referir que apesar de não constituírem uma resposta específica para pessoas em situação de sem-abrigo, foram ainda considerados os Centros de Acolhimento Temporário, pois a nível informal, constituem uma resposta importante nesta área. Deste modo, foram efetuados vários contactos por e-mail e por telefone para as entidades coordenadoras dos NPISA de Lisboa, Porto, Setúbal e Almada, no sentido de poder ter acesso a essa resposta social, à direção das mesmas e as pessoas em situação de sem-abrigo lá acolhidas. No entanto não foi rececionada nenhuma resposta aos inúmeros pedidos efetuados. Contactos por e-mail com NPISA Lisboa: 24 de março de 2017, 13 de abril de 2017, 05 de maio de 2017, 31 de maio de 2017; contactos com NPISA do Porto: 24 de março de 2017, 31 de maio de 2017; contactos com NPISA de Almada e Setúbal: 24 de março de 2017, 31 de maio de 2017.

Neste sentido, foi identificada uma entidade com trabalho de referência na área (desde finais da década de oitenta do século passado) e que apresenta um programa específico em Lisboa de distribuição de alimentos, duas vezes por semana. O trabalho em prol das pessoas em situação de sem-abrigo é desenvolvido em contexto de rua por equipas de pessoas voluntárias, constituídas, geralmente, por cinco/seis elementos (um indivíduo chefe de equipa responsável por “supervisionar” e quatro/cinco pessoas voluntárias). A equipa junta pessoas com mais de vinte anos de experiência de trabalho em equipa de rua, com pessoas voluntárias com pouca ou nenhuma experiência.

De destacar que no âmbito do trabalho como voluntária desenvolvido pela investigadora foi aprofundado o contacto com cinco sujeitos do sexo masculino em situação de sem-abrigo.

## 4.9. Técnicas de análise de dados

Concretamente, no que respeita aos instrumentos de pesquisa utilizados, estes permitem recolher uma série de informações sobre a realidade estudada, podendo dizer-se que nos dão acesso à matéria-prima da investigação, pelo que se deve ter em conta o tipo de investigação realizada e o que se pretende recolher da realidade. Assim, neste estudo concreto, e tendo em conta os objetivos do mesmo, far-se-á uso das seguintes técnicas: análise documental, análise de conteúdo, observações de campo, entrevistas e estudo de casos concretos, passando-se de seguida a expor cada uma dessas técnicas.

### 4.9.1. Análise documental

A análise documental é o conjunto de operações que visa representar o conteúdo de um documento (diferente do original) com o objetivo de obter o máximo de informação (quantitativo) com o máximo de pertinência (qualitativo) (Bardin, 1977, p. 43 e 44), sendo, provavelmente, relevante para qualquer tópico que seja trabalhado no âmbito de uma investigação científica. Caracteriza-se pela procura de informações em documentos que ainda não receberam tratamento científico.

Neste trabalho adotam-se, primordialmente, documentos escritos e numéricos, embora também se possa recorrer a imagens e/ou objetos. Neste sentido, o documento, no âmbito desta pesquisa, não é considerado como algo isento, objetivo e neutro, mas, preferencialmente, como uma fonte que traduz determinadas leituras e modos de interpretação da realidade de determinadas/os pessoas/grupos num dado tempo e espaço. Ou seja, o documento como um testemunho, um indício da ação do ser humano, revelando as suas opiniões, posições e práticas.

#### 4.9.2. Análise de conteúdo

Uma das críticas feitas à ACD é a sua arbitrariedade na seleção dos textos, a sua representatividade e a análise de um número reduzido de textos dos quais não se espera *insights* significativos relativos à sua frequência e distribuição.

Assim, Gabrielatos & Baker (Gabrielatos & Baker, 2008, p. 6) defendem o uso prévio de um *corpus* linguístico orientado quantitativamente que poderá ajudar a superar estas dificuldades. Neste caso, usou-se a análise de conteúdo com o objetivo de conseguir tratar, sintetizar e reduzir a quantidade de informação disponível, de forma a chegar-se a uma interpretação das principais tendências e padrões. O intuito não é conduzir uma análise em larga escala do *corpus*, mas usar a análise de conteúdo como uma abordagem preliminar que possa providenciar um ponto de entrada para servir de guia à posterior seleção de textos a ser analisada usando como ferramenta teórico-metodológica a ACD. Desta forma, pretendeu-se estabelecer uma informação base sobre o número e o conteúdo de matérias no âmbito da questão sem-abrigo e definir categorias exaustivas e mutuamente exclusivas. Para o efeito definiu-se:

### Nível de recorte

Ao nível do recorte, fez-se uso da unidade de registo “tema”, através do critério semântico que permite identificar “núcleos de sentido” e a unidade de contexto é, essencialmente, o parágrafo, ou seja, uma leitura mais vasta, aumentando a probabilidade de uma análise avaliativa das representações, atitudes e valores. No entanto, sempre que se justifique, a unidade de contexto poderá ser a frase.

### Enumeração

Ao nível da enumeração, a regra de contagem teve subjacente o critério de “presença/ausência”, ou seja, cada categoria só foi contabilizada uma vez em cada documento, independentemente do número de vezes em que fosse mencionada. Desta forma, pretendeu-se utilizar a análise de conteúdo como uma função heurística enriquecendo, numa fase inicial do trabalho, a exploração e a descoberta de núcleos de sentido cuja presença ou ausência podem significar algo, ou seja, a presença funciona como um indicador, mas pressupõe-se que a ausência de elementos pode, também, veicular um sentido.

### Classificação e agregação

Em termos de classificação e agregação, a criação do sistema de categorias fez uso de uma abordagem mista, de natureza dedutiva e indutiva que remete não apenas para um sistema de códigos *a priori*, com a identificação de categorias já definidas anteriormente por outros estudos, nomeadamente Huckin, 2002 (ver quadro *infra*); mas, também, foram ainda definidas categorias *a posteriori*, nomeadamente através da aplicação dessas categorias a uma amostra significativa de documentos que originou a extinção de algumas categorias e a criação de outras.

| Causas   | Respostas  |
|--|--|
| <p>Abuso de substâncias;</p> <p>Doença mental;</p> <p>Pobreza;</p> <p>Trabalho precário/perda de emprego;</p> <p>Não ter recursos financeiros para pagar renda da casa;</p> <p>Não ter vaga em abrigo;</p> <p>Desejo de independência;</p> <p>Violência doméstica;</p> <p>Má sorte;</p> <p>Problemas médicos;</p> <p>Salários baixos/salário mínimo insuficiente;</p> <p>Racismo/discriminação;</p> <p>Cortes nos apoios sociais;</p> <p>Comportamento autodestrutivo/más escolhas;</p> <p>Criminalidade;</p> <p>Falha no sistema de saúde;</p> <p>Problemas de transporte;</p> <p>Falta competências sociais.</p> | <p>Abrigos/camas;</p> <p>Apoio financeiro;</p> <p>Doação de alimentos;</p> <p>Apoio religioso;</p> <p>Casas de transição;</p> <p>Detenções;</p> <p>Criminalização/Cadeia ou multas;</p> <p>Fundos privados;</p> <p>Trabalho, emprego ou formação;</p> <p>Políticas públicas;</p> <p>Voluntariado;</p> <p>Cuidados médicos;</p> <p>Doação de roupas;</p> <p>Tratamento para os comportamentos aditivos e dependências;</p> <p>Doação de cobertores/sacos de cama;</p> <p>Valores das propriedades;</p> <p>Tratamento/acompanhamento de problemas mentais;</p> <p>Profissionais no terreno;</p> <p>Serviços não especializados, <i>counseling</i>, reabilitação;</p> <p>Educação;</p> <p>Entretenimento;</p> <p>Ações legais e morais;</p> <p>Transporte, necessidades de comunicação;</p> <p>Competências sociais, treino parental;</p> <p>Responsabilização individual;</p> <p>Cuidar de crianças;</p> <p>Média/publicidade;</p> |
| Efeitos  | Demografia   |
| <p>Exposição a condições atmosféricas adversas;</p> <p>Fome, doença e/ou morte;</p> <p>Crime/violência;</p> <p>Vadiagem;</p> <p>Mendicidade;</p> <p>Efeitos psicológicos e emocionais.</p>   | <p>Tipos de sem-abrigo (isolados, famílias e famílias com crianças);</p> <p>Número e perfil da população sem-abrigo.</p>   |

Quadro 22- Inventário de Tópicos e subtópicos relacionados com o fenómeno sem-abrigo (Huckin, 2002)

### Identificação de categorias e subcategorias (sistema de códigos)

No quadro seguinte expõem-se as categorias e subcategorias encontradas/criadas no âmbito do trabalho de análise de conteúdo (*vide* anexo diário de bordo da categorização).

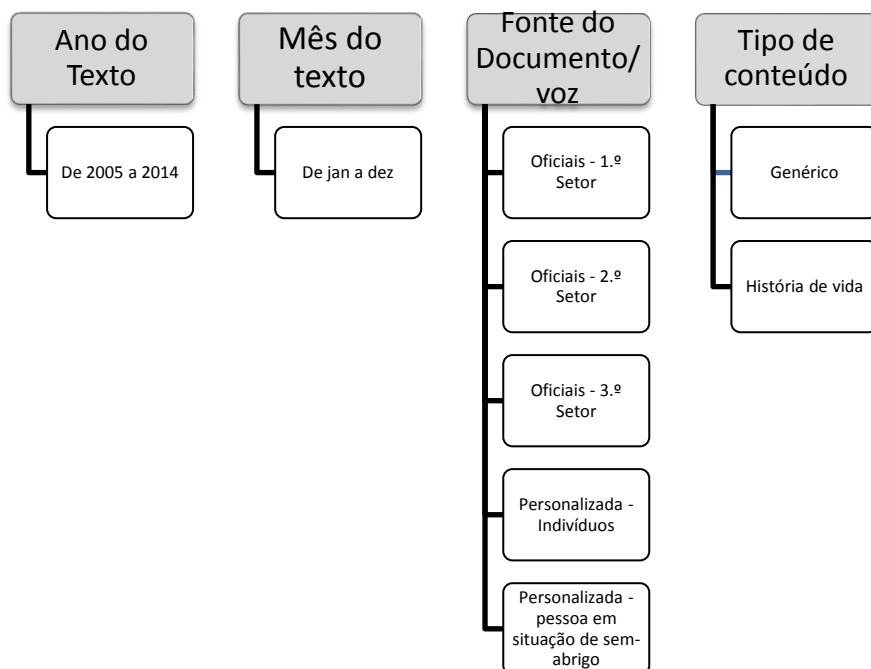


|   |
|---|
| <b>Sistema de códigos</b>                                     |
| Dados sociodemográficos                                       |
| Nº/perfil e conceitos   |
| Causas do fenómeno  |
| Factores macro estruturais                                    |
| Atitudes individuais/Familiares                               |
| Superação fenómeno  |
| Sorte/Esforço do próprio                                      |
| Sucesso Intervenção   |
| Políticas públicas  |
| Políticas sociais (governo central ou local)                  |
| Propostas/Movimentos/Criticas                                 |
| Medidas repressivas/Corte apoios/Discriminação                |
| Respostas/Atividades  |
| Desporto/Artes/visitas e pôr-se como SA para sensibilizar/Inf |
| Emerg Social/caridade/donativos/emissões solidárias           |
| Consequências   |
| Dormir ao relento/fome/Falta higiene                          |
| Doença/Contaminação/Morte/Acidente                            |
| Comportamentos delinquentes/criminosos/Burlas/Mentirosos      |
| Vítimas de crime/homicídio/burlas/Abusos/Abandono             |

### QUADRO 23 - CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS IDENTIFICADAS NO ESTUDO

#### Identificação das variáveis

As variáveis são o sistema que permite caracterizar os documentos, identificando-se, neste estudo, as seguintes variáveis: *Fonte do estudo*, *ano* e *mês* do texto, *fonte do documento* e *tipo de conteúdo*. De salientar que as variáveis criadas têm a ver com vários níveis de informação puramente descritiva (e não compreensiva).



**FIGURA 13 - VARIÁVEIS DO ESTUDO**

#### ANO E MÊS DO TEXTO

A opção pelas variáveis “ano” e “mês” do texto vão ao encontro da literatura que reconhecem que as notícias no âmbito da questão sem-abrigo têm um carácter fortemente sazonal.

#### FONTE DO DOCUMENTO

A variável “fonte do documento” indica a voz ativa (quem fala) e/ou passiva (de quem fala) que sobressai da leitura do texto, ou seja, é a identificação da voz principal que “fala” no texto (locutor/a) e que pode ou não corresponder ao próprio autor ou à própria autora<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> Fairclough (2001) adota o conceito de “produtor de texto” de Goffman, segundo o qual se deve distinguir entre “animador”, “autor” e “principal”. O “animador” seria a pessoa que, de facto, pronuncia as palavras ou as grava em papel (como um locutor ou alguém que copia um “ditado”); o “autor”, a pessoa que “redige”, que escolhe as palavras e que as junta num texto, dando-lhes um sentido; e “principal” é a pessoa cuja posição é representada pelas palavras.

- ✚ **Oficiais O1** – Representantes do Governo e/ou entidades públicas que representem o 1.º setor;
- ✚ **Oficiais O2** - Representantes de entidades privadas que representem o 2.º setor;
- ✚ **Oficiais O3** - Representantes de instituições privadas de utilidade pública que fazem parte do 3.º setor. Estas entidades devem estar formalmente constituídas, possuir gestão própria, não terem fins lucrativos, podendo ainda possuir algum grau de mão-de-obra voluntária<sup>71</sup>;
- ✚ **Personalizada PI** – Indivíduos em nome próprio desde que, na altura, não estejam em representação de nenhuma entidade/movimento, nem em situação de sem-abrigo;
- ✚ **Personalizada PSSA** - Incluem-se aqui as pessoas em situação de sem-abrigo e/ou familiares das mesmas que podem estar, ou não, a representar determinados movimentos sociais.

Salienta-se que alguns documentos apresentam uma única voz, aqui designados por monológicos. Nos documentos que apresentam uma heterogeneidade enunciativa e/ou polifonia, tentou-se identificar a voz predominante através dos critérios:

- ✚ Abrangência (critério quantitativo), a dimensão do texto e a dimensão dos segmentos de texto com essa voz;
- ✚ Pertinência (critério qualitativo) para o tema alvo de estudo tendo em conta a sua relação com o conteúdo apresentado.

---

<sup>71</sup> Para efeitos deste trabalho incluem-se aqui as ONG (Organizações Não Governamentais), Federações de ONG, nomeadamente a FEANTSA, entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), Instituições Particulares de Solidariedade Social e Fundações, nomeadamente as de solidariedade social e ainda organizações religiosas. Destaca-se que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não se inclui neste tipo de fonte, visto que o seu orçamento concorre para o orçamento público, situando-se nas Fontes oficiais O1.

## TIPO DE CONTEÚDO

A variável “tipo de conteúdo” pretende identificar dois géneros de notícias:

- ✚ Notícias de conteúdo genérico – Informações, dados, opiniões sobre o fenómeno sem-abrigo em geral, sobre facetas desse mesmo fenómeno ou ainda eventos relacionados com esta questão.
- ✚ Notícias que se focam em histórias de vida – textos relativos a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos, enfatizando-se determinado acontecimento/evento, relacionado com o mesmo ou focando a sua trajetória de vida.

Salienta-se que a análise de conteúdo foi realizada com o auxílio do *software* MAXQDA 12, que é um programa orientado para a construção de teoria (*Theory-building* - tipo II)<sup>72</sup>, que permite:

- ✚ Estruturação dos dados recorrendo a múltiplas fontes;
- ✚ Codificações com grau elevado de complexidade (identificação de várias categorias e diferentes níveis de análise);
- ✚ Incorporação de considerações analíticas (notas) em determinados segmentos do texto;
- ✚ Identificação de determinadas variáveis no processo de procura e apresentação dados através de palavra-chave, permitindo ainda encontrar regularidades ou coocorrências de determinadas categorias;
- ✚ Estabelecer conexões entre diferentes tipos de dados (notas de campo, categorias, entrevistas, notícias, vídeos) que, não se encontrando na base de dados, podem conter dados que queremos relacionar.

<sup>72</sup> Por oposição aos Programadores de texto (*Text retrivers* – tipo I) que são particularmente dirigidos a análises de conteúdo simples, que dividem o texto em segmentos, permitem a sua codificação e posteriormente identificam categorias. Neste ponto salienta-se ainda que alguns autores, nomeadamente Coffey, Holbrook, Atkinson (1996) têm manifestado alguns receios ao uso que as/os investigadoras/es podem fazer de softwares específicos desenvolvendo análises simplistas, mecanizadas e quantitativas. Neste projeto defende-se que qualquer análise qualitativa deve integrar a diversidade e a complexidade usando-se outras abordagens qualitativas com diferentes protocolos para guiar a exploração de textos de forma sistemática, nomeadamente a análise crítica do discurso.

### 4.9.3. Análise dos silêncios textuais

“The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is truth, but greater still, from a practical standpoint, is silence about truth”.

(Aldous Huxley, 1946 *apud* Huckin, 2002: p. 347)

Parte-se da definição de “silêncios textuais” como “omissão de informação pertinente para o tópico a ser tratado” (Huckin, 2002: 348), optando-se por adotar, na identificação dos mesmos, a abordagem de van Dijk, que dá ênfase ao **contexto**:

[Context is] “the structured set of all properties of a social situation that are possibly relevant for the production, structures, interpretation and functions of text and talk”.

(van Dijk, 1998: 211)

Para esta análise foram particularmente importantes os seguintes passos:

- ✚ Compilar os tópicos e subtópicos importantes<sup>73</sup> quando se aborda a questão sem-abrigo;
- ✚ Analisar o contexto histórico e conjuntura socioeconómico-cultural e política no qual foi produzido o documento e se o mesmo se encontra ou não publicado;
- ✚ Caracterizar os textos alvo de análise, isto é, recolher informação sobre a autoria do texto e se o mesmo manifesta a opinião de uma pessoa específica ou se representa uma posição institucional e se essas opiniões poderão estar sujeitas a pressões sociopolíticas; identificar o género do texto e se o mesmo é comum quando se aborda este tema, perceber que conhecimento se apresenta sobre o fenómeno e qual o objetivo do discurso;

<sup>73</sup> Fez-se uso dos principais tópicos e subtópicos identificados em 163 artigos, relacionados com o fenómeno sem-abrigo, identificados por Huckin (Anexo 10).

✚ Determinar os conceitos e ideias-chave presentes e tópicos enfatizados, bem como aqueles que são omitidos. Nesta fase é importante perceber se os tópicos chave são relevantes para o tema em questão, ou se pelo contrário serão mais relevantes aqueles que se encontram ausentes, compreender ainda qual a visão que é transmitida com as ideias-chave presentes no texto e que outras mensagens poderiam ser divulgadas se os tópicos ausentes estivessem presentes. Isto é, analisar se os silêncios apresentam um padrão ideológico e em caso afirmativo, em que sentido.

É ainda de especial relevância perceber se os silêncios textuais existentes são comuns neste género específico e quem poderá eventualmente ganhar com a omissão dessa informação.

#### 4.9.4. Observações de campo

“O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto do seu ponto de vista é possível que a razão nem sempre esteja com ele”.

(Paulo Freire)

Observar é “selecionar informação pertinente, através dos órgãos sensoriais e com recurso à teoria e à metodologia científica, a fim de poder descrever, interpretar e agir sobre a realidade em questão” (Carmo, 1998, p. 97), implicando ainda o desenvolvimento de uma compreensão intersubjetiva entre a pessoa que investiga e os sujeitos alvo de investigação [Crapanzano 1986; Dwyer 1977; Spencer 1989; Tedlock 1991 *apud* (Crang & Cook, 2007, p. 36 e 37)].

Por outro lado, à semelhança do defendido por Thelen (2006), considera-se que para compreender o fenómeno sem-abrigo, é importante o contacto direto com as pessoas em situação de sem-abrigo, no seu contexto real de vida, que é a rua. Ou sejam considera-se imprescindível a observação/vivência *in loco* dos quotidianos das pessoas em situação de sem-abrigo, pois estes são um espaço privilegiado de revelação das suas relações, dos seus processos, dos seus conflitos, enfim, das suas experiências e da forma como estas são integradas. Assim, o trabalho de campo visa:

- ✚ Explorar opiniões, vivências e experiências das pessoas em situação de sem-abrigo, dando enfoque à sua voz;
- ✚ Explorar a relação entre as pessoas em situação de sem-abrigo e os indivíduos que com elas se relacionam;
- ✚ Perceber de que forma os quotidianos se interligam com as práticas institucionais e com processos estruturais mais vastos.

Machado Pais (1986, p. 10) refere que a posição trivial que se tem veiculado é aquela que opõe o “quotidiano-banal-insignificante” ao “histórico-original-significativo”. No entanto parece evidente que o quotidiano é, antes de mais, o cruzamento de múltiplas dialéticas entre o “rotineiro” e o “acontecimento”». Assim, segundo o autor (1986, p. 15) “a característica da vida quotidiana não é a banalidade, mas a espontaneidade”.

Neste sentido, o trabalho de terreno deve permitir articular, entrelaçar o plano micro relativo ao comportamento dos indivíduos e interações entre os mesmos, com o plano macro, nomeadamente com variáveis como o poder, a ideologia, a desigualdade social, entre outras.

“O que importa é vincular um ato ou um acontecimento individual ou interacional com uma estrutura social global, através de uma rede de mediações sociais”.

(Pais, M., 1986, p. 12)

Segue-se o pressuposto de Ruth Cardoso (2004, p. 103) de que “observar é contar, descrever e situar os factos únicos e os quotidianos, construindo cadeias de significação, pelo que este processo é, forçosamente, autorreflexivo e crítico, não se deixando de lado o próprio olhar da investigadora sobre o objeto de estudo.

Para levar a cabo estas observações casuais ou informais, foram já criados protocolos de observação para o trabalho desenvolvido na equipa de rua e ainda protocolo de variáveis a serem exploradas relativamente a outras respostas, nomeadamente os Centros de Alojamento Temporários, os quais se passam a expor.

| Dimensões             | Sub-dimensões  |
|-----------------------|--|
| Prestação de serviços | Qualidade da alimentação   |
|                       | Confeção da alimentação  |
|                       | Distribuição da alimentação  |
|                       | Relacionamento entre equipa voluntariado e pessoas em situação de sem-abrigo |
|                       | Gestão de reclamações  |
|                       | Avaliação da atividade   |

#### QUADRO 24- PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO TRABALHO NA EQUIPA DE RUA

| Dimensões         | Sub-dimensões   |
|-------------------|---|
| Edificados        | Localização   |
|                   | Condições do edifício   |
|                   | Acessibilidade  |
| Condições físicas | Receção e segurança   |
|                   | Quartos   |
|                   | Instalações sanitárias  |
|                   | Refeitórios   |
| Recursos humanos  | Constituição da equipa técnica e adequação do quadro de pessoal |
|                   | Relacionamento com utentes                                      |
| Organização       | Crítérios de admissão/expulsão dos utentes                      |
|                   | Horários  |
|                   | Gestão do dinheiro/comparticipação do/a utente                  |
|                   | Informação disponível e disponibilizada                         |

#### QUADRO 25- DIMENSÕES E SUB-DIMENSÕES A TER EM CONTA NA RECOLHA DE OPINIÕES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO RELATIVAMENTE AOS CENTROS DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIOS

O trabalho de campo decorreu entre março de 2017 até abril de 2018, sendo que a investigadora participou como voluntária no trabalho desenvolvido pela equipa de rua, como se pode ver no quadro *infra*.



| Rondas de voluntariado - Equipas de Rua |                      |   |       |         |   |                    |      |     |       |       |                                   |    |   |  |
|---|----------------------|---|-------|---------|---|--------------------|------|-----|-------|-------|-----------------------------------|----|---|--|
| Data                                    | N.º de voluntária/os |   | Saída | Chegada | Paragens  | Produtos entregues |      |     |       |       | pessoas em situação de sem-abrigo |    | Interações mais próximas  | Observações gerais*  |
|   | M                    | F |       |         |   | Kit*               | Sopa | Chá | Bolos | Roupa | M                                 | F  |   |  |
| 17-03-2017                              | 1                    | 3 | 21h30 | 00h00   | Mouzinho da Silveira, Saldanha, Santa Apolónia e Rossio   | X                  | X    | X   |       |       | 67                                | 41 |   | Chefe de equipa do sexo masculino apoiei na distribuição da sopa   |
| 11-04-2017                              | 1                    | 4 | 21h30 | 02h00   | Saldanha, Mouzinho da Silveira, Santa Apolónia e Santa Apolónia debaixo do viaduto, Cais do Sodré, Oriente e Rossio | X                  | X    | X   | X     |       | 76                                | 15 |   | Trabalho de preparação dos bolos e lavagem do material no final da ronda, a equipa da ronda dirigiu-se também a locais onde estavam pessoas em situação de sem-abrigo a dormir, não se restringindo aos locais habituais, chefe de equipa do sexo masculino, apoiei na distribuição da sopa  |
| 15-05-2017                              | 2                    | 4 | 20h30 | 01h30   | Saldanha, Mouzinho da Silveira, Santa Apolónia e Santa Apolónia debaixo do viaduto, Cais do Sodré e Rossio          | X                  | X    | X   | X     |       | 78                                | 11 | Interação 1 com sujeitos 1 e 2 (saldanha) e interação 1 com sujeitos 3 e 4 (debaixo do viaduto de Santa Apolónia) | Trabalho de preparação dos bolos e lavagem do material no final da ronda, a equipa da ronda dirigiu-se também a locais onde estavam pessoas em situação de sem-abrigo a dormir, não se restringindo aos locais habituais, chefe de equipa do sexo masculino, apoiei na distribuição da sopa. |
| 28-07-2017                              | 1                    | 5 | 20h45 | 00h00   | Mouzinho da Silveira, Saldanha, Santa Apolónia e Santa Apolónia debaixo do aqueduto e Rossio                        | X                  | X    | X   | X     |       | 82                                | 15 | Interação 2 com sujeitos 1 e 2 (Saldanha) e interação 2 com sujeito 4 (debaixo do viaduto)                        | Discussão entre os membros da equipa sobre a rota a adotar. No final da ronda optou-se por não fornecer mais sandes nem bolos apesar de ainda haver alguns para distribuir.  |

|            |   |   |       |       |   |   |   |   |   |   |    |    |   |  |
|------------|---|---|-------|-------|---|---|---|---|---|---|----|----|---|--|
| 30-10-2017 | 1 | 5 | 20h30 | 02h45 | Mouzinho da Silveira, Saldanha, Rossio, Santa Apolónia, Santa Apolónia debaixo do aqueduto, Terreiro do Paço, Cais do Sodré, "Barracão", Avenida almirante Reis | X | X | X | X | X |    |    | interação 1 com sujeitos 5 (Mouzinho da Silveira) e interação 3 com sujeito 4 (debaixo viaduto) | <ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de condições físicas a refeição (pessoas têm de comer em pé ou sentadas no chão, principalmente as pessoas idosas deixam, muitas vezes, cair a comida pois as suas mãos tremem e têm dificuldade em pegar no prato, os pratos para a sopa e os copos para o chá são de plástico o que torna difícil pegar nos mesmos porque estão muito quentes, nem sempre se fornecem guardanapos, os quais são bastante solicitados. Estas dificuldades são acrescidas quando as condições atmosféricas são adversas (chuva e frio) já que as pessoas comem à chuva.</li> <li>Quando se "fecham" lugares onde as pessoas em situação de sem-abrigo pernoitavam (ex.: Barracão onde dormiam cerca de 30 pessoas) as entidades que desenvolvem trabalho de voluntariado deixam de ter conhecimento onde as mesmas se encontram, não podendo fornecer apoio.</li> </ul> |
| 12-02-2018 | 2 | 4 | 20h00 | 01h15 | Saldanha, Mouzinho da Silveira, Santa Apolónia e Santa Apolónia debaixo do viaduto e Rossio   | X | X | X | X | X | 53 | 8  |   | Apoiei na distribuição do chá e das colheres.  |
| 16-04-2018 | 1 | 4 | 20h30 | 01h25 | Saldanha, Mouzinho da Silveira, Santa Apolónia e Santa Apolónia debaixo do viaduto e Rossio   | X | X | X | X | X | 62 | 13 |   | Apoiei na distribuição da sopa e dos kits.   |

\*kit era composto por um pão e um pacote de bolachas. Nalgumas entregas era acrescido de uma sandes e um bolo (fornecidos pela CP)

#### QUADRO 26 – RONDAS DE VOLUNTARIADO

No âmbito deste trabalho a investigadora aprofundou uma relação de confiança com cinco sujeitos, com os quais foi possível recolher algumas das suas perceções sobre as respostas sociais que eram prestadas às pessoas em situação de sem-abrigo.

## Resumo do capítulo

- ✚ Do ponto de vista da sua natureza, esta pode ser considerada uma pesquisa aplicada, já que pretende gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos no âmbito da questão sem-abrigo;
- ✚ De um ponto de vista dos objetivos, tem características exploratórias, principalmente porque pretende estudar a questão sem-abrigo através de uma abordagem holística (macro, meso e micro) e da análise do fenómeno através da inter-relação discursos-práticas, apresentando também uma forte componente descritiva. Considerando a adoção da Análise Crítica do Discurso (ACD), a investigação tem ainda a preocupação com os efeitos do discurso e das práticas na própria questão aqui alvo de estudo, pelo que se tentará também que a investigação possa contribuir para explicar como o discurso cumulativamente vai contribuindo para a reprodução das práticas das estruturas macro, meso e micro e vice-versa;
- ✚ Pretende-se compreender a questão sem-abrigo sob o prisma dos discursos e das práticas, tentando, simultaneamente, superar o tradicional foco nos atores (teorias interacionistas) ou nos sistemas (teorias sistémicas), fazendo-se uso do Modelo de Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001) e do Modelo de Intervenção Social (Carmo, 2007);
- ✚ Relativamente ao processo de amostragem, fez-se uso de uma amostra intencional não probabilística;
- ✚ O *corpus* é constituído por fontes de natureza enquadradora/normativa e notícias do arquivo online do Diário de Notícias, de 1994 a 2014, que continham o termo “sem-abrigo” o acompanhamento do trabalho de uma equipa de rua, bem como o contacto mais próximo com cinco sujeitos em situação de sem-abrigo;

- ✚ Fez-se uso do método histórico e etnográfico das técnicas de análise documental, análise de conteúdo e observações de campo.

## Capítulo 5 – Apresentação dos resultados

O objetivo deste trabalho consistia, como vimos referindo, em explorar e caracterizar a relação entre os discursos veiculados pelos média relativamente à questão sem-abrigo e os discursos e as práticas no âmbito do Sistema Interventor ao nível das políticas sociais, da ação das entidades governamentais e não governamentais e ainda ao nível da relação entre interventores/as sociais e as pessoas em situação de sem-abrigo. Para o efeito fez-se uso do método histórico e etnográfico tendo como modelos teóricos a abordagem da Análise Crítica do Discurso - ACD (Fairclough) e o Modelo de Intervenção Social (Carmo).

Relembramos ainda os objetivos específicos do estudo:

1. Identificar e caracterizar os discursos genéricos (típicos) sobre a questão sem-abrigo veiculados pelos média (**Compreensão ambiental**);
2. Caracterizar a extensão e tipo de voz que é dada às pessoas em situação de sem-abrigo no âmbito dos média e do sistema-interventor (**Compreensão interpretativa/fenomenológica**);
3. Descrever e caracterizar as políticas sociais, a legislação e programas neste domínio (**Compreensão normativa**);
4. Descrever e caracterizar os serviços de proximidade e os discursos e as práticas das entidades e dos interventores sociais que prestam apoio neste âmbito (**Compreensão operativa**);
5. Identificar e caracterizar as consonâncias e as dissonâncias entre os discursos veiculados e as práticas observadas (**Compreensão da autenticidade**);
6. Identificar e analisar os mitos relativos à questão sem-abrigo e desconstruí-los com base em evidência científica (**Compreensão crítica**).

Desta forma, a apresentação dos resultados será feita tendo em consideração os objetivos específicos pré-definidos.

No subcapítulo 5.1 os dados apresentados relativamente aos discursos tentaram responder aos objetivos 1 e 2. No subcapítulo 5.2 os dados apresentados relativamente às práticas tentaram abordar os objetivos 3 e 4. Finalmente, os objetivos 5 e 6 serão abordados no capítulo 6, referente à autenticidade.

## 5.1 – O que se diz...

“As palavras perderam o seu significado original e adotaram o seu contrário.

Ficámos sem linguagem inteligível”.

(Romano, 2008, 71)

Neste capítulo tentar-se-á identificar e caracterizar os discursos genéricos (típicos) sobre a questão sem-abrigo que são veiculados pelos média, e a extensão e tipo de voz que é dada às pessoas em situação de sem-abrigo, usando para o efeito a amostra de 557 notícias do arquivo *online* do *Diário de Notícias*, publicadas entre 1994 e 2014. A análise incide na forma como os discursos sobre a questão sem-abrigo se organizam, ordenam e instituem a nossa interpretação sobre as pessoas em situação de sem-abrigo e sobre o próprio fenómeno.

### 5.1.1. Estratégias predicativas na construção da representação do fenómeno sem-abrigo

As estratégias de atribuição de características predicativas dizem respeito à "atribuição estereotipada e valorativa de traços positivos e/ou negativos, através da imputação de atributos (adjetivos) e de ações (descrição das ações e atribuição de papéis semânticos) " (Rojo, 2005: p. 228).

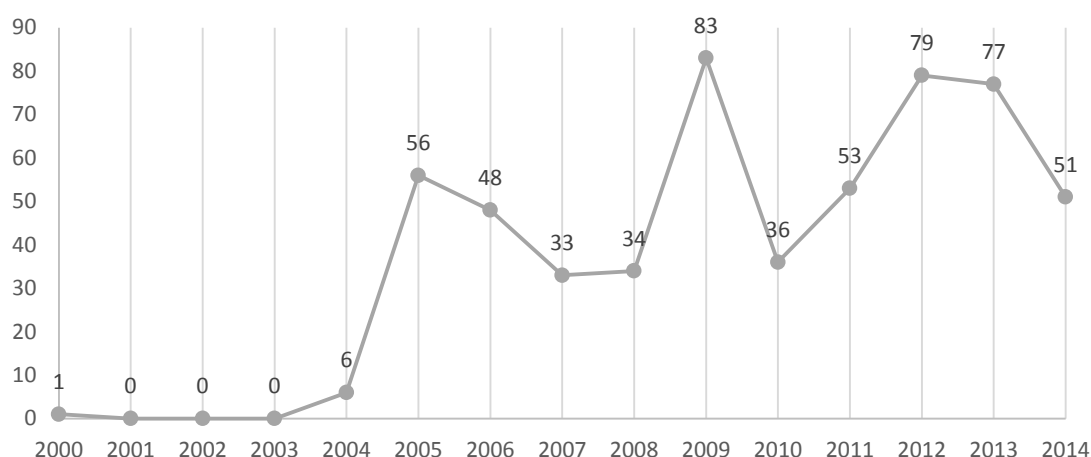
Ao analisar-se, em termos globais, como o fenómeno é apresentado nas notícias alvo de estudo, identificam-se três tendências: sazonalidade, conteúdos generalistas e uso preferencial de vozes de experts.

## Quando se fala da questão sem-abrigo?

“To sum up, these circumstances make the question of homelessness a Christmas and winter topic, similar to Christmas candy, Santa Claus or the Three Kings”.

(Cabrera, 2004, p. 16)

No gráfico que se segue são apresentados dados relativos à frequência total de notícias e à sua distribuição por anos e por meses<sup>74</sup>.

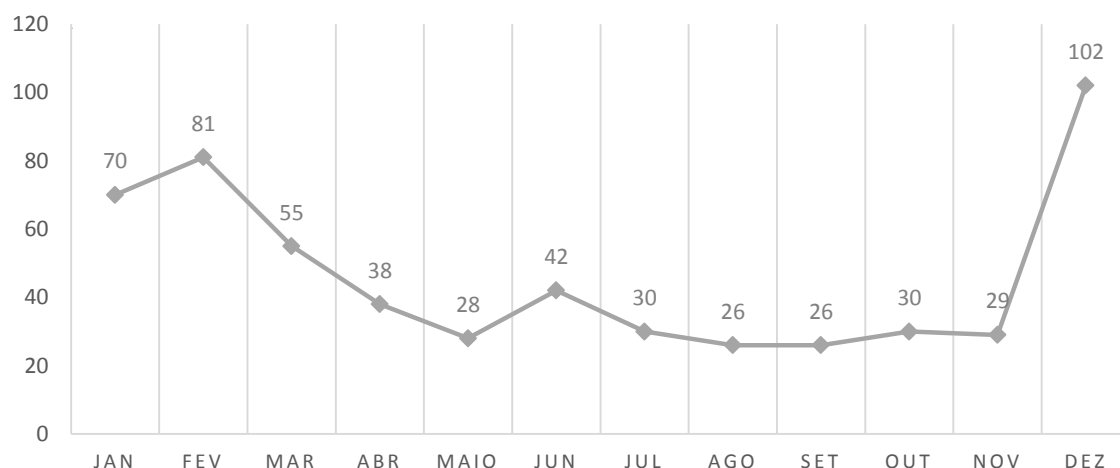


### GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS NOTÍCIAS SOBRE O TEMA SEM-ABRIGO NO PERÍODO DE 1994 A 2014

Do *corpus* analisado (557 notícias), o número de notícias relativas ao tema sem-abrigo teve uma maior incidência no ano de 2009 (83), correspondendo a 14,9% do total de notícias. De salientar ainda os anos de 2012 e 2013 (com 79 e 77 notícias, respetivamente). Assim, no panorama geral, verifica-se que os anos com maior incidência de notícias foram 2009, 2012 e 2013, com 239 notícias (num total de 557, o que corresponde a 42,9%) a serem publicadas nesses anos. Estes dados poderão estar relacionados com os seguintes aspetos:

- ✚ Lançamento da ENIPSA em 2009;
- ✚ Reforço político (ainda que temporário) das medidas preconizadas na ENIPSA (2012/2013);
- ✚ Eleições autárquicas em 2013.

<sup>74</sup> Só constam dados a partir de 2000 pois só a partir dessa data foram encontradas notícias relativas ao tema em estudo. No período de 1994 a 1999 não foi encontrada nenhuma notícia.



**GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS NOTÍCIAS SOBRE TEMA SEM-ABRIGO, POR MÊS**

Numa análise da distribuição das notícias por mês de publicação, verifica-se que **a maior incidência de notícias se situa nos meses de dezembro (102), janeiro (70) e fevereiro (81)**, perfazendo um total de 253 notícias publicadas neste período, o que equivale a 45,4% do total de notícias. Este aspeto poderá estar relacionado com os temas abordados nas próprias notícias que se relacionam maioritariamente com questões de emergência social, condições atmosféricas adversas e iniciativas de solidariedade relacionadas com a época natalícia e o início de um novo ano. Deste modo, esta sazonalidade, tanto em termos dos anos, como em termos dos meses parece indiciar, não tanto uma determinada estratégia editorial, mas sim uma reação a “eventos” específicos, aos quais se dá “resposta”.

#### De que se fala quando se aborda a questão sem-abrigo?

“Les aides et les assistances permettent la continuité des différences”.

(Gaboriau, P., 2003: 40)

O tópico mais presente nas notícias analisadas relaciona-se com as respostas de emergência, com condições atmosféricas adversas e ainda com o trabalho levado a cabo pelas instituições e campanhas de solidariedade lançadas pelas mesmas. De seguida analisar-se-á cada um destes tópicos.



## RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA

As respostas às necessidades básicas de acolhimento, alimentação, higiene e segurança, ou seja, respostas de emergência, foram as mais frequentes nas notícias que abordavam a questão sem-abrigo. De destacar que a perspetiva em que eram apresentadas essas respostas enfatizavam uma visão positiva da natureza assistencialista das mesmas e focavam a relevância das atitudes de altruísmo, solidariedade e voluntarismo. No sentido contrário, não estavam presentes, com a mesma incidência, notícias que focassem as políticas sociais, a coesão social, a cidadania, os direitos humanos fundamentais e a noção de justiça social. Na maior parte das notícias em que se abordam as respostas de emergência, conceptualiza-se o estar sem-abrigo por oposição a aceitar apoio de um centro de acolhimento para pernoitar. **De acordo com estes dados, percebe-se que ao nível dos discursos veiculados pelos média, a ênfase é colocada na mitigação de aspetos referentes à satisfação de necessidades mais básicas (respostas temporárias), apresentando-se este tipo de resposta como inovador apesar de, à partida, não terem o propósito de resolver o problema.**

## CONDIÇÕES ATMOSFÉRICAS ADVERSAS

No *corpus* são ainda abordados de forma muito frequente os apoios prestados perante condições atmosféricas adversas.

“Few of the other topics that appear in the press fluctuate according to the season as greatly as homelessness”.

(Cabrera, 2004, p. 16)

**As condições atmosféricas e o tempo desempenham um papel central nas notícias no âmbito da questão sem-abrigo**, com as primeiras mortes por hipotermia de pessoas sem-abrigo a despoletarem uma série de notícias sobre esta temática, situação que se repete todos os anos. Neste âmbito encontram-se também os grandes planos de contingência e os alojamentos de emergência, como respostas do governo central e/ou local e de ONG,

enfatizando os problemas e os constrangimentos do apoio pela recusa das pessoas em situação de sem-abrigo em colaborarem com essa intervenção<sup>75</sup>.

"A iniciativa tem como objetivo principal prestar auxílio aos sem-abrigo de Lisboa em situações de vagas de frio. No entanto, "a ajuda aos sem-abrigo não será feita apenas em dois ou três dias, apenas quando faz frio, é uma ação a desenvolver durante o ano todo".

(DN, 26.01.2007)

### TRABALHO DAS INSTITUIÇÕES E CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE

No âmbito destas notícias é de destacar ainda que, em muitas situações, **o foco centra-se no trabalho levado a cabo por várias entidades governamentais e não-governamentais e não tanto no fenómeno em si ou nas vidas das pessoas em situação de sem-abrigo**, do qual é exemplo as notícias que divulgam campanhas de solidariedade. De facto, no *corpus* estudado, **verificou-se um número considerável de notícias que continham menções implícitas ou explícitas a campanhas de solidariedade que apelavam, por vezes, a contributos monetários ou em espécie**<sup>76</sup>. Da análise deste tipo de notícia quatro aspetos se salientam:

- ✚ A delegação do serviço público de solidariedade social a associações da sociedade civil;
- ✚ A perceção de que esses serviços envolvem a transferência de milhões de euros por parte do Estado para as instituições da sociedade civil;
- ✚ A inexistência de dados concretos que fundamentem o sucesso da intervenção proclamada nessas notícias e quais os benefícios concretos a longo prazo para as pessoas em situação de sem-abrigo;
- ✚ A particularidade de algumas campanhas de solidariedade parecerem enquadrar os princípios e estratégias de *marketing* ou/e operações comerciais.

<sup>75</sup> Geralmente o foco centra-se na recusa do apoio por parte das pessoas em situação de sem-abrigo e não na ausência do mesmo: por exemplo, pode dar-se ênfase à recusa das pessoas em situação de sem-abrigo em pernoitarem em tendas montadas, durante os planos de contingência, para que as pessoas em situação de sem-abrigo não morram de hipotermia. No entanto, não se aborda o facto de até há poucos anos as pessoas em situação de sem-abrigo procurarem as estações de metro para fazer face a condições atmosféricas adversas e de as mesmas terem sido "fechadas" dificultando o abrigo às pessoas.

<sup>76</sup> As campanhas de solidariedade surgem também, de forma mais intensa, no Natal, Ano Novo e Dia de Reis.

### Como se fala da questão sem-abrigo?

As notícias que abordam o fenómeno sem-abrigo são, assim, tipicamente, de conteúdo mais genérico (80,9%), ou seja, enfatizam, maioritariamente, determinadas informações, dados, opiniões sobre o fenómeno sem-abrigo em geral, sobre facetas desse mesmo fenómeno ou ainda eventos relacionados com esta questão. Contudo, é de destacar que a maior parte das mesmas não apresenta evidências científicas ou explicações fundamentadas num determinado corpo teórico. Na literatura, como já foi referido no início deste trabalho, têm sido encontradas duas vertentes em termos de causas:

- ✚ Uma abordagem mais virada para as características do próprio indivíduo, através da identificação de défices pessoais, comportamentos aditivos e dependências, problemas relacionados com saúde mental e escolhas individuais desadequadas;
- ✚ Uma abordagem mais orientada para fatores macroestruturais relacionados, essencialmente, com problemas ao nível da habitação, emprego e proteção social.

Da análise realizada, pode afirmar-se que a maior parte dos documentos não apresenta referências quanto às causas/origens do fenómeno nem à multidimensionalidade das variáveis que o influenciam. Por outro lado, nos casos em que foram identificados discursos relativos às causas do fenómeno sem-abrigo, identificou-se alguma prevalência relativa às causas consideradas individuais/familiares. De enfatizar ainda que este foco em causas individuais, nomeadamente através da explicitação de comportamentos aditivos e dependências (CAD), não apresenta, contudo, o consequente desenvolvimento em termos de tratamento/resposta já encontrado noutras investigações.

“Whereas considerable attention is given to substance abuse and mental illness as causes of homelessness, relatively little attention is given to the treatment of substance abuse and mental illness as public responses”.

(Huckin, 2002: p. 359)

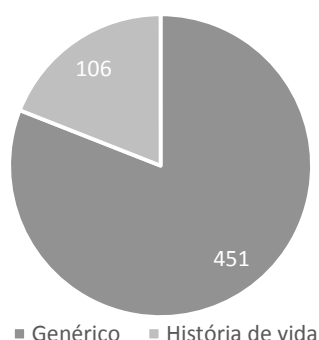
Isto é, as notícias alvo de análise, no geral, não tratam nem focam teorias explicativas relativamente ao fenómeno sem-abrigo, e das raras vezes em que o fazem, enfatizam-se as

causas pessoais, sendo relativamente pouco comum a abordagem de causas estruturais. A título de exemplo, numa notícia em que a voz é do (então) Presidente da República, Cavaco Silva, é referido:

«[A situação sem-abrigo] “começa na própria família. Quer no caso dos sem-abrigo, nos casos de internamentos prolongados, ou dos reclusos, muitas vezes é a própria família que se afasta”, frisou. O Chefe do Estado, que será acompanhado pela mulher, Maria Cavaco Silva, irá alertar para o papel da família e do voluntariado na integração social de pessoas em recuperação de problemas como o alcoolismo ou a toxicodependência, na Comunidade Vida e Paz, adiantou fonte de Belém».

(DN, 18.12.2007)

Neste caso concreto, para além de se reforçar estereótipos através da associação entre pessoas em situação de sem-abrigo e indivíduos reclusos, a compreensão do fenómeno passa quase exclusivamente por questões individuais/familiares. No polo oposto do discurso temos o enaltecimento do papel do voluntariado e das instituições de solidariedade social. Este tipo de discurso é ainda reforçado e legitimado pelo facto de se tratar da voz do Chefe máximo da Nação. Por outro lado, na ausência deste corpo teórico mais abrangente, uma alternativa seria colocar a ênfase numa perspetiva mais “humana”, o que também não acontece, visto que do total de notícias analisadas, apenas 19,1% apresentam histórias de vida de pessoas em situação de sem-abrigo, isto é, textos relativos a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos, enfatizando-se determinado acontecimento/evento, relacionado com o mesmo ou focando a sua trajetória de vida. Ou seja, **assiste-se a uma sub-representação dos relatos das experiências e vivências das próprias pessoas em situação de sem-abrigo.**



■ Genérico ■ História de vida

**FIGURA 14 - TIPO DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS (GENÉRICO *VERSUS* HISTÓRIA DE VIDA)**

São ainda apresentadas algumas notícias de crimes perpetrados contra as pessoas em situação de sem-abrigo (assassinatos, etc.), não se apresentando, contudo, as pessoas em situação de sem-abrigo como vítimas nem as pessoas que alegadamente cometem os crimes como criminosas, tal como se pode constatar no exemplo *infra*.

“Uma sem-abrigo foi regada com gasolina e queimada. Três rapazes, entre os 16 e os 18 anos, foram identificados por uma câmara de segurança. A mulher, de 55 anos, morreria antes de chegar ao hospital. Os adolescentes gravavam tudo nos telemóveis. O pai de um dos jovens de Barcelona disse: “São miúdos modernos, de uma geração muito permissiva, que tiveram tudo. Talvez não tenhamos sido bons pais”.

(DN, 24.02.2006)

Apesar desta mulher em situação de sem-abrigo ter sido “barbaramente assassinada”, a voz contemplada nas notícias é a que “defende” os alegados indivíduos homicidas, designados por “miúdos”, infantilizando-os, distanciando-os do crime que cometeram e dando uma perspetiva mais humana dos mesmos, o que não acontece relativamente à vítima.

Em termos de conteúdos das notícias, uma palavra ainda para as descrições “espetaculares”, e mediáticas, do passar da situação de sem-abrigo a pessoa milionária, sendo que, nestes casos, a conotação positiva se relaciona com a “sorte” e não com a conduta e responsabilidade do próprio indivíduo por essa mudança de situação.

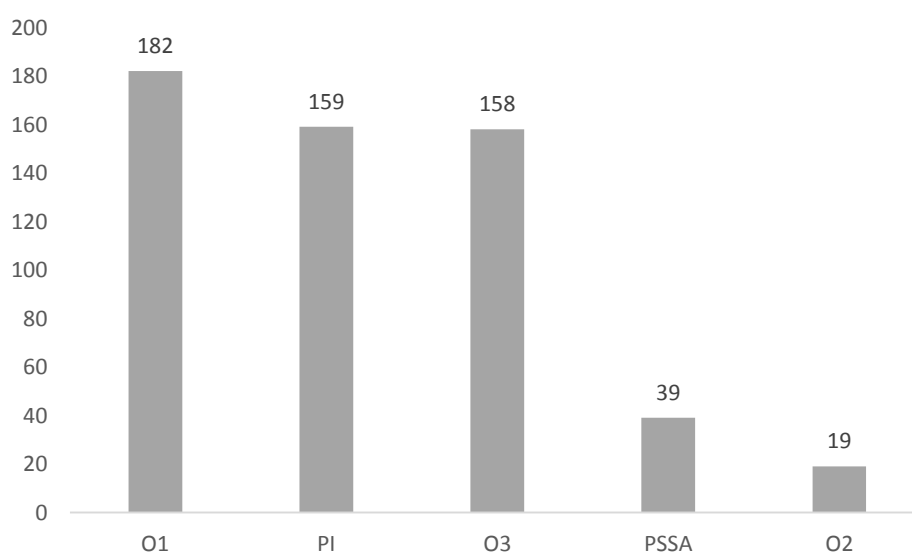
“Dois irmãos húngaros, de 41 e 39 anos, acabam de ser surpreendidos com uma herança de 111 milhões de euros. Zsolt e Géza Peladi, que tinham sido abandonados pela mãe há muitos anos, viviam sem teto nos arredores de Budapeste quando foram surpreendidos pela notícia de que a avó, mãe dessa mãe que há muito não viam, lhes havia legado uma fortuna”.

(06.12.2009)

**O mesmo tipo de descrições “espetaculares” / “mágicas” é apresentada quando se fala do sucesso de determinada intervenção** já que nas notícias analisadas não eram apresentados dados concretos e fundamentados desse “sucesso”.

#### Quem fala da questão sem-abrigo?

A variável “fonte de informação do documento” pretendia responder à questão: quem fala sobre o tema sem-abrigo? isto é, de quem é a voz? Assim, a fonte/voz de informação do documento diz respeito à pessoa ou instituição que fala ou que é mencionada ou “ouvida” como principal/preponderante do documento. Neste sentido, não se discrimina entre voz ativa (quem fala) e voz passiva (de quem se fala), nem se identificam as diferentes vozes num mesmo documento, estando o foco na voz principal da notícia (*vide* critérios no capítulo da metodologia).



**GRÁFICO 4 - AS VOZES NAS NOTÍCIAS**

Legenda:

**01** - representantes do Governo e/ou entidades públicas (1.º setor); **02** - representantes de entidades privadas (2.º setor); **03** - representantes de instituições privadas de utilidade pública sem fins lucrativos, podendo ainda possuir algum grau de mão-de-obra voluntária (3.º setor); **PI** – Indivíduos em nome próprio desde que, na altura, não estejam em representação de nenhuma entidade/movimento, nem em situação de sem-abrigo; **PSSA** - Incluem-se aqui as pessoas em situação de sem-abrigo e/ou familiares das mesmas que podem estar, ou não, a representar determinados movimentos sociais.

Com relativa segurança pode afirmar-se que **a principal voz, presente nos textos, é de experts** (499 notícias), isto é, pessoas que representam uma instituição, pelo *status* que têm como figura pública ou pelas suas competências/conhecimentos académicos ou profissionais. Esta categoria aparece em mais de 89,5% dos casos. A voz de *experts* distribui-se pelas entidades públicas (nível central e local), com 182 notícias (32,6%), indivíduos em nome individual, com 159 notícias (28,5%) e de entidades pertencentes ao terceiro setor, com 158 notícias (28,3%).

De salientar ainda que relativamente às vozes se assistiu a uma tendência para a polarização das mesmas. Os/As *experts*, apresentados/as como politicamente corretos/as, contrastam com a inexistência de voz das pessoas em situação de sem-abrigo (as quais tiveram “voz” em 39 notícias, representando apenas 7% do *corpus*). Sobressai o facto de que quando a voz das pessoas em situação de sem-abrigo surge é geralmente para as próprias pessoas reforçarem o “bom trabalho” levado a cabo pelas instituições que os/as apoiam. A maior parte dos exemplos diz respeito à felicidade que as pessoas sentem por terem uma festa de Natal com comida especial. Poder-se-ia dizer que **a voz das pessoas em situação de sem-abrigo, quando aparece, serve para legitimar a existência de determinadas instituições e o apoio (muitas vezes de emergência, marcado por um forte assistencialismo) que as mesmas prestam.**

Existem ainda alguns casos, ainda que minoritários, de pessoas que já passaram pela situação de SA, mas que já não se encontram nessa situação e que têm uma voz crítica quanto ao tipo de apoio que é prestado no âmbito deste fenómeno, inclusive defendendo que esse apoio perpétua ou até agrava a situação de sem-abrigo.

Por exemplo, em uma notícia é apresentada a voz de John Bird ex-sem-abrigo, ex-recluso e fundador do projeto *The Big Issue* em que o mesmo coloca em causa as intervenções de carácter mais assistencialista.

“A caridade não é solução para ninguém porque além de contribuir para perpetuar a pobreza, mantém as pessoas numa situação humilhante perante os outros. O que dá dignidade às pessoas é o trabalho com direitos: salários adequados à sua produção, horários de acordo com a lei, segurança e higiene, pensões e reformas dignas. Estas sim são as verdadeiras soluções comprovadas. Bem pode o Banco Alimentar contra a Fome, as associações de apoio aos pobres e excluídos, como os sem-abrigo, dar o seu melhor, que o seu contributo acabará mais por prejudicar os visados do que ajudá-los”.

(28.02.2014)

### 5.1.2. Estratégias de designação na construção da representação das pessoas em situação de sem-abrigo

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que as ideologias são expressas na e pela linguagem, pelo que a análise das diferentes formas de designação das pessoas em situação de sem-abrigo pode ajudar a perceber o tipo de representações das pessoas em situação de sem-abrigo que é construído (e divulgado) pelos média. A seleção de determinados lexemas para designar as pessoas em situação de sem-abrigo surge, deste modo, como uma dimensão primordial e central para perceber não só qual a representação das pessoas em situação de sem-abrigo, mas também quais as ideologias subjacentes a essa escolha.

Em geral, em Portugal, tanto nos média como nos círculos académicos e profissionais, o conceito mais comumente encontrado para designar as pessoas em situação de sem-abrigo é “sem-abrigo”<sup>77</sup>. No entanto, algumas interrogações se nos levantaram ao analisar a forma como o conceito aparece e é usado nas notícias alvo de estudo.

---

<sup>77</sup> Razão pela qual este foi o termo selecionado para servir de base ao trabalho de investigação.



### Foco nas questões habitacionais e na questão sem-abrigo como condição

O uso do termo “sem-abrigo” ganhou especial relevância, nos anos 80 do século passado, quando o foco para compreender o fenómeno era ainda muito voltado para as questões habitacionais<sup>78</sup>. Este aspeto é evidenciado nas notícias analisadas, já que a tónica é colocada na ausência de abrigo, nas vivências de rua e nas respostas/apoio de acolhimento, inexistindo (ou pelo menos ficando num plano secundário) outro tipo de necessidades que as pessoas em situação de sem-abrigo também têm, nomeadamente, ausência de cuidados médicos, psicológicos, sociais, educativos, formação profissional, que lhes permita lidar com a multiplicidade de causas ligadas à situação em que se encontram. De uma forma geral, pode dizer-se que **o conceito de “sem-abrigo” não aparece associado à multiplicidade de fatores envolvidos no fenómeno** (societais, estruturais, familiares, individuais, etc.) e tende a designar apenas a condição que a pessoa ocupa no momento, não se focando no processo, concebendo o fenómeno como um estado e não como uma situação transitória. A pessoa passa fome, não tem acesso a cuidados médicos básicos, apresenta carências alimentares e nutricionais profundas, não acede a atividades culturais e tem de despendar grande parte do seu tempo a tentar sobreviver, não tendo, nestas circunstâncias, os seus direitos humanos fundamentais assegurados. O termo sem-abrigo, nesta perspetiva, não evidencia esta multiplicidade de aspetos.

### Evidencia-se a “ausência” e reforça-se a mesma através do uso da dicotomia

Apesar do termo “sem-abrigo” ter a vantagem de colocar em evidência aspetos exteriores à responsabilidade dos próprios indivíduos, nomeadamente a falta de habitação, verifica-se que, de alguma forma, esta designação mantém, contudo, a nomeação da pessoa pela negativa, enfatizando-se, nas notícias alvo de estudo, a ausência de habitação, de domicílio, de meios de subsistência, de exercício de alguma profissão (embora tendo a capacidade de os realizar), etc.

<sup>78</sup> Em Inglaterra: *The Housing Act (1977, 1996 e 2002)* define pessoa em situação de sem-abrigo como aquela que não possui o direito legal ou se encontra impedida de ocupar uma casa de forma segura e com razoável conforto.

Ou seja, as pessoas tendem a continuar a ser designadas pela negativa, pela ausência de algo. Gaboriau & Terrole (2007: p. 27) chegam mesmo a colocar a questão: *Um grupo particular pode ser definido em função da presença ou ausência de um bem material? A ausência de teto ou de um acolhimento é apenas um símbolo de uma situação de miséria, precariedade e desumanidade mais geral, e estes aspetos não são evidenciados pelo uso do termo sem-abrigo.*

*“O carácter ridículo de uma tal concepção sobressai se falamos dos/as “sem-carro”, das/os “sem-televisão” ou dos/as “sem-micro-ondas”<sup>79</sup>.*

*(Gaboriau & Terrole, 2007: p. 27)*

Esta questão de se definir as pessoas em situação de sem-abrigo pela ausência de algo ganha especial realce ao se enfatizar a diferenciação entre as pessoas em situação de sem-abrigo das que têm abrigo, indiciando as que estão dentro e fora de um espaço social, acentuando-se uma visão dicotómica e estática entre "nós" (endogrupo) e "eles/elas" (exogrupo) e de como a esta polaridade são atribuídas características diferenciadas.

Entende-se, aqui, por “dicotomia”, uma divisão na qual o campo não é considerado como um todo, com partes diferentes, mas interconectadas; mas sim como um conjunto diverso de forças que não se relacionam e/ou competem entre si. O pensamento dicotomizado tende a ser intolerante para com a diversidade (Yontef, 1993, p. 34).

**“Os sem-abrigo” é um termo semântico que ativa o pressuposto da existência de uma diferenciação de grupos sociais diferentes**, ou seja, definem-se determinados indivíduos como “classe” através de uma generalização, sendo que os membros do grupo são categorizados por classificação através da pertença a esse grupo. Nessa representação, portanto, **reconstrói-se a clivagem entre o “nós”, que opera uma ação no mundo, e “os sem-abrigo”, que não fazem parte do grupo representado como “a maioria das pessoas”.**

---

<sup>79</sup> “Le caractère ridicule d’une telle conception ressort si l’on parle des ‘sans voiture’, des ‘sans-télévision’, ou des ‘sans-four à micro-ondes’”.

Assim, as associações predicativas para com as pessoas em situação de sem-abrigo sugerem uma imagem simples e simplificadora, para além dessa imagem/representação ser ela própria estereotípica desse grupo no seu todo, considerando-se o exogrupo (“eles/elas”) como homogéneo.

“Mais terrível de que qualquer muro, pus grades altíssimas a demarcar o jardim do meu ser, de modo que, vendo perfeitamente os outros, perfeitissimamente eu os excluo e mantenho outros!”.

Pessoa., Livro do Desassossego, p. 121)

A título de exemplo, numa notícia o diretor de uma escola privada identifica as virtudes dessa escola pelo facto da mesma promover voluntariado, referindo que a escola tem projetos com bairros de Ramalde e Campinas, com pessoas em situação de sem-abrigo e assegurando que isso é uma marca do seu projeto educativo.

"Permite que os nossos alunos tenham contacto com realidades que **não são** do seu patamar social, mas que, também por isso, é importante que a conheçam".

(DN,15.10.2010)

Os argumentos usados pela positiva podem, à partida, não parecer discriminatórios, mas enfatizam uma posição dicotómica entre diferentes patamares sociais: o patamar dos e das estudantes do seu colégio e o patamar das pessoas em situação de sem-abrigo dos bairros de Ramalde e Campinas. Este exemplo torna-se mais preocupante quando ao patamar dos e das estudantes do colégio são atribuídas características de solidariedade e de caridade enquanto as pessoas do patamar “sem-abrigo” são descritas como agentes passivas de receção de apoio.

No geral, nas notícias analisadas, **o endogrupo é apresentado como democrático, heterogéneo, tolerante, solidário, civilizado, respeitador da lei e dos regulamentos, e o exogrupo (pessoas em situação de sem-abrigo) como pessoas aproveitadoras, pouco agradecidas, passivas e/ou responsáveis pela sua própria miséria.** Ou seja, a fronteira é reforçada através de representações binárias com conotações distintas e antagónicas.

### Outras designações encontradas

Relativamente à nomeação das pessoas em situação de sem-abrigo, convém ainda fazer uma referência a outras designações que foram encontradas nas notícias analisadas.

Fairclough (2001) evidencia que a análise do léxico tem sentido político, pelo que também devem ser observadas na sua significação política e são essas significações que são aqui um pouco aprofundadas.

| Termos                 | Frequência | Etimologia   | Traços semânticos associados <sup>1</sup>   |
|------------------------|------------|--|---|
| Indigente              | 14         | Do Latim <i>indigens, entis</i> , que significa “tem falta de, necessitado”, pretendendo identificar aqueles indivíduos “que vivem em indigência, sem condições de suprir suas próprias necessidades”.   | Que ou aquele que vive na indigência;<br>Pobre.   |
| Marginal               | 15         | Do Latim “ <i>margo</i> ”, que significa <i>margem</i> , tentando descrever aqueles indivíduos que se encontram à margem da sociedade ou confinados a uma condição social inferior.  | Que está à margem, assunto, questão, aspeto de importância secundária   |
| Mendigo/a e/ou pedinte | 28         | Do latim <i>mendicus</i> , que procede de <i>mendum</i> e significa defeito físico, o que poderá estar relacionado com o facto de os primeiros indivíduos mendigos não poderem trabalhar por apresentarem deficiência física. Articulação próxima com <i>mendax</i> , que significa falso/a e mentiroso/a. Nesta perspetiva mendigo/a poderia ser alguém “ <i>apto para ganhar a vida pelo trabalho</i> ”, mas que não o faz.  | Mendigo<br>Aquele que pede esmola para viver<br><b>Mendiga</b> (não foi encontrado o termo)<br>Pedinte<br>Que ou aquele que pede esmola;  |
| Vadio/a                | 1          | Do Latim <i>Vagativus</i> , significa “andar sem destino” e de <i>Vagare</i> que significa “ <i>andar sem propósito</i> ”, sendo que esta condição era atribuída aos indivíduos que, embora capazes, não queriam trabalhar, entregando-se à “malandrice”.  | Vadio<br>Que ou aquele que não tem ocupação ou que não faz nada (ocioso, tunante, vagabundo)<br>Que ou aquele que não gosta de trabalhar ou de se empenhar (malandro)<br>Vadia<br>Mulher que se comporta de modo considerado devasso ou amoral.   |
| Vagabundo/a            | 6          | Do Latim <i>vagabundus</i> , que significa, também, pessoa que anda sem destino. É composta por <i>vagus</i> , do verbo <i>vagari</i> (errar, andar ao léu) e o sufixo <i>bundus</i> (propenso a, cheio de) e começou a ser utilizada no século XIV. Intenta designar alguém que vaga pelo mundo e, mais recentemente, no século XV, surge como sinónimo de “vagamundo”, ou seja, “aquele que percorre o mundo sem finalidade determinada, um ser errante e errático, sem rumo fixo. | Vagabundo<br>Que ou quem vagabundeia ou tem vida errante (nómada)<br>Que ou aquele que não tem ocupação ou que não faz nada (ocioso, tunante, vadio)<br>Que é pouco constante (inconstante, volúvel)<br>Depreciativo, que tem pouca qualidade (ordinário)<br>Vagabunda<br>Depreciativo, mulher que se comporta de modo devasso ou amoral. |

**QUADRO 27 - TERMOS USADOS PARA IDENTIFICAR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO, FREQUÊNCIA, ETIMOLOGIA E TRAÇOS SEMÂNTICOS ASSOCIADOS**

a) in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (consultado em setembro de 2016).

Ainda que não sejam usados de forma sistemática e reiterada (já que o seu uso nas notícias analisadas não é significativo em termos estatísticos), o uso destes termos surpreende por três motivos:

- ✚ A insistência neste tipo de terminologia tem persistido ao longo de vários séculos. Bronislaw Geremek (1988) destacou que os conceitos usados na literatura medieval (entre séculos XV e XVII) eram: “pobre”, “mendigo/a”, “vadio/a”, “vagabundo/a”, “marginal”, designações que tinham em comum o facto de se referirem a pessoas reconhecidas como uma amálgama social de traços negativos “inerentes” aos próprios sujeitos. Assim, o uso, em finais do século XX, princípios do século XXI deste tipo de terminologia pode estar a contribuir para perpetuar uma conotação negativa dos indivíduos que se encontram nessa situação;
- ✚ Apelidar um grupo de “sem-abrigo” ou vagabundo/a / vadia/o não será apenas o resultado de uma categorização que contém um forte carácter avaliativo, mas é também, e sobretudo, uma posição ideológica, que traduz a posição do/a falante e do grupo a que ela/ele pertence;
- ✚ Parece indiciar que as discussões académico-profissionais sobre a forma mais adequada de identificar as pessoas em situação de sem-abrigo não afeta os média, na medida em que expõem diferentes conceitos como se de termos semelhantes e idênticos se tratassem.

### 5.1.3. Estratégias de omissão na construção da representação das pessoas em situação de sem-abrigo

#### Ausência de conceitos com conotação mais humana e positiva

“The ideological nature of discourse in general, and of news discourse in particular, is often defined by the unsaid”<sup>80</sup>.

(Van Dijk, 1986, p. 178)

<sup>80</sup> “A natureza ideológica do discurso em geral e das notícias em particular é na maior parte das vezes definida pelo que não é dito”.

A designação das pessoas em situação de sem-abrigo faz-se ainda através da omissão de determinadas características que poderiam associar as pessoas em situação de sem-abrigo a uma valência positiva ou descrevê-las de forma mais “humana”.

Relativamente à ausência de atributos positivos refira-se que não foram encontradas notícias que associassem as pessoas em situação de sem-abrigo a conceitos como o de coesão social/participação/cidadania e/ou a aspetos de resiliência, aspetos estes que poderiam constituir atributos positivos atribuídos às pessoas em situação de sem-abrigo.

Igualmente, verifica-se a omissão de determinados termos que eventualmente poderiam fazer a alusão à condição humana das pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente, o uso do termo pessoa, cidadão, cidadã, termos estes que poderiam diluir a distinção entre o endo e o exogrupo e ainda apelar para a vertente de pessoas, todas elas merecedoras dos mesmos direitos.

Poderá mesmo afirmar-se que as notícias, de alguma forma, podem ter o efeito de silenciar e deslegitimar as pessoas em situação de sem-abrigo, persuadindo as pessoas que leem as notícias, de que o Estado investe muito dinheiro a apoiar as pessoas em situação de sem-abrigo, de que as instituições de solidariedade fazem um excelente trabalho e de que as ações de caridade são o suficiente para se lidar com o fenómeno. Não remetendo, desta forma, a questão sem-abrigo para uma violação grave dos direitos humanos fundamentais e para as limitações da própria intervenção que é levada a cabo.

### Ausência do conceito de vítima quando as pessoas em situação de sem-abrigo morrem ou são assassinadas

Em sentido contrário, verifica-se um elevado número de notícias que relatam assassinatos de pessoas em situação de sem-abrigo e crimes contra elas cometidos em que a palavra vítima não aparece.

A palavra vítima vem do latim *victima* e designa o indivíduo que é sacrificado nos seus interesses, que sofre um dano ou é atingido por um qualquer mal. Em criminologia esta expressão pretende indicar o sujeito passivo de um crime<sup>81</sup>.

As notícias que relatavam numerosos óbitos, entre as pessoas em situação de sem-abrigo, apresentavam três aspetos centrais:

- ✚ Primeiro, os dados apresentados não são oficiais<sup>82</sup>;
- ✚ Segundo, as causas apresentadas relacionavam-se diretamente com a situação de sem-abrigo, seja por motivos relacionados com condições atmosféricas adversas (ex.: hipotermia) ou por agressões sofridas por terceiros (ex.: assassinatos e outros crimes cometidos contra pessoas em situação de sem-abrigo);
- ✚ Terceiro, as notícias são apresentadas como “dramas” nacionais e humanos, mas apenas quando os mesmos têm lugar, não se tendo identificado notícias ao nível da prevenção fora dos períodos considerados de risco (inverno).

Assistiu-se ainda à existência de notícias em que as pessoas em situação de sem-abrigo foram “barbaramente assassinadas”, sendo a voz contemplada nas notícias a que defende os alegados indivíduos homicidas e o lexema *vítima* não é enunciado.

“O mais velho dos adolescentes chegou às 10.30 ao TIC e saiu por volta das 20.00 **banhado em lágrimas** e com um capuz a esconder a face, enquanto entrava no carro da Polícia Judiciária. **Tudo sob o olhar e as lágrimas do pai**, a quem foi permitido um contacto com o filho antes do transporte para a prisão. O pai recusou falar aos jornalistas.

(DN, 25.02.2006)

Esta situação diz respeito ao assassinato de Gisberta. Os jovens envolvidos, segundo informação veiculada pelos média, terão atirado pedras, dado pontapés, pauladas, violaram a vítima com um pau e atiraram-na para um poço, onde acabou por morrer por afogamento.

<sup>81</sup> De destacar que a Decisão-quadro do Conselho da União Europeia de 15 de março de 2001 considera “[Vítima de crime] a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado á sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, diretamente causadas por ações ou omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado-Membro”.

<sup>82</sup> Por exemplo, no âmbito deste estudo não foi possível obter informação sobre o número de pessoas em situação de sem-abrigo que morreram, em Portugal.



Isto tudo durante mais de 48 horas em que nenhum dos 13 indivíduos se mobilizou para lhe prestar apoio. Contudo a notícia apresenta a perspetiva de pessoas próximas aos alegados homicidas, conferindo-lhes características infantis (“meus meninos”), que remetem para uma desculpabilização dos atos bárbaros.

De acordo com o estudo “Um crime de ódio chamado Gisberta: uma abordagem crítica e interseccional sobre os conteúdos da imprensa em Portugal” (Fagundes, 2017, p. 22), os discursos da imprensa, relativamente a este caso específico, tenderam a desculpabilizar e atenuar os atos levados a cabo pelos jovens e tenderam a desconsiderar e despersonificar a vítima.

### As mortes das pessoas em situação de sem-abrigo

“Ainda ontem morrer um era uma tragédia e hoje é banalidade evaporar-se um milhão”.

(Saramago, J. in Memorial do Convento, p. 281)

Através dos exemplos apresentados, percebe-se que quando se fala pode-se destacar determinado/a interveniente/ação ou, pelo contrário, omitir/ignorar essa pessoa/grupo ou comportamento.

“Sempre que temos um processo, teremos vários participantes desempenhando um papel na sua realização”.

(Rojo, 2005: p. 233)

**Relativamente às mortes de pessoas em situação de sem-abrigo pode afirmar-se que mesmo quando são tema de notícia (de forma geral e abstrata), esta continua a omitir as pessoas (reais e concretas) que morreram.**

Um exemplo foi encontrado numa notícia em que se descrevia (de forma “distante” e abstrata) a morte de cerca de 360 pessoas em situação de sem-abrigo, por hipotermia e em que ao fazer-se referência ao alegado estado de embriaguez dessas pessoas, colocou-se a situação fora da responsabilidade do Estado.

"Cerca de 360 pessoas morreram de hipotermia na Europa devido à vaga de frio que atinge o continente há dez dias, de acordo com autoridades de vários países. As temperaturas mais baixas (cerca de 24 graus negativos) foram registadas na última noite no nordeste da Polónia. **As vítimas são maioritariamente sem-abrigo, frequentemente em estado de embriaguez**".

(DN, 06.02.2012)

Mesmo quando morrem por hipotermia, as pessoas em situação de sem-abrigo são responsáveis pela sua própria morte.

No exemplo seguinte as pessoas em situação de sem-abrigo foram vítimas de abuso por parte de empresa privada, mas a situação não é explicitada como se de um abuso se tratasse, mas antes como uma iniciativa que pretende dar visibilidade às pessoas em situação de sem-abrigo.

"**Uma empresa de publicidade pôs treze vagabundos a fazerem de antenas para a Internet.** Quem quiser *wi-fi* dá-lhes dois dólares e pode navegar ao pé deles durante um quarto de hora. Boas almas incomodaram-se com a exposição dos vagabundos e a agência de publicidade explicou-se bem: ela queria tirar a invisibilidade aos sem-abrigo".

(DN, 15.03.2012)

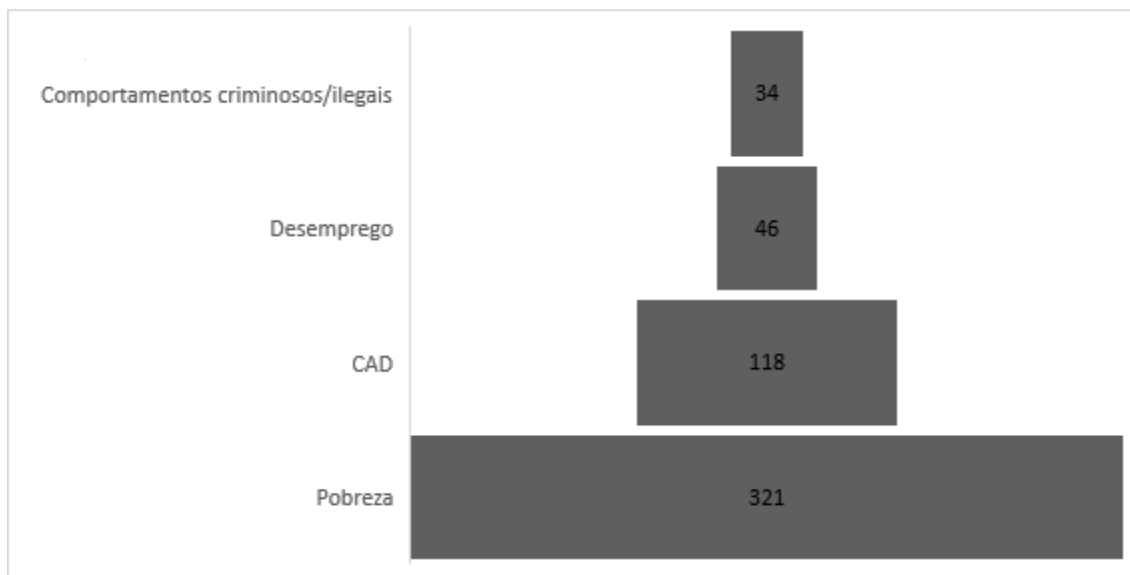
## Grupos invisíveis

**Em termos de omissão, também se verificou a quase inexistência de referências a pessoas em situação de sem-abrigo** crianças, jovens, mulheres<sup>83</sup> e famílias, o que, de alguma forma, corrobora os dados de alguns estudos nesta área (FEANTSA) que referem que os média tornam invisíveis certos segmentos da população, contribuindo para uma visão estereotipada das pessoas em situação de sem-abrigo.

### 5.1.4. Estratégias associativas na construção da representação das pessoas em situação de sem-abrigo

Nesta análise reportamo-nos à simultaneidade ou “co aparição” de diferentes termos relacionados às pessoas em situação de sem-abrigo, no seio de uma mesma notícia, os quais foram:

<sup>83</sup> No geral as mulheres são tornadas invisíveis no fenómeno sem-abrigo e quando aparecem são rotuladas de “prostitutas”.



**GRÁFICO 5 - CARACTERÍSTICAS ASSOCIADAS À SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO**

(Nota: CAD refere-se a “Comportamentos Aditivos e Dependências”)

De salientar que, de uma forma geral, pode dizer-se que o fenómeno sem-abrigo é uma questão complexa. Como tal, uma primeira impressão é a de que **as associações simples encontradas, nas notícias, entre as pessoas em situação de sem-abrigo e determinados fatores isolados, não parecem providenciar uma compreensão abrangente do mesmo.**

### Pobreza

De forma significativa e consistente, as pessoas em situação de sem-abrigo aparecem tipicamente associadas à **pobreza**. A associação entre fenómeno sem-abrigo e pobreza enquadra-se nas explicações tradicionais desta questão (ênfase nas questões sociais), evidenciando os aspetos estruturais do fenómeno. No entanto, os discursos que relacionam a questão sem-abrigo à pobreza apresentam uma particularidade: focam a pobreza, no atual contexto de políticas neoliberais, defendendo a ação mínima do Estado e maximizando a autonomia dos indivíduos.

Este tipo de discurso tende a colocar o foco positivo na autossuficiência e o foco negativo na dependência de apoio, pelo que nesta perspetiva as pessoas em situação de sem-abrigo são facilmente encaradas como “dependentes do Estado e das instituições”, “preguiçosas”, “ociosas”, “que não querem trabalhar nem fazer nada”<sup>84</sup>. Ao fazê-lo colocamos, mais uma vez, o foco nas pessoas em situação de sem-abrigo e não nas relações entre as pessoas em situação de sem-abrigo e as instituições com as quais se relacionam, o que poderá contribuir para ocultar os processos de desigualdades que perpassam a nossa sociedade e que podem conduzir eles próprios ao fenómeno sem-abrigo.

Adaptando o “paradoxo epistemológico” de Paugam (1991) relativamente à pobreza, poder-se-ia afirmar que para explicar a questão sem-abrigo temos de designar as pessoas em situação de sem-abrigo e fazemo-lo a partir da distância a determinados padrões sociais, os quais se baseiam em valores de sucesso/insucesso que concorrem eles próprios para legitimar a realidade que contribui para a existência de pessoas em situação de sem-abrigo.

Neste ponto que se refere à associação entre as pessoas em situação de sem-abrigo e pobreza, é de referir ainda que também foram encontradas associações entre a situação de crise e o alegado aumento de pessoas em situação de sem-abrigo. Estas mensagens podem remeter para duas ideias contraditórias entre si, mas que, em geral, nas notícias alvo de estudo, coabitavam:

- ✚ Por um lado, encarando-se a pobreza como algo inevitável, com o fundamento de que durante toda a história da humanidade sempre existiram pessoas pobres, é legitimada a existência de pessoas em situação de sem-abrigo;
- ✚ Por outro lado, os discursos focam a questão sem-abrigo como estando associada à “crise”, ou seja, a algo pontual, à “nova pobreza”, tornando a questão conjuntural e não estrutural.

---

<sup>84</sup> Expressões usadas por voluntários/as no âmbito do trabalho de campo.

Outra possível consequência da associação entre pessoas em situação de sem-abrigo e pobreza é ainda a ocultação de todas as pessoas que vivem em situações de trabalho precário e com baixos salários, dos indivíduos reformados com pensões extremamente baixas, isto é, nas muitas pessoas que vivem diariamente uma situação de pobreza, dificuldade e miséria, apesar de não se encontrarem “na rua”.

### Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD)

De seguida verifica-se que frequentemente as pessoas em situação de sem-abrigo são associadas a **comportamentos aditivos e dependências (CAD)**, seja através da associação ao consumo/abuso de drogas ilícitas, como ao consumo/abuso de drogas lícitas, como é o caso do álcool, o que parece indiciar que de todas as características/atributos que uma pessoa pode ter, a mais importante é o facto de ter um problema de alcoolismo/toxicodependência, aliás, é o facto de *ser* alcoólico/a ou toxicodependente. Esta associação coloca a atenção das leitoras e dos leitores em duas facetas:

- Os comportamentos aditivos e dependências como causa potencial da situação de sem-abrigo, ou seja, as pessoas em situação de sem-abrigo como responsáveis pela própria situação em que se encontram;
- Os comportamentos aditivos e dependências como obstáculo ao apoio prestado pelas instituições, isto é, as pessoas em situação de sem-abrigo como optando por consumir em vez de cumprirem as regras das instituições que as apoiam;
- Os comportamentos aditivos e dependências como potenciadores de comportamentos agressivos, violentos e até criminosos, justificando, desta maneira, o controlo, o policiamento sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, de forma a garantir a segurança da sociedade.

No que respeita à associação entre as pessoas em situação de sem-abrigo e **desemprego**, as descrições são reiteradamente feitas através da referência às pessoas em situação de sem-abrigo como “não trabalhando” e/ou “não tendo emprego”.

Mais uma vez se coloca o problema na esfera individual, reforçando a ideia de responsabilidade do indivíduo pela sua própria situação. Não foram encontradas notícias neste âmbito que enfatizassem a falta de emprego no geral, a alta taxa de desemprego existente em Portugal e em outros países, nem a falta de vontade das entidades empregadoras em facilitar emprego às pessoas em situação de sem-abrigo. Também não foram encontradas referências ao trabalho precário e/ou subemprego que muitas vezes as pessoas em situação de sem-abrigo desempenham. Este enquadramento mais geral poderia facilitar uma compreensão mais macro do próprio fenómeno.

### Comportamentos socialmente considerados desadequados, ilegais e/ou criminosos

As notícias apresentadas também relacionam, com alguma frequência, as pessoas em situação de sem-abrigo e **comportamentos socialmente considerados desadequados, ilegais e mesmo criminosos**, o que poderá também contribuir para a construção da imagem simbólica coletiva de desacreditar as pessoas em situação de sem-abrigo. As notícias, tendencialmente, destacam atos de vandalismo, comportamentos de delinquência e mesmo atos criminosos ligados às pessoas em situação de sem-abrigo.

Neste caso, e em particular o uso dos termos *comportamentos aditivos e dependências (CAD)*, *desemprego* e *comportamentos socialmente considerados desadequados, ilegais e mesmo criminosos* trará à tona preconceitos que serão acrescentados às conotações já negativas do termo "sem-abrigo", reforçando a representação negativa das pessoas que sejam incluídas dentro desse grupo. Ou seja, não só a forma de designar as pessoas em situação de sem-abrigo é, por si só, estigmatizante como a própria caracterização e atributos das pessoas em situação de sem-abrigo é associada a um conjunto muito abrangente de características que têm peso negativo.

### 5.1.5. Como se representa o fenómeno sem-abrigo e as pessoas em situação de sem-abrigo?

As representações do fenómeno tendencialmente excluem as pessoas em situação de sem-abrigo: excluem as suas histórias de vida, omitem as suas vivências diárias, eliminam ainda aspetos relacionados com a própria história do fenómeno, com as causas e consequências do mesmo na vida de pessoas concretas. Igualmente nem sempre são retratados como pessoas, cidadãos, cidadãs, fazendo-se uso de representações impessoais. Geralmente não se faz uso da **nomeação** (uso de nomes próprios), usando-se mais a **categorização**. Em termos de categorização faz-se uso, essencialmente, da *funcionalização* (representadas em função da sua condição – sem-abrigo) e da *identificação* (do que são em termos de categorias – classe homogénea com características intrinsecamente negativas).

De salientar que estas representações são continuamente legitimadas, sendo que essa legitimação dos discursos é um processo discursivo que desempenha um papel fulcral na transmissão persuasiva e na implementação das representações sociais (Rojo, 2005: p. 249). Em termos das estratégias de argumentação, nas notícias analisadas, verificou-se o uso de argumentos que não induzem, à primeira vista, a suspeita de estereótipos discriminativos contra as pessoas em situação de sem-abrigo, pois são apresentados como ações positivas, necessárias e/ou dentro dos parâmetros da legalidade. Alguns casos típicos e recorrentes merecem aqui especial atenção.

**Questões de saúde/segurança pública** - Associação do fenómeno sem-abrigo com problemas no espaço público (incêndios, lixo, delinquência, violência...) remetendo a situação para uma questão de saúde ou de segurança pública.

**Questão policial e jurídica** – Coloca-se o foco, não na situação de miséria, mas em acontecimentos com carga violenta muito intensa. Estes acontecimentos já por si violentos são ainda dramatizados, continuados e repetidos, o que poderá contribuir, por um lado, para associar as pessoas em situação de sem-abrigo com violência e, por outro lado, para vulgarizar a própria violência associada à questão sem-abrigo e a necessidade do assunto ser tratado ao nível policial/jurídico.

**Quantificação** - Geralmente as estatísticas relativas à questão sem-abrigo apresentam duas características:

- ✚ Traduzem pouca informação porque as referências são feitas de forma abstrata e indefinida (ex.: “o número de sem-abrigo tem aumentado”, “assiste-se a uma mudança no perfil de sem-abrigo”) e veiculam a mesma informação reiteradamente desde há vários anos.

«Regista-se, atualmente em França um aumento preocupante de uma nova forma de pobreza. Paralelamente ao desenvolvimento da pobreza “tradicional”, [...] desenvolve-se, hoje, novas formas de pobreza até há pouco tempo desconhecidas» (Documento datado de 1958 que poderia ter sido escrito hoje ou em 1900, Gaboriau, 2003, p. 19).

- ✚ Os dados quantitativos apresentados são muito díspares (ex.: 696 pessoas sem-abrigo em Portugal (Censos 2011) *versus* 4.420 pessoas beneficiárias de processos ativos de sem-abrigo (ISS, I.P., 2013).

Desta forma, tem-se feito uso da quantificação como um mecanismo de objetificação que evoca uma representação impessoal e desumanizada do fenómeno, “numeralizando” e “quantificando”, o que tem contribuído para que as pessoas sejam reportadas como números, tendendo à abstração e à despersonalização, ao invés de contribuir para a compreensão do fenómeno e consequente intervenção.

## Resumo

- ✚ A representação do fenómeno sem-abrigo, nos média, parece caracterizar-se pela ausência de uma política editorial, na medida que as notícias correspondem, essencialmente, a circunstâncias sazonais relacionadas essencialmente com condições atmosféricas adversas, apoio em crise/emergência e festas de solidariedade durante a época natalícia;
- ✚ Os conteúdos são generalistas, não se focando nas trajetórias de vida dos sujeitos em situação de sem-abrigo e as vozes são na sua maioria de *experts*;



- ✚ As circunstâncias em que aparecem as vozes das pessoas em situação de sem-abrigo servem para legitimar o trabalho levado a cabo pelas instituições que prestam apoio na área;
- ✚ O uso do termo sem-abrigo para designar as pessoas em situação de sem-abrigo mantém o foco na ausência de habitação, define as pessoas pela ausência de algo, acentua uma visão dicotómica entre o “nós” e o “eles/elas” e a esta polaridade atribui-se características diferenciadas (positivas ao endogrupo e negativas ao exogrupo);
- ✚ A designação das pessoas em situação de sem-abrigo faz-se ainda através da omissão de determinadas características que poderiam associar as pessoas em situação de sem-abrigo a uma valência positiva ou descrevê-las de forma mais “humana”;
- ✚ Apesar de o fenómeno sem-abrigo ser considerado uma questão complexa, aparece, nos média, reiteradamente associado não só à pobreza, mas a comportamentos aditivos e dependências, desemprego e a comportamentos socialmente considerados desadequados, ilegais e mesmo criminosos;
- ✚ Finalmente, as estratégias de legitimação destes discursos passam por questões de saúde/segurança pública, jurídico/policiais e de quantificação/numeralização.

## 5.2. O que se faz...

"A vida na rua é um universo dominado e regido pela ineficácia das instâncias públicas do Estado e por um conjunto de poderes institucionais que, de forma consciente ou não, transformam o discurso".

(Gaboriau & Terrole, 2007, p. 29)

Neste capítulo tentar-se-á descrever e caracterizar as práticas de intervenção social no âmbito da questão sem-abrigo. Para atingir o propósito referido analisou-se uma política específica no âmbito deste fenómeno: Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em situação de Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015 (ENIPSA)

Esta visou a criação de condições para que ninguém tivesse de permanecer na rua por falta de alternativas, e, sobretudo, assegurar a existência de condições que garantissem a promoção da autonomia através da mobilização de todos os recursos disponíveis, de acordo com o diagnóstico e as necessidades individuais, com vista ao exercício pleno da cidadania.

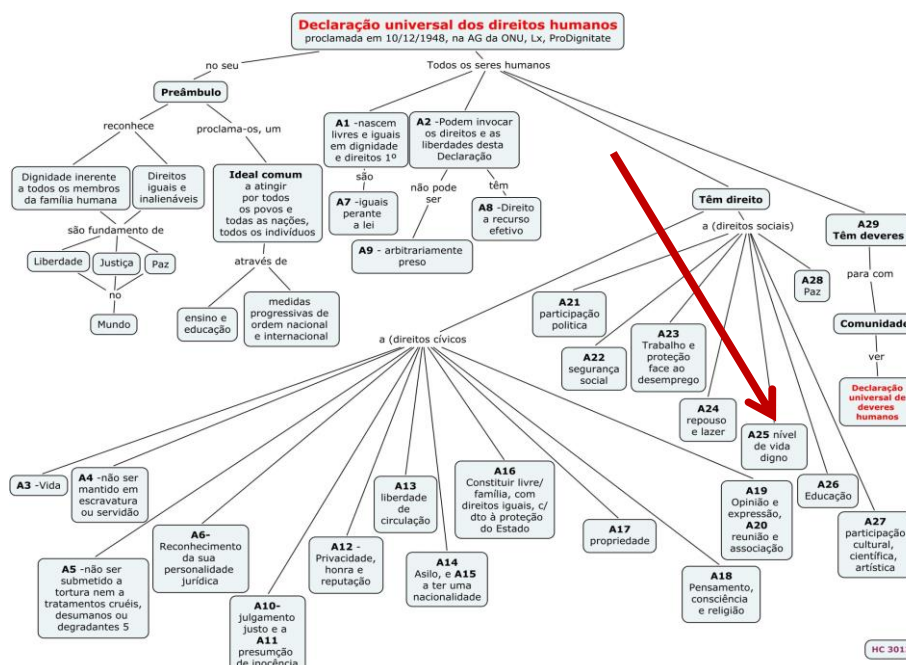
A ENIPSA durante o seu período de vigência foi coordenada pelo Instituto de Segurança Social (ISS, IP) e dela faziam parte várias entidades públicas e privadas<sup>85</sup>. Esta Estratégia foi apresentada publicamente a 14 de março de 2009, e nasceu enquadrada em três aspetos fundamentais:

- ✚ No reconhecimento do direito a um nível de vida condigno;
- ✚ No reconhecimento da complexidade e multidimensionalidade do fenómeno;
- ✚ Nos Planos Nacionais

<sup>85</sup> Faziam para da ENIPSA as seguintes entidades: **ENTIDADES PÚBLICAS** Ministério da Administração Interna – GNR e PSP; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Ministério da Defesa Nacional – Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar; Ministério da Educação e Ciência – Direção-Geral da Educação; Ministério da Economia – Instituto do Emprego e Formação Profissional e Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Ministério da Justiça – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Ministério da Saúde – Direção-Geral da Saúde e Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências; Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Direção-Geral da Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Presidência do Conselho de Ministros – Comissão para Cidadania e a Igualdade Género, Alto Comissariado para as Migrações e Instituto Nacional de Estatística; Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP); **ENTIDADES PRIVADAS** Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS); Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais (FNERDM); Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN); União das Misericórdias Portuguesas (UMP); Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS).

## Reconhecimento do direito a um nível de vida condigno

A Estratégia parte do reconhecimento do direito de cada pessoa a um nível de vida condigno, tal como está consignado na **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948) (art.º 25, n.º 1) (vide figura 1) e do acesso aos direitos sociais previstos em instrumentos internacionais, Europeus e nacionais, nomeadamente no que diz respeito ao direito à habitação:



**FIGURA 15 – MAPA CONCEPTUAL DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

A ENIPSA fundamenta-se ainda no **Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais** (1966) (art.º 2.º, 3.º, 11.º), na **Carta Social Europeia** (1961) (art.º 31º); e na **Constituição da República Portuguesa** (1976) que preconiza o direito à habitação (art.º 65º, alínea 1):

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

### **Reconhecimento da complexidade e multidimensionalidade do fenómeno**

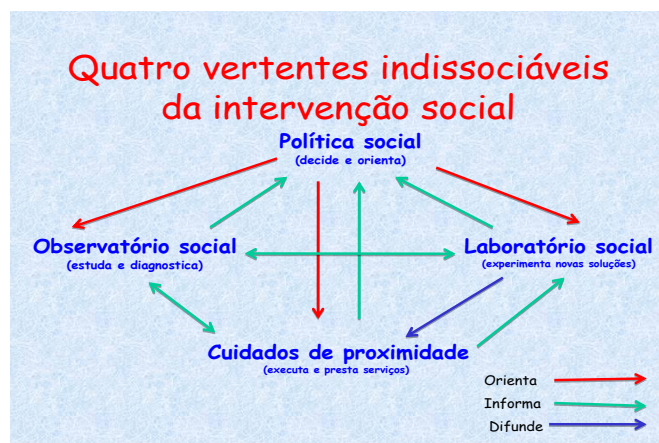
Houve a tomada de consciência da existência de um problema e da insuficiência de conhecimento atualizado sobre o mesmo, da deficiente resposta ao problema, resultante, em parte, da falta de articulação entre as respostas existentes e da necessidade de consensualizar um tipo de resposta que potenciase os recursos existentes, públicos e privados, evitando, ao máximo, a possibilidade que os mesmos pudessem vir a ter efeitos perversos, nomeadamente de manutenção e persistência do fenómeno.

### **O desafio dos Planos Nacionais**

Na sequência das decisões tomadas no Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, os Estados-Membros da União Europeia aceitaram o desafio de lutar contra a pobreza e exclusão social, tendo passado a ser definidos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI), com o objetivo de criar políticas destinadas a evitar situações de exclusão social, nomeadamente no que se refere a casos de sobre-endividamento, exclusão escolar ou perda de habitação.

Convém ainda fazer referência, em termos de quadro normativo, que em 2011 foi criado o Programa Nacional de Reformas Portugal 2020 em que se considera prioritário garantir uma rede coerente de mínimos sociais, promovendo a inclusão ativa, prevenindo e reduzindo a pobreza dos grupos especialmente vulneráveis, nomeadamente através da promoção e reinserção das pessoas em situação de sem-abrigo.

Desta forma, analisou-se esta medida de política – ENIPSA - à luz do modelo de intervenção social de Carmo (2007, 2011- figura 8) que sugere classificar as ações de intervenção em quatro vertentes: laboratório social, observatório social, políticas públicas e serviços de proximidade.



**FIGURA 16 - VERTENTES DA INTERVENÇÃO SOCIAL**

Fonte: Carmo, H., 2011: 43

Tenta-se, aqui, perceber se a experiência de sete anos da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) deixou um rasto que permita às agências de intervenção social agir no domínio deste fenómeno e beneficiar desta experiência de modo sustentável.

### 5.2.1. ENIPSA e a ação de laboratório social

***A ENIPSA constituiu uma experiência inovadora no âmbito da questão sem-abrigo?***

As iniciativas de laboratório social têm, na sua essência, o intuito de operacionalizar serviços inovadores, assumindo-se, muitas vezes, como laboratórios para a experimentação de práticas e de políticas reformadoras (Bernardo, C., 2012: 125). Assim, pode afirmar-se que a ENIPSA pode ser considerada uma experiência inovadora por várias razões:

- ✚ Foi a primeira estratégia integrada, de dimensão nacional, na área do apoio às pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, apostando em políticas e medidas de intervenção multidimensionais (e não sectoriais) em consonância com o Método Aberto de Coordenação;

- + Foi também a primeira estratégia na área do apoio às pessoas em situação de sem-abrigo nos chamados “países do sul da Europa”. De salientar que a revisão feita pelos pares à ENIPSA identificou que a Estratégia, por si só, já representava *“uma mudança de paradigma na forma como a situação das pessoas sem-abrigo é tratada em Portugal”* (Comissão Europeia, 2010, p. 21);
- + Abordou três níveis de atuação: a prevenção junto de grupos de risco de forma a evitar situações de sem-abrigo decorrentes de despejos ou saídas institucionais, a intervenção direta em situação de rua e alojamento temporário e o acompanhamento após a reinstalação que deve ser alcançada no âmbito das redes sociais locais;
- + Implicou o envolvimento de várias entidades na fase de planeamento, implementação e monitorização, numa perspetiva de intervenção integrada, ou seja, contando com o envolvimento de todos os níveis do governo e agentes pertinentes;
- + Chamou a atenção para a necessidade de envolver e incluir as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo;
- + Colocou o foco na “promoção do conhecimento sobre o fenómeno” (eixo 1) que visava não só o conhecimento permanente do fenómeno que possibilitaria a troca de informação a nível local, a planificação a nível regional e as decisões de política a nível central, mas também na sensibilização e educação da comunidade em geral, de modo a contribuir para a mudança das representações sociais discriminatórias associadas a esta questão;
- + Enfatizou a necessidade de garantir a “qualidade, eficiência e eficácia a intervenção” (eixo 2) através da formação de pessoal técnico e dirigentes de respostas sociais e serviços de atendimento dos serviços públicos, com base na adoção de metodologias de intervenção integrada a partir de modelo específico; e na vertente do reconhecimento da qualidade das respostas dirigidas a pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo.

### 5.2.2.ENIPSA e ação de observatório social

#### ***Será que a ENIPSA permitiu a criação de uma massa crítica de conhecimentos que permite caracterizar e diagnosticar o fenómeno sem-abrigo em Portugal?***

Um Observatório pode ser encarado como um dispositivo, como um sistema de gestão de informação, dirigido a agentes sociais com responsabilidade a nível estratégico, executivo e operacional de forma a promover (Bernardo, 2012: 126):

- ✚ Eficácia do serviço;
- ✚ Recolha de informação sobre o objeto de estudo/intervenção;
- ✚ Elementos de suporte ao planeamento, avaliação e acompanhamento da intervenção;
- ✚ A visualização dos próprios contextos sociais;
- ✚ Uma base de dados estruturada com dados de natureza diferente (qualitativos e quantitativos).

#### Conhecimento do fenómeno

Um primeiro passo no âmbito da ENIPSA, que preconiza o uso da mesma como um observatório social no âmbito da questão sem-abrigo, foi a preocupação em proceder a um levantamento do número e perfil das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. Para o efeito, foram levados a cabo os seguintes levantamentos:

**2009** - Realização de um inquérito de caracterização da população sem-abrigo em Portugal (ISS, IP, 2005), que foi aplicado nas zonas onde o fenómeno tinha sido previamente diagnosticado como tendo maior expressão, nomeadamente Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal. O mesmo resultou na identificação de **2.133 situações**, 63% das quais sinalizadas em Lisboa e no Porto, com o seguinte perfil:

- ✚ Nacionalidade portuguesa (82%) e maioritariamente masculina (84%);
- ✚ Entre 30 e 49 anos (cerca de 60%) e isolados socialmente (83%);
- ✚ Grau de habilitações mais frequente o 1.º (31%) e o 2.º ciclo (23%) do ensino básico;

- ✚ As razões indicadas para a situação de sem-abrigo foram as ruturas familiares (33,1%), o desemprego/perda de emprego (22,3%);
- ✚ Como principal necessidade de apoio, foram identificadas as questões de toxicodependência (28%), alcoolismo (19%) e de saúde mental (11%), bem como a necessidade de ocupação (referida para cerca de 17% dos casos).

**2011** - No âmbito do regulamento europeu sobre os recenseamentos da população, mas também decorrente das necessidades nacionais de informação estatística, incluiu-se, pela primeira vez nos Censos 2011, a caracterização da população sem-abrigo, processo em que estiveram envolvidos o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP). De acordo com os Censos 2011 (Anexo 3) existiam, em Portugal, **696 indivíduos em situação de sem-abrigo**, sendo que esta população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina, com idade média de 43,5 anos, solteira, de nacionalidade portuguesa, predominantemente com Ensino Básico do 1.º ciclo completo e por estar concentrada nos concelhos de Lisboa, Porto e Faro.

**2013** - A partir da recolha e tratamento de dados através do Sistema de Informação da Segurança Social, verificou-se que, a 31 de dezembro de 2013, se encontravam registados na Segurança Social **4.420 beneficiários de processos ativos com situações de sem-abrigo**<sup>86</sup>, sendo que 3.344 eram homens e 1.076 eram mulheres.

**2014** – Enviado questionário a todos os NPISA para se aferir o número e caracterização da população sem-abrigo. Os resultados apontaram para **904 pessoas em situação de sem-abrigo** nos concelhos de Almada, Amadora, Aveiro, Cascais, Faro, Figueira da Foz, Montijo, Oeiras, São João da Madeira, Setúbal e Vila Nova de Gaia.

Realça-se, contudo, que não é possível fazer uma análise comparativa e longitudinal relativamente ao número de pessoas sem-abrigo de 2009 até à presente data, na medida em que foram usados conceitos de pessoas sem-abrigo distintos e lógicas teórico-metodológicas diferenciadas.

---

<sup>86</sup> Todos os elementos do agregado familiar mesmo os que não se encontram em situação de sem-abrigo.



Sobressai que a vertente de observatório social, para além de ter um papel significativo na recolha de dados sobre determinada realidade, exige também o desenvolvimento de um conjunto de atividades, designadamente no âmbito da formação, da produção e difusão de instrumentos e documentos técnicos e ainda de divulgação junto dos *média* e da população em geral. Desta forma, neste trabalho tentou-se, ainda, efetuar uma breve reflexão sobre estes aspetos, passando-se a explicar cada um deles.

### Formação a pessoal técnico

Uma área de natureza claramente transversal e que se deverá constituir como elemento estruturante de qualquer estratégia de intervenção, quer a nível nacional ou local, é a **promoção do conhecimento** sobre o fenómeno, quer no que se refere ao estudo da realidade das pessoas em situação de sem-abrigo, quer à utilização dessa informação em termos de estratégias de **sensibilização e educação**. A existência de um referencial de formação específica para intervenção, com a multidimensionalidade que a questão sem-abrigo apresenta, torna-se, por isso, premente e foi referenciado como uma prioridade no âmbito da ENIPSA.

Assim, um dos objetivos da ENIPSA era a elaboração de um referencial de formação, cuja estrutura já terá sido construída (GIMAE, 2012). No entanto, verifica-se que tal referencial de formação não terá sido levado a cabo durante o período de vigência da Estratégia, suscitando algumas dúvidas sobre o porquê da sua falta de operacionalização. Poderá eventualmente estar relacionado com questões financeiras? De facto, a publicação da Estratégia coincide com o início da crise económico-financeira em Portugal e com algumas medidas de contenção da despesa que, posteriormente, foram levadas a cabo.

Por outro lado, destaca-se que alguns Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (NPISA), de forma autónoma e independente, criaram ações de formação na área, mas essas ações não se encontravam harmonizadas a nível central, proliferando uma série de formações que não estavam enquadradas numa estratégia macro concertada.

Também se desconhece dados concretos sobre quais os NPISA que levaram a cabo tais ações de formação, os conteúdos específicos abordados e o número de pessoal técnico, alvo, bem como o impacto destas ações.

### Produção e difusão de instrumentos e documentos técnicos

Outra das preocupações essenciais da ENIPSA centrou-se na criação de uma definição de pessoa em situação de sem-abrigo que permitisse medir o fenómeno, numa base operacional, concreta, objetiva e uniformemente partilhada. Esse conceito foi criado, tendo sido baseado nas categorias operacionais da tipologia proposta pela FEANTSA (2014) e utilizada por outros países europeus, com vista à facilidade da sua aplicação e operacionalização.

Considera-se Pessoa Sem-Abrigo<sup>87</sup> aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

**Sem Teto** – vivendo no espaço público (jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes), alojada em abrigo de emergência (equipamento que acolha de imediato gratuitamente e por períodos de curta duração pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita) ou com paradeiro em local precário (carros abandonados, vãos de escada, entrada de prédios, fábricas e prédios e casas abandonadas);

**Sem Casa** – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito (corresponde à resposta social da nomenclatura da Segurança Social designada por Centro de Alojamento Temporário.

Tentou-se com esta medida constituir uma base operacional para a definição de medidas de combate ao fenómeno, que se pretende atuem a montante e a jusante do mesmo, de forma a intervir, não só sobre a situação das pessoas que se enquadram nesta definição, mas sobre todas aquelas que se encontram em situação de risco. Este conceito deveria ser utilizado a nível nacional por todas as entidades públicas e privadas, para efeitos de contabilização e caracterização das pessoas sem-abrigo e como base para a apresentação de medidas inseridas nos planos de desenvolvimento social das redes sociais concelhias.

<sup>87</sup> Devem ser incluídas todas as situações de estrangeiros que correspondam a todas as outras condições, independentemente da situação de regularização em que se encontrem no país (situação irregular, visto de curta duração; autorização de residência temporária ou permanente).

A disseminação do conceito aprovado começou a ser efetuada, em 2009, através de reuniões e encontros de trabalho, realizados a nível interno por cada uma das entidades representadas no Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE) e ainda a nível externo. O nível interno de difusão do conceito e da Estratégia traduziu-se em várias atividades de divulgação, como encontros, reuniões de trabalho, orientações técnicas, circulares normativas, planos de comunicação interna e publicação/divulgação em artigos de revistas próprias, *newsletters* e nos sites de cada uma das entidades. O nível de comunicação externo processou-se em diferentes contextos - reuniões das Plataformas Supraconcelhias, seminários dedicados ao tema sem-abrigo e encontros de trabalho com as redes sociais.

No entanto, verifica-se que, de forma geral, este conceito atualmente é utilizado de forma mais frequente pelas próprias entidades parceiras da ENIPSA, podendo afirmar-se que o mesmo ainda não se encontra difundido a nível nacional de forma expressiva e generalizada.

Para além da plataforma comum em termos de conceito, a ENIPSA também propôs uma **metodologia de intervenção e acompanhamento integrado** que pressupunha a articulação entre os diferentes serviços locais e a promoção e a garantia da eficiência e da eficácia da intervenção, rentabilizando os recursos existentes na comunidade com base na aplicação das medidas e programas existentes das várias áreas de ação, de forma integrada e centrada na pessoa em situação de sem-abrigo (GIMAE, 2010). Nesse sentido foram criados alguns subgrupos de trabalho que tinham como tarefa a criação de instrumentos a utilizar no âmbito do modelo de intervenção e acompanhamento proposto na Estratégia. Foi criada uma **Ficha de sinalização** e um **guião operativo com indicadores de risco** que foi incluído no sistema da rede social.

De destacar que essa bateria de variáveis foi construída tendo por base uma recomendação a nível europeu (Projeto MPHASIS<sup>88</sup>) e permitiu alguma uniformidade relativamente a alguns indicadores considerados basilares, permitindo obter, periodicamente, dados sobre o número e perfil de pessoas em situação de sem-abrigo identificadas, apoiadas e acompanhadas pelos 14 NPISA, que correspondem a áreas geográficas onde o fenómeno será mais expressivo.

### Divulgação

Um outro meio de perceber se a ENIPSA tem deixado algum rasto é analisar a sua divulgação a nível nacional, junto de pessoal técnico, dos *média* e da sociedade em geral. Com efeito, como indica Carmo (2008:271), *a informação pode morrer no silêncio dos gabinetes técnicos e políticos ou, pelo contrário, ser replicada pelos diferentes meios de comunicação social de modo a alcançar os diversos segmentos da opinião pública.*

### Artigos/Publicações

De acordo com as informações constantes nos relatórios elaborados no âmbito da ENIPSA, verificou-se a publicação de alguns textos/artigos no âmbito da Estratégia, tanto a nível nacional como europeu e que se passam a explicar no quadro que se segue:

---

<sup>88</sup> *Mutual Progress on Homelessness through Advancing and Strengthening Information Systems*

| Ano  | Entidade  | Contexto   |
|------|---|--|
| 2009 | FEANTSA<br>(Federação Europeia de Entidades que trabalham sobre sem-abrigo) | Site da FEANTSA - inclusão da ENIPSA   |
|      |   | Handbook – texto sobre regras de construção da ENIPSA  |
|      |   | Artigo sobre enquadramento da Estratégia   |
|      |   | Artigo de Isabel Baptista in “European Journal of Homelessness”  |
|      | Projeto MPHASIS   | Texto sobre Estratégia   |
|      | ISS, IP   | Artigo para revista “Pretextos”  |
|      | SCML  | Artigo para revista “Cidade Solidária”   |
| 2012 | CAIS  | Relatório redigido por Henrique Pinto sobre “A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo”  |
| 2013 | European Observatory on Homelessness  | Artigo de Isabel Baptista sobre a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo “The First Portuguese Homelessness Strategy: Progress and Obstacles” |

#### QUADRO 28 - PUBLICAÇÃO DE ALGUNS TEXTOS/ARTIGOS NO ÂMBITO DA ENIPSA

Desta forma, assistiu-se a um ritmo de produção informativa irregular, sendo que grande parte dos textos/artigos foi publicada na fase inicial do processo (em 2009). Por outro lado, o artigo de 2012 é elaborado por uma entidade externa à própria Estratégia e o artigo de 2013 foi solicitado pelo próprio Observatório Europeu da FEANTSA.

Por outro lado, tal como consta no quadro 29 verifica-se que, segundo dados de 2012, dos 278 concelhos existentes em Portugal continental, apenas 34 deles referiram ter conhecimento da ENIPSA (o que corresponde a 12% dos concelhos existentes a essa data)<sup>89</sup>.

<sup>89</sup> De salientar que o quadro 20 apresenta o número total de concelhos por distrito e o número de concelhos que dentro de cada distrito tinha conhecimento da ENIPSA e/ou do conceito de sem-abrigo, de forma a possibilitar ver a relação dentro de cada distrito.

|                      |                        |
|----------------------|------------------------|
| Aveiro 9/19          | Guarda 0/14            |
| Águeda               | Leiria 1/16            |
| Albergaria-a-Velha   | Batalha                |
| Anadia               | Lisboa 7/16            |
| Arouca               | Amadora                |
| Aveiro               | Cascais                |
| Castelo de Paiva     | Odivelas               |
| Espinho              | Sintra                 |
| Estarreja            | Sobral de Monte Agraço |
| Ílhavo               | Torres Vedras          |
| Beja 0/14            | Vila Franca de Xira    |
| Braga 1/14           | Portalegre 0/15        |
| Braga                | Porto 2/18             |
| Bragança 2/12        | Porto                  |
| Bragança             | Póvoa de Varzim        |
| Carraceda de Ansiães | Santarém 0/21          |
| Castelo Branco 1/11  | Setúbal 4/13           |
| Castelo Branco       | Almada                 |
| Coimbra 2/17         | Barreiro               |
| Coimbra              | Montijo                |
| Condeixa             | Seixal                 |
| Évora 1/14           | Viana do Castelo 0/10  |
| Arraiolos            | Vila Real 1/14         |
| Faro 3/16            | Vila Real              |
| Faro                 | Viseu 0/24             |
| Lagos                |                        |
| Loulé                |                        |

#### **QUADRO 24 - NÚMERO DE CONCELHOS QUE TÊM CONHECIMENTO DA ENIPSA E DO CONCEITO SEM-ABRIGO VERSUS NÚMERO TOTAL DE CONCELHOS POR DISTRITO**

Analisando, de forma mais global, a divulgação da ENIPSA, seja através do conhecimento da mesma a nível nacional, seja através das notícias e/ou dos textos/artigos publicados sobre a mesma, pode dizer-se que surgem algumas dúvidas sobre se a mesma terá contribuído para dar visibilidade a este problema social complexo, pois só no primeiro ano de implementação essa preocupação se explanou nos oito artigos publicados.

### 5.2.3. ENIPSA e Políticas Sociais

#### ***Será que a ENIPSA contribuiu para a criação de um quadro normativo na área do fenómeno sem-abrigo?***

A ENIPSA foi consubstanciada na Estratégia Europeia para o Emprego/Plano Nacional de Emprego (EEE/PNE), e no Processo Europeu de Inclusão Social/Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PEIS/PNAI). Contudo, a nível nacional, a mesma não foi suportada através de Resolução de Conselho de Ministros.

#### **Regulamentação das respostas sociais**

Relativamente ao eixo 2 (virado para a intervenção propriamente dita), e no que respeita aos compromissos do ISS, IP, no âmbito da ENIPSA, salienta-se a meta *“Contribuir para a regulamentação das respostas sociais para esta área de intervenção até final de 2015”*, em que uma das atividades é a *“elaboração de proposta de regulamentação das respostas sociais”*.

Por outro lado, no âmbito do Despacho n.º 13510 de 2011, foi criado um grupo de trabalho<sup>90</sup> com a missão de analisar a legislação e os guiões técnicos que enquadram as respostas sociais, identificar e apresentar propostas de medidas legislativas ou outras, com vista à maximização da capacidade de intervenção destas.

No âmbito do fenómeno sem-abrigo estão contempladas duas respostas sociais: *“Equipa de Rua para pessoas sem-abrigo”*<sup>91</sup> e *“atelier ocupacional”*<sup>92</sup>.

<sup>90</sup> O grupo de trabalho é constituído por representantes da Direção-Geral da Segurança Social, do Instituto de Segurança Social, I. P., da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, da União das Misericórdias Portuguesas e da União das Mutualidades Portuguesas.

<sup>91</sup> “Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida” (MTSS, 2006: B5.1).

<sup>92</sup> “Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao apoio à população adulta sem-abrigo com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas estruturados que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou flexíveis onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação” (MTSS, 2006: B5.2).

Contudo, na prática, uma das respostas mais usadas neste tipo de situação é o “*Centro de Alojamento Temporário*”<sup>93</sup>.

Verifica-se que até à presente data não foi regulamentada nenhuma destas respostas sociais, nem foi criado um modelo que estipulasse os padrões mínimos para os serviços de apoio a pessoa em situação de sem-abrigo.

#### 5.2.4.ENIPSA e os cuidados de proximidade

##### ***Qual o papel da ENIPSA ao nível da intervenção dos cuidados de proximidade?***

“O poder burocrático promete, em paga da resignação, prover às necessidades elementares dum proletariado que, à falta de nome e de reivindicações, depende oficialmente da organização estatal da filantropia e da caridade”.

(Vaneigem, 1999: 54)

De acordo com a Estratégia, os NPISA são constituídos por todas as entidades com intervenção na área que desejem estabelecer um trabalho articulado e integrado e às quais seja reconhecida competência para tal pelos/as intervenientes que constituirão o grupo. Estes Núcleos devem ser criados sempre que a dimensão do fenómeno sem-abrigo o justifique, no âmbito das redes sociais concelhias ou plataformas supraconcelhias, por via da celebração de protocolo e legitimado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS)<sup>94</sup>.

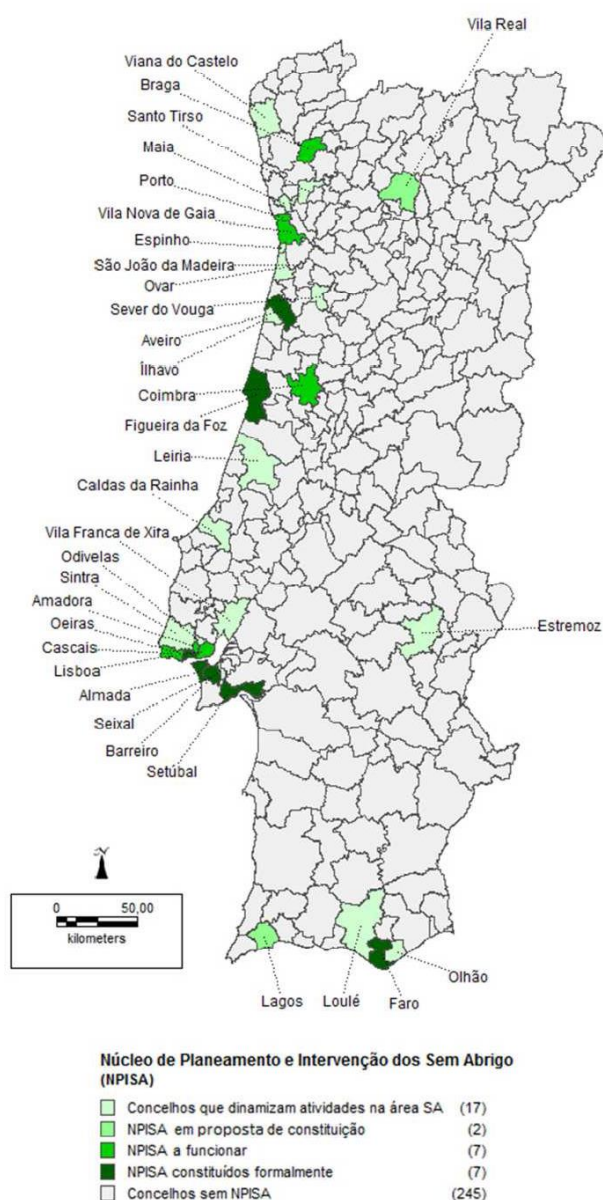
<sup>93</sup> “Resposta social desenvolvida em equipamento que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada” (MTSS, 2006: C1.8).

<sup>94</sup> O Conselho Local de Ação Social (CLAS) é um fórum de âmbito concelhio que assenta na participação, representação e articulação entre organismos públicos e iniciativa social privada.



Em 2015, aquando do término da Estratégia, encontravam-se a funcionar, no âmbito da ENIPSA, 14 NPISA, embora, segundo dados de 2012, existissem ainda vários concelhos que dinamizavam atividades no âmbito da questão sem-abrigo.

### NPISA EM PORTUGAL CONTINENTAL



**FIGURA 17 - NPISA E CONCELHOS ONDE SÃO DINAMIZADAS ATIVIDADES NO ÂMBITO DA QUESTÃO SEM-ABRIGO**

Fonte: ISS, IP: 2012

Do mapa e dos documentos analisados, pode afirmar-se:

- + Foram constituídos Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo (NPISA) nos concelhos onde o fenómeno teria maior expressão (ISS, IP, 2005: 52), nomeadamente Lisboa, Porto, Setúbal, Faro e Aveiro;
- + Constituíram-se Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo também em Almada, Amadora, Cascais, Oeiras, Braga, Coimbra, Figueira da Foz, Seixal e Vila Nova de Gaia;
- + Os 14 Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo foram criados na primeira fase de implementação da Estratégia, ou seja, entre 2009 e 2011;
- + Dos 14 Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo a funcionar, apenas seis estão constituídos formalmente (Almada, Aveiro, Faro, Figueira da Foz, Setúbal e Seixal);
- + As razões apresentadas pelos restantes Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo para a não constituição formal incidem, essencialmente, ao nível da dificuldade na articulação entre as várias entidades e nos constrangimentos relativos aos recursos existentes, e ainda à necessidade de formalizar um protocolo em que seja definida de forma explícita e formal a afetação de recursos;
- + Relativamente aos concelhos que não constituíram Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo a razão mais apresentada é a inexistência da problemática no território ou a existência de procedimentos fluidos, articulados e eficazes que não tornam necessária a constituição de Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo;

- ✚ Alguns concelhos que têm identificado a questão sem-abrigo como expressiva no seu território, terão inclusive, criado um grupo de trabalho nessa área, mas não terão instituído Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo, sendo que, nestes casos, as razões apontadas são a falta de informação sobre o processo de constituição de Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo e das condições em que tal deve ocorrer;
- ✚ Os Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das Pessoas em situação de sem-abrigo já constituídos carecem, em termos de diagnóstico, procedimentos e intervenção, de alguma uniformidade.

Ainda relativamente aos serviços de proximidade, far-se-á uma pequena reflexão resultante do trabalho de campo desenvolvido pela investigadora como voluntária em uma equipa de rua no concelho de Lisboa, desde março de 2017 até finais de abril de 2018. O foco do trabalho de campo foi essencialmente criar um espaço para ouvir as vozes das pessoas em situação de sem-abrigo. Releva ainda a análise das interações práticas e discursivas entre pessoas em situação de sem-abrigo e o pessoal voluntário, bem como os serviços prestados e a forma como são “distribuídos” os bens alimentares. Teve-se ainda em conta as opiniões/perceções das pessoas em situação de sem-abrigo relativamente a outros serviços/respostas.

Relativamente ao **perfil de pessoas em situação de sem-abrigo** encontradas e contactadas, no âmbito do trabalho de campo (*vide* capítulo da metodologia), eram de ambos os sexos (apesar de maioritariamente serem homens), de vários escalões etários (tendo inclusive sido encontrada uma criança de 5/6 anos, acompanhada da sua mãe), de várias nacionalidades e com trajetórias pessoais muito diferenciadas, tendo sido encontradas várias pessoas imigrantes (a maior parte em situação irregular). Verificou-se ainda que, em geral, as mulheres que solicitavam apoio alimentar da carrinha da equipa de rua situavam-se numa faixa etária mais avançada, e traziam marmitas para terem possibilidade de levar a comida

para casa, fazendo referência a outros membros do agregado familiar que também precisavam de apoio alimentar.

Verifica-se ainda que a **tipologia de sem-abrigo** encontra-se relacionada com o trajeto e os locais onde a equipa de rua parava para prestar apoio alimentar, tendo sido encontrados pessoas em situação de sem-abrigo que se poderiam enquadrar dentro de dois grandes grupos: a) Indivíduos que recorrem ao apoio alimentar mas que têm local de pernoita, encontrando-se, neste grupo, vários elementos que habitavam em casa própria ou em pensão. De forma geral (e um pouco simplista) muitas das pessoas com este perfil encontravam-se, sobretudo, na paragem do Saldanha (que geralmente é o local onde surgem mais pessoas a procurar apoio alimentar). Neste grupo encontraram-se ainda pessoas com carências financeiras graves, pessoas que referiram exercerem atividade profissional (contínua ou sazonalmente), mas auferirem rendimentos insuficientes para pagar a sua própria alimentação, pelo que apesar de terem alojamento deslocavam-se às carrinhas para solicitar apoio alimentar. b) O segundo grande grupo era constituído por indivíduos que se encontravam a pernoitar na rua. Neste grupo (e mais uma vez de forma qualitativa) foram encontrados vários perfis:

- ✚ Indivíduos com comportamentos aditivos e dependências. Algumas dessas pessoas referiram já ter tido acesso a tratamentos, com períodos de alguma autonomia financeira e habitacional, mas que devido a situações de debilidade ou de rutura retornaram à situação de sem-abrigo;
- ✚ Pessoas que já tinham sido detidas e que à saída do estabelecimento prisional não teriam tido o apoio e encaminhamento necessário de forma a conseguirem organizar a sua vida;
- ✚ Pessoas com situações de rutura/conflitos familiares, inclusive, no caso das mulheres, várias situações de violência doméstica;
- ✚ Indivíduos que trabalharam por conta de outrem, sem carreira contributiva, que devido a despedimento ficaram em situação de desemprego prolongado ou, ainda,

indivíduos que sofreram acidentes de trabalho e que ficaram sem qualquer mecanismo de proteção social.

Esta informação encontra-se resumida no quadro seguinte.

### Equipa de Rua

|                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| <b>Tipo de alimentos</b>          | Distribuição de sopa, pão, chá e bolos, duas vezes por semana, essencialmente em locais pré-definidos (embora por vezes se abrangesse outros “territórios” onde se sabe existirem pessoas em situação de sem-abrigo a pernoitarem na rua). Eram ainda, por vezes, distribuídas sandes.   |
| <b>Processo de confeção</b>       | Quando o pessoal voluntário chegava, a sopa já estava confeccionada e o chá já estava pronto. Tínhamos apenas de preparar os bolos e salgados “oferecidos” por várias entidades. Nesse processo não eram usadas luvas e, muitas vezes, o próprio pessoal voluntário comia esses alimentos ao mesmo tempo que os preparava. Os alimentos eram divididos em caixas diferenciadas para os bolos e para os salgados; Ausência de produtos que são muito solicitados no âmbito das rondas, nomeadamente vestuário, fruta e água;  |
| <b>Distribuição dos alimentos</b> | <p>A gestão das refeições é feita em função da procura, não havendo uma estratégia clara para que a comida fosse suficiente para todos os locais em que a carrinha ia prestar o serviço;</p> <p>A distribuição dos alimentos é feita sem grande interação entre o pessoal voluntário e as pessoas em situação de sem-abrigo, nem entre as pessoas em situação de sem-abrigo entre si. Bem pelo contrário, os alimentos são consumidos rapidamente e numa perspetiva de individualização da distribuição e consumo dos alimentos fornecidos. O tempo disponível, no âmbito do apoio alimentar de rua, para interação entre pessoal voluntário e pessoas em situação de sem-abrigo, é, em grande parte das situações, escasso embora esse fator tendesse a relacionar-se, de forma bastante estreita, com o perfil da pessoa encarregada da função de chefe de equipa, que tem a responsabilidade de decidir o tempo que se permanece em cada local. Esse espaço de interação mais próxima também dependia, em larga medida, da função específica atribuída ao voluntário ou à voluntária;</p> <p>Ausência de gestão estratégica na identificação das rondas. Nalgumas rondas a própria equipa ia ao encontro das pessoas em situação de sem-abrigo, em sítios onde costumam pernoitar. Noutras rondas apenas se dirige a determinados locais pré-definidos;</p> <p>Em alguns casos em que a equipa ia ao encontro dos locais de pernoita de pessoas em situação de sem-abrigo, as pessoas apresentavam problemas de saúde que as impossibilitavam de se deslocar, sendo que a equipa apenas deixava comida sem se efetuar articulação com equipas de saúde;</p> <p>Não há encaminhamento médico apesar de se contactar com pessoas em estado de extrema debilidade física (ex.: pessoa que não conseguia andar);</p> <p>Falta de condições físicas para se tomar a refeição: pessoas têm de comer em pé ou sentadas no chão; principalmente as pessoas idosas deixam, muitas vezes, cair a comida, pois as suas mãos tremem e têm dificuldade em pegar no prato; os pratos para a sopa e os copos para o chá são de plástico, o que torna difícil pegar nos mesmos porque estão muito quentes; nem sempre se fornecem guardanapos, os quais são bastante solicitados. Estas dificuldades são acrescidas quando as condições atmosféricas são adversas (chuva e frio) já que as pessoas comem à chuva;</p> |

**Relacionamento  
com utentes**

De forma geral, assistiu-se a uma extrema gentileza e educação por parte das pessoas em situação de sem-abrigo, pautando a sua relação com as pessoas voluntárias pelo respeito e gratidão. Várias vezes agradecem o trabalho voluntário e o esforço para lhes levar comida. Também enaltecem muito os alimentos que são distribuídos, referindo várias vezes que “esta é a carrinha que traz a melhor sopa”<sup>95</sup>. Note-se ainda que estas “refeições” não implicam convívio ou relacionamento entre pessoal voluntário e pessoas em situação de sem-abrigo nem entre as pessoas em situação de sem-abrigo entre si. Bem pelo contrário, as “refeições” são consumidas rapidamente e numa perspetiva de individualização da distribuição e consumo dos alimentos fornecidos. O tempo disponível, no âmbito do apoio alimentar de rua, para interação entre pessoal voluntário e pessoas em situação de sem-abrigo, é, em grande parte das situações, escasso embora esse fator tendesse a relacionar-se, de forma bastante estreita, com o perfil da pessoa encarregada da função de chefe de equipa, que tem a responsabilidade de decidir o tempo que se permanece em cada local. Esse espaço de interação mais próxima também dependia, em larga medida, da função específica atribuída ao voluntário ou à voluntária<sup>96</sup>. No geral a interação voluntários/as/ pessoas em situação de sem-abrigo é de respeito mútuo, mas nalguns casos assistiu-se a tratamento diferenciado de homens em situação de sem-abrigo, os quais foram tratados com maior distanciamento afetivo. As mulheres idosas em situação de sem-abrigo, foram, no geral, tratadas com maior amabilidade, demonstrando as voluntárias e o chefe de equipa uma maior preocupação com esta faixa etária. Alguma diferença também na forma de tratar as pessoas em situação de sem-abrigo. Numas rondas a equipa permanece um maior período em cada local, permitindo uma maior comunicação com as pessoas em situação de sem-abrigo, enquanto noutras situações o apoio se restringe apenas à distribuição alimentar sem grandes interações com as pessoas em situação de sem-abrigo. No geral, a forma como as pessoas em situação de sem-abrigo são tratadas é muito influenciada pela pessoa que desempenha o papel de chefe de equipa. Nalguns casos, a interação é mínima, noutros assistiu-se a alguns comentários mais moralistas (ex.: “não sejam egoístas”). Noutras situações assistiu-se a uma relação de maior proximidade com as pessoas em situação de sem-abrigo, chamando-as pelo nome e conhecendo as suas trajetórias pessoais. Verificou-se ainda alguma falta de conhecimento sobre o fenómeno sem-abrigo e estereótipos muito vinculados entre algumas pessoas que prestavam apoio de voluntariado (ex.: “eles são uns nómadas”, “se calhar vão tentar roubar-me o telemóvel”. Algumas pessoas voluntárias falavam das pessoas em situação de sem-abrigo como “eles” e manifestando que não se queriam chegar ao pé dessas pessoas ou falar com elas porque estava ali apenas por causa do seu estágio académico.

<sup>95</sup> Comentário que, pelo que se percebeu, também é repetido a outras carrinhas.

<sup>96</sup> Por exemplo, na distribuição de sopa há menos tempo disponível para confraternizar, enquanto na distribuição dos bolos ou das colheres as pessoas voluntárias têm maior disponibilidade para o fazer.

**Gestão de  
reclamações /  
conflitos**

Apenas se assistiu a algumas situações pontuais de discussão<sup>97</sup>. Esses conflitos, num dos casos, foi entre pessoas em situação de sem-abrigo devido ao respeito pela “fila” de espera dos alimentos e noutra situação entre uma pessoa em situação de sem-abrigo e uma voluntária por, alegadamente, ter sido dado chá três vezes a uma pessoa e depois já não haver para a que fazia agora o pedido. Algumas vezes também foram efetuados, por parte de algumas pessoas em situação de sem-abrigo, alguns comentários depreciativos relativamente à comida em si<sup>98</sup>, à forma como é distribuída (pratos, copos e colheres de plástico), certas reivindicações relativamente à inexistência reiterada de guardanapos, água e fruta. Aqui destaca-se que as reações do pessoal voluntário face a esses comentários foram algo negativa, tendo esses comentários sido encarados como insultuosos e inaceitáveis e reagindo, os mesmos, com algumas observações de índole mais moralista.

**QUADRO 30 - INFORMAÇÃO RECOLHIDA NO ÂMBITO DO TRABALHO DE CAMPO**

<sup>97</sup> Dia 15 de maio 2017, no Saldanha e no dia 28 de julho de 2017, no Rossio.

<sup>98</sup> Exemplos: “a sopa está fria”, “é sempre a mesma coisa”, “o chá parece água morna”.



## Qual o papel dos Centros de alojamento temporário<sup>99</sup> nos cuidados de proximidade a pessoas em situação de sem-abrigo?

“O apoio disponível para os sem-abrigo reproduz a discriminação social ao selecionar os clientes ‘mais fáceis’ para as melhores estruturas, e pela estandardização de serviços marginalizantes para os casos não adaptáveis, ou com múltiplos problemas (exemplo, grandes dormitórios). De uma forma geral, os serviços estabelecem critérios de admissão para subgrupos da população sem-abrigo e, por conseguinte, o próprio sistema torna-se assim um quadro de marginalização e segregação dos grupos particularmente complexos”.

(Menezes, 2008: 82 *apud* Silva, S., 2011).

Os Centros de Alojamento Temporários são uma “resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada” (ISS, I.P., 2006: C1.8). Segundo o ISS, IP, é uma resposta atípica, ainda sem disposições legais e técnicas enquadradoras. No entanto, grande parte das pessoas em situação de sem-abrigo são acolhidas neste tipo de instituição, razão pela qual se achou pertinente incluir uma análise deste tipo de resposta, ainda que incida apenas sobre uma visão da realidade – a das pessoas em situação de sem-abrigo. No entanto, pensa-se que, como utentes, a sua própria visão é particularmente importante e significativa. Este aspeto configura especial relevo numa resposta social que prevê alojamento, estando-se nessas circunstâncias estar perante um espaço potencialmente socializador e produtor de interações sociais, que deveria ser usado como facilitador do processo de integração e de influência de comportamentos.

<sup>99</sup> *Salienta-se que as impressões relativamente aos centros de alojamento temporários aqui expostas traduzem, grosso modo, as opiniões/discursos de cinco sujeitos (todos do sexo masculino). De salientar que três sujeitos se referiram a centros de alojamento temporários no distrito de Lisboa, enquanto os outros dois indivíduos referiram-se, respetivamente, a um no distrito do Porto e outro de Setúbal. Não são aqui identificadas as instituições em causa pois o objetivo não era avaliar as instituições ou a eficácia e forma de funcionar das mesmas, mas ter uma perceção do que as pessoas em situação de sem-abrigo, principal público-alvo destas respostas sociais, dizem e sentem sobre as mesmas.*

### A VISÃO DE QUEM LÁ (JÁ NÃO) DORME

Do contacto mais próximo com cinco pessoas em situação de sem-abrigo foi possível obter algumas das suas opiniões sobre este tipo de resposta de acolhimento, as quais se explanam no quadro seguinte:

# CENTROS DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIOS

|  | A voz das pessoas em situação de sem-abrigo<br>(n=5)  | Síntese das ideias percebidas   |
|--|---|---|
| <b>Edificados</b>                            | [Instalações] "más, muito más" (António);<br>"As instalações são más, péssimas, nem sequer animais deviam lá dormir" (Carlos);<br>"Aquilo não tem condições" (José);<br>"As instalações são um horror", "é só humidade e buracos" (Paulo)<br>"Aquilo é um poço de bactérias, faz mais frio lá do que na rua" (Paulo)  | Centros de alojamento temporários "alojados" em edifícios antigos e bastante degradados, a necessitarem de manutenção.  |
| <b>Condições físicas</b>                     | "A água quente não chega para todos" (António);<br>"Muito más" (Carlos);<br>"Dão-nos a comida já fria" (José);<br>[Condições] "péssimas, ficamos melhor na rua" (Manuel)<br>"Nem sequer há papel higiénico" (Manuel);<br>"A comida é uma porcaria e fico sempre com fome. Nem podemos repetir" (Paulo);<br>"Os lençóis das camas devem ser trocados de mês a mês" (Paulo)   | Centros de alojamento temporários percecionados como espaços ameaçadores e como não tendo condições mínimas de dignidade. Não são percecionados como locais seguros, acolhedores e confortáveis.<br>Os quartos apresentarão deficiências ao nível da climatização e os serviços de alimentação são encarados como desadequados, insuficientes e de má qualidade.  |
| <b>Recursos humanos</b>                      | "Aquilo é pior que uma prisão e as pessoas que lá trabalham são piores do que bichos, somos mais respeitados pela polícia" (António);<br>"As técnicas não servem nada" (Carlos);<br>"As técnicas quase nunca lá estão, só vejo seguranças. Não querem saber da minha vida, só sabem apontar o dedo e vir com moralismos para cima de nós. Era preciso que alguém visse o que fazem dentro daquelas quatro paredes" (António)<br>"Só vi os seguranças" | O contacto das pessoas em situação de sem-abrigo com funcionários/as dos centros de alojamento temporários parece desenrolar-se, em larga medida, com os seguranças e não tanto com o pessoal técnico. os centros de alojamento temporários não parecem constituir um espaço privilegiado de intervenção social, de inserção, nem de promoção de atividades de ocupação. De acordo com a opinião das pessoas contactadas os centros de alojamento temporários constituem, no geral, um espaço de serviços de carácter assistencialista. |
| <b>Organização / Regras de funcionamento</b> | "Acha bem exigirem que o meu RSI vá para a conta deles?" (José);<br>"Nem sequer podemos mexer nos armários onde pomos as nossas coisinhas" (José);<br>"Somos expulsos logo de manhãzinha. Estava doente, ainda fiquei pior" (Manuel);<br>"Já me obrigaram a ir jantar de pijama..." (Paulo);  | A organização dos centros de alojamento temporários parece orientar-se por regras "top-down" rígidas, punitivas e não promotoras de empoderamento das pessoas em situação de sem-abrigo   |

**QUADRO 31 - A VOZ DE CINCO PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO SOBRE OS CENTROS DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIOS E SÍNTESE DAS PRINCIPAIS IDEIAS**

Resumindo, pelos discursos das pessoas em situação de sem-abrigo sobre os centros de alojamento temporários, o foco deste tipo de instituição não estará na reinserção social e na autonomização, mas em modelos e práticas proibitivas, pautando-se por “castigos” para as pessoas que incumprem as regras estabelecidas. Geralmente é veiculado pelas entidades, tanto através dos média, como nas suas páginas de internet, que a prestação de apoio pressupõe a definição de critérios de admissão de acordo com o objeto, os serviços e as atividades desenvolvidas. Esta definição de requisitos baliza o processo de seleção de pessoas candidatas, de forma a que estas se enquadrem no perfil pretendido, a qual, segundo indiciam a opinião das próprias pessoas em situação de sem-abrigo, parece não ir ao encontro das situações reais vividas pelas pessoas em situação de sem-abrigo.

Por outro lado, ao contrário do que acontece com outras respostas sociais, nos Centros de Alojamento Temporários o número de pessoal técnico de serviço social, de educação social e de outras profissões na área social, parece ser muito reduzido quando comparado com o número de vigilantes, seguranças, etc. Este aspeto, a confirmar-se, poderá estar relacionado com a ausência de disposições legais e técnicas enquadradoras desta resposta. No entanto, se tivermos em conta que o trabalho de inserção é feito por pessoal técnico especializado, podemos perguntar-nos por que razão a franja da população em situação de maior vulnerabilidade e exclusão é aquela que é mais rodeada de seguranças, cujas competências profissionais não se relacionam com intervenção social nem com processos de inserção.

Assim no final deste capítulo retomamos a nossa questão de base:

#### 5.2.5. Quais os frutos da experiência de sete anos da ENIPSA?

***A experiência de sete anos da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) deixou um rasto que permita às agências de intervenção social agir no domínio deste fenómeno beneficiando desta experiência de modo sustentável?***

Pode, com alguma segurança, afirmar-se que a ENIPSA desempenhou um papel inovador ao agregar, pela primeira vez, diversas entidades na fase de planeamento, implementação e monitorização da Estratégia. Com efeito, um elemento chave da ENIPSA foi a criação de um grupo interinstitucional, e de cada representante ter ficado encarregue de manter contacto com dirigentes nas respetivas organizações. Assistiu-se, assim, a uma alteração do próprio papel do Estado, tendo este, claramente, assumido um maior controlo estratégico, dando lugar a uma mudança de paradigma na forma como se passou a encarar o próprio problema das pessoas em situação de sem-abrigo, em Portugal (de problema local para global).

Evidencia-se, ainda, o esforço concertado de criar e divulgar o conceito de sem-abrigo, bem como a criação de condições para a constituição de Núcleos locais que têm como competências específicas o diagnóstico e a mobilização dos recursos numa perspetiva de cooperação e articulação.

Pode, portanto, afirmar-se que a ENIPSA desempenhou um importante papel de laboratório social e de dinamizador de serviços de proximidade, principalmente numa fase inicial (entre 2009 e 2011), altura em que se assistiu a uma proliferação de NPISA e uma maior articulação entre o nível central e o terreno. No entanto, é de relevar que de uma forma geral, apesar de não se pretender generalizar os resultados, foi notório o sentimento de desadequação por parte das pessoas em situação de sem-abrigo relativamente às respostas sociais existentes e aos serviços prestados, tendo em conta as suas necessidades/expetativas.

O papel da ENIPSA como observatório social, indicia, assim, sérias lacunas.

Primeiro, porque a importância de se dispor de um conhecimento sistematizado sobre as pessoas em situação de sem-abrigo não se esgota na caracterização das situações e processos, mas alarga-se à própria possibilidade de monitorização de evolução das situações, e sobretudo da adequação das respostas às necessidades reais das pessoas e aos resultados da intervenção desenvolvida. Neste sentido, e apesar de ter sido constituído um esforço no sentido de caracterizar a população sem-abrigo em Portugal, principalmente através da inclusão desta área no Censos 2011, verifica-se que esse conhecimento não foi promovido de forma continua, reiterada e uniforme.

Ou seja, verificou-se uma falta de uniformização no conceito usado e nas lógicas metodológicas adotadas, que dificultaram/impossibilitaram uma análise comparativa e longitudinal dos dados recolhidos. Salienta-se, ainda, que alguns destes levantamentos nacionais que foram divulgados também não incluíam os concelhos do Porto e/ou Lisboa, que serão aqueles em que o número de pessoas em situação de sem-abrigo será mais significativo e expressivo, pelo que os dados dificilmente se aproximarão da realidade portuguesa. Por outro lado, as informações referentes aos levantamentos efetuados a nível nacional careceram de divulgação generalizada e eficaz não chegando mesmo aos e às intervenientes diretos ao nível do terreno (entidades que compõem o Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), entidades que compõem os Núcleos de Planeamento e Intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo (NPISA), profissionais de intervenção direta e as próprias pessoas em situação de sem-abrigo).

Foram, assim, identificadas algumas lacunas ao nível da:

- ✚ Divulgação da ENIPSA;
- ✚ Divulgação do conceito de sem-abrigo;
- ✚ Caracterização da população sem-abrigo;
- ✚ Harmonização de formas de diagnosticar e intervir a nível local;
- ✚ Criação de um referencial de formação e implementação do mesmo que potenciase a harmonização da intervenção.

Essas dificuldades, sentidas pela ENIPSA ao nível do seu papel enquanto observatório social, poderão estar relacionadas com a inexistência de um “estatuto legal” que lhe confira força executiva. De facto, a maioria dos Planos Nacionais, em Portugal, é incorporada em disposições legislativas, o que ainda não terá acontecido com a ENIPSA. Poderão ainda estar relacionado com a insuficiência de recursos financeiros, humanos e logísticos afetos à ENIPSA e/ou com a inexistência de instrumentos de monitorização da ENIPSA em todos os seus níveis de ação.

Assim, pode terminar-se este capítulo com a seguinte afirmação:

“O que de menos positivo possa ter sido detetado e denunciado sobre a Estratégia Nacional, em nada lhe retira valor e importância”. [E de facto, apesar de algumas lacunas aqui apontadas, ela tem feito com que] “uma problemática com dimensão nacional se aborde não orgulhosamente sós, mas em conjunto, concertadamente, a partir de uma mesma visão, de um mesmo entendimento do problema, de uma mesma forma de lidar com ele” (Pinto, H., 2012).

## Resumo

- ✚ Para caracterizar as práticas de intervenção social no âmbito da questão sem-abrigo procurou-se perceber se a experiência de sete anos da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) deixou um rasto que permita às agências de intervenção social agir no domínio deste fenómeno e beneficiar desta experiência de modo sustentável;
- ✚ A ENIPSA pode ser considerada uma experiência inovadora na área (laboratório social), embora tenha apresentado sérias lacunas como sistema de gestão de informação, dirigido a agentes sociais com responsabilidade a nível estratégico, executivo e operacional (observatório social);
- ✚ A ENIPSA não chegou a ter força legal na medida em que não foi consubstanciada em Resolução de Conselho de Ministros nem produziu alteração na ação legislativa ou desenvolvimento de políticas públicas na área;
- ✚ Teve um papel importante na dinamização de um trabalho mais integrado a nível local, sobretudo em concelhos onde o fenómeno é mais expressivo. embora segundo a opinião de algumas pessoas em situação de sem-abrigo as respostas sociais na área não sejam adequadas às suas necessidades/expetativas.

## Capítulo 6 - O que se diz e o que se faz...

“Um dia, se não desistirmos, saberemos todos que coisas são estas e a distância que vai das palavras que as tentam explicar, a distância que vai dessas palavras ao ser que as ditas coisas são”.

(Saramago, 2014, p. 105)

Através da análise diacrónica e sincrónica, dos discursos e das práticas a vários níveis (macro, meso e micro), dois aspetos se têm afigurado centrais na compreensão do fenómeno: a dupla importância atribuída ao **conceito** e à **quantificação** como forma de “melhor conhecer para melhor intervir”. Não pretendendo retirar importância a estes dois aspetos, é imperioso questioná-los e analisar o fenómeno sob outras perspetivas. É isso que se vai tentar fazer neste capítulo.

### 6.1.A (im)pertinência do conceito

“Os conceitos não podem ser amarras”.

(Ruth Cardoso)

“As palavras, no fim de contas, eram como gestor de que não se espera salvação”.

(Saramago, 2014, p. 97)

Inicia-se este ponto com uma questão: a definição do conceito de sem-abrigo é verdadeiramente essencial?

Algumas autoras e alguns autores defendem que a definição do conceito de sem-abrigo é, inequivocamente, importante não só ao nível da ação imediata, mas também de um ponto de vista da investigação e das próprias políticas públicas.

“From the perspective of immediate action, definitions identify who is eligible to receive whatever assistance is available specifically for homeless people. From a research perspective, definitions identify who should be counted and described. And from a policy perspective, definitions identify who should be planned for and what policies will be most relevant to the type of assistance needed”.

(Burt, 2001, p. 6)



Os conceitos ajudam a definir quem é elegível para determinado apoio, circunscrevem o fenómeno e ajudam a decidir que políticas/respostas/medidas podem ser mais eficazes. O que geralmente se pode traduzir por “melhor conhecer para melhor intervir”. Porém, esta relevância atribuída à própria concetualização do fenómeno sem-abrigo não é isenta de riscos:

- ✚ Primeiro, os conceitos usados têm sido muito dispare e usados para caracterizar fenómenos também eles muito diferentes, tais como como fluxos migratórios ou deslocações sociais, extrema pobreza, miséria e mendicidade, pessoas com trabalhos itinerantes e/ou sazonais, formas de vida pouco comuns, indivíduos com perturbações mentais, etc.;
- ✚ Segundo, os conceitos, mesmo quando são mais precisos, variam entre visões muito estritas (não ter alojamento) até outras mais abrangentes (desafiliação);
- ✚ Terceiro, a situação de sem-abrigo é, frequentemente, definida em termos de pessoas que vivem na rua ou em Centros de Alojamentos Temporários, o que induz a ideia de o fenómeno afetar, de forma desproporcional, os homens e constituir um domínio tendencialmente masculinizado<sup>100</sup>.

Relativamente a este último tópico, e ao se introduzir uma perspetiva de género na análise da questão sem-abrigo, um paradoxo afigura-se-nos de central importância: **Se por um lado se associa a questão sem-abrigo à pobreza e à exclusão social e se todos os indicadores estatísticos mostram uma tendência estrutural em prejuízo das mulheres<sup>101</sup>, podemos perguntarmo-nos onde estão as mulheres em situação de sem-abrigo?**

A resposta padrão de que as mulheres não estão presentes porque os sistemas de proteção social previnem e prestam-lhes apoio de forma mais eficaz do que aos homens não se afigura satisfatória à luz dos mais recentes estudos, que têm mostrado que as mesmas têm

<sup>100</sup> O primeiro estudo, ao nível da Europa, relativamente à questão sem-abrigo que adotou uma perspetiva de género foi realizado pelo Observatório Europeu da FEANTSA e publicado em 2001: *Women and Homelessness in Europe - Pathways*.

<sup>101</sup> Com as mulheres, em média, a terem níveis mais elevados de taxa de pobreza e de taxa de privação material, remunerações e pensões mais baixas.

tendência a fazer uso de redes informais de apoio para evitar ficar a pernoitar na rua (Baptista, 2010). Terá a ver com a própria concetualização do fenómeno?

Por exemplo, em Portugal, tal como na Alemanha, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Polónia e Suécia as mulheres vítimas de violência doméstica que são integradas em respostas sociais de acolhimento/alojamento temporário ou em Casas Abrigo não são contabilizadas como estando em situação de sem-abrigo.

Qual a diferença entre um homem e uma mulher que pernoitam num centro de alojamento? Qual a razão para a situação desse homem ser enquadrada em situação de sem-abrigo e a da mulher ser enquadrada como vítima de violência doméstica? Porque não sem-abrigo em consequência de violência doméstica?

Pensamos que o atual enquadramento poderá estar relacionado com a forma como os sistemas de proteção social e (a sociedade) constroem os papéis das mulheres: poderia uma mulher que vai, com os seus filhos e filhas, para um Centro de Alojamento Temporário (ou mesmo para uma Casa Abrigo) por ser vítima de violência doméstica desempenhar o tradicional papel de mãe e ser considerada, simultaneamente e com o aval dos serviços e dos sistemas de proteção social, sem-abrigo? De que forma Governos e Estados poderiam ser questionados?

Assim, poder-se-ia dizer que as formas de sem-abrigo vivenciadas pelas mulheres são mais ocultadas/invisibilizadas através do enquadramento que é feito do próprio problema: conceptualiza-se o acolhimento em resposta institucional de forma diferente da dos homens.

Por outro lado, há ainda evidência de que as mulheres parecem muitas vezes optar por determinadas trajetórias quando confrontadas com falta de habitação, nomeadamente acionar apoios informais (Jones, 1999; Mayock & Sheridan, 2012 *apud* Breterthon, 2017). As mulheres parecem mais propensas a confiar em parentes, pessoas amigas e/ou conhecidas para não terem de ficar em situação de desabrigo. No entanto, os conceitos de sem-abrigo tendem a considerar como “normais” as práticas de permanência em casa de familiares /

rede de vizinhança / com pessoas amigas ou em acolhimentos fornecidos/financiados pela Segurança Social, não se enquadrando estas respostas como resultado de estratégias de *coping* usadas pelas mulheres para evitar terem de pernoitar na rua.

Mais importante, podemos perguntarmo-nos se todo este trabalho de categorização do fenómeno, ao longo dos anos, tem efetivamente contribuído para o que se pretende atingir: intervir de forma mais eficaz.

## 6.2. Levantamentos estatísticos: a floresta e as árvores

“Uma das principais dificuldades de olhar os excluídos é transformá-los em categorias explicativas per si: populações-alvo, grupos de risco (...) Infelizmente categorias acabam por ter valor por si, ou pior ainda, ao assumirem a responsabilidade explicativa da própria noção que as designa, absolvem o sistema de qualquer responsabilidade explicativa”.

(Guerra, I., 2002, p. 63)

“A massa não é apenas objeto da ação revolucionária; é sobretudo sujeito.”

Róza Luksemburg

O conceito sem-abrigo subjacente a determinado estudo produzirá contabilizações e resultados diferenciados, na medida em que o conceito adotado, como já se viu, determina, desde logo, o número e o perfil das pessoas que são contabilizadas como pessoas em situação de sem-abrigo.

Criam-se, desta forma, condições para um ciclo vicioso em que se adotam definições mais estritas quando se pretende circunscrever a dimensão do fenómeno, adotando-se definições mais abrangentes quando se pretende dar mais visibilidade ao problema. Isto é, assiste-se a uma propensão para **as estimativas tenderem a variar significativamente consoante as fontes, com as instituições privadas, que dependem de financiamentos, a tenderem a inflacionar os números e as instituições públicas governamentais a subestimá-los**<sup>102</sup>.

<sup>102</sup> Esta tendência já foi identificada por Fúlvia Rosemberg (1993) relativamente a crianças de rua, elas próprias em situação de sem-abrigo (in *O discurso sobre criança de rua na década de 80, Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, v. 87, p. 71-81).

Por outro lado, são vários os constrangimentos já identificados a estes levantamentos:

- ✚ apresentam bases teórico-metodológicas diferenciadas que acabam por não possibilitar a comparação longitudinal e/ou entre diferentes territórios;
- ✚ O número de situações identificadas pode não coincidir com o número de casos efetivos existentes<sup>103</sup>;
- ✚ Os levantamentos são parciais podendo contribuir para a invisibilidade de determinados subgrupos da população, designada de “*hidden homeless*”<sup>104</sup>.

Relativamente a este último aspeto – *hidden homeless* – convém destacar as várias formas em que se manifesta, aqui designadas por “a escolha deliberada da invisibilidade”, “as vidas ocultas” e “os movimentos que obscurecem”:

### 6.2.1.A escolha deliberada da invisibilidade

Este ponto diz respeito ao facto de muitas pessoas em situação de sem-abrigo não se considerarem ou não se categorizarem a elas próprias como estando em situação de sem-abrigo. Isto acontece porque o próprio conceito de sem-abrigo tem impregnado em si mesmo uma carga negativa (estigma) com a qual as pessoas podem não se sentir identificadas.

### 6.2.2.As vidas ocultas

Relaciona-se com as próprias estratégias de *coping* das pessoas em situação de sem-abrigo no sentido de procurarem soluções para a situação em que se encontram. Geralmente são pessoas que podem não recorrer às respostas de apoio formais e que arranjam elas próprias “outras respostas” não tão visíveis aquando dos levantamentos estatísticos (ex.: pernoita em carros, carrinhas abandonadas, entradas de prédios, etc.).

<sup>103</sup> Os dados apresentados resultam, esmagadoramente, de levantamentos efetuados junto das entidades que prestam apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. Assim, uma mesma pessoa pode receber apoio de diferentes entidades e, dessa forma, ser reportada em termos estatísticos mais do que uma vez.

<sup>104</sup> Fundamentando-se na investigação sociométrica de Moreno sobre pequenos grupos (1962), Carmo (2019) sugeriu uma escala de exclusão/inclusão social com cinco posições. Estes casos, em que uma pessoa ou um grupo não é reconhecido na sua humanidade, foram por ele tipificados como situações de exclusão invisível).

Relaciona-se ainda com a exclusão de pessoas que se encontram em alojamentos provisórios, como seja a casa de familiares e/ou amigos e pensões. Outro fator que poderá influenciar é a própria conceitualização que é feita do fenómeno como um problema urbano. Desta forma, poderão existir pessoas em situação de sem-abrigo em espaços/territórios mais rurais que não são contabilizadas como pessoas em situação de sem-abrigo.

### 6.2.3.Os movimentos que obscurecem

Este aspeto tem, essencialmente, a ver com a fluidez com que algumas pessoas em situação de sem-abrigo poderão mudar de território de pernoita, pelo que serão de difícil identificação.

De salientar que a identificação destes constrangimentos não implica que os levantamentos efetuados não sejam relevantes. Compreende-se que o fenómeno só se torna uma preocupação política quando se assume a sua visibilidade no espaço público, o que, muitas vezes, é facilitado através de levantamentos estatísticos. No entanto, o processo de contabilizar as pessoas em situação de sem-abrigo, como se viu, está profundamente enraizado em aspetos políticos.

Por outro lado, os conceitos e os dados relativos ao número e caracterização sócio demográficos são apresentados à maioria das cidadãs e dos cidadãos, os quais, muitas vezes, não têm acesso a outras fontes de informação nesta matéria, pelo que a sua visão sobre o fenómeno assenta apenas em um determinado segmento de uma determinada realidade, aquela a que os números dão visibilidade.

Este aspeto tem empobrecido a análise e a reflexão sobre esta questão: a preocupação e o foco quase exclusivo na dimensão do fenómeno têm constituído um obstáculo a olharmos para a vida concreta das pessoas. Fazendo uso de uma metáfora, o foco na floresta, tem-nos impedido de ver as árvores que a compõem. **Mais do que conceitos e números, deve-se dar “rostos humanos” e perceber as vivências desses “rostos”, de forma a tornar a questão sem-abrigo uma questão da própria humanidade e da sociedade como um todo.**

Assim, parece importante enfatizar-se outro tipo de aspetos que não se foquem exclusivamente em questões relacionadas com a clarificação de conceitos, na contagem, na medição e nos levantamentos estatísticos. Desta forma, de seguida analisar-se-ão os resultados obtidos neste estudo à luz do modelo de desigualdades sociais de Goran Therborn (2010) que propôs três dimensões das mesmas: as desigualdades vitais, as desigualdades existenciais e as desigualdades de recursos.

### 6.3.Os campos de extermínio (ou como as desigualdades podem exterminar)

“Formas de existência social onde vastas populações são sujeitas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos”.

(Mbembe, 2003: 39)

#### 6.3.1.Desigualdades vitais

“O vagabundo, que não cometeu nenhum crime e que, no fim de contas não passa de uma vítima, está condenado a levar uma vida mais miserável que a do pior criminoso. Ele é um escravo com uma aparência de liberdade que é pior do que a mais cruel escravidão. Ao refletirmos sobre o seu destino miserável [...] a conclusão óbvia é que a sociedade o trataria melhor se o trancasse pelo resto de seus dias na prisão, onde ao menos ele desfrutaria de um relativo conforto”.

(Orwell, 2011 [1952], p. 45)

As desigualdades vitais remetem para as (sobre) vivências das pessoas, para a sua saúde e também para as questões relacionadas com a sua morte.

No entanto, ao analisarmos a questão sem-abrigo à luz das desigualdades vitais constata-se um importante paradoxo: **por oposição aos discursos caritativos, humanitários e até filantrópicos que mobilizam a chamada solidariedade da sociedade, verifica-se um silêncio deliberado quanto à realidade que vivem diariamente as pessoas em situação de sem-abrigo (as suas vivências), a desumanidade e a miséria em que estão envolvidos os seus quotidianos, as estratégias diárias que têm de acionar de forma a poderem sobreviver, os seus problemas de saúde e as suas mortes.**

Isto é, os reiterados discursos de solidariedade (abstratos) não parecem ir ao encontro dos problemas de saúde e a morte (real) das pessoas em situação de sem-abrigo.

### As (sobre) vivências

“A devastação física, psicológica e social que o fenómeno sem-abrigo comporta para as próprias pessoas que se encontram nessa situação tem sido alvo de poucos estudos”.

(Bento, 2001, p. 9)

Apesar do silêncio (deliberado) quanto às vivências das pessoas em situação de sem-abrigo e as estratégias que têm de acionar de forma a poderem sobreviver, geralmente enaltece-se a sua capacidade de resiliência. O paradoxo pode ser de difícil compreensão, mas na prática traduz-se na ideia: **“eles já aprenderam a viver naquela situação, têm resiliência e defesas próprias”**.

De facto, é referido em algumas investigações (Bender, Thompson, McManus, Lantry, & Flynn, 2007) que a situação de sem-abrigo exige, por si só, competências de *coping* para enfrentar os desafios diários que se relacionam não só com dificuldades gerais, mas com privações específicas. Essa adaptação requer uma complexa reorganização cognitiva, afetiva e comportamental (Jesus & Menezes, 2010) de forma a conseguir os meios de subsistência básicos à sobrevivência – sobrevivência material, psicológica e social. É também legítimo afirmar que o confronto com estas adversidades e o uso de estratégias de sobrevivência adequadas promovem a construção do processo de resiliência (Jesus, 2008).

No entanto, o desenvolvimento da resiliência e de estratégias de *coping* para lidar com situações adversas não deve ser utilizado para minorar ou mesmo justificar a manutenção das pessoas em situação de sem-abrigo.

«Ao contrário da crença popular, as pessoas em situação de sem-abrigo não têm maneiras secretas, engenhosas ou fáceis de lidar com a situação. De facto os sem-abrigo de rua têm precisamente aqueles problemas terríveis que se esperaria que eles tivessem” (Liebow, 1995 *apud* (Bento, 2000, p. 2). Não é mais fácil para “eles” do que seria para qualquer um de “nós”».

(Bento, 2000, p. 2)

## A saúde

As referências a questões relacionadas com a saúde das pessoas em situação de sem-abrigo tendem a circunscrever-se aos problemas de saúde mental e aos comportamentos aditivos e dependências, conceptualizados, por um lado, como causas da situação de sem-abrigo e, por outro, como obstáculo que dificulta (e até inviabiliza) a intervenção social levada a cabo. Ou seja, a abordagem das questões de saúde entre as pessoas em situação de sem-abrigo acaba por tornar a pessoa sem-abrigo duplamente responsável pela situação em que se encontra.

Por sua vez, algumas investigações (Cha, 2013) tendem a evidenciar que os problemas de saúde entre pessoas em situação de sem-abrigo não são diferentes dos da população em geral, apesar de manifestarem uma prevalência significativamente mais acentuada e podem mesmo ser concetualizados como consequência das pessoas estarem em situação de sem-abrigo (e não tanto como causa).

|                                      | População com alojamento pessoal |          |     | pessoas em situação de sem-abrigo que recebem apoio dos serviços |          |     |
|--------------------------------------|----------------------------------|----------|-----|--|----------|-----|
|                                      | Homens                           | Mulheres | H+M | Homens   | Mulheres | H+M |
| Dores de cabeça e enxaquecas         | 3                                | 7        | 4   | 13   | 30       | 20  |
| Problemas respiratórios              | 6                                | 5        | 6   | 13   | 14       | 14  |
| Sequelas de acidente ou doença grave | 2                                | >2       | 2   | 15   | 8        | 13  |
| Problemas de articulações e ossos    | 9                                | 8        | 8   | 11   | 9        | 10  |
| Problemas do sistema digestivo       | 2                                | 3        | 2   | 10   | 10       | 10  |
| Desordens alimentares importantes    | >2                               | >2       | >2  | 7  | 11       | 9   |
| Hipertensão                          | 5                                | 3        | 4   | 8  | 9        | 8   |
| Doenças de pele                      | 4                                | 6        | 4   | 8  | 6        | 7   |
| Doenças cardiovasculares             | 3                                | 3        | 3   | 6  | 5        | 6   |
| Doenças do fígado e da vesícula      | >2                               | >2       | >2  | 6  | 4        | 6   |

**QUADRO 32 - PREVALÊNCIA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO DOS 18 AOS 60 ANOS**

Fonte: Cha, 2013, p. 283

Através deste estudo (Cha, 2013, p. 283), verifica-se que:

- As pessoas em situação de sem-abrigo não apresentam patologias específicas, mas a epidemiologia difere da população com alojamento pessoal;



- ✚ Todos os problemas de saúde identificados são agravados de forma muito expressiva entre as pessoas que estão em situação de sem-abrigo<sup>105</sup>;
- ✚ As diferenças mais significativas entre a população com alojamento pessoal e as pessoas em situação de sem-abrigo encontram-se ao nível das dores de cabeça e enxaquecas (diferença de 16 p.p.), ao nível das sequelas de acidente ou doença grave (diferença de 11 p.p.) e ao nível dos problemas respiratórios, problemas do sistema digestivo e desordens alimentares (diferença de 8 p.p.);
- ✚ No que concerne aos homens em situação de sem-abrigo, 15 em cada 100 apresenta sequelas de acidentes ou doenças graves contra 2 em 100 entre os homens que têm alojamento (isto é, quase 8 vezes mais do que na população em geral);
- ✚ Relativamente às mulheres em situação de sem-abrigo, 30 em cada 100 são afetadas por dores de cabeça e enxaquecas contra 7 em cada 100 mulheres que têm alojamento (cerca de 4 vezes mais do que na população em geral). De destacar ainda as desordens alimentares importantes cuja taxa, entre a população com alojamento pessoal, é inferior a 2% e que entre as mulheres em situação de sem-abrigo é de 11% (ou seja, uma diferença de 9 pontos percentuais).

Desta forma, para além do enquadramento dos problemas de saúde como causa da situação de sem-abrigo e dos obstáculos à eficácia da intervenção pensamos ser igualmente importante pensar na saúde/doença das pessoas em situação de sem-abrigo como consequência da própria situação em que se encontram e das eventuais dificuldades que existem no seu acesso a cuidados de saúde básicos

### O negócio da miséria

Perante esta fotografia de quotidianos de miséria e doença, tanto quanto nos é possível perceber, agravados pela própria situação de sem-abrigo, podemos sentir alguma perplexidade perante a **recusa de apoio de alimentação e de acolhimento** que, não raras vezes, é manifestado pelas pessoas em situação de sem-abrigo.

<sup>105</sup> Excetuando os problemas de pele nas mulheres em que a incidência se mantém inalterada relativamente à população com alojamento pessoal.

Mesmo porque esta recusa de apoio em áreas consideradas básicas em termos de sobrevivência pode colocar em causa os próprios objetivos das equipas que prestam apoio.

**Como se explica a recusa em receber apoio por parte de pessoas que não têm, muitas vezes, as suas necessidades mais básicas asseguradas? Que ilações poderemos tirar desta aparente dualidade? Como podem ser lidos estes comportamentos?**

Para explicar estes comportamentos temo-nos socorrido de duas ideias, elas próprias contraditórias entre si:

- Por um lado, evoca-se a falta de lucidez das pessoas em situação de sem-abrigo por recusarem apoio perante a situação de carência em que se encontram;
- Por outro lado, defende-se a importância de se respeitar a sua decisão, qualquer que ela seja, defendendo os princípios de liberdade de cada pessoa à sua autodeterminação (mesmo quando essa decisão supostamente é pouco lúcida).

A situação deverá ser colocada nestes moldes? No respeito ou não respeito pela decisão da pessoa em situação de sem-abrigo? Deverá esta questão ser enquadrada e colocada ao nível de decisões individuais? Não poderíamos ter outra perspetiva se colocássemos no centro da questão as relações complexas e dinâmicas entre pessoas em situação de sem-abrigo e as entidades/pessoas que prestam apoio? Que impacto isso teria na conceção de políticas sociais nesta área? Que alterações teriam de ser produzidas na forma como as instituições funcionam e prestam apoio?

#### A PERPLEXIDADE DA RECUSA DE APOIO ALIMENTAR

*“Um homem pode escolher entre a fome inteira e a vergonha de comer o que nos dão”.*

*(Saramago, 2014, p. 238)*

A questão do apoio alimentar, a nosso ver, deve ser analisada no quadro da vida na rua. Esta constatação básica é determinante porque o apoio alimentar fornecido às pessoas em situação de sem-abrigo inscreve-se na evidência de que as pessoas em situação de sem-abrigo continuam na rua, e que, portanto, necessitam de ser alimentadas.

Este aspeto constitui uma escolha deliberada das políticas sociais atuais e das medidas adotadas há vários séculos.

Pode, então, afirmar-se que este serviço perpetua uma situação de dependência alimentar, sendo que o fornecimento de “refeições” de pão e sopa (chá e bolos) pode ser encarada como o apoio mais arcaico em termos alimentares.

São políticas que continuam a assentar na “dádiva” e na solidariedade e cujas considerações centrais giram em volta dos alimentos doados às instituições e de considerações económicas e de higiene.

“Numa sociedade de abundância em que a alimentação é muito valorizada, ascendendo mesmo ao estatuto de arte, santificando-se o “gosto” e a gastronomia, nega-se estas dimensões às pessoas em situação de sem-abrigo”. (Amistani & Terrole, 2008, p. 11).

As questões de independência alimentar ou mesmo preocupações com o “gosto” da comida ou a forma como a mesma é distribuída são relegadas para um plano de menor importância. O objetivo central é alimentar e que não haja ninguém a passar (morrer de) fome e a noção de prazer não é muito considerada.

Assim, a recusa em receber o apoio alimentar ou mesmo o deitar fora o que lhes é dado podem ser encarados como inaceitáveis e razão para “não merecer o apoio que lhe é dado” pois “não percebem que isto é melhor que nada”. É suposto consumirem o que é “oferecido” sem mesmo se ter em consideração questões de saúde básicas (colesterol alto, diabetes ou problemas sérios bucal-dentários).

Outra questão abordada nalguns estudos (Amistani & Terrole, 2008) e confirmada no âmbito desta investigação é que a alimentação distribuída não é adequada de um ponto de vista nutricional, pelo menos no que concerne a frutas e vegetais frescos, os quais são muito solicitados por parte das pessoas em situação de sem-abrigo, mas não são integrados no *stock* de produtos a serem distribuídos.

No estudo já mencionado (Amistani & Terrole, 2008) levado a cabo em Paris, verificou-se mesmo que o défice de frutas e legumes levou a que fossem integrados suplementos vitamínicos, o que em alguns casos (principalmente no que se refere à vitamina B6) trouxe sérios problemas para as pessoas, pois, após a introdução dos mesmos, assistiu-se a níveis de saturação e “overdose” que prejudicou a saúde das pessoas em situação de sem-abrigo.

[Assiste-se reiteradamente] à “falha atual dos dispositivos de alimentação das pessoas em situação de sem-abrigo e à obstinação continuada em tentar resolver esta questão no quadro de uma filantropia renovada e “humanitária”.

(Amistani & Terrole, 2008)

Por outro lado, segundo alguns estudos (Amistani & Terrole, 2008) a questão da alimentação das pessoas sem-abrigo não tem sido analisada de um ponto de vista da sua autonomia (escolha). A questão da escolha tem estado totalmente ausente, a não ser quando falamos da escolha entre aceitar ou não aceitar o que é distribuído.

“Pode mesmo afirmar-se que as pessoas em situação de sem-abrigo é que vão permitir a reciclagem de *stocks* e de excesso de alimentos e a valorização económica através de desagravamentos fiscais a empresas que doam alimentos”.

(Amistani & Terrole, 2008, p. 13).

É interessante notar que a questão da autonomia alimentar das pessoas em situação de sem-abrigo, para além de ter sido pouco estudada, contradiz a alienação com que representamos as pessoas em situação de sem-abrigo, já que implica estratégias de procura de alimentos, seja nos lixos públicos ou do comércio, seja através da negociação para terem autorização para retirar os restos de comida das mesas dos restaurantes, fazendo uso da mendicidade para comprar, entre outros, produtos, alimentos ou exercendo alguns “biscates” como por exemplo arrumar carros para conseguirem algum dinheiro para esse e/ou outros fins (Amistani & Terrole, 2008).

Neste sentido, a recusa de apoio alimentar pode ser encarada como uma reivindicação de autonomia, uma rutura com um serviço que continua a promover a dependência.

## A PERPLEXIDADE DA RECUSA DE ACOLHIMENTO

“A vida nos abrigos está longe de ser ideal, e as condições de vida são frequentemente descritas como semelhante às dos asilos tradicionais”.

(Simard, 2000 *apud* (Hurtubise, R., Babin, Pierre-Olivier., & Grimard, C., 2009, p. p. 6)

A Constituição da República Portuguesa, no artigo 65.º, preconiza que todas as pessoas têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Neste sentido, para além da conceptualização do direito à habitação, como um direito universal, percebe-se a distinção entre uma habitação/lar e um abrigo.

O abrigo seria aqui enquadrado como uma estrutura física que permite acolher temporariamente e que teria o objetivo “reabilitar”, facilitando a transição para uma habitação (que proporcionaria um modo de vida mais estável) e instituindo, para o efeito, determinadas normas e regras que balizam e identificam os comportamentos considerados inaceitáveis (Neale *et al.*, 1997; Roy *et al.*, 2000 *apud* (Hurtubise, R., Babin, Pierre-Olivier., & Grimard, C., 2009, p. p. 7), nomeadamente:

A autorização para entrar e pernoitar no abrigo depende do estado mental da pessoa (se está sob a influência de álcool e/ou drogas, se apresenta comportamento agressivo, etc.), características pessoais (principalmente o sexo e a idade), ou história de relação com o abrigo (número de noites que aí já permaneceu, respeito pela hora de entrada e saída, cumprimento de todas as normas impostas durante a sua permanência).

Uma vez dentro do abrigo, existem regras que regem a higiene pessoal (tomar banho, trocar de roupa), toque de recolher e acordar, respeito pelas outras pessoas (ruído, comportamento agressivo, violência) e participação em algumas tarefas de grupo (preparação de alimentos, lavar louça).

No entanto, como se constatou esta forma de acolhimento apresenta algumas limitações:

Implicitamente e de forma não oficial o que parece verificar-se é que às pessoas suscetíveis de “evoluir” relativamente a um percurso de inserção, oferece-se possibilidades de acolhimento mais estruturado. Às pessoas consideradas com maiores problemas de socialização e em situação de maior marginalidade, abrigos de emergência cujo único objetivo é dormir uma ou duas noites, tomar banho e comer algumas refeições. Desta forma, este tipo de resposta fragmenta as pessoas em diferentes categorias de apoio e, paralelamente, não parece ir ao encontro das franjas da população que estão numa situação de maior vulnerabilidade e em maior risco.

Não garante, à pessoa que aí permanece alguns dias, o seu próprio “território” (mesmo porque limita o número de noites que aí se pode pernoitar não promovendo um sentimento de pertença), nem garante uma ligação afetiva/emocional ao local (mesmo porque, em muitos casos, é proibido usar determinados objetos pessoais). Pelo contrário, foi bastante surpreendente a forma como alguns recantos onde as pessoas dormem na rua, estão impregnados dos seus objetos pessoais, se rodeiam por pessoas com quem têm algumas afinidades e até mesmo são partilhados com animais de estimação (os quais também são impeditivos de alojamento institucional por ir contra as regras das entidades). Ou seja, em muitos casos, os abrigos improvisados na rua (seja um simples cartão e manta, seja uma tenda construída com objetos recuperados do lixo ou oferecidos por alguma entidade ou indivíduo) constituem um espaço íntimo que não separa do exterior, mas reúne os pertences, a identidade e o “território” da pessoa. Em muitos casos, as pessoas contactadas que pernoitavam na rua referiram que dessa forma tinham liberdade de ir e vir e organizar os quotidianos e o espaço (com objetos pessoais) da forma que queriam. Não tinham um alojamento, nem uma habitação, mas tinham um espaço que sentiam como “seu” e dispunham de “liberdade” para o organizar. Este tipo de acolhimento faz parte da solução ou acabam por apenas reproduzir as condições dos “asilos” vários anos atras? É uma alternativa efetiva a pernoitar na rua?

O incumprimento de uma ou mais regras resulta em penalizações que podem consistir, em última instância, em proibição de pernoitar no abrigo (por um período que pode variar entre um ou dois dias ou até um mês ou mais), o que nos deve suscitar, desde logo, algumas questões, tendo em vista que este tipo de acolhimento é supostamente “incondicional”, ou seja, supostamente não sujeito a condições/requisitos.

Posto isto, podemos perguntarmo-nos **qual o impacto que o alojamento em Abrigos de Emergência ou em Centros de Alojamento Temporários tem nas pessoas em situação de sem-abrigo ao ponto de muitas recusarem este tipo de apoio?**

Alguns estudos (Carrière *et al.*, 2003, Hurtubise *et al.*, 2008 *apud* (Hurtubise, R., Babin, Pierre-Olivier., & Grimard, C., 2009, p. p. 5) referem que o estado de saúde das pessoas que usam abrigos apresenta um sério desafio e outros (Power *et al.*, 1999 *apud* (Hurtubise, R., Babin, Pierre-Olivier., & Grimard, C., 2009, p. p. 5) afirmam mesmo que pernoitar em abrigos pode até causar problemas de saúde através da privação de sono, dificuldade de higiene pessoal ou espaço limitado para armazenamento de bens pessoais.

Resumindo, de uma forma geral, nas sociedades democráticas, em princípio, as pessoas em situação de exclusão não são objeto de repressão direta e explícita, mas a combinação do *foco na “liberdade” de estar na rua e os processos de exclusão ao acesso a direitos básicos, a distinção feita entre pessoas merecedoras de apoio e as não merecedoras, bem como as regras impostas para se aceder a determinado serviço* (supostamente universal) dificultam a integração das pessoas que se encontram nesta situação.

Assim, a recusa de apoio alimentar e de acolhimento pode ser lida como um gesto de rutura relativamente a estes aspetos que foram aqui alvo de reflexão. Uma forma de resistência em face de atos coercivos e punitivos de que as pessoas são alvo face ao alegado “incumprimento” de normas que fogem ao seu controle e entendimento.

Fazendo aqui um paralelismo relativamente ao suicídio, na área da psiquiatria e da psicologia, em geral, afirma-se que *a pessoa não escolhe morrer, escolhe não viver*. Podemos então aqui afirmar que a pessoa em situação de sem-abrigo não escolhe estar sem-abrigo, escolhe não aceitar os apoios que são prestados, nos moldes em que são fornecidos e com as coações impostas.

### Inclusão...no cemitério

“Existe uma incoerência manifesta: a ausência de preocupações pelo “desaparecimento” das pessoas em situação de sem-abrigo por parte dos organismos responsáveis por os apoiar”.

(Terrole, 2003: 194)<sup>106</sup>

Um aspeto central e transversal a este estudo, tanto ao nível da análise dos discursos, como da análise das práticas foi a quase ausência de dados, de notícias, de discursos, de *reports* sobre a morte das pessoas em situação de sem-abrigo fora das descrições de mortes ligadas a condições atmosféricas adversas.

“Mesmo que a maioria dos organismos afirme que se preocupa mais com as pessoas vivas do que com as que já morreram, surpreende o evitamento deliberado da questão relativa à sua mortalidade já que são estes mesmos organismos que articulam as suas campanhas por ocasião das mortes de pessoas em situação de sem-abrigo durante o inverno”<sup>107</sup>.

(Terrole, D., 2003: 195)

Este aspeto de dar visibilidade à morte das pessoas em situação de sem-abrigo apenas como consequência de condições atmosféricas adversas, parece servir, simultaneamente dois propósitos:

Por um lado, reforça a importância do trabalho das instituições para evitar estas mortes em alturas específicas do ano, sendo essa, simultaneamente, a altura propícia para reforçar campanhas de solidariedade;

<sup>106</sup> “Il y a là une incohérence manifeste qui n’a égale que l’absence de préoccupations avouées par nombre de ces organismes chargés de l’aide à ces personnes relativement à leur disparition” (Terrole, 2003: 194).

<sup>107</sup> “Même si la majorité de ces organismes affirment se préoccuper plus des vivants que des morts, l’évitement délibéré de la question de leur mortalité a de quoi surprendre, surtout lorsque ces associations articulent leurs campagnes de mobilization à l’occasion des décès hivernaux des sans-abri” (Terrole, D., 2003: 195).



Por outro lado, oculta as mortes (seguramente excessivas) que ocorrem durante todo o ano e que o trabalho das instituições não evita que ocorram.

**A morte das pessoas em situação de sem-abrigo “apenas” durante os períodos inverniais mais rigorosos contribui para, coletivamente, a considerarmos um “incidente aceitável”.**

“Estas mortes são encaradas de duas maneiras: com indiferença e indignação. O Inverno é o momento propício à indignação. Virá o Verão, o tempo da indiferença. Na ausência de estatísticas precisas, podemos apenas afirmar que as pessoas em situação de sem-abrigo são tão numerosas a morrer no Verão como no Inverno”. (Fairclough, 2001, p. 37)

De facto, ao contrário da ênfase colocada nos levantamentos estatísticos do número e perfil das pessoas em situação de sem-abrigo, são totalmente inexistentes os levantamentos de dados relativamente ao número de pessoas em situação de sem-abrigo que morrem por ano, a idade com que morrem e quais as principais causas de morte<sup>108</sup>. Se existem números conhecidos, por parte de determinadas entidades, e que forçosamente apenas abrangeriam uma parte da realidade, mesmo esses não são tornados públicos e alvo de discussão.

**A omissão do número de mortes de pessoas em situação de sem-abrigo, o alheamento relativamente às reais condições em que falecem, a inexistência de estudos que estabeleçam uma correlação entre as suas mortes e a situação de sem-abrigo em que viveram, podem estar a contribuir, mais uma vez, para escamotear os efeitos deste fenómeno sobre seres humanos concretos.**

“Esconder sistematicamente o número de pessoas sem-abrigo que morrem mantém a ilusão de que a solidariedade, que se manifesta perante esta população, é efetiva e pertinente”.

(Terrole, D., 2003: 198)

Arriscaríamos pensar que tal silêncio poderá ser deliberado e intencional.

<sup>108</sup> Destaca-se a impossibilidade, no âmbito deste trabalho, de obter estes dados junto do Instituto de Medicina Legal, apesar de terem sido enviados esforços nesse sentido.

Porquê que a informação sobre o número de pessoas em situação de sem-abrigo que morrem não é divulgado, nem para efeitos de estatística nacional, nem para efeitos de investigação quando, no âmbito deste fenómeno, existe um foco nos discursos de solidariedade que tentam mobilizar toda a sociedade para “ajudar” e “apoiar” as pessoas em situação de sem-abrigo? Afinal, percebendo e conhecendo melhor as principais causas de morte das pessoas em situação de sem-abrigo, não se poderia tornar-se mais eficaz a sua prevenção?

No entanto esta questão não se coloca apenas relativamente às mortes das pessoas em situação de sem-abrigo. As políticas em geral, no âmbito da questão sem-abrigo, têm tido a particularidade de serem sazonais: “aproximam-se” das pessoas em situação de sem-abrigo nos meses de inverno e em condições particularmente adversas, mas “distanciam-se” nos restantes meses do ano.

Alguns estudos (Amistani & Terrole, 2008) referem mesmo que durante o período de verão três quartos das instituições que prestam apoio às pessoas em situação de sem-abrigo fecham.

“A clemência meteorológica provoca uma indiferença generalizada e uma preocupação menor quanto ao quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo”.

(Amistani & Terrole, 2008)

"A preocupação mediática relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo é sazonal. O frio aumenta a piedade. A neve cria uma verdadeiramente onda de caridade, passageira, como os próprios flocos de neve. O verão enfraquece a compaixão. O calor convida a pensar nas praias e nas viagens, outros universos mediáticos. No verão as condições de vida dos mais desfavorecidos é a menor das preocupações”.

(Gaboriau & Terrole, 2007, p. 23)

### 6.3.2. Desigualdades existenciais

“O vagabundo não perambula para se divertir, ou porque herdou os instintos nómadas de seus ancestrais; antes de mais nada, ele tenta não morrer de fome”.

(Orwell, 2011 [1952], p. 37)

As desigualdades existenciais dizem respeito ao reconhecimento dos indivíduos humanos enquanto pessoas. No livro *Os homens-lixo* de Leonel Moura é descrita a seguinte situação verídica:

“Um vagabundo que dormia num contentor foi recolhido pelo camião do lixo e viu as suas pernas serem parcialmente trituradas pelas garras da máquina”.

(Moura, 2000)

#### “Os homens-lixo”

O autor aborda a questão sem-abrigo enfatizando que as pessoas em situação de sem-abrigo são encaradas pela sociedade, não apenas como indivíduos que vivem *no* ou *do* lixo, mas são eles próprios considerados “lixo”.

De facto, entre o século XIII e o século XX, ou seja, durante mais de sete séculos, discursos e práticas oscilam entre a repulsa e a compaixão, a repressão ou piedade, sendo que as pessoas em situação de sem-abrigo ora são “*queridas e estimadas como temidas e odiadas*” (Reis, 1940, p. 77 e 78) remetendo-se reiteradamente, ao longo de séculos, para uma dupla faceta relativamente ao fenómeno e às pessoas que se encontram na situação de sem-abrigo: as pessoas dignas de apoio e os indivíduos que não o merecem.

“Os fracos, velhos, doentes e os inválidos, aos quais era permitido viver da caridade alheia desde que munidos de licença e alvará, e os que não tendo qualquer incapacidade ou deficiência física se recusavam a trabalhar, vivendo na ociosidade e à margem da vida social. Para estes, que eram classificados como ociosos e vadios, as medidas preconizadas eram muito diversas e podiam ir desde os açoites até à marcação com ferro em brasa passando pela prisão e pelo trabalho compulsivo”.

(Pimenta, 1992, p. 15)

### Quem merece apoio?

Esta distinção relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo vai ao encontro de três categorias discursivas encontradas, de forma reiterada, ao longo do tempo (Gowan, 2010). Os discursos que explicam o fenómeno pela amoralidade, preguiça e opção das pessoas que se encontram nessa situação (**Sin-talk**); os discursos que também encaram o fenómeno do ponto de vista individual, mas devido a patologias específicas do foro mental e dependências (**Sick-talk**); e os discursos que atribuem o fenómeno sem-abrigo às dinâmicas sistémicas da pobreza, sendo os indivíduos encarados como vítimas (**System-talk**).

Cada um destes discursos tem uma relação dialética com as próprias práticas de intervenção social bem como as políticas e medidas aplicadas para combater este fenómeno.

De facto, ao nível das práticas das e dos profissionais, foram também identificadas por Rosenthal (2000) três categorias: **slackers**, não merecedores/as de apoio por se encontrarem em situação de sem-abrigo alegadamente devido às suas próprias falhas (preguiça, irresponsabilidade, e problemas de dependência); **lackers**, merecedoras/es de apoio, pois apesar de terem alegadamente falta de competência, a mesma não será devido a uma falha sua (crianças, pessoas com doença mental ou física); **unwilling victims** merecedoras/es de apoio (apesar de capazes) pois terão sido vítimas de circunstâncias particulares, que ultrapassam o seu controlo.

De destacar que esta distinção entre pessoas merecedoras e não merecedoras é ainda agravada por vários aspetos:

- ✚ Implica logo à partida uma desigualdade existencial, nem todas as pessoas são (formal e informalmente) reconhecidas como seres humanos de pleno direito;
- ✚ O apoio não é enquadrado como um direito social universal (como por exemplo a educação ou a saúde), mas como algo que é “oferecido”;
- ✚ Acarreta uma “política de seleção” estreitamente ligada ao contexto socioeconómico e político, sendo mais comum em tempos de crise e contenção económica existirem critérios mais restritivos para receber apoio;

- ✚ O apoio fica condicionado à adesão de determinado comportamento considerado normativo e é condicionado pela própria visão (subjéctiva e pessoal) que as/os profissionais têm das pessoas como “vítimas” (merecedoras de apoio) ou como indivíduos com comportamentos socialmente inaceitáveis (responsáveis pela situação em que se encontram);
- ✚ Finalmente, o apoio prestado tem-se centrado, em grande parte, em aspetos relacionados com necessidades básicas de sobrevivência, sendo, por isso, particularmente grave enquadrar-se algumas pessoas na categoria de “não merecedoras” (de acolhimento nem de alimentação).

### 6.3.3.Desigualdades de recursos

“Estive nos campos de refugiados na fronteira entre a Etiópia e a Somália precisamente o ano passado, onde vivem 300 mil ou 500 mil pessoas. Cada uma delas recebe três litros de água ao todo, para cozinhar, para beber e para se lavar, e meio quilo de milho. E vivem disso. A água é transportada por 82 autotanques Mercedes e se as estradas estiverem cortadas ou não houver gasolina, a água não chega ao campo e as pessoas morrem no dia seguinte. Estamos a criar, através deste louco mecanismo das chamadas organizações humanitárias, um problema enorme para a humanidade, eliminando a classe camponesa e tornando a humanidade cada vez mais dependente da burocracia das chamadas organizações humanitárias”.

(Kapuscinski, 2002, 75)

Este tipo de desigualdades reporta-se a aspetos relacionados com os rendimentos, riqueza, escolaridade, qualificação profissional, competências cognitivas, culturais, de posição hierárquica nas organizações e de acesso a redes sociais.

No entanto todos estes aspetos estão, de alguma forma, ausentes dos discursos veiculados pelos média e das práticas levadas a cabo no terreno. A ênfase tem sido colocada, ao longo dos tempos, nas respostas de crise/emergência, que traduzem uma preocupação, em grande parte, virada para a satisfação das necessidades básicas, associada a discursos de solidariedade.

## Foco na emergência

Neste ponto convém referir que o apoio de emergência se pauta por três requisitos/pressupostos:

- ✚ **Incondicionalidade** - qualquer pessoa "em risco" ou "em perigo", independentemente do seu *status* ou situação de vida, pode beneficiar do apoio “aqui e agora”, sem qualquer tipo de contrapartida e sem projeto de medio/longo prazo;
- ✚ **Período limitado de acolhimento** – o objetivo é uma resposta imediata, mas limitada no tempo que possa resolver o problema de emergência não tornando crónico o apoio;
- ✚ **Proximidade** – ir ao encontro das pessoas que carecem de apoio.

### A (IN)CONDICIONALIDADE

Relativamente à **incondicionalidade**, surge a primeira contradição: Ao mesmo tempo que a intervenção de emergência rompe com a lógica da intervenção social em que se pretende criar um projeto de vida e um apoio específico e especializado a determinada pessoa (pois centra-se apenas no “aqui e agora”), não chega a romper completamente com a ideia de projeto e de inserção, na medida em que um apoio de emergência não teria qualquer justificação se não contribuísse para soluções a longo prazo (Brémond *et al.*, 2002). Já para não referir que a questão da incondicionalidade do apoio se encontra bastante constrangida pela distinção entre pessoas “merecedoras” e “não merecedoras”.

### PERÍODO (I)LIMITADO DE TEMPO

No que concerne ao **período limitado de tempo**, a contradição reside no facto de que ao se evitar a cronicidade do apoio através de uma resposta limitada no tempo, acaba por se impor ritmos rígidos, de entrada e saída das instituições fazendo uso de regras que nem sempre vão ao encontro das características da população que se visa apoiar, ao mesmo tempo que se atua contra a suposta “incondicionalidade”. Por outro lado, o apoio limitado acaba por ser continuado/reiterado no tempo.

## A PROXIMIDADE QUE AFASTA

Finalmente, no que toca à **proximidade**, e na medida em que grande parte das respostas são de emergência, acaba por não se levar a cabo um trabalho de intervenção social “próximo” das pessoas em situação de sem-abrigo.

Desta forma, esta ênfase na emergência levanta-nos algumas questões, que Laidi (1998) identificou como os três paradoxos da emergência social:

### 1.º PARADOXO: A EMERGÊNCIA NÃO É UMA CATEGORIA EXCECIONAL

Um primeiro paradoxo tem a ver com o facto de a intervenção em emergência não ser enquadrada como uma categoria temporal extraordinária e excecional, mas como uma modalidade temporal comum e semelhante à ação geral (Laidi, 1998). De facto, no que concerne ao fenómeno sem-abrigo verifica-se que, ao longo de mais de sete séculos, o tipo de intervenção acionado de forma privilegiada tem sido o de emergência.

### 2.º PARADOXO: QUEM MAIS PRECISA DE UMA INTERVENÇÃO DE LONGO PRAZO SERVE DE JUSTIFICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO DE EMERGÊNCIA

Um segundo paradoxo relaciona-se com o facto de serem aquelas pessoas (neste caso as pessoas em situação de sem-abrigo) que têm mais a perder com uma sociedade do imediato e que mais necessitariam de uma intervenção de longo prazo que servem de justificação para a reivindicação da necessidade de dispositivos de emergência.

### 3.º PARADOXO: FAZ-SE USO DA EMERGÊNCIA PARA RESOLVER PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Um terceiro paradoxo é que a intervenção de emergência seja levada a cabo para tentar solucionar problemas que são estruturais: *“ataca-se os efeitos sem refletir sobre as causas que os produzem”* (Terrole, n.d.). Um exemplo claro é o facto de a grande maioria das pessoas que acedem ao apoio de emergência, utilizam estes recursos de forma reiterada e regular, pelo que, uma tal fidelização, arruína, à partida, a própria noção de emergência (Vidal-Naquet, 2005).

Uma questão parece pertinente ser colocada: **a intervenção de emergência é eficaz para lidar com questões estruturais? Ou, por outro lado, constitui uma resposta que oculta o disfuncionamento no modelo social?**

“É preciso livrar os pobres dos parasitas que vivem às suas custas. É preciso ir ao contrário do que vamos. Face a escolhas político-económicas que produzem, aberta e cinicamente mais pobres, racionalizar a Emergência Social não é só um erro, é uma obscenidade”.

(Terrole, 2005)

Assim, um aspeto parece consensual nesta matéria: a complexidade da intervenção junto de pessoas em situação de sem-abrigo e o tempo que essa intervenção requer não se coaduna com uma intervenção de emergência. Igualmente, se pensarmos em medir a eficácia da intervenção social “pela sua capacidade de a certa altura esta se tornar desnecessária” (Costa, 1998, 51) a intervenção no âmbito da questão sem-abrigo (e mesmo da pobreza e da exclusão social) deixa muito a desejar.

*O facto de as entidades da sociedade civil e os próprios Governos prosseguirem políticas baseadas numa intervenção de emergência para satisfação das necessidades mais básicas não estará a induzir uma política de sobrevivência? E isso não fragiliza a legitimidade do Estado e das instituições para resolver a questão sem-abrigo? A intervenção de emergência não deveria ser encarada como uma falha da própria sociedade em resolver a questão sem-abrigo, a pobreza, a exclusão social, que configuram problemas estruturais?*

Tal como defende Damon (2001):

“Não se pode evitar um certo ceticismo quanto ao próprio conceito de emergência social, na medida em que será, no mínimo estranho falar de emergência para descrever, caracterizar e intervir em fenómenos recorrentes e estruturais”.

(Damon, 2001)



“Ao contrário da emergência médica, do trabalho dos bombeiros, da proteção civil e de outras entidades que atuam em situações de emergência, a emergência social não age somente em situações imprevistas, inesperadas e acidentais e por outro lado, nem sempre se trata de situações cuja intervenção seja rápida”.

(Damon, 2001)

### Mexer um bocadinho para ficar tudo na mesma

“As novas classes dirigentes africanas tomaram simplesmente o lugar dos velhos patrões brancos. Herdaram, num só dia, os seus privilégios e poderes. Uma elite negra substituiu automaticamente os colonialistas brancos. Esta foi uma das razões do completo fracasso dos novos estados. Não houve regras novas, não houve um novo modo de administração. Não se alterou o Estado ou os mecanismos da economia. Ficou tudo igual: os novos patrões negros tinham os mesmos privilégios dos seus antecessores brancos. E não demoraram muito a perceber os oleados mecanismos de corrupção. A independência não modificou a estrutura do poder branco: é aqui que radicam as razões do naufrágio de África”.

Kapuscinski, 2002, 54)

O texto *supramencionado* traduz a opinião de Kapuscinski quando questionado sobre o porquê de as independências terem falhado em África, enfatizando este que as alterações provocadas não produziram mudanças efetivas e estruturais.

*No que respeita ao fenómeno sem-abrigo as alterações de políticas produziram mudanças efetivas? Ou melhor, tem-se assistido, efetivamente, a uma alteração de políticas?*

Como se viu, de um ponto de vista político e social tem-se insistido na intervenção de emergência para lidar com um problema estrutural como a questão sem-abrigo. No entanto, é de referir algumas medidas “inovadoras” que têm sido apresentadas ao longo do tempo.

A 29 de outubro de 2013 foi transmitida na TSF uma peça sobre uma experiência piloto que estava a ser levada a cabo em Arroios, Lisboa, que consistia na criação de cacifos para as pessoas que vivem na rua guardarem os seus pertences.

“A nossa intenção é construir degraus para que a pessoa saia da rua de vez. Os cacifos: ajudam a criar alguns hábitos, permitindo que as pessoas tenham um espaço seu para guardar as coisas de forma digna e segura”.

(Presidente da Associação Conversa Amiga, 29 de outubro de 2013)

Este projeto piloto “cacifos solidários” vem na linha de algumas sugestões “inovadoras” para lidar com a questão sem-abrigo que já foram implementadas há vários anos noutros países:

- ✚ Por exemplo, em 1993, em Amesterdão, na Holanda foram distribuídos os *slaap-dooz* às pessoas em situação de sem-abrigo, que consistem numa espécie de cartões impermeáveis cujo objetivo seria proporcionar um maior conforto às pessoas que dormem ao relento (embora continuassem a dormir na rua);
- ✚ Nessa mesma década, em 1994, em Paris, França, foi lançado um concurso de arquitetura para se conceber uma “*balise urbaine*” que permitiria às pessoas em situação de sem-abrigo ter acesso a um telefone e um fax que lhes possibilitasse responder a ofertas de emprego e pudessem estar domiciliados (apesar de continuarem ao relento).

São apenas algumas medidas “inovadoras” que servem para ilustrar que o trabalho em prol das pessoas em situação de sem-abrigo poderá servir alguém ou alguma entidade, mas não as que carecem de apoio. **Faz-se muita coisa, investe-se muito dinheiro, intervém-se de forma contínua e a solidariedade é uma constante, mas não se tiram as pessoas da rua.**

Gaboriau, P. & Terrole, D. (2007: 142) chamam a atenção de que este facto poderá explicar, de alguma forma, aquela frase repetida inúmeras vezes de que “quem é sem-abrigo permanece sem-abrigo”<sup>109</sup>. Tudo parece organizado para que a franja da população mais vulnerável permaneça nessa situação.

<sup>109</sup> Neste sentido a nossa opção pelo uso da terminologia pessoa em situação de sem-abrigo não se coadunaria com a realidade vivida pelas pessoas e poderia até constituir um eufemismo que ocultaria uma realidade bem mais cruel – a impossibilidade de sair da situação em que se encontram.

“A dignidade do homem é exaltada à esquina de cada rua onde reina a mendicidade. E o discurso humanitário, que significa ele? Apenas isto: que um brinde dado à miséria fica mais barato do que qualquer reivindicação salarial”.

(Vaneigem, 1999, p. 69)

“O que a riqueza tem de mais feliz é o permitir aliviar a miséria dos outros”.

[Bruno, G., 1987 *apud* Gaboriau, P. & Terrole, D.; 2003: 25)]

## 6.4.Pluralidades na “produção” do fenómeno sem-abrigo

Therborn (2010) propõe ainda que as desigualdades podem ser “produzidas” através de quatro mecanismos: distanciamento, exclusão, hierarquização e exploração, pelo que de seguida tentar-se-á analisar o fenómeno sem-abrigo à luz desses mecanismos.

### 6.4.1.Distanciamento

“Hoje o mundo é grande, é infinito. Cresce constantemente e será certamente mais fácil para um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que para nós conhecer, ouvir e compreender tudo o que constitui a existência de quase dez biliões de pessoas”.

(Kapuscinski, 2002, 45)

### O desenvolvimento económico não erradica o fenómeno sem-abrigo

O distanciamento enquanto potenciador de desigualdades sociais resulta de processos de competição ou concorrência em sistemas de interdependência.

Houve uma altura em que se acreditava que o desenvolvimento económico de um país levaria à erradicação da pobreza e das desigualdades sociais. O desenvolvimento económico de determinados países e as grandes inovações científicas e industriais, as quais trouxeram uma melhoria da qualidade de vida para amplas franjas da população, não trouxeram forçosamente uma diminuição das desigualdades e nem suprimiram a miséria em que vivem ainda milhões de seres humanos. Esse “distanciamento” pela positiva em termos de “progresso” não erradicou o “distanciamento” a que as pessoas em situação de sem-abrigo continuam a ser votadas.

O desenvolvimento e a economia a crescerem durante décadas, pelo menos em alguns países considerados mais ricos, não fez o fenómeno desaparecer nem deu indícios de estar a diminuir, o que leva a crer que não basta criar riqueza, é preciso pensar “para quê, para quem e em que condições” (Gaboriau, P. & Terrole, D., 2007: 13).

### O afastamento dos “não-lugares”

“Em termos antropológicos, os sem-abrigo ocupam os não-lugares (viadutos, estações, carros, parques) que, em oposição aos lugares antropológicos, não são identitários, relacionais ou históricos, e criam uma contratualidade solitária”.

[Augé, 1994 *apud* (Bento, 2000, p. 4)

“Moradores e comerciantes da Avenida Almirante Reis têm vindo a colocar gradeamentos nas arcadas dos prédios nos últimos meses para impedir a permanência dos sem-abrigo na zona”.

(Jornal Sol, 06 de abril de 2013)

Através do parágrafo acima transcrito de um jornal publicado durante o ano de 2013, em Portugal, podemos constatar que, à primeira vista, a estratégia usada para lidar com pessoas em situação de sem-abrigo (colocar gradeamentos nas arcadas) parece contradizer, de forma profunda, os discursos e as narrativas de solidariedade emanados pelo discurso político e pela sociedade civil sobre populações em situação de extrema vulnerabilidade.

Pelo contrário, pode mesmo falar-se numa arquitetura hostil às pessoas em situação de sem-abrigo, exemplos esses que também já foram encontrados em vários países. Deixam-se aqui alguns exemplos:

- ✚ Instalação de **pinos metálicos** em locais com características úteis para a pernoita de pessoas em situação de sem-abrigo (Alemanha, China, Inglaterra, Portugal, entre outros). Estas medidas têm sido desenvolvidas tanto por entidades privadas (Bancos Millennium e BCP) como por entidades estatais (ex.: *Euston Station em Londres*);



**FOTO 1 - PINOS METÁLICOS EM LOCAIS COM CARACTERÍSTICAS ÚTEIS PARA A PERNOITA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO**

Fonte: <https://publicplacespastpresent.wordpress.com/2014/06/11/homelessness-and-controlling-public-spaces/> (consultado a 15 outubro de 2016)

- ✚ Instalação de **bancos** que impossibilitam as pessoas em situação de sem-abrigo de lá dormirem



**FOTO 2 - CAMDEN BENCH**

Fonte: (Leão, 2014, p. 17)



**FOTO 3 - BANCO COM OBSTÁCULOS À PERNOITA/DESCANSO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO**

Fonte: (Leão, 2014, p. 17)

- ✚ Outra medida arquitetónica (adotada por exemplo em *Yantai Park Shangdong*, na China) diz respeito à criação (por um artista) de bancos de metal que impedem as pessoas de se sentarem a não ser que introduzam uma moeda de €0,50 o que faz com que os pinos baixem por um determinado período. Ou seja, cada um dos bancos do parque foi equipado com um temporizador operado por moedas que deve ser alimentado como um parquímetro.
- ✚ Para além destes aspetos convém mencionar ainda a colocação de sistemas de vigilância não apenas em espaços privados, mas também públicos, nomeadamente em países como a Inglaterra, Dinamarca, Noruega, onde foram instaladas câmaras nas ruas do centro das cidades, em transportes públicos, lojas e grandes centros comerciais. Também na ribeira do Porto, em Portugal foram instaladas, pela Associação de Bares, um conjunto de câmaras devido à insegurança que era vivida por parte de utentes dos bares<sup>110</sup>.

Estas práticas mais restritivas do espaço público podem acontecer por uma miríade de razões, nomeadamente:

“porque a presença de pessoas/atividades é encarada como um perigo ou, pelo menos, um distúrbio das atividades normais para as quais o espaço foi projetado, ou são, de alguma forma, contrárias às imagens e/ou símbolos desse espaço”.

(Tosi, 2007, p. 226)

No entanto, as limitações expostas restringem a vida das pessoas em situação de sem-abrigo, já que muitas destas pessoas passam grande parte do seu dia (e da noite) nesses espaços. A rua constitui o “local onde funcionam, onde vivem, onde se reúnem em interações sociais, onde podem reivindicar algum grau de conforto pessoal” (Doherty *et al*, 2006: 12 *apud* Tosi, 2007, p. 227-228). A rua constitui assim, ainda que paradoxalmente, um “lugar onde as pessoas em situação de sem-abrigo podem sentir-se seguras e de alguma forma protegidas” (Giannoni, 2007: 9 *apud* Tosi, 2007, p. 228).

<sup>110</sup> Posteriormente foram desligadas por não ter havido autorização por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).



As restrições impostas nos espaços públicos podem ser um indicador importante para percebermos o paradigma em que se enquadra a questão sem-abrigo: da política social (positiva) passa-se para a ordem pública (negativa), a qual consiste numa abordagem individualista e responsabilizante das pessoas pela sua própria situação, tornando, simultaneamente, a questão sem-abrigo mais invisível ao olhar comum.

“Ao longo de milhares de anos, os seres humanos desenvolveram a linguagem para a compreensão e cooperação na realização das suas tarefas. Hoje em dia, as palavras e os conceitos utilizam-se deliberadamente para a confusão, para violentar o entendimento e, em última instância, para impor significados contrários à realidade”.

(Romano, 2008, 71)

#### 6.4.2.Exclusão

“Eu por necessidade vivo e necessitado continuo”.

(Saramago, J. *in Memorial do convento*, p. 228)

A exclusão diz respeito às restrições que certos grupos colocam ao acesso de outros a recursos e oportunidades. **Será o conceito de exclusão social adequado para enquadrar a questão sem abrigo?**

Parece óbvio que o conceito de exclusão, enquanto categoria analítica, é incontornável em termos sociológicos. No entanto, não se trata de um conceito isento de riscos. Assim, parece-nos oportuno levantar algumas questões no que concerne à aplicação deste conceito ao estudo da questão sem abrigo<sup>111</sup>.

#### Paradoxo epistemológico da pobreza

Um dos riscos do uso do conceito de exclusão social para enquadrar a questão sem-abrigo é que parte do princípio e faz uso da comparação entre indivíduos que ocupam posições diferenciadas na estrutura social (Diogo, 2006, p. 264).

<sup>111</sup> Não se trata de colocar o conceito em causa ou de defender que o mesmo não deve enquadrar a questão sem-abrigo, mas apenas de tecer algumas considerações, que poderão ajudar a identificar alguns constrangimentos relativamente ao mesmo.



Mais, ao fazê-lo privilegia a análise dos indivíduos que se situam em determinada posição, em detrimento da análise da *relação* entre os indivíduos e a ordem social e os processos sociais instituídos, os quais perpetuam as desigualdades sociais. Será aproximadamente aquilo que Paugam designa por “paradoxo epistemológico da pobreza”:

“Para analisar e explicar a pobreza temos de designar os pobres a partir da distância a determinados padrões sociais. No entanto, esse mesmo recorte de uma categoria baseia-se numa valorização das noções de sucesso e insucesso material que contribui para a tornar realidade e para a legitimar”.

(Paugam *in* (Diogo, 2006, p. 264)

Por meio desta distinção/fragmentação da realidade focamos-mos ora na estrutura, ora nos indivíduos, mas não tanto na relação dialética entre estas duas “forças”, o que de alguma forma reforça e perpetua a naturalização destas relações e, conseqüentemente, a naturalização do fenómeno.

“Por meio de classificações que legitimam a diferença, a injustiça social é naturalizada e deixa de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas”.

(Resende, 2009)

Esta naturalização é ainda reforçada na medida em que a questão sem-abrigo constitui um fenómeno secular, isto é, mistura-se com a própria história da humanidade, o que, por si só, pode reforçar de que existe independentemente das políticas públicas, das medidas acionadas e da própria ação humana.

Para Thompson (2002), a naturalização é uma estratégia de construção simbólica, ligada à reificação. Apaga-se a história dos fenómenos, apresentando-os como naturais e aquilo que são construções sociais ou criado socialmente são representadas como acontecimentos naturais. De facto, a naturalização da situação de sem-abrigo faz com que, muitas vezes, esta deixe de ser encarada como um problema social, sendo as pessoas que se encontram nesta situação, excluídas e representadas de forma negativa como irresponsáveis, preguiçosos. Por meio destas classificações que legitimam a diferença, a situação em que se encontram deixa de ser questionada como injustiça ou problema social, passando a ser entendida como um estado natural. Paralelamente esta naturalização do problema tem o efeito de destituir as

pessoas e grupos que se encontram nesta situação de direitos e de minar suas possibilidades de articulação e resistência.

A naturalização da questão sem-abrigo (ou como qualquer pessoa pode ficar em situação de sem abrigo...será?)

De salientar que no âmbito da questão sem-abrigo, a naturalização é ainda reforçada pela ideia de que “qualquer pessoa pode ficar sem-abrigo, ou seja, a situação resulta do “azar” ou de uma escolha pessoal.

“Nos anos 60/70 do século passado acentuava-se a noção de sujeito como passivo e explorado pelos grupos dominantes, sendo que na modernidade o sujeito voltou a ser encarado como ativo e ator participante. Contudo a ideia de que as vítimas podem passar a atores da sua própria vida também coloca, de certa forma, a responsabilidade nos próprios. Aqui convém fazer referência aos trabalhos de Habermas e Walzer que têm em comum romper com os fundamentos da filosofia do sujeito para se abrirem a uma dimensão intersubjetiva das relações sociais”.

(Guerra, I., 2002, p. 66)

Colocando-se a questão no “azar” ou na “opção própria”, perpetua-se, não só a naturalização do fenómeno, mas também se desincentiva a mobilização da sociedade perante um problema social que tem contornos de autêntica barbárie. Afinal, se resulta do azar ou é uma opção própria a situação não constituirá uma injustiça propriamente dita.

#### SEM-ABRIGO...UM AZAR?

As pessoas em situação de sem-abrigo, nos dias de hoje, já não são os indivíduos “vagabundos” ou “mendigos” de outrora. No fundo, qualquer pessoa pode ficar em situação de sem-abrigo, sobretudo devido às graves situações de instabilidade e vulnerabilidade social em que se vive atualmente e que se começaram a acentuar nas grandes cidades a partir dos anos 80 (Quintas, 2010, p. 9).

A ideia de que qualquer pessoa pode vir a ficar em situação de sem-abrigo, para além de proficuamente veiculada entre o senso comum, é também explanada em trabalhos científicos (tal como o *supramencionado*) e ainda nas notícias veiculadas pelos média que relatam situações de pessoas bem enquadradas socialmente que “decidem” ir viver na rua.

No entanto, questionamo-nos:

*O filho de um grande empresário tem as mesmas probabilidades de se encontrar em situação de sem-abrigo do que uma criança que esteve institucionalizada grande parte da sua vida? Uma pessoa jovem que dorme na rua coberta por papelão de cartão para evitar o frio e que procura comida no lixo terá as mesmas probabilidades de se tornar juíza ou médica? Ou seja, **todas as pessoas apresentarão o mesmo grau de risco de ficar em situação de sem-abrigo?***

Estas são as questões que se colocam por detrás da afirmação de que qualquer pessoa pode tornar-se, em qualquer altura da sua vida, uma pessoa em situação de sem-abrigo. De facto, os estudos científicos (Fairclough, Discurso e mudança social, 2001, p. 49) têm, de forma reiterada e consistente, demonstrado que os riscos não são, de todo, os mesmos dependendo do meio social de origem da pessoa.

*“Les risques de devenir SDF ne sont pas les mêmes si l’on est diplômé, issu d’un milieu aisé, avec des ‘relations’; ou d’un milieu sous-prolétaire, sans formation ni patrimoine, avec des amis peu argentés qui, même pour quelques mois, ne pourront pas aider financièrement. Non il n’y a pas une égalité préalable des citoyens qui rendrait autant probable la misère extreme d’un chômeur, fils de banquier du XVI<sup>e</sup> arrondissement, et celle d’un chômeur, fils de manoeuvre de Gennevilliers”.*

(Fairclough, Discurso e mudança social, 2001, p. 50)

As notícias de indivíduos milionários que se tornaram “sem-abrigo” podem levar a crer que todas as pessoas podem, um dia, estar em situação de sem-abrigo - “é um azar”, como se costuma dizer. No entanto é nossa visão que tais discursos/histórias de vida não representam as trajetórias de vida de grande parte das pessoas em situação de sem-abrigo.

*“Ser sem-abrigo implica mais do que um modo de viver, é um modo de sobreviver”.*

(Barreto & Bento *apud* Instituto da Segurança Social, 2005)

## SEM-ABRIGO: UMA ESCOLHA?

“Uma física indeterminista não é suficiente para criar espaço para a liberdade humana”.

(Popper, 2011, p. 135 e 136)

Por outro lado, quando se aborda a questão sem-abrigo, muitas vezes, parte-se do pressuposto que existe a liberdade de escolha de viver na miséria e na rua e de que essa decisão implica uma liberdade individual de ação, pois a pessoa não teria de cumprir horários ou compromissos de várias ordens. Se determinada situação em que uma pessoa se encontra resulta da sua própria escolha, podem aplicar-se discursos do tipo “temos de respeitar a sua escolha”, “se se encontra nessa situação é por responsabilidade própria”, “foi a sua decisão”. Esta visão interrelaciona-se, vai ao encontro (e reforça de alguma maneira) a diferenciação histórica entre as pessoas “merecedoras” e “não-merecedoras”. Apenas os indivíduos que não “escolheram” estar em situação de sem-abrigo devem ser ajudados pois “não será culpa sua”.

A reflexão que se tenta fazer no âmbito deste trabalho é: ***porquê que a “escolha pessoal” de viver na rua aparece como determinante, quando vários trabalhos sociológicos nos mostram que as escolhas se enquadram num determinado percurso social e se elaboram em função do espaço e do lugar social ocupado?*** (Gaboriau & Terrole, 2007: p. 61 e 62).

“Chacun tend à choisir ce vers quoi il est orienté (cetter orientation n’est pas systematique et mécanique, elle est statistique, en termes de probabilité), et cela en fonction de la position sociale qu’il occupe, et la tentation est grande de revendiquer ce choix comme étant le sien”.

(Gaboriau & Terrole, 2007: p. 62)

***Em que medida o indivíduo que não come e não dispõe de meios para ganhar a vida é um sujeito verdadeiramente livre? E quando falamos de escolha, essa escolha enquadra-se em que possibilidades?***

Estar em situação de sem-abrigo não tem a ver com “azar” ou com “opções pessoais”. A questão sem-abrigo é demasiado complexa para poder ser resumida desta forma simplista e, de forma geral, as estatísticas e os estudos nesta área reforçam que as condições sociais, familiares e sociais influenciam de forma muito significativa as trajetórias e os trajetos individuais.

“Uma teoria da ação assume que no centro da análise está essa relação complexa e complementar entre o ator e o sistema nos mais diversos contextos históricos”.

(Guerra, I, 2002, p. 62)

Urge, assim, refletirmos relativamente à pertinência do próprio conceito de exclusão social como enquadramento teórico à questão sem-abrigo já que, ao longo da história, tem sido enquadrado como uma exceção/exclusão [social] em relação à norma, mas esta exceção/exclusão acaba por ser a norma/regra em que se vive há séculos.

“Na oitava tese sobre o conceito da história, escreve Benjamin: A tradição dos oprimidos ensina-nos que o estado de exceção em que vivemos é a regra.

(Agamben, 2013, p. 221)

A questão sem-abrigo não é uma categoria entre outras no interior da experiência da sociedade, é, antes, um conceito e uma existência limite na ausência do respeito pelos direitos humanos fundamentais, os quais, apesar da invisibilidade a que são votados, acabam por ser a parte mais visível do iceberg...não nos devendo contudo esquecer a parte debaixo do iceberg composta por todas aquelas pessoas e famílias que vivem numa habitação, mas em condições de extrema precariedade e, muitas vezes, sem um rendimento mínimo para fazer face a necessidades básicas de sobrevivência.

“O império do livre-câmbio difundiu assim pela terra inteira um humanismo do Direito, ao mesmo tempo que o direito de viver humanamente não se encontra em lado nenhum”.

(Vaneigem, 1999, p. 45)

### 6.4.3. Hierarquização

“A intervenção social é, muitas vezes, mitificada, porque na sua essência trata-se, também, de uma relação de poder.

(Carla Pinto)

“Deleuze: A vida torna-se resistência ao poder quando o poder assume a vida como objeto”.

(Agamben, pp 343)

A hierarquização trata da institucionalização de posições de superioridade ou inferioridade em organizações formais.

Nas vésperas da Revolução de 5 de outubro de 1910, a situação das instituições em Portugal era descrita desta forma:

“Cada um dos estabelecimentos tem o seu estatuto e o seu regulamento privativo e vive em estado de independência a respeito dos outros, faltando assim a recíproca colaboração e convergência para o fim comum”.

[Enfermeiro-mor do Hospital Real de São José e Anexos, José Curry da Câmara Cabral *apud* (Pereira D. , 2011, p. 1)].

Mais de um século depois, um dos constrangimentos encontrados, no âmbito deste estudo, ao nível da intervenção social levada a cabo no terreno é o mesmo: a falta de articulação/integração do trabalho levado a cabo pelas entidades que prestam apoio nesta área.

Salienta-se ainda que as essas entidades para além de tendencialmente trabalharem de forma mais isolada têm tendência para funcionar num sentido único. Isto é, as instituições estabelecem aquilo que deve ser a norma, denunciam quem não as cumpre e “condenam” essas pessoas a sanções, também elas, estabelecidas pela própria entidade. Instituem regulamentos e normas de funcionamento, os quais são balizados segundo os valores das mesmas.

## Institucionalização da marginalização?

“Já se viu uma pessoa que doa apoio financeiro para uma instituição que apoia os sem-abrigo ir dormir nos centros de acolhimento para os quais ela dá o dinheiro? (...) Já se viu algum doador ir tomar banho numa estrutura que ele apoia monetariamente? Claro que não! Porque se ele doa às ONG é precisamente para se manter à distância da realidade dos mais desfavorecidos”.

(Terrole, n.d.)

Franz Kafka, no seu livro *O processo* conta a história de um homem que foi detido e que, ao longo de toda a história, luta por perceber qual era a acusação que tinham contra si, quem o acusava e com que bases legais. O livro faz uso de uma parábola: diante da Lei está um guarda e um homem pede para entrar, ao que o guarda afirma que ele terá de esperar. O homem estranha a Lei não ser acessível a todas as pessoas, mas decide esperar (durante vários anos), até ao dia da sua morte. Mesmo antes do homem morrer o guarda diz-lhe: nesta porta ninguém, para além de si, podia entrar, pelo que agora a vou fechar.

A obra é, sem dúvida, uma forte crítica ao sistema judicial. No entanto, podemos encará-la como uma crítica mais abrangente a ações arbitrárias, ao abuso de poder, aos sistemas doutrinadores que lançam regras que têm de ser seguidas de forma acrítica.

Fazendo um paralelismo com as respostas no âmbito do fenómeno sem-abrigo, a porta aberta na qual supostamente não se pode entrar pode simbolizar a missão dos Centros de Alojamento Temporários criados para dar esse acolhimento, mas que elencam uma série de regras que inviabilizam, não raras vezes, o próprio apoio para o qual foram criados.

Enfatiza-se, assim, a complexidade da vigência de regras (aparentemente) “sem significado” que, em muitos casos, acabam por impedir que o apoio seja efetivamente prestado. **Mais do que o ato de acolher é a potencialidade de se poder prestar esse acolhimento que está a ser financiado por parte do Estado.** A questão apresenta ainda contornos de maior gravidade se pensarmos que o apoio que pode ser (e é), por vezes, recusado se insere nas chamadas respostas imediatas às necessidades básicas.

As lógicas do acolhimento das pessoas sem-abrigo (mas não só) são, sem dúvida impenetráveis e aparentemente contrárias aos discursos de solidariedade preconizados por essas entidades. Salienta-se ainda que, para além destas regras mais formais, verifica-se que a hierarquia é estabelecida através de formas mais subtis e informais, nomeadamente através do valor e respeito atribuído à pessoa ou ao grupo social a que pertence (*status* social) e o grau de liberdade que lhe é permitido.

Esta situação é agravada na medida em que os discursos veiculados pelos média legitimam e justificam essas regras institucionais, atribuindo “dignidade” normativa às práticas enquadrando-as como necessárias, ajustadas e imperativas.

Para Robert Putnam, capital social refere-se a práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos e cidadãos de uma dada sociedade. Nesta perspetiva, capital social pode ser encarado como um sistema de participação que estimula a cooperação. Quanto maior a capacidade das pessoas de confiarem umas nas outras, maior o capital social. O autor defende, assim que a confiança pessoal está diretamente ligada à confiança nas instituições. Aplicando este conceito ao fenómeno sem-abrigo evidencia-se, não só pelas regras institucionais impostas, mas também pelas representações das pessoas em situação de sem-abrigo relativamente às instituições e às respostas/serviços que prestam, que a confiança nas instituições está marcadamente afetada.

*“As regras, instituições e valores devem estar alinhados e reforçar-se mutuamente”.*

*(Pereira, P., 2012, p. 12)*

É defendido por alguns autores (McNaught & Bhugra, 1996 *apud* (Bento, 2000, p. 4) que os albergues são instituições que apresentam poucas pressões sociais e que têm uma grande tolerância relativamente a comportamentos menos adequados. No entanto, neste estudo não foi essa a perceção que as próprias pessoas em situação de sem-abrigo deram desse tipo de resposta, justificando que a própria forma como funcionam se assemelham a prisões e que “preferem” dormir na rua do que pernoitar num centro de acolhimento.



As opiniões das pessoas em situação de sem-abrigo, no âmbito desta investigação, vão mais ao encontro de alguns estudos que têm mostrado que algumas instituições que acolhem pessoas em situação de sem-abrigo são um espaço organizado de “maus tratos institucionais”, que negam quaisquer direitos às pessoas acolhidas, acolhendo-as em dormitórios coletivos, sem qualquer intimidade, sem apoio de técnicas/os de serviço social e onde se assiste a uma infantilização sistemática das pessoas. Agrava-se ainda porque existirá uma tendência (informal) para se proceder à “seleção dos indivíduos que se considera com mais mérito e da criação de listas de pessoas indesejáveis” (Cefai & Gardella, 2011, p. 31 e 32).

#### 6.4.4.Exploração

“A vadiagem e mendicidade constituem um problema de manifesta influência na vida dos povos, sendo consideradas como o primeiro estágio do crime, afirmando João Romeiro, escritor Brasileiro, no seu Dicionário de Direito Penal que quem não tem do que viver e não procura adquiri-lo com o seu trabalho, é claro que não poderá deixar de usar de meios criminosos para satisfazer às necessidades imperiosas da vida”.

(Reis, 1940, p. 25)

Entende-se exploração como a apropriação assimétrica por uns indivíduos de bens e valores produzidos por outros.

A subsistência económico-financeira é um fator importante não só para a subsistência física, como também para a subsistência psicológica, já que também *“permite reforçar a autoestima e o sentimento de autonomia e competência”* (Karabanov, Hughies, Ticknor, Kidd, & Patterson, 2010) e ainda fornecer um sentido de cidadania que facilita o sentimento de pertença à sociedade.

### “O trabalho liberta!” (ou como dissimular o “esgotamento do grande imperador”)

Neste sentido pode compreender-se o papel central que tem sido dado ao trabalho como forma de combate à exclusão social, propiciando a inclusão/integração.

De facto, através da análise histórica, já em 1211, D. Afonso II proibia que no reino residissem indivíduos que não tivessem o seu próprio sustento (ou alguém que por eles se responsabilizasse). O trabalho delimitava a integração ou a exclusão de determinados indivíduos tendo como critério a sua utilidade.

Neste sentido, ainda hoje, para estar inserido ou merecer apoio para a sua inserção o individuo tem de comprovar não ser ocioso, ter ocupação e dedicar-se ao trabalho. **Acima de tudo existe o mito/alibi da inserção.** Os discursos apresentam a exaltação da inclusão/inserção através do trabalho e do emprego e que o mesmo configura condição necessária para não se ser/estar excluído. De facto, um dos critérios que determina a integração/inclusão de determinado indivíduo é a sua “utilidade” para a comunidade/sociedade.

A importância do trabalho como potencial de regeneração da pessoa em situação de sem-abrigo, como valor moral, social e económico, em geral, sempre foi reforçada, lembrando, já no século XX, o icónico símbolo de Auschwitz, a inscrição “*Arbeit macht frei*”<sup>112</sup>. No entanto, este foco central na importância do trabalho parece paradoxal se tivermos em conta o fenómeno que Soulet (2000 *apud* Bento, 2001, p. 2) designou por “*o esgotamento do Grande Imperador - o trabalho* - onde se assiste a taxas de desemprego tendencialmente altas e desemprego e subemprego mesmo entre população altamente qualificada. Neste contexto, qual o sentido de os contratos e programas de inclusão serem orientados para o trabalho, muitas vezes inexistente e/ou precário?

“Há uma rota claramente discernível que vai da exploração de trabalhadores/as em empregos arriscados e insalubres, em busca de lucros, à desigualdade de saúde e de expectativa de vida”.

(Goran, 2010; p. 147)

---

<sup>112</sup> O trabalho liberta.

## Atividades de subsistência... ou nem por isso?

Simultaneamente ao foco no papel central no trabalho é de referir que:

- ✚ vários são os estudos que identificam atividades delituosas no seio da população em situação de sem-abrigo (Hein, 2006; Miner, 1990; Evans & Forsyth, 2004; Williams & Stickley, 2011), sendo que essas atividades ilícitas são enquadradas como resultantes da própria necessidade de sobrevivência (Evans & Forsyth, 2004);
- ✚ as atividades que podem suportar a subsistência das pessoas em situação de sem-abrigo são “denegridas”, não havendo um reconhecimento generalizado que a própria vida nas ruas exige um constante e árduo trabalho de sobrevivência.

Este último ponto vai ao encontro do estudo de Karabanov, Hughies, Ticknor, Kidd, & Patterson (2010, p. 52) em que as narrativas dos próprios sujeitos em situação de sem-abrigo referiam que o objetivo era amealhar a quantia suficiente para satisfazer determinada necessidade imediata e que o trabalho informal estava significativamente entrelaçado com o próprio fenómeno sem-abrigo.

No caso concreto Português, numa investigação com 73 pessoas em situação de sem-abrigo, levada a cabo por Pimenta (1992), mostra que a maior parte das pessoas que vivem na rua angariam dinheiro através da mendicidade e de pequenos trabalhos informais e não através do roubo ou do furto<sup>113</sup>.

Neste sentido, alguns estudos vêm mostrar que as estratégias de subsistência financeira mais referidas são as atuações de rua/entretenimento, a mendicidade e a atividade de arrumação de carros (Karabanov, Hughies, Ticknor, Kidd, & Patterson, 2010), as quais dificilmente podem ser enquadradas como atos criminosos.

---

<sup>113</sup> Esta tendência já foi identificada por Fúlvia Rosemberg (1993) relativamente a crianças de rua, elas próprias em situação de sem-abrigo (in *O discurso sobre criança de rua na década de 80, Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, v. 87, p. 71-81).

No caso específico da atividade de arrumação de carros, um estudo de Machado Pais refere:

“Alguns automobilistas contactados confessaram que, quando dão dinheiro a um arrumador, o fazem por receio de represálias – riscos no carro, pneus furados, vidros partidos”.

(Pais, 2001, p. 380)

No entanto, o mesmo estudo (Pais, 2001, p. 380) mostra que os arrumadores de carros entrevistados tinham, de um modo geral, “uma ética de trabalho baseada no brio profissional”, ética essa “desenvolvida com espírito de missão”, “elevado sentido de profissionalismo, de zelo, civismo e sentido de cumprimento do dever”.

“Encontrámos dois arrumadores que nos referiram ter pago a multa correspondente ao reboque de automóveis mal-estacionados por culpa assumida”.

(Pais, 2001, p. 384)

Resumidamente, subscrevendo a afirmação de Gaetz & O’Grady (2004) “there is little evidence that homeless people avoid work”, consideramos que as pessoas em situação de sem-abrigo têm as suas próprias atividades para angariar meios de sobrevivência, os quais podem ser conceptualizados como trabalho e o foco que tem sido dado ao trabalho formal e remunerado pode estar a contribuir para a própria ausência de medidas de prevenção do fenómeno.

## Autenticidade? reflexões finais

“Sentimos que mesmo depois de serem respondidas todas as questões científicas possíveis, os problemas da vida permanecem completamente intactos”.

(Wittgenstein *apud* Santos, B.S., 1989, p. 137)

Neste capítulo final recapitulam-se as questões que lhe deram origem:

- Qual a relação entre os discursos veiculados pelos média, no que concerne à questão sem-abrigo, e as práticas no âmbito do sistema-interventor?
- Qual a extensão e tipo de voz que é dada (no âmbito dos média), às pessoas em situação de sem-abrigo?
- Que recomendações poderiam criar uma forma de luta eficaz relativamente à questão sem-abrigo?

Para tentar responder às mesmas optou-se por uma investigação com características exploratórias, descritivas e, simultaneamente, explicativas. Exploratória porque pretendeu analisar o fenómeno sem-abrigo através de uma nova perspetiva: da inter-relação discursos-práticas e da relação micro-macro. Descritiva porque se pretendeu descrever os discursos e as práticas instituídas. Finalmente, explicativa porque a investigação apresentou ainda a preocupação de tentar explicar como os discursos, cumulativamente, vão contribuindo para a reprodução das práticas e das estruturas instituídas. Para o efeito optou-se por uma abordagem qualitativa que fez uso de uma perspetiva diacrónica para perceber como é que o fenómeno sem-abrigo tem sido retratado ao longo do tempo e que mudanças ocorreram ao nível das políticas e do enquadramento normativo; e de uma perspetiva sincrónica de forma a ir ao encontro das vivências quotidianas das pessoas em situação de sem-abrigo, tentando apreender a dinâmica do fenómeno através das suas experiências, relações, interações e da voz dos próprios sujeitos.

Finalmente, em termos de enquadramento teórico e metodológico optou-se pelo uso da Análise Crítica do Discurso - ACD (Fairclough) e o Modelo de Intervenção Social (Carmo). Pretendeu-se um conhecimento “multidimensional” do objeto de estudo, que é também ele multidimensional.

Assim, esta investigação visou compreender a relação entre os discursos e as práticas, abrangendo vários níveis de análise (macro, meso e micro), tentando superar a dualidade entre o tradicional foco nos atores (teorias interacionistas) ou nos sistemas (teorias sistémicas). Esta abordagem holística visou enriquecer o enquadramento e compreensão do fenómeno de forma mais abrangente e na sua relação com a sociedade onde vivemos, sendo complementada por uma abordagem crítica que pretendeu enunciar, não a construção de um saber, mas a correção de discursos que são reiteradamente construídos, reconstruídos e partilhados socialmente.

De seguida apresentam-se algumas reflexões sobre os principais resultados desta investigação, tentando responder às questões de partida.

## 1.Qual a relação entre os discursos veiculados pelos média, no que concerne à questão sem-abrigo, e as práticas no âmbito do sistema-interventor?

De acordo com os resultados obtidos neste estudo, a relação entre discursos e práticas, no âmbito da questão sem-abrigo, orienta-se em dois sentidos: por um lado, conclui-se que existem elações de consonância e, por outro lado, verifica-se a existência de relações de dissonância.

### 1.1.Consonâncias entre discursos e práticas

Dos resultados obtidos, pode afirmar-se que os discursos nos média incidem maioritariamente em respostas de emergência, aspeto que vai ao encontro das práticas de intervenção social, elas próprias, sustentadas ainda, em grande parte, no abrigo [temporário] e na distribuição de alimentação.

A este nível convém destacar que sendo a questão sem-abrigo um fenómeno estrutural, é surpreendente que o foco que continua a ser dado seja conjuntural (crise/emergência). Por outro lado, constatou-se ainda que a representação do fenómeno sem-abrigo, nos média, caracteriza-se por “discursos-resposta” a circunstâncias sazonais específicas o que também corrobora as práticas preocupadas, essencialmente, com a mitigação de aspetos ligados a condições atmosféricas adversas e com o bem-estar das pessoas em situação de sem-abrigo durante a época natalícia. Finalmente, em termos de relações de consonância entre discursos e práticas, é de salientar ainda que os discursos que fazem distinção entre as pessoas merecedoras e não merecedoras de apoio espelham práticas que ainda tendem a selecionar os indivíduos que podem (ou não) aceder a determinado serviço.

De destacar que os aspetos que se identificam como consonantes ao nível dos discursos e das práticas (emergência, sazonalidade e distinção entre pessoas merecedoras e não merecedoras) foram encontrados no quadro normativo português ao longo de mais de sete séculos.

## 1.2. Dissonâncias entre discursos e práticas

Relativamente às dissonâncias entre discursos e práticas, os resultados apontam que, de uma maneira geral, os discursos tendem a reforçar a importância do conhecimento do fenómeno como pré-requisito para uma mais adequada intervenção. Esta ênfase no conhecimento têm-se centrado em dois aspetos: a importância atribuída ao *conceito* e à *quantificação* como forma de “melhor conhecer para melhor intervir”. Em termos do *conceito*, tem-se defendido que este ajuda a definir quem é elegível para determinado apoio, ajuda a circunscrever o fenómeno e a decidir que políticas/respostas/medidas podem ser mais eficazes, ou seja, vai ao encontro da ideia “melhor conhecer para melhor intervir”. Porém, no que respeita à questão sem-abrigo, verifica-se que os conceitos usados têm sido muito dispare e usados para caracterizar fenómenos também eles muito diferentes (fluxos migratórios ou deslocações sociais, extrema pobreza, miséria e mendicidade, etc.) e que mesmo quando os conceitos são mais precisos,

estes variam entre visões muito estritas (não ter alojamento) até outras mais abrangentes (desafiliação). A este nível, convém ainda destacar que a designação das pessoas em situação de sem-abrigo faz-se ainda através da omissão de determinadas características que poderiam associar as pessoas em situação de sem-abrigo a uma valência positiva ou descrevê-las de forma mais “humana”, verificando-se a omissão de determinados termos que eventualmente poderiam fazer a alusão à condição humana das pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente (ex.: termos como pessoa, cidadão, cidadã).

No que concerne à *quantificação*, as estimativas têm variado consoante o conceito de sem-abrigo adotado e ainda consoante as fontes, com as instituições privadas, que dependem de financiamentos, a tenderem a inflacionar os números e as instituições públicas governamentais a subestimá-los. Assim, verificou-se que a preocupação e o foco no conhecimento do fenómeno (operacionalização do conceito e conhecer a dimensão do fenómeno) podem estar a constituir um obstáculo a olharmos para a vida concreta das pessoas, impedindo-nos (ou dificultando) o enquadramento da questão sem-abrigo como uma questão da própria humanidade e da sociedade como um todo. Este conhecimento do fenómeno tem-se baseado ainda na omissão de dados e informação sobre o estado de saúde e o número de mortes das pessoas em situação de sem-abrigo, no alheamento relativamente às reais condições em que falecem, na inexistência de estudos que estabeleçam uma correlação entre as suas mortes e a situação de sem-abrigo em que viveram, o que pode, mais uma vez, estar a contribuir para escamotear os efeitos deste fenómeno sobre seres humanos concretos. Ou seja, esta ênfase no conhecimento como forma de melhor intervir não se coaduna com práticas de intervenção social que se têm mantido relativamente estáveis e continuadas ao longo do tempo (intervenção de emergência) e que se têm manifestado insuficientes para erradicar o fenómeno, continuando o mesmo a ter, nos dias de hoje, uma prevalência muito significativa (apesar de todo o conhecimento já produzido).



Outro aspeto a realçar é o facto de os discursos humanitários e de solidariedade não se coadunarem com práticas que acabam por “manter” as pessoas em situação de sem-abrigo, pois centram-se, em grande parte, apenas na mitigação de algumas das necessidades mais prementes (abrigo e alimentação), ou seja, em práticas paliativas (e por vezes até punitivas). Por oposição aos discursos caritativos, humanitários e até filantrópicos que mobilizam a chamada solidariedade da sociedade, verifica-se um silêncio deliberado quanto à realidade que vivem diariamente as pessoas em situação de sem-abrigo (as suas vivências), a desumanidade e a miséria em que estão envolvidos os seus quotidianos, as estratégias diárias que têm de acionar de forma a poderem sobreviver, os seus problemas de saúde e as suas mortes. Isto é, os reiterados discursos de solidariedade (abstratos) não parecem ir ao encontro dos problemas de saúde e a morte (real) das pessoas em situação de sem-abrigo. De salientar ainda que dentro desta dissonância, encontra-se ainda um discurso aparentemente contraditório pois apesar do silêncio (deliberado) quanto às vivências das pessoas em situação de sem-abrigo e as estratégias que têm de acionar de forma a poderem sobreviver, geralmente enaltece-se a sua capacidade de resiliência. Na prática traduz-se no paradoxo: “eles já aprenderam a viver naquela situação, têm resiliência e defesas próprias”. Assim, verifica-se que mesmo as estratégias de *coping* e a resiliência que as pessoas em situação de sem-abrigo usam para lidar com situações adversas podem ser usadas para minorar ou mesmo justificar a manutenção das pessoas na situação em que se encontram.

Relativamente às dissonâncias entre discursos e práticas merece ainda especial atenção o facto de os discursos defenderem a universalidade e a incondicionalidade do apoio de emergência e isso contrastar com práticas que selecionam os indivíduos “merecedores” de apoio por parte dos serviços. De destacar que esta distinção entre pessoas merecedoras e não merecedoras é ainda agravada por vários aspetos: *primeiro* porque implica logo à partida uma desigualdade existencial, nem todas as pessoas são (formal e informalmente) reconhecidas como seres humanos de pleno direito;

*segundo* porque o apoio não é enquadrado como um direito social universal (como por exemplo a educação ou a saúde), mas como algo que é “oferecido”; *terceiro*, porque acarreta uma “política de seleção” estreitamente ligada ao contexto socioeconómico e político, sendo mais comum em tempos de crise e contenção económica existirem critérios mais restritivos para receber apoio; *quarto*, porque o apoio fica condicionado à adesão de determinado comportamento considerado normativo e é condicionado pela própria visão (subjéctiva e pessoal) que as/os profissionais têm das pessoas como “vítimas” (merecedoras de apoio) ou como indivíduos com comportamentos socialmente inaceitáveis (responsáveis pela situação em que se encontram); finalmente, em *quinto* e último lugar, o apoio prestado tem-se centrado, em grande parte, em aspetos relacionados com necessidades básicas de sobrevivência, sendo, por isso, particularmente grave enquadrar-se algumas pessoas na categoria de “não merecedoras” (de acolhimento nem de alimentação).

Ao nível das dissonâncias entre discursos e práticas, gostaríamos ainda de destacar que os discursos com foco na inserção pelo trabalho contrastam com a prática que evidencia altas taxas de desemprego (mesmo entre população altamente qualificada) e a existência de pessoas em situação de sem-abrigo que trabalham, mas que devido à precariedade do mesmo que não conseguem sair da situação de sem-abrigo. Este aspeto merece uma reflexão mais aprofundada já que este estudo evidencia que já em 1211, D. Afonso II proibia que no reino residissem indivíduos que não tivessem o seu próprio sustento (ou alguém que por eles se responsabilizasse). O trabalho tem delimitado, ao longo dos séculos, a integração ou a exclusão de determinados indivíduos tendo como critério a sua utilidade. Neste sentido, ainda hoje, para estar inserido ou merecer apoio o indivíduo tem de comprovar não ser ocioso, ter ocupação e dedicar-se ao trabalho. Os discursos apresentam a exaltação da inclusão/inserção através do trabalho e do emprego e o mesmo configura condição necessária para não se ser/estar excluído. No entanto, este foco central na importância do trabalho parece paradoxal se tivermos em conta que se assiste, tal como já foi referido, a taxas de desemprego tendencialmente altas e desemprego e subemprego mesmo entre população altamente qualificada.

Uma nota ainda para destacar que para além destas dissonâncias entre discursos e práticas que respondem, de forma direta, a esta questão de partida, foram encontradas, ao longo deste estudo, outras dissonâncias que merecem aqui algum destaque pois ajudam-nos a perceber como o fenómeno tem sido enquadrado ao longo do tempo.

- Ao mesmo tempo que as pessoas em situação de sem-abrigo são excluídas do acesso a direitos humanos fundamentais continuam a ser encaradas como pessoas livres, como cidadãos e cidadãos de plenos direitos e ainda, por vezes, consideradas incapazes de se esforçarem para saírem da situação em que se encontram;
- Ao mesmo tempo que são vítimas da miséria são associadas, com alguma frequência, a comportamentos socialmente considerados desadequados, ilegais e mesmo criminosos, o que tem contribuído para a construção da imagem simbólica coletiva de desacreditar as pessoas em situação de sem-abrigo, trazendo à tona preconceitos que serão acrescentados às conotações já negativas do termo "sem-abrigo", Isto é, apesar de as pessoas em situação de sem-abrigo não terem asseguradas as condições mínimas de sobrevivência e de dignidade, as pessoas são associadas a um conjunto muito abrangente de características que, em geral, têm peso negativo;
- Dignos e dignas de pena ou heróis e heroínas dos média, pessoas sem nada, mas a quem são atribuídos, por parte da sociedade, do Estado e das instituições, vultuosos investimentos financeiros e técnicos, fomentando uma imagem de que o Estado investe muito dinheiro a apoiar as pessoas em situação de sem-abrigo, de que as instituições de solidariedade fazem um excelente trabalho e de que as ações de caridade são o suficiente para se lidar com o fenómeno. Esta visão parcial da realidade não remete a questão sem-abrigo para uma violação grave dos direitos humanos fundamentais e para as limitações da própria intervenção que é levada a cabo;

- Ênfase em respostas (ditas) inovadoras que mais não são do que uma repetição dos serviços (de acolhimento e alimentação) prestados ao longo de séculos e que continuam a manter em situação de sem-abrigo milhões de pessoas. É ainda de mencionar que a própria arquitetura é, muitas vezes, hostil às pessoas em situação de sem-abrigo (ex.: Instalação de pinos metálicos em locais com características úteis para a pernoita de pessoas em situação de sem-abrigo, instalação de bancos que impossibilitam as pessoas em situação de sem-abrigo de lá dormirem, criação de bancos de metal que impedem as pessoas de se sentarem a não ser que introduzam uma moeda de €0,50). Estas práticas mais restritivas do espaço público tendem a limitar e restringir a vida das pessoas em situação de sem-abrigo, já que muitas destas pessoas passam grande parte do seu dia (e da noite) no espaço de rua.

De facto, a questão sem-abrigo indicia ser exemplo paradigmático da convivência de múltiplas contradições, as quais podem estar a contribuir para perpetuar o fenómeno através de duas ilusões: a ilusão da coesão social, ou seja, de que a sociedade como um todo está a fazer (e tem feito) tudo o que é possível para ajudar as pessoas em situação de sem-abrigo e a ilusão do sucesso da intervenção, isto é, de que as políticas sociais e as respostas existentes têm sido (e são) adequadas para lidar com o fenómeno sem-abrigo.

## 2.Qual a extensão e tipo de voz que é dada (no âmbito dos média), às pessoas em situação de sem-abrigo?

A principal voz, presente nos textos, é de especialistas, isto é, pessoas que representam uma instituição, pelo *status* que têm como figura pública ou pelas suas competências/conhecimentos académicos ou profissionais. Esta categoria aparece em mais de 89,5% dos casos. Estes/as especialistas pertencem a entidades públicas (nível central e local), entidades pertencentes ao terceiro setor e existem ainda casos que esses/as especialistas não estão associados a nenhuma entidade, ou já, “falam” em nome individual.

De salientar ainda que relativamente às vozes se assistiu a uma tendência para a polarização das mesmas. Os/As experts, apresentados/as como politicamente corretos/as, contrastam com a inexistência de voz das pessoas em situação de sem-abrigo (representando apenas 7% do *corpus*). Sobressai o facto de que quando a voz das pessoas em situação de sem-abrigo surge é geralmente para as próprias pessoas reforçarem o “bom trabalho” levado a cabo pelas instituições que os/as apoiam. A maior parte dos exemplos diz respeito à felicidade que as pessoas sentem por terem uma festa de Natal com comida especial. Poder-se-ia dizer que a voz das pessoas em situação de sem-abrigo, quando aparece, serve para legitimar a existência de determinadas instituições e o apoio (muitas vezes de emergência, marcado por um forte assistencialismo) que as mesmas prestam.

### 3. Que recomendações poderiam criar uma forma de luta eficaz relativamente à questão sem-abrigo? (ou como o que é necessário tem de ser viável!)

“Enquanto o mundo e cada estado deixarem uma parte dos cidadãos na impossibilidade de um mínimo de qualidade de vida, está em causa a ética da ação política. A dignidade humana do todo social não comporta hiatos [...]. **O que é necessário tem de ser viável**”.

(“Ética, cidadania e política”. Lisboa, 2002. Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo, 17)

Em 1982, João dos Santos publicou um livro que intitulou “A caminho de uma utopia...Um instituto da criança e em 1983 operacionalizou-se o Instituto de Apoio à Criança.

Enquanto Ministro da Justiça, em 1990, Laborinho Lúcio referia ter um sonho: a constituição de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco (CPCJ) em cada concelho. Hoje, volvidos quase 30 anos, esse sonho já se tornou realidade. Com este trabalho alguns sonhos surgiram à luz do dia.

### 3.1.Problema secular, mesmo paradigma? Apreciações no âmbito da Política Social

“Os caminhos são muitos, mas às vezes repetem-se”.

(Saramago, J. *in Memorial do Convento*, p. 319)

Dos resultados obtidos através deste trabalho surpreendeu, de forma particular, que durante mais de sete séculos (entre o século XIII e o século XX) as políticas, os discursos e as medidas adotadas se mantiveram, praticamente inalteráveis no que diz respeito a três questões: políticas baseadas na emergência, intervenção social predominantemente ao nível do apoio às necessidades mais básicas (de acolhimento e alimentação) e discursos e práticas baseadas na distinção entre pessoas em situação de sem-abrigo merecedoras e não merecedoras. Assim, mesmo que saibamos que a superação do fenómeno sem-abrigo não é tarefa apenas para a política social, pensamos que esta pode ser trabalhada no sentido de assumir um papel mais dinâmico como instrumento potenciador de uma maior justiça e coesão social e de erradicação do fenómeno sem-abrigo, pelo que identificamos algumas considerações nesta área que poderiam ser tidas em conta no futuro.

- A Política Social ser abrangente, universal, integral e integradora de direitos sociais coletivamente garantidos (paralelamente ao que acontece com o Estado Social tendencialmente universal como forma de garantir direitos básicos universais), superando o foco na vulnerabilidade (individual ou estrutural) e priorizando a coesão social;
- Integração de uma perspetiva de género nas políticas públicas, na medida em que as políticas, no âmbito do fenómeno sem-abrigo, se traduzem em resultados diferentes para mulheres e para homens;
- Reavivar e fazer renascer a noção de serviço público e deixar de apostar no paradigma da privatização (nomeadamente através de parcerias público privadas), sujeito aos valores do lucro;

- A questão sem-abrigo ser encarada como um crime aos direitos humanos fundamentais, focando-se em conteúdos relacionados com *victims issues*, principalmente no que toca às situações de exclusão mais “invisíveis”, onde há necessidade de promover o seu reconhecimento como cidadãos e cidadãos com direitos violados;
- Implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017 -2023 (ENIPSA), a qual contempla medidas abrangentes e setoriais já identificadas como necessárias.

### 3.2.Problema antigo, novos discursos? Apreciações no âmbito dos média

Porque combater o fenómeno sem-abrigo não passará apenas pela mudança de políticas, e porque, como se viu ao longo desta investigação, os discursos (principalmente os veiculados pelos média) moldam a forma como representamos, como encaramos e como nos posicionamos face à questão sem-abrigo, propõem-se algumas recomendações a este nível.

- Aliviar a retórica que alimenta os discursos sobre a questão sem-abrigo como uma emergência, os quais têm contribuído para justificar algumas respostas de carácter mais assistencialista;
- Substituir o uso de imagens do fenómeno abstratas, despersonificadas e desumanas por trajetórias/histórias de vida individuais e com rostos humanos;
- Equilibrar as vozes que “falam” sobre o fenómeno, dando particular atenção à voz das pessoas em situação de sem-abrigo;
- Mitigar os conteúdos que reiteradamente associam a questão sem-abrigo a comportamentos aditivos e dependências, desemprego e a comportamentos delinquentes e/ou criminosos, estigmatizando-os/as, isto é, desconstruir as representações simplistas estigmatizantes, procurando revelar a realidade heterogénea das suas histórias de vida;

- Dar lugar a conteúdos que se foquem mais na questão sem-abrigo como uma violação grave dos direitos humanos fundamentais, em causas multidimensionais e nas consequências para a vida das pessoas em situação de sem-abrigo;
- Pugnar por uma designação do fenómeno sem-abrigo assente em discussões académico-profissionais e que, simultaneamente, traduza a condição humana das pessoas em situação de sem-abrigo (por exemplo, através do uso dos termos pessoa, cidadão, cidadã);
- Romper com a naturalização do fenómeno, patente, muitas vezes, na ideia de que “qualquer pessoa pode ficar sem-abrigo”, facultando dados concretos que evidenciem que as condições sociais, familiares e societais influenciam, de forma muito significativa, as trajetórias individuais, realçando ainda que nem todas as pessoas apresentam o mesmo grau de risco de ficar em situação de sem-abrigo.

### 3.3.Velho problema, outros apoios? Apreciações ao nível das respostas sociais

Ao nível das práticas concretas, dos serviços concedidos e da forma como são prestados, parece-nos premente:

- Estudar o impacto específico das respostas existentes (Centros de Alojamento Temporários e Equipas de Rua) na vida das pessoas em situação de sem-abrigo, avaliando ainda o grau de inclusão/integração das pessoas em situação de sem-abrigo através destas respostas;
- Regulamentar as respostas sociais nesta área e definir requisitos mínimos para o seu funcionamento e para a intervenção social aí levada a cabo;
- Privilegiar o foco na prevenção e nas respostas estruturais ao fenómeno em detrimento das respostas de emergência e das intervenções de carácter mais remediativo/paliativo;
- Valorizar o alojamento efetivo e individual em detrimento do acolhimento temporário e coletivo;



- Privilegiar a qualidade e a distribuição digna e personalizada de alimentos, rompendo com o paradigma da “sobrevivência” e da dependência que se tem baseado na premissa de que as pessoas se mantêm na rua;
- A recusa de apoio (principalmente do acolhimento) por parte das pessoas em situação de sem-abrigo deixar de ser interpretada como “uma opção” da própria pessoa em permanecer na rua, mas como um gesto de rutura com a forma como esse serviço é prestado, nos moldes em que é prestado e com as normas (muitas vezes punitivas) que são impostas, promovendo um repensar do serviço que prestam e da forma como funcionam;
- Passar do foco na ocupação, nas formações, na procura ativa de emprego e na integração baseada no trabalho, quase sempre precário ou mesmo inexistente, para o emprego efetivo e digno;
- Convidar as pessoas em situação de sem-abrigo a assumirem-se como sistemas interventores para ajudarem outras pessoas em situação de sem-abrigo a encetarem o seu processo de inclusão facilitando que estas possam delinear e encetar o seu próprio percurso inclusivo criando vinculações sucessivamente mais fortes (entre si e com parcerias cada vez mais sólidas) de modo a cerzir uma rede social de apoio que lhe permita sair da situação em que se encontram, no sentido de alcançarem uma inclusão cada vez mais sólida.

### 3.4. Novas questões, outros caminhos? Apreciações ao nível da investigação

Ao nível da academia sugere-se que sejam colocadas **novas questões que se centrem nas relações entre a questão sem-abrigo e as estruturas sociais em que se enquadra**. Por exemplo, perguntar por que razão alguém se torna sem-abrigo ou se é sua escolha estar nessa situação deve ser substituído pela procura do fundamento da existência deste tipo de fenómeno e da nossa convivência com ele. Parece-nos ainda premente **promover a relação entre investigação e responsabilidade social**, considerando prioritário:

- Promover o conhecimento sobre as **questões de mortalidade** das pessoas em situação de sem-abrigo, e as circunstâncias em que ocorrem, perscrutando eventuais correlações entre as suas mortes e a situação de sem-abrigo em que viveram;
- Analisar as **questões de saúde** das pessoas em situação de sem-abrigo, não apenas numa perspetiva individual, como eventual causa do fenómeno ou mesmo como obstáculo que dificulta (e até inviabiliza) a intervenção social, mas numa perspetiva da sua envolvente social e também como eventual consequência. Por exemplo, a premissa de que as pessoas em situação de sem-abrigo têm comportamentos aditivos e dependências e perturbações do foro mental, poderia ser complementada pelo estudo dos efeitos que estar em situação de sem-abrigo pode ter na sua saúde e de que forma estar sem-abrigo pode despoletar ou agravar determinados problemas de saúde;
- Introduzir uma **perspetiva de género** no estudo do fenómeno sem-abrigo já que as causas, consequências, estratégias acionadas, respostas, etc. não são as mesmas para mulheres e para homens em situação de sem-abrigo;
- Acima de tudo, julgamos que a investigação pode ter um papel essencial em descrever, analisar e também denunciar as abordagens que distorcem, ignoram ou, mesmo, diminuem a humanidade das pessoas em situação de sem-abrigo.

### Limitações da investigação

Neste capítulo final não poderíamos deixar de referir uma das limitações/contradições no âmbito deste trabalho: **a importância dada, no âmbito desta pesquisa, à Análise Crítica do Discurso e às formas de designar (enquadradas estas como práticas sociais) não resultou em formas alternativas de nomeação do fenómeno e das pessoas em situação de sem-abrigo.** A designação patente ao longo desta investigação – Pessoa em situação de sem-abrigo – teve o mérito de dar um rosto humano aos indivíduos e de remeter para o carácter transitório de uma situação que pode (e deve) ser alvo de políticas e respostas para a erradicar.

No entanto, paralelamente não ajudou a demonstrar a “brutalidade da vida quotidiana” de que fala Michel Mollat (1992 *apud* Gaboriau, P. & Terrole, D.; 2003: 10) e sem a qual, acreditamos, a miséria humana e o fenómeno sem-abrigo não podem ser compreendidos, pois é naturalizado e, por conseguinte, alvo de relativa indiferença.

#### 4. Em jeito de conclusão...



**FOTO 4 - DEATH AT THE GATES OF HEAVEN (JAVIER BAULUZ, 2000)**

Fonte: <http://javierbauluz.blogspot.com.br/>

Nesta foto, registada por Javier Bauluz, a 2 de setembro de 2000, e que venceu o prémio Pulitzer, um casal de turistas mantém-se indiferente ao lado do corpo de um imigrante que morreu afogado durante um naufrágio. O fotógrafo surpreendeu-se com a indiferença do casal que estava apenas a alguns metros de distância do cadáver e registou a situação através desta fotografia. Referiu ainda que a praia estava cheia de pessoas, umas deitadas a apanhar sol e outras a tomarem banho e que tentou captar a imagem do cadáver do imigrante contrastando com a praia repleta de pessoas a divertirem-se.

No entanto, ao procurar o melhor ângulo, foi impedido por um guarda de concluir a foto, mesmo quando se identificou como jornalista. Permaneceu no local várias horas e as cenas de indiferença mantiveram-se.

Esta fotografia convoca-nos para a mais grave situação de exclusão social: a da invisibilidade e indiferença que nega a humanidade dos próprios sujeitos. Isto é, a indignação não reside na constatação de que o universo físico de determinadas pessoas não seja visualizado nem na inexistência de empatia para com o sofrimento de outros indivíduos. O mal-estar intensifica-se quando a própria existência e a natureza das experiências de determinadas pessoas são negadas, tornando-se intangíveis, impensáveis em termos de puro raciocínio. Assim, poderíamos correr algum risco e afirmar que **a forma como está organizada a sociedade traz um benefício tão grande para algumas pessoas que a discriminação de determinados indivíduos se pode tornar aceitável.**

No ensaio “The tragedy of the commons”, Garreth Hardin (1968) o autor pergunta o que acontecerá quando se partilha um bem/recurso comum e se é motivado apenas pelos interesses pessoais, respondendo que o que acontece é uma tragédia. No caso específico do problema relacionado com a sobrelotação mundial ele chega mesmo a afirmar: *The population problem has no technical solution; It requires a fundamental extension of morality.*

Josué de Castro uma vez terá dito: “denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”.

Este trabalho evidenciou que, até certo ponto, a existência do fenómeno sem-abrigo é um flagelo que se perpetua, em grande parte, graças a relações de poder instituídas e naturalizadas, por um determinado segmento da sociedade contra “outros” seres humanos concretos e reais, à luz da indiferença de todas e todos nós. Pensamos que o **fenómeno sem-abrigo exigiria da nossa sociedade preocupações éticas e princípios fundamentais de direitos humanos, que parecem não ser ainda uma prioridade.**

A grandeza que se impõe não é descobrir algo novo, mas também não é fazer igual. Impõe-se a fundação de novos corpos políticos baseados na noção de bem comum e exige-se declinar a política enquanto satisfação de interesses pessoais ou de determinadas oligarquias, relativizando normas de conduta que aparentam ser autoevidentes.

**A questão sem-abrigo não é “apenas” um problema social, é um problema da nossa própria sociedade** e da forma como reiterada e continuamente passamos indiferentes perante a ausência do respeito por direitos humanos fundamentais.

“(…) imagina a nossa natureza, relativamente à educação ou à sua falta, de acordo com a seguinte experiência. Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Então lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoço, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa eminência, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no género dos tapumes que os homens dos “robertos” colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles... Semelhantes a nós... Logo que alguém soltasse um deles, e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz... que julgas tu que ele diria, se alguém lhe afirmasse que até então ele só vira coisas vãs, ao passo que, agora estava mais perto da realidade e da via da verdade, voltado para objetos mais reais? Portanto... voltar-se-ia, para buscar refúgio junto dos objetos para os quais podia olhar, e julgaria ainda que estes eram na verdade mais nítidos do que os lhe mostravam?” (Platão, Alegoria da Caverna)

“A minha experiência pessoal é a de que sair da caverna platónica é um processo que nunca termina e que devemos estar sempre preparados para repensar e possivelmente abandonar as crenças, por mais estimadas que possam ser. E embora este processo possa, muitas vezes, ser doloroso, também pode ser uma das atividades mais sustentadas e mais frutíferas em que os seres humanos se podem envolver...” (Carlo Strenger, 2012)

“A única guerra efetiva a travar contra a pobreza consiste em mudar as condições que a geram, mudar o modo de vida, de desperdício, de pensar, de distribuir a riqueza” (Romano, 2008, p. 142).

“Ouviremos o protesto donde quer que venha, e no coro das aspirações dissonantes e por vezes antagónicas prestaremos atenção ao silêncio dos que na sociedade permanecem sem voz. A luta que travamos é contra o tempo [...] O lugar onde travamos a luta é aqui e longe. São os nossos problemas reais, concretos do povo que somos, mas são também os problemas do mundo de longe. Porque todo o problema é hoje universal e planetário (...) há que aceitar compartilhar o destino da Humanidade inteira”<sup>114</sup>.

(Maria de Lourdes Pintasilgo)

---

<sup>114</sup> *Discurso de Maria de Lourdes Pintasilgo aquando da sua tomada de posse como Chefe do Governo dos cem dias.*

## Bibliografia

- Abreu, L. (2007). *Asistencia y caridad como estrategias de intervencion social: Iglesia, Estado y Comunidad sec XV-XX*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Agamben, G. (2013). *A potência do pensamento*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Aldeia, J. (2011). *A barraca do Rui: Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Amistani, C., & Terrole, D. (18 de novembro de 2008). *L'alimentation des sans-abri: entre autonomie et dépendence*. Obtido de Anthropology of food [Online]: <https://journals.openedition.org/aof/4952#quotation> [obtido a 23 de julho de 2018]
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, E. (2000). *Vinculação e relações de objeto dos sem-abrigo: Um estudo exploratório*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA).
- Benjaminsen, L., & Andrade, S. (15 de outubro de 2015). *Testing a typology of homelessness across welfare regimes: Shelter use in Denmark and the USA*. Obtido de Routledge: <http://dx.doi.org/10.1080/02673037.2014.982517> [Obtido a 18 de junho de 2018]
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem amor, Sem abrigo*. Lisboa: Climepsi.
- Bernardo, C. (2012). *O Conceito de Emergência Social: Estudo de caso - A Linha Nacional de Emergência Social (LNE5-144) - Do laboratório ao observatório social*. Lisboa: ISCSP.
- Bhaskar, R. (1998). Critical realism: Essential readings. In M. Archer, & R. Bhaskar, *Centre for critical realism*. London: Routledge, p. 16-103.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão: A influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brandão, J. (2014). *A história da pobreza em Portugal*. Portugal: Saída de Emergência.
- Cabral, M. V. (Junho de 1999). Teoria crítica e information critique. *Revista Crítica de Ciências Sociais: A reinvenção da teoria crítica*, p. 31-37.
- Carmo, H. (2007). Prefácio Intervenção social: Um novo paradigma? In S. Alves, *Filhos da madrugada: Percursos adolescentes em lares de infância e juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Carmo, H. (2008). O rasto do PETI. In MTSS, *PETI: 10 anos de combate à exploração do trabalho infantil em Portugal*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Segurança Social, p. 265-288.
- Carmo, H. (2010). Rumos da intervenção social com grupos no início do século XXI. In O. Barata, *Política social e sociologia*. Lisboa: ISCSP, p. 103-187.
- Carmo, H. (2011). *Teoria da Política Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.



- Carmo, H. (2014). *Educação para a cidadania no século XXI: Trilhos de intervenção*. Lisboa: Escolar Editora.
- Carmo, H. (2019). Hipóteses sobre o contributo da educação para a cidadania na inclusão social. In F. Negreiros, & Cardoso, J. R., *Psicologia social: conexões Brasil-Portugal*. Piauí: UFPI-EDULPI, p. 99-129.
- Carmo, H., & Esgaio, A. (2015). Parcerias e educação para a cidadania. Lisboa: Cidade solidária, p. 62-67.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia de Investigação: Guia Prático para Auto Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cefaï, D., & Gardella, E. (2011). *L'urgence sociale en action : ethnographie du Samusocial de Paris*. Paris: La Découverte.
- Cha, O. (2013). La santé des sans-abri. *Bulletin de L'Académie Nationale de Médecine*, p. 277-291.
- Chamberlain, C., & Johnson, G. (2013). Pathways into adult homelessness. *Journal of Sociology*, p. 60-77.
- Chauí, M. (2001). *O que é a ideologia?* São Paulo: Brasilense.
- Chauí, M. (2006). *Simulacro e poder: Uma análise dos media*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Chopin, K., & Gardella, É. (2013). Les sciences sociales et le sans-abrisme. In K. Chopin, & É. Gardella, *Recension bibliographique de langue française, 1987-2012*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne.
- Choukiaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: University Press.
- Cooper, B. (1998). *Aspects of data analysis for the support accommodation assistance program: An evaluation of the support accommodation assistance program data principles MARK III*. Sidney: University of Sydney.
- Cordeiro, R. (2012). *Filantropia. As cozinhas económicas de Lisboa (1983-1911)*. Lisboa: ISCTE/IUL.
- Costa, B. (2004). Introdução. In CAIS, *Sem-Abrigo e Imigração, olhares sobre a realidade em Portugal*. Lisboa: Padrões Culturais Editora, p. 17-19.
- Crang, M., & Cook, I. (2007). *Doing Ethnographies*. London: Sage.
- Damon, J. (2002). *La question SDF: Critique d'une action publique*. France: Presses Universitaires de France.
- Declerck, P. (2001). *Les Naufragés: Avec les clochards de Paris*. Paris: Terre Humaine.
- Diogo, F. (2006). Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contexto português. *Fórum sociológico*, p. 261-276.
- Estivil, J., & Aires, S. (2007). *De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: Regresso ao futuro*. Lisboa: Rede Europeia Anti-Pobreza.



- European Observatory on Homelessness, E. (2014). *Extent and profile of homelessness in european member states: A statistical update*. Bruxelas: EOH.
- Fagundes, S. (2017). *Um crime de ódio chamado Gisberta: uma abordagem crítica e interseccional sobre os conteúdos da imprensa em Portugal*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Fairclough, N. (1995). *Critical language awareness*. London: Longman.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasil: Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2009). Critical discourse analysis as a social scientific research. In R. Wodak, & M. Meyer, *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage, p. 121-137.
- Fairclough, N. (05 de February de 2013). Critical discourse analysis and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, p. 177-197.
- Fernandes, P. (s.d.). Os vadios no Porto do início do século (1901-1906): algumas notas para o seu estudo. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, p. 333-352.
- Ferreira, L. (2009). *Depois da rua: dimensões sociais gerais da vinculação adulta na população sem-abrigo*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Ferreira, M. (2013). A ética da investigação em Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 169-191.
- Foucault, M. (1970). *A ordem do discurso*. Brasil: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2002). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fowler, R. (1993). *Language in the news*. London: Routledge.
- Frazão, T. (2007). *Análise crítica do discurso jornalístico sobre a implantação do sistema de cotas em Universidades públicas brasileiras*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).
- Freire, P. (2007). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gaboriau, P., & Terrole, D. (2003). *Ethnologie des sans-logis: Étude d'une forme de domination sociale*. Paris: Harmattan.
- Gaboriau, P., & Terrole, D. (2007). *SDF: Critique du prêt-à-penser*. Toulouse: Éditions Privat.
- Gabrielatos, C., & Baker, P. (2008). Fleeing, sneaking, flooding: a corpus analysis of the discursive constructions of refugees and asylum seekers in the UK press 1996-2005. *Journal of English Linguistics*, p. 5-38.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gomes, A. (1892). *Ociosidade, vagabundagem e mendicidade: Estudo social e jurídico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Gonçalves, B. (2010). *Os marginais e o rei: A construção de uma estratégica relação de poder em fins da Idade Média Portuguesa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Gouveia, C. (1997). *O amansar das tropas: Linguagem, ideologia e mudança social na instituição militar*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Gouveia, C. (2001). Análise crítica do discurso: enquadramento teórico. In *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri, p. 335-351.
- Gouveia, C. (2009). Texto e gramática: Uma introdução à linguística sistémico-funcional. *Revista Matraga*, p. 13-47.
- Gouveia, C. (2013). Análise Crítica do Discurso: dimensões teóricas e metodológicas. In C. Pimentel, & P. Alberto, *Vir bonus peritissimus aequae - Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, p. 1059-1071.
- Gowan, T. (2010). *Hobos, hustlers and backsliders: homeless in San Francisco*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Gramsci, A. (1971). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Halliday, M. (2004). *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold.
- Hamlin, C.. Realismo crítico: Um programa de pesquisa para as ciências sociais.  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200006&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000200006>. [Obtido a 17 de Fevereiro de 2015].
- Herbette. (1903). Les milieux morbides. *Bulletin de L'Institut Général Psychologique*, p. 427-438.
- Hewstone, M., & Giles, H. (1997). Social groups and social stereotypes. In N. Coupland, & A. Jaworski, *Sociolinguistics: A reader and coursebook*. New York: St. Martin's Press, Inc., p. 270-283.
- Horsfall, S. (2012). *Social problems: an advocate group approach*. Colorado: Westview Press.
- Huckin, T. (Maio de 2002). Textual silence and the discourse of homelessness. *Discourse & Society*, p. 347-372.
- Hurtubise, R., Babin, Pierre-Olivier., & Grimard, C. (2009). Shelters for the Homeless: Learning from Research. In Hulchanski, J. David, Campsie, Philippa, Chau, Shirley, Hwang, Stephen, & Paradis, Emily, *Finding home: policy options for addressing homelessness in Canada*. University of Toronto: Cities Centre Press.
- Ivo, A. (2012). A invenção do social e a normatividade das ciências sociais: Dilemas clássicos e tendências contemporâneas. *Sociologia e Antropologia*, p. 69-101.
- Jager, S. (2001). Discourse and knowledge: theoretical and methodological aspects of a critical discourse and dispositive analysis. In R. Wodak, & M. Meyer, *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, p. 32-46.
- Kapuscinski, R. (2002). *Os cínicos não servem para este ofício*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

- Kerbrat-Orecchioni, C. (2010). *S'adresser à autrui. Les formes nominales d'adress en français*. Savoie: l'université de Savoie.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Leão, J. (2014). *Estratégias espaciais de sobrevivência urbana vividas pelos sem-abrigo na cidade do Porto*. Braga: Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.
- Leeuwen, T. (1997). A representação dos atores sociais. In E. Pedro, *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho.
- Leeuwen, T. (2008). *Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis*. New York: Oxford University.
- Líbano, T. (2013). *Imigrantes sem-abrigo em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Lirio, C. (2012). *Ações afirmativas e recursos discursivos: A representação dos atores sociais na dimensão extensionista de projetos educacionais selecionados para o programa UNIAFRO em 2008*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Marques, W. (2009). Funcionalismo, Pragmática e Análise do discurso: Reflexões analítico-críticas. *Revista Odisséia*, p. 1-19.
- Melo, I. *Análise do discurso e análise crítica do discurso: Desdobramentos e interseções*. Obtido de Letra Magna:  
[http://www.academia.edu/2763830/AN%C3%81LISE\\_DO\\_DISCURSO\\_E\\_AN%C3%81LISE\\_CR%C3%8DTICA\\_DO\\_DISCURSO\\_DESDOBRAMENTOS\\_E\\_INTERSEC%C3%87%C3%95ES](http://www.academia.edu/2763830/AN%C3%81LISE_DO_DISCURSO_E_AN%C3%81LISE_CR%C3%8DTICA_DO_DISCURSO_DESDOBRAMENTOS_E_INTERSEC%C3%87%C3%95ES) [Obtido a 25 de agosto de 2009]
- Melo, I. (2013). *Ativismo LGBT na Imprensa Brasileira: Análise crítica das representações dos atores sociais na Folha de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Menezes, F. (2008). *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: O caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa [ISCTE].
- Moita, G. (2004). Sem-Abrigo e imigração: Intervenção. In CAIS, *Sem-Abrigo e imigração: Olhares sobre a realidade em Portugal*. Lisboa: Padrões Culturais Editora, p. 146-154.
- Moura, L. (2000). *Os Homens Lixo*. Lisboa: LXXL Edições.
- Murray, T. (2003). *Blending Qualitative & Quantitative research methods in thesis and dissertations*. Thousand Oaks: Sage.
- Neale, J. (1997). Homelessness and theory reconsidered. *Housing Studies*, p. 47-61.

- Nogueira, C. (2001). Análise do discurso. In L. Almeida, & E. Fernandes, *Métodos e técnicas de avaliação: Novos contributos para a prática e investigação*. Braga: CEEP.
- Onwuegbuzie, A., & Leech, N. (2007a). A call for qualitative power analyses. *Quality & Quantity*, p. 105-121.
- Onwuegbuzie, A., & Collins, K. (2007b). A typology of mixed methods sampling designs in social science research. *The Qualitative Report*, p. 281-316.
- Pais, J. (1986). Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. Lisboa: Análise Social.
- Pais, J. (2001). Jovens «arrumadores de carros» a sobrevivência nas teias da toxicodependência. *Análise Social*, p. 373-398.
- Pais, J. (2006). A minha casa é o mundo: Os sem-abrigo. In M. Pais, *Nos Rastos da Solidão. Deambulações Sociológicas*. Porto: Âmbar p. 31-72.
- Paugam, S. (1991). *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF.
- Pedro, E. (1998). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Pereira, D. (2011). A assistência pública: Novos modelos, práticas antigas. *Religião, Sociedade e Estado: 100 anos de Separação*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa
- Pereira, P. (2012). *Portugal: Dívida pública e défice democrático*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água.
- Pereirinha, J. (2008). Género e pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Pimenta, M. (1992). *Os Sem-Abrigo da cidade de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos para a Intervenção Social da Cáritas Portuguesa.
- Quental, A. (1871). Discurso de Antero de Quental. *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (Conferências do Casino)*. Casino Lisbonense:  
[http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio\\_julho01.html](http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio_julho01.html).
- Quintas, S. (2010). *A percepção de técnicos e indivíduos "sem-abrigo": histórias ocultas e uma realidade no Porto*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Rajagopalan, K. (2004). *Por uma Linguística crítica: Linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.
- Ramalho, V. (17 de Fevereiro de 2015). Análise do discurso e realismo crítico: Princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. Brasília, Universidade Católica de Brasília.
- Real, M. (2012). *A nova teoria do mal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Reis, M. S. (1940). *A vadiagem e a mendicância em Portugal*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.

- Resende, V. (2011). A revista CAIS entre o protagonismo e o assistencialismo: uma análise discursiva crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, p. 21-40.
- Resende, V. (2012). Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro. *Linguagem em Discurso*, p. 439-465.
- Resende, V., & Ramalho, V. (2006). *Análise Crítica do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Romano, V. (2008). *A intoxicação linguística: o uso perverso da língua*. Viseu: Deriva Editores.
- Rosemberg, F. (1993). O discurso sobre a criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*, p. 71-81.
- Rosemberg, F. (1994). Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de S. Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, p. 30-45.
- Rosenthal, R. (2000). Imaging homelessness and homeless people: Visions and strategies within the movement. *Journal of Social Distress and Homeless*, p. 111-126.
- Rullac, S. (2005). *Et si les SDF n'étaient pas des exclus? Essai ethnologique pour une définition positive*. Paris: L'Harmattan.
- Santos, A. (1963). *A Liturgia do Sangue*. Lisboa: Pó dos Livros.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Schneider, B. (2011). Sourcing homelessness: how journalists use sources to frame homelessness. *Journalism*, p. 71-86.
- Silva, S. (2011). *Viver com ou sem abrigo? Etnografia de lugares vagos*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Sommerville, P. (2015). *Theorising homelessness*. Lincoln: University of Lincoln.
- Steiner, G. (1992). *No castelo do barba azul: Algumas notas para a redefinição de cultura*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Terrole, D. (2005). Du mirage de l'urgence sociale à la réalité anthropologique du terrain. *Les Cahiers de l'Actif*, p. 21-37.
- Thelen, L. (2006). *L'exil de soi. Sans-abri d'ici et d'ailleurs*. Bruxelas: Publications des Facultés Universitaires St Louis.
- Therborn, G. (2010). *Os campos de extermínio da desigualdade*. Brasil: Novos Estudos.
- Thomas, M. (2003). *Blending qualitative and quantitative research methods in theses and dissertations*. Thousand Oaks: Sage.
- Thompson, J. (2007). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Tocqueville, A. (1945). *Democracy in America*. Nova Iorque: A.A. Knopf.

- Tourraine, A. (1984). *Le retour de L'acteur: Essai de sociologie*. Paris: Fayard.
- van Dijk, T. (1986). News schemata. In S. G. Cooper, *Studying Writing. Linguistic approaches*. Beverly Hills, CA: Sage, p. 155-186.
- van Dijk, T. (2001). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. In R. Wodak, & M. Meyer, *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage, p. 95-120.
- van Dijk, T. (2005). O giro discursivo. In L. Iniguez, *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 7-13.
- Vaneigem. (1999). *A economia parasitária*. Lisboa: Antígona.
- Vessuri, H. (2002). Ethical challenges for the social sciences on the threshold of the 21<sup>st</sup> century. *Current Sociology*, p. 135-150.
- Watzlawick, P., Beavin, J., & Jackson, D. (1993). *A pragmática da comunicação humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Wodak, R., & Meyer, M. (2009). *Method of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage.

## Documentos Oficiais

- CESE. (2011). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «A problemática dos sem-abrigo»*. Bruxelas: União Europeia.
- CRP. (2005). *Assembleia da República*.,  
<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> [Obtido a 15 de Abril de 2014].
- Diário da República Eletrónico*. <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19761711%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [Obtido a 09 de Maio de 2014].
- DUDH. (1948). *Human Rights*. <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html> [Obtido a 15 de Abril de 2014].
- EAPN. (2014). *Indicadores sobre a pobreza: Dados europeus e nacionais*. Porto: EAPN.
- EOH. (2012). *Counting Homelessness people in the 2011 Housing and Population Census*. Bruxelas: EOH.
- FEANTSA. (2014). *Confronting homelessness in the framework of the european semester 2014: A FEANTSA monitoring report*. Bruxelas: FEANTSA.
- GIMAE. (2010). *Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo: Prevenção, intervenção e acompanhamento 2009-2015*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, IP.

Human Rights & Equal Opportunity Commission, H. (2008). *Homelessness is a Human Right Issue*. Australia: HREOC.

UNHCR. <http://www.unhcr.org/europe-emergency.html> [Obtido a 29 de agosto de 2018].

ISS. (2006). *Respostas sociais: Nomenclaturas e conceitos*. Lisboa: ISS, IP.

ONU. (2011). *Homelessness around the world*. USA: ONU.

## Anexos



## Anexo 1 - ETHOS - Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional

| CATEGORIA CONCEPTUAL |     | CATEGORIA OPERACIONAL   | SUB-CATEGORIA | DEFINIÇÃO  |
|----------------------|-----|---|---------------|--|
| SEM TETO             | 1   | A viver em espaço público   | 1.1.          | A dormir na rua  |
|                      |     |   | 1.2.          | Contactado por equipas de rua  |
|                      | 2   | Alojado em abrigo de emergência e/ou forçado a passar várias horas por dia num espaço público | 2.1.          | Abriço noturno de acesso direto  |
|                      |     |   | 2.2.          | Alojamento precário (ex: quarto, pensão barata)  |
|                      |     |   | 2.3.          | Centro de acolhimento temporário (< 3 meses)   |
| SEM CASA             | 3   | Centro de acolhimento temporário / Acomodação temporária                                      | 3.1.          | Centro de acolhimento temporário para sem-abrigo   |
|                      |     |   | 3.2.          | Alojamento temporário (tempo de permanência indefinido)  |
|                      |     |   | 3.3.          | Alojamento temporário (tempo de permanência definido)  |
|                      |     |   | 3.4.          | Alojamento temporário (permanência longa)  |
|                      | 4.  | Casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica                                     | 4.1.          | Casas abrigo /centros acolhimento  |
|                      |     |   | 4.2.          | Alojamento apoiado   |
|                      | 5.  | Centros de acolhimento para imigrantes e refugiados/requerentes asilo                         | 5.1.          | Centros de acolhimento   |
|                      |     |   | 5.2.          | Alojamento para repatriados  |
|                      |     |   | 5.3.          | Centros para trabalhadores imigrantes  |
|                      | 6.  | Instituições de apoio à desinstitucionalização  | 6.1.          | Instituições penais (período definido a nível nacional)  |
|                      |     |   | 6.2.          | Outras instituições (hospitais e unidades de prestação de cuidados)  |
|                      | 7.  | Alojamento apoiado dirigido especificamente a população sem-abrigo                            | 7.1.          | Habitação assistida (grupo)  |
|                      |     |   | 7.2.          | Habitação assistida (individual)   |
|                      |     |   | 7.3.          | "Foyers"   |
|                      |     |   | 7.4.          | Alojamento para mães/pais adolescentes   |
| HABITAÇÃO INSEGURA   | 8.  | Sem contrato  | 8.1.          | A viver temporariamente com família ou amigos (não por opção)  |
|                      |     |   | 8.2.          | A viver em domicílio sem arrendamento legal (exclui squatters)   |
|                      | 9.  | Ameaça de despejo   | 9.1.          | Com ordem legal de despejo (arrendamento)  |
|                      |     |   | 9.2.          | Com direito de resolução (propriedade)   |
|                      | 10. | Violência   | 10.1.         | A viver sob ameaça de violência por parte do/a companheiro/a ou família (incidentes registados na polícia) |
| HABITAÇÃO INADEQUADA | 11. | Estruturas temporárias  | 11.1.         | Casa móvel / caravana (excluindo alojamento de férias)   |
|                      |     |   | 11.2.         | Ocupação ilegal de terreno (ex. Roma, ciganos)   |
|                      |     |   | 11.3.         | Ocupação ilegal de prédio  |
|                      | 12. | Habitação sem condições   | 12.1.         | Alojamentos não adequados para habitação sob legislação nacional   |
|                      | 13. | Sobreocupação extrema   | 13.1.         | Padrão nacional relativo ao índice de sobreocupação <sup>1</sup>   |

## Anexo 2 – A questão sem-abrigo em Portugal

### Destaque

#### A questão sem-abrigo em Portugal

Fonte: Censos 2011

No âmbito do regulamento europeu sobre os recenseamentos da população, mas também decorrente das necessidades nacionais de informação estatística<sup>115</sup>, incluiu-se, pela primeira vez nos Censos 2011, a caracterização da população sem-abrigo.

Na definição do conceito a operacionalizar, assim como na identificação das instituições/locais que prestam apoio a esta população, o Instituto Nacional de Estatística, IP (INE) contou com a colaboração do Instituto de Segurança Social, IP (ISS). A informação encontra-se disponível:

[http://www.ine.pt/xportal/xmainxpId=INE&xpgId=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006734&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmainxpId=INE&xpgId=ine_indicadores&indOcorrCod=0006734&contexto=bd&selTab=tab2)

Apresenta-se, neste documento, uma breve caracterização da população sem-abrigo com base nos dados dos Censos 2011.

---

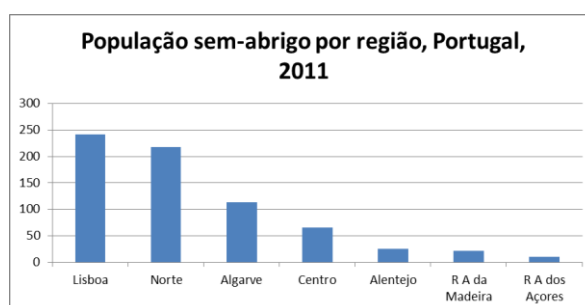
De acordo com os Censos 2011 existiam, em Portugal, 696 indivíduos sem-abrigo<sup>116</sup>, sendo que esta população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina, com idade média de

---

<sup>115</sup> Principalmente tendo em conta a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015.

<sup>116</sup> Considera-se **sem-abrigo** toda a pessoa que, no momento censitário, se encontra a viver na rua ou outro espaço público como jardins, estações de metro, paragens de autocarro, pontes e viadutos, arcadas de edifícios entre outros, ou aquela que, apesar de pernoitar num centro de acolhimento noturno (abrigo noturno) é forçada a passar várias horas do dia num local público. Está nesta última situação a pessoa que, apesar de poder jantar e dormir num centro de acolhimento é obrigada a sair na manhã seguinte. Ficam excluídas deste conceito as pessoas que habitam espaços enquadráveis na tipologia de alojamento, nomeadamente casas ou fábricas abandonadas, assim como as que estão em alojamentos coletivos de carácter social. Por questões operacionais ficam também excluídas deste conceito as pessoas que não tendo um alojamento que possa ser considerado como residência habitual estão, no momento censitário, a viver em hospitais, quartos em pensões pagas pela Segurança Social, apartamentos de reinserção, centros de acolhimento que funcionam como unidades residenciais ou em casa de familiares e amigos. Neste caso, estas pessoas serão consideradas residentes nos alojamentos onde se encontram no momento censitário. Ficam assim excluídos do conceito de pessoa sem-abrigo: a) As pessoas a viverem em edifícios abandonados; b) As pessoas que, não tendo um alojamento que possa ser classificado de residência habitual, no momento censitário estavam presentes em alojamentos coletivos como hospitais, centros de

43,5 anos, solteira, de nacionalidade Portuguesa, predominantemente com Ensino Básico do 1º ciclo completo e por estar concentrada nos concelhos de Lisboa, Porto e Faro.



Verifica-se que a região de Lisboa é aquela em que o fenómeno se manifesta de forma mais expressiva (241 indivíduos), seguida do Norte (218 indivíduos) e Algarve (113 indivíduos).

Destaca-se que no **distrito de Lisboa**, os indivíduos sem-abrigo encontram-se predominantemente em Lisboa (143 indivíduos) Cascais (25 indivíduos) e Sintra (20 indivíduos), sendo que estes três concelhos concentram 92% do total de indivíduos sem-abrigo no distrito de Lisboa. Convém salientar que, até ao momento, existem dois Núcleos de Planeamento e Intervenção junto de pessoas em situação de sem-abrigo (NPISA) a funcionar nos concelhos de Lisboa e Cascais.

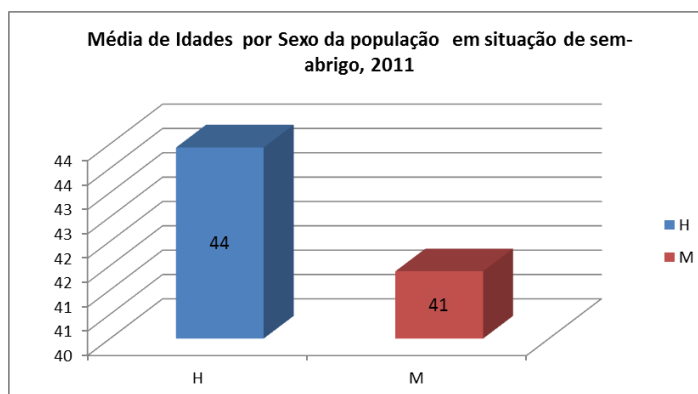
Relativamente ao **distrito do Porto**, o concelho com maior incidência é o Porto (146 indivíduos), que corresponde a 80% do total de indivíduos sem-abrigo nesse distrito. Neste concelho também existe NPISA a funcionar.

Por último, a análise do **distrito de Faro**, permite concluir que Lagoa será o concelho onde o fenómeno se manifesta com maior expressividade (51 indivíduos), o que corresponde a 45% do total de indivíduos em situação de sem-abrigo no distrito de Faro. Destaca-se que existe um NPISA formalmente constituído no concelho de Faro.

---

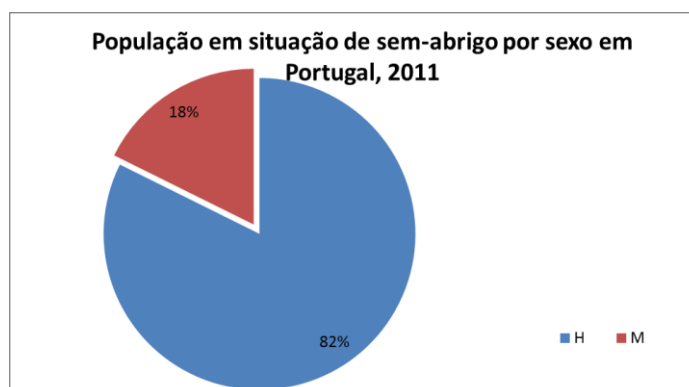
*acolhimento, casas abrigo, etc... c) As pessoas que, apesar de não terem uma residência habitual, no momento censitário se encontravam em alojamentos de amigos e ou familiares; d) As pessoas a viver em abrigos naturais, por exemplo grutas.*

A idade média da população em situação de sem-abrigo em Portugal é de 43,5 anos



À data do Censos 2011, a média de idades da população sem-abrigo do sexo masculino era de 44 anos, enquanto no sexo feminino era de 41 anos.

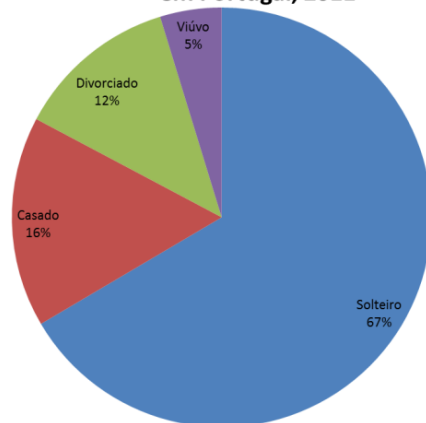
O sexo da população em situação de sem-abrigo, em Portugal é maioritariamente masculino



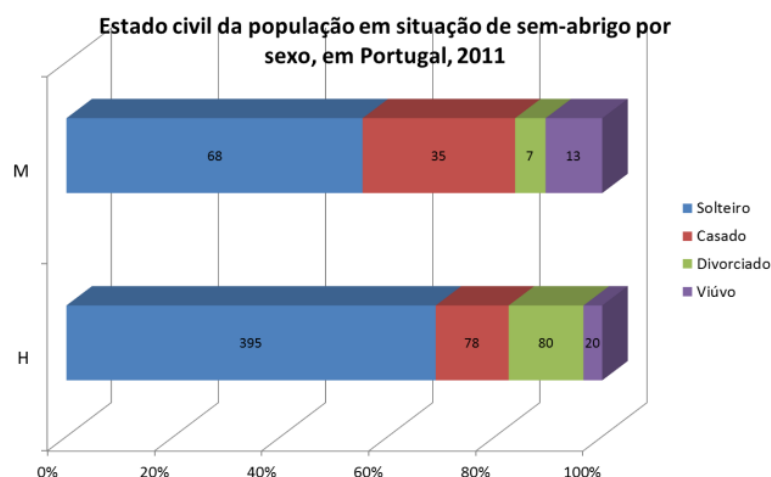
Verifica-se que 82% dos indivíduos em situação de sem-abrigo são do sexo masculino (573 indivíduos), enquanto apenas 18% são do sexo feminino (123 indivíduos).

O Estado civil da população em situação de sem-abrigo é maioritariamente solteiro (67%), sendo que 16% da população é casada, 12% divorciada e 5% viúva.

**Estado Civil da população em situação de sem-abrigo em Portugal, 2011**

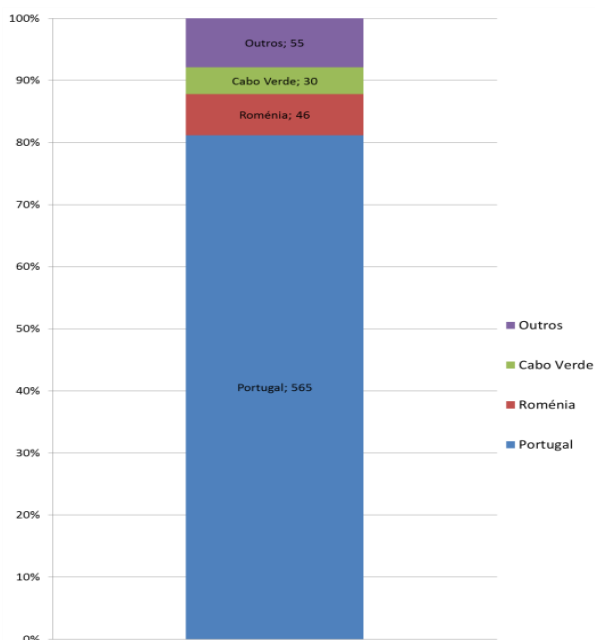


Uma análise mais fina do Estado civil da população em situação de sem-abrigo tendo em conta o sexo, permite identificar que a grande maioria dos indivíduos são solteiros – 463 pessoas, sendo que 395 são do sexo masculino e 68 do sexo feminino.

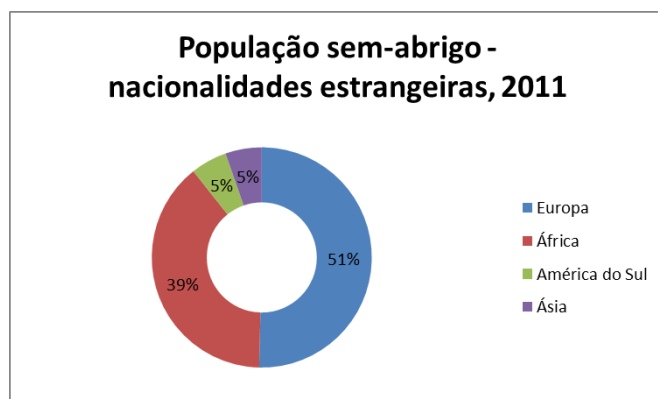


A maior parte das pessoas em situação de sem-abrigo são de nacionalidade Portuguesa (565 indivíduos)

Nacionalidade da população sem-abrigo, em Portugal, 2011



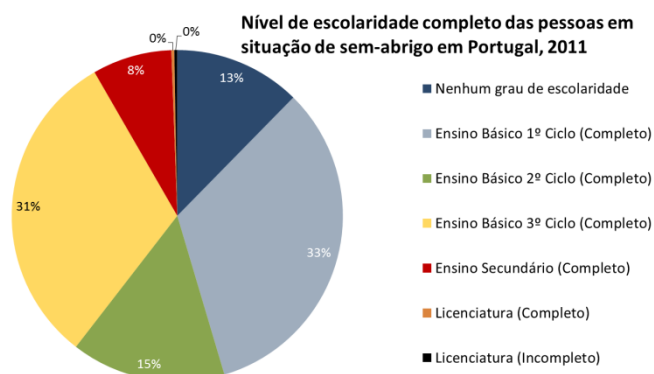
No entanto foram identificados ainda 46 indivíduos de nacionalidade Romena, 30 de Cabo Verde e 55 de outras nacionalidades.



Salienta-se, que no que diz respeito às nacionalidades estrangeiras, que a maior parte dos indivíduos vem da Europa (66 indivíduos) e de Africa (51 indivíduos)

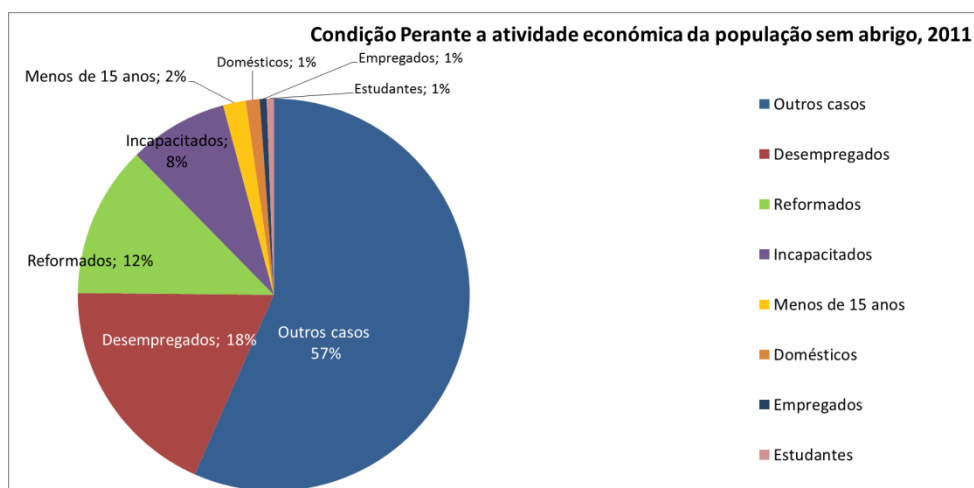
A maioria das pessoas em situação de sem-abrigo possuem o Ensino Básico do 1º ciclo completo - 230 indivíduos, ou seja, 33%.

No entanto verifica-se a existência de um número significativo de pessoas em situação de sem-abrigo que também possui o Ensino Básico do 3º ciclo completo – 217 indivíduos, isto é, 31%.

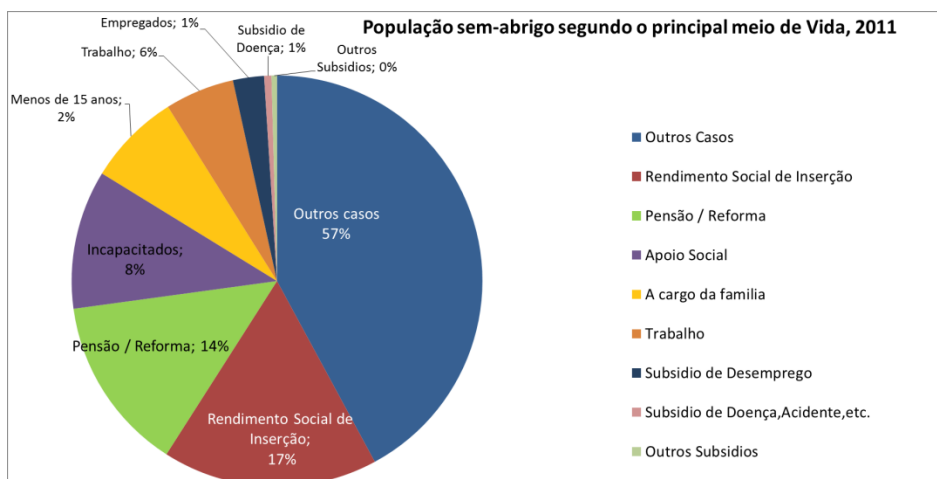


Condição perante a atividade económica da população em situação de sem-abrigo traduz-se maioritariamente “noutros casos”.

No entanto, nota-se que também é significativa a existência de pessoas em situação de sem-abrigo que se encontram em situação de desemprego (129 indivíduos, ou seja 18%), reformados (87 indivíduos, ou seja 12%) e em situação de incapacidade (57 indivíduos, ou seja 8%).



A principal fonte de rendimento da população em situação de sem-abrigo é a categoria “outros casos” o que também vem indiciar a necessidade de, em estudos posteriores, se tentar operacionalizar/categorizar a que corresponde exatamente esta condição. No entanto poderá indiciar atividades ligadas à mendicidade e aos “biscates”.



No entanto salienta-se que 118 indivíduos (17%) têm como principal fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção, 96 indivíduos (14%) pensão/reforma.



### Anexo 3 - Respostas Sociais específicas para pessoas em situação de sem-abrigo e centros de alojamento temporários

| Distritos      | Respostas Sociais específicas para pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal continental |   |
|----------------|--|---|
|                | Equipas de rua   | Ateliers Ocupacionais   |
| <b>Aveiro</b>  |  | Associação dos alcoólicos recuperados do concelho de Santa Maria da Feira |
| <b>Lisboa</b>  | Equipa de rua saúde móvel do Beato (Médicos do Mundo)  | Centro de Apoio Social dos Anjos (SCML)                                   |
|                | Equipa de rua Médicos do Mundo da Estrela (Médicos do Mundo)                                 | Centro de Apoio Social de São Bento (SCML)                                |
| <b>Setúbal</b> | Centro Social São Francisco Xavier (Cáritas Diocesana de Setúbal)                            |   |

| Distritos      | Centros de alojamento temporários existentes em Portugal continental | Acordo de Cooperação com IP |
|----------------|--|-----------------------------|
| <b>Aveiro</b>  | Cáritas Diocesana de Aveiro  |                             |
|                | Fundação CESDA – Centro Social de Aveiro                             |                             |
| <b>Braga</b>   | Cruz Vermelha Portuguesa   |                             |
| <b>Coimbra</b> | Casa Abrigo Padre Américo  |                             |
| <b>Faro</b>    | Movimento Apoio Problemática SIDA                                    |                             |
|                | SCM Tavira   |                             |
| <b>Lisboa</b>  | SCML   |                             |
|                | SCML   |                             |
|                | Centro de alojamento do Beato - VITAE                                | Com acordo cooperação       |
|                | Associação Albergues Noturnos de Lisboa                              | Com acordo cooperação       |
|                | Centro de Abrigo da Graça - AMI                                      |                             |
| <b>Porto</b>   | Centro alojamento Xabregas do Exército de Salvação                   | Com acordo cooperação       |
|                | Associação Albergues Noturnos do Porto - Mártires Liberdade          | Com acordo cooperação       |
|                | Associação Albergues Noturnos Porto - Campanhã                       | Com acordo cooperação       |
|                | Casa Abrigo AMI  | Com acordo cooperação       |
|                | Casa da rua SCMP - Casa da vila Nova                                 | Com acordo cooperação       |
| <b>Setúbal</b> | Norte vida - Associação promoção saúde                               |                             |
|                | Cáritas Diocesana Setúbal  | Com acordo cooperação       |
|                | Associação beneficência amizade solidariedade ABAS                   |                             |
|                | Centro Paroquial e Social Rio Frio                                   |                             |

#### Anexo 4 – Email enviado às entidades

Exma. Senhora /Exmo. Senhor,

Venho, através do presente, solicitar a V/ melhor atenção para um pedido de colaboração no âmbito do meu projeto de doutoramento em Política Social.

O título da tese é ***A questão sem-abrigo – uma abordagem holística: análise crítica dos (dis) cursos e das práticas*** e, de forma sucinta, o objetivo do trabalho é:

*Explorar e caracterizar a relação entre os discursos veiculados pelos média relativamente à questão sem-abrigo e os discursos e as práticas no âmbito do Sistema Interventor, a vários níveis: A nível macro (políticas sociais), nível meso (entidades governamentais e não governamentais) e a nível micro (relação entre interventores/as sociais e as pessoas em situação e sem-abrigo).*

Neste sentido torna-se imperativo ouvir as vozes das pessoas em situação de sem-abrigo, ouvir o pessoal técnico que trabalha no terreno e ainda ter contacto com as respostas sociais existentes.

Assim, vinha solicitar a possibilidade de nesse distrito visitar algumas das respostas sociais existentes, tendo ainda, se possível, possibilidade de falar com pessoas em situação de sem-abrigo, técnicos/as e responsáveis.

Para o efeito, junto declaração do meu orientador, Professor Doutor Hermano Carno, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/UL).



Desde já agradeço a atenção dispensada, na expectativa de poderem colaborar com este projeto.

Os melhores cumprimentos

## Anexo 5 – Carta de apresentação



Para os efeitos que se entendam por convenientes, declaro que **Carla Maria Chaves da Silva Bernardo**, está a realizar uma investigação no programa de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Política Social, intitulada *A questão sem-abrigo: uma abordagem holística - Análise crítica dos discursos e das práticas*.

Dado o seu objeto de estudo, a pesquisa é coorientada por mim e pela professora Doutora Isabel Roboredo Seara da Universidade Aberta.

Neste contexto, solicito às instituições junto das quais irá realizar a recolha de dados empíricos, a necessária colaboração.

Antecipadamente grato pela atenção dispensada, aproveito o ensejo para me disponibilizar para qualquer informação complementar.

Lisboa, 23 de Março de 2017



Hermano Carmo  
Professor catedrático

## **Anexo 6 – Diário de bordo da Centros de Alojamento Temporário e segregação**

**Diagnósticos no âmbito do apoio de emergência - "Emergência social"**

**Lotação em centros de acolhimento/Acompanhar para além das possibilidades institucionais e Descrição de instituições de acolhimento - "Emergência social"**

**Descrição do número de refeições dadas - Emergência Social**

**Aumento do número de pedidos de apoio alimentar - Emergência Social**

**Arrumar carros/mendigar - Apoio emergência**

**Pagamento/apoio à realização de funerais - Emergência Social**

**Fundo de emergência social - Emergência Social**

**Dar dinheiro/Esmola - Emergência Social**

**Construção cacifos - Emergência Social**

**Recusar apoio a pessoas em situação de sem-abrigo - "Medidas repressivas/corte nos apoios/discriminação"**

**Escolha de utentes para obtenção de determinado apoio - "Medidas repressivas/corte nos apoios/discriminação"**

**Fim do programa de apoio de ajuda alimentar - "Medidas repressivas/Cortes nos apoios/discriminação"**

**Fim da venda revista CAIS - "Medidas repressivas/Cortes nos apoios/discriminação"**

**Cortes ajuda alimentar - "Medidas repressivas/Cortes nos apoios/discriminação"**

**O responsável lamentou que ainda perdurem mitos e preconceitos em relação às pessoas que estão nesta condição - que são alcoólicos, não querem trabalhar e querem estar na rua: "Não é verdade – "Medidas repressivas/Cortes nos apoios/discriminação"**

**Pessoas em situação de sem-abrigo colocarem reclamarem da sua situação e colocarem processos em tribunal – "Políticas públicas/movimentos"**

**Prémios para as instituições – "Sucesso da intervenção"**

**Descrição do Censos/levantamentos estatísticos – "Número e perfil"**

**Ter vergonha de pedir apoio – "Informação"**

**Ir visitar instituições para dar visibilidade ao fenómeno/abertura ou inauguração de instituições – "Desporto/Artes/Visitas/pôr-se na situação de sem-abrigo para sensibilizar"**

**Homenagem/vigília assassinato sem-abrigo – "Vítimas de crime"**

**Arrumadores clandestinos – "Comportamentos delinquentes"**